

Ana Maria Bijóias Mendonça

Nº 1101701

**FELICIDADE, BEM-ESTAR E
SUSTENTABILIDADE:
REPRESENTAÇÕES E RACIONALIDADES
NUMA COMUNIDADE DO NORDESTE
TRANSMONTANO**

**Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e
Participação
2014**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação, realizada sob a orientação científica de:

Professora Doutora Maria de Fátima Pereira Alves

Professor Doutor Ulisses Manuel de Miranda Azeiteiro

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A Candidata,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A Orientadora,

O Orientador,

Porto, de de

*Aos meus pais, eternamente presentes.
Ao João Mário, por tudo.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é fruto de solipsismo e muito deve a um conjunto de pessoas que contribuíram para a sua realização. Agradeço especialmente:

- Aos meus pais, que apesar da ausência física continuam a ser a trave mestra, o pilar daquilo que sou. A eles agradeço a dedicação e o cuidado, os valores transmitidos e a atenção à realidade circundante.

- Às minhas irmãs, sobrinha e cunhados, porque me incentivaram nesta e em outras “aventuras”.

- Ao João Mário, que é a natural extensão de mim própria, reduto e fonte de inspiração, aconchego e porto de abrigo, onde sempre me recolho.

- Ao António, à Antonieta e ao Tó Luís, que me acolheram e “adotaram” como filha e irmã. Têm sido, ao longo destes anos, um raro exemplo de amor, de carinho e de solidariedade.

- Ao Paulo Alexandre e Castro, que me tem presenteado com décadas de uma amizade indizível.

- À Dora Tracana, à Fernanda Delgado e à Maria de Jesus Pereira, que quero ter presentes na minha vida até ao final.

- À restante família e amigos, pelo carinho.

- Aos meus companheiros nesta jornada, Anne Nogueira, Jorge Moreira e Vanda Viegas, que, não raro, me suavizaram o caminho, e a quem devo muitas horas de dedicação.

- Aos sócios da *Tomelo*, Dr. José Jambas, Dr.^a Bárbara Fráguas e Arquiteto Jorge Lira, pelo acolhimento, o apoio e as valiosas informações prestadas.

- Ao Sr. Moisés Pera Esteves, ao Dr. José Baptista Rodrigues e ao Dr. Francisco Granjo, pela disponibilidade e atenção.

- À D. Albertina, à D. Inês Gonçalo e à Dr.^a Marinela Gabriel pela afabilidade e solicitude.

- À Dr.^a Joana Conceição e ao Dr. Miguel Nóvoa, da AEPGA, pelo relevante contributo para o conhecimento da Raça Asinina Mirandesa, suas características e importância.

- A todos os entrevistados, pelo seu tempo e confiança.

- À Professora Doutora Fátima Alves e ao Professor Doutor Ulisses Miranda Azeiteiro, meus inestimáveis orientadores, pelos seus valiosos conhecimentos, pela sua pronta disponibilidade, pela sua sábia orientação e capacidade de gestão das minhas angústias.

RESUMO

Felicidade, Bem-Estar e Sustentabilidade: Racionalidades e Representações numa Comunidade do Nordeste Transmontano

Ana Maria Bijóias Mendonça

PALAVRAS-CHAVE: Felicidade, Sustentabilidade, Bem-Estar, Racionalidades Leigas, Representações Sociais, *Tomelo*.

A constatação que vivemos realidade(s) dinâmica(s), fruto de um mundo cada vez mais cambiante e exigente, conduz-nos ao questionamento da(s) identidade(s) individuais e coletivas, num contexto de globalização, de massificação e de mestiçagem. Os modelos políticos, económicos, tecnológicos e epistemológicos ocidentais, norteadores dos padrões de desenvolvimento das sociedades industrializadas, assentam em formas de racionalidade hegemónicas e intransigentes. Todavia, vão-se progressivamente assumindo outras configurações de práticas, racionalidades e saberes mais inclusivos, matizados e comunicantes.

Em decorrência, as representações sociais e as racionalidades leigas funcionam como veículos para a compreensão de que os indivíduos e os grupos se movem em contextos vivenciais complexos, sendo ainda, causa e consequência de modos de pensar, de estar e de atuar muito próprios.

Neste estudo exploratório de carácter qualitativo, os aspetos em questão foram analisados à luz de três eixos temáticos centrais e interconectados, tendo por base o projeto *Tomelo* Ecodesenvolvimento Lda., situado no Nordeste Transmontano. Consequentemente, procurámos compreender de que modo a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade são percebidos, vividos e representados, e se a *Tomelo*, através dos princípios que defende e das ações que empreende, consegue extravasar a mera vertente empresarial e constituir-se como exemplo para um desenvolvimento local consistente e equilibrado.

Apurámos que é reconhecido o esforço da *Tomelo* para compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação das espécies autóctones e da identidade coletiva, em suma, de todo o património material e imaterial da região, permitindo a sua dinamização, impulsionando a sua divulgação e possibilitando a criação de emprego.

ABSTRACT

Happiness, Well-Being and Sustainability: Rationalities and Representations in the Portuguese “Nordeste Transmontano” Region

Ana Maria Bijóias Mendonça

KEYWORDS: Happiness, Sustainability, Well-Being/Welfare, Lay Rationalities, Social Representations, *Tomelo*.

The substantiation that our reality is dynamic and assumes many different shapes as a result of an increasingly changing and demanding world, leads us to the questioning of the individual and collective identities, in a global context, of massification and miscegenation. The political, economical, technological and epistemological western models, that are the guides to the standards of development of industrialized societies, lay their foundation in forms of hegemonic and intransigent rationality. However, other configurations of more inclusive, tinted communicating practices, rationalities and kinds of knowledge are progressively coming forward.

Therefore, social representations and lay rationalities work as vehicle for the comprehension that individuals and groups move in complex living contexts, and operate as cause and consequence of ways of thinking, being and acting very distinctive and idiosyncratic.

In this exploratory study of qualitative character, the aspects in question have been analysed under the light of three thematic central lines, frequently interconnected, having as basis the project *Tomelo, Ecodesenvolvimento Lda.*, situated in the “Nordeste Transmontano” region. Consequently, we have tried to understand how happiness, wellbeing/welfare and sustainability are understood, lived and represented, and if *Tomelo*, through the principles which upholds and the actions it undertakes can reach beyond a simple entrepreneurial way and set itself as an example for a local consistent and well balanced development.

It was found that *Tomelo*’s effort is recognized in reconciling business with ethical concerns as well as in the preservation of native species and collective identity, in short, of all material and immaterial heritage of the region, allowing its dynamism and promotion, and enabling job creation.

ÍNDICE

	Página
-Dedicatória	2
-Agradecimentos	3
-Resumo	4
-Abstract	5
-Índice	6
-Lista de Siglas e de abreviaturas	11
-Índice de Figuras	14
-Índice de Tabelas	15
Introdução	16
a) Contextualização e Relevância.....	16
b) Objeto de Estudo.....	16
c) Objetivos da Investigação.....	17
d) Hipóteses Investigativas.....	18
e) Estrutura da Dissertação.....	19
1ª Parte – Delimitação do Objeto de Estudo e Fundamentação Teórica	21
Capítulo I – Felicidade, Bem-estar e Sustentabilidade	21
I.1-Breve Análise Histórico-Filosófica sobre a Felicidade e o Bem-Estar.....	22
I.2- A Sustentabilidade como Imperativo da Contemporaneidade.....	30
I.2.1- Perspetivas de Sustentabilidade.....	34
A – A sustentabilidade Ambiental.....	34
B – A sustentabilidade Social.....	36
C – A sustentabilidade Económica.....	38
Capítulo II – O mundo Globalizado	40
II.1 – Sentidos e Consequências da Globalização.....	40
II.2 – As Sociedades Urbanizadas, Massificadas, Mestiças e de Consumo.....	43
II.3 – Crescimento Económico e Desenvolvimento.....	45
II.3.1 – Desenvolvimento Local, Identidade e Pertença.....	47
II.3.2 – Desenvolvimento Sustentável – A sustentabilidade não se esgota na visão material da sociedade.....	50

II.3.3 – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.....53

Capítulo III – A “Falência” da Racionalidade Dominante e a Recuperação de Saberes e Práticas Tradicionais.....54

III.1 – As Alterações Globais e a Necessidade de Modelos de Racionalidade(s) Inclusiva(s).....56

III.2 – Rumo à *Práxis* Transformadora e a uma “Ecologia de Saberes”61

Capítulo IV – Indicadores e Índices de Bem-Estar, de Sustentabilidade e de Felicidade.....66

IV.1 – Diferenças entre Índices e Indicadores.....66

IV.1.1 – Indicadores.....66

IV.1.2 – Índices.....67

IV.2 – Indicadores e índices de Bem-Estar.....68

IV.2.1 – Produto Nacional Bruto (PNB).....68

IV.2.2 – Produto Interno Bruto (PIB).....69

IV.2.3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....70

IV.3 – Indicadores e índices de Sustentabilidade.....76

IV.3.1 – Sustentabilidade forte e sustentabilidade fraca.....76

IV.3.2 – Pegada Ecológica.....77

IV.3.3 – Índice de Bem-Estar Económico Sustentável (IBES).....80

IV.3.4 – Poupanças Genuínas.....82

IV.4 – Indicadores e índices de Felicidade.....84

IV.4.1 – Índice do Planeta Feliz (IPF).....84

IV.4.2 – Felicidade Interna Bruta (FIB).....88

Capítulo V – Representações, Racionalidades e Saberes Leigos: um contributo para a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade.....90

V.1 – Representações Sociais.....90

V.2 – Saberes e Racionalidades Leigas.....93

V.3 – Poder e Saber – Ação Local e Cidadania Ativa.....	97
2ª Parte – Trabalho de Campo.....	104
Capítulo VI – Apresentação do estudo exploratório.....	104
VI.1 – Contextualização Geográfica.....	104
VI.2 – A <i>Tomelo</i>	106
Capítulo VII – Objeto de Estudo e Objetivos da Pesquisa.....	107
VII.1 – Objeto de Estudo.....	107
VII.2 – Objetivos da Pesquisa.....	107
Capítulo VIII- Metodologia.....	108
VIII.1 – Procedimentos Adotados – Métodos e Técnicas.....	108
VIII.2 – Condução de Entrevistas e Caracterização dos Entrevistados.....	110
VIII.2.1 – Responsáveis da <i>Tomelo</i>	111
VIII.2.2 – Órgãos do Poder Local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia).....	111
VIII.2.3 – População (amostra).....	112
VIII.3 – Análise de Conteúdo.....	113
VIII.3.1 – Codificação e Categorias de Análise.....	115
Capítulo IX – Resultados.....	118
IX.1 – Conhecimento sobre a <i>Tomelo</i> : concepção, caracterização, princípios e atividade.....	118
IX.1.1 – Referência à Articulação com o Poder Local, as Instituições e a População.....	127
IX.2 – Concepções e Percepções de Felicidade.....	129
IX.3 – Valor, Relevância e Importância da Felicidade.....	132
IX.3.1 – A Importância da Felicidade no Dia-a-Dia, no Trabalho e na Relação com os Outros.....	132
IX.3.2 – Articulação entre a Felicidade e o Nordeste Transmontano.....	135
IX.3.3 – A Importância da Felicidade para o Poder Local, as Instituições e as Empresas.....	137

IX.4 – Relação entre a Percepção da Felicidade, a Identidade e o Património Material e Imaterial da Região.....	139
IX.5 – Articulação entre a <i>Tomelo</i> e a Felicidade.....	142
IX.5.1 – Compatibilização da Vertente Empresarial, com as Preocupações Éticas, a Preservação de Espécies Autóctones, dos Saberes e das Práticas Locais.....	142
IX.5.2 – Articulação entre a Atividade da <i>Tomelo</i> , a Criação de Emprego, a Revitalização da Região e a Fixação das Gerações Jovens.....	145
IX.5.3 – Articulação entre a Atividade da <i>Tomelo</i> e um Melhor Conhecimento do Nordeste Transmontano, seus Produtos e Cultura.....	148
IX.6 – Conceções e Percepções de Bem-Estar.....	150
IX.7 – Valor, Relevância e Importância do Bem-Estar.....	153
IX.7.1 – A Importância do Bem-Estar no Dia-a-Dia, no Trabalho e na Relação com os Outros.....	153
IX.7.2 – Articulação entre o Bem-Estar e o Nordeste Transmontano.....	156
IX.7.3 – A Importância do Bem-Estar para o Poder Local, as Instituições e as Empresas.....	158
IX.8 – Relação entre a Percepção do Bem-Estar, a Identidade e o Património Material e Imaterial da Região.....	162
IX.9 – Articulação entre a <i>Tomelo</i> e o Bem-Estar.....	164
IX.9.1 – Compatibilização da Vertente Empresarial, com as Preocupações Éticas, a Preservação de Espécies Autóctones, dos Saberes e das Práticas Locais.....	164
IX.9.2 – Articulação entre a Atividade da <i>Tomelo</i> , a Criação de Emprego, a Revitalização da Região e a Fixação das Gerações Jovens.....	167
IX.9.3 – Articulação entre a Atividade da <i>Tomelo</i> e um Melhor Conhecimento do Nordeste Transmontano, Seus produtos e Cultura.....	170
IX.10 – Conceções e Percepções de Sustentabilidade.....	172
IX.11 – Valor, Relevância e Importância da Sustentabilidade.....	176
IX.11.1 – A Importância da Sustentabilidade no Dia-a-Dia, no Trabalho e na Relação com os Outros.....	176
IX.11.2 – Articulação entre a Sustentabilidade e o Nordeste Transmontano.....	181

IX.11.3 – A Importância da Sustentabilidade para o Poder Local, as Instituições e as Empresas	183
IX.12 – Relação entre a Perceção da Sustentabilidade, a Identidade e o Património Material e Imaterial da Região.....	186
IX.13 – Articulação entre a <i>Tomelo</i> e a Sustentabilidade	189
IX.13.1 – Compatibilização da Vertente Empresarial, com as Preocupações Éticas, a Preservação de Espécies Autóctones, dos Saberes e das Práticas Locais.....	189
IX.13.2 – Articulação entre a Atividade da <i>Tomelo</i> , a Criação de Emprego, a Revitalização da Região e a Fixação das Gerações Jovens.....	192
IX.13.3 – Articulação entre a Atividade da <i>Tomelo</i> e um Melhor Conhecimento do Nordeste Transmontano, Seus produtos e Cultura.....	194
IX.14 – Articulação e/ou Interdependência dos Três Eixos: Felicidade, Bem-Estar e Sustentabilidade.....	197
Capítulo X – Discussão.....	199
Capítulo XI – Considerações Finais.....	202
Capítulo XII – Limitações e Trabalhos Futuros.....	203
Bibliografia.....	205
Notas.....	232
Anexos.....	237

LISTA DE SIGLAS E DE ABREVIATURAS

AEPGA – Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino

CDF – Comprehensive Development Framework

DH – Desenvolvimento Humano

EAW – Economic Aspects of Welfare

EF – Ecological Footprint

ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

ESI – Environmental Sustainability Index

FIB – Felicidade Interna Bruta

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

GDP – Gross Domestic Product

GFN – Global Footprint Network

GNH- Gross National Happiness

GNI – Gross National Income

GNP – Gross National Product

GPI – Genuine Progress Indicator

GS – Genuine Savings

HDI – Human Development Index

HPI – Happy Planet Index

IBES – índice de Bem-Estar Económico Sustentável

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IHDI – Inequality-adjusted Human Development Index

INE – Instituto Nacional de Estatística

IOM – International Organization for Migrations

IPF – Índice do Planeta Feliz

ISEW – Index of Sustainable Economic Welfare

IUCN - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources

MDG – Millennium Development Goals

MEW – Measure of Economic Welfare

NEF – New Economics Foundation

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU- Organização das Nações Unidas

OPHI – Oxford Poverty & Human Development Initiative

PIB – Produto Interno Bruto

PIENDS – Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POCTEP – Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal

PTD- Programa Territorial de Desenvolvimento

QOL – Quality of Life

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação

SWB - Subjective Well-Being

TISA – Total Incomes System of Accounts

TOES – The Other Economic Summit

UN- United Nations

UNCHE - United Nations Conference on Human Environment

UNDESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs

UNDP – United Nations Development Programme

UNEP - United Nations Environment Programme

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

UNICEF – United Nations Children´s Fund

UNSD –United Nations Statistics Division

WCED - United Nations World Commission on Environment and Development

WHO – World Health Organization

WHOQOL-100 – World Health Organization Quality of Life (conjunto de instrumentos que avaliam as percepções dos indivíduos, no contexto da sua cultura e sistemas de valores, assim como os seus objetivos pessoais, padrões e preocupações)

WHOQOL-BREF – World Health Organization Quality of Life (versão mais breve do WHOQOL-100)

WWF - World Wildlife Fund

ZASNET-AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial)

ÍNDICE DE FIGURAS

	Páginas
Fig.0 – Exemplos da Raça Asinina Mirandesa, pertencentes à <i>Tomelo</i>	Capa
Fig.1 -Evolução em pirâmide da informação, desde os dados dispersos até ao índice.....	68
Fig.2 - O IDH e seus componentes, na lista dos países com maior desenvolvimento humano segundo o <i>Human Development Report</i> de 2013.....	74
Fig.3 -Tendências do IDH português desde 1980 até 2012.....	75
Fig. 4 – Evolução de Portugal, desde 1980 a 2011, no âmbito do IDH, tendo como referência o nível muito alto de desenvolvimento humano, os países da OCDE e o resto do mundo.....	75
Fig.5 - Pegada Ecológica mundial e Biocapacidade, em hectares globais.....	79
Fig.6 - A evolução da Pegada Ecológica e da Biocapacidade no nosso país, entre 1960 e 2005.....	79
Fig.7 - Dados do IPF de 2012, relativos a Portugal.....	87
Fig.8 - Os 9 domínios e 33 indicadores do Índice de Felicidade Interna Bruta.....	89
Fig.9 -Localização geográfica das localidades abrangidas pelo estudo.....	105
Fig.10 -Alguns produtos da <i>Tomelo</i> , disponíveis no mercado.....	106

ÍNDICE DE TABELAS

	Páginas
Tabela 1 – Caracterização socioprofissional dos entrevistados.....	112-113
Tabela 2 – Concepções e percepções de felicidade.....	131
Tabela 3 – Articulação entre a felicidade e o Nordeste Transmontano.....	136-137
Tabela 4 – Concepções e percepções de bem-estar.....	152-153
Tabela 5 – Articulação entre o bem-estar e o Nordeste Transmontano.....	157-158
Tabela 6 – Concepções e percepções de sustentabilidade.....	175
Tabela 7 – Articulação entre a sustentabilidade e o Nordeste Transmontano	182-183

INTRODUÇÃO

a) Contextualização e Relevância

A compreensão das racionalidades e representações em torno da felicidade, do bem-estar e da sustentabilidade, são os eixos analíticos que definem as fronteiras do objeto desta pesquisa exploratória em torno de um projeto de intervenção e desenvolvimento local e regional. Nela se problematizam temas e questões atuais, que preocupam os indivíduos, as sociedades, as organizações e os governos, num contexto de importante reflexão acerca dos pressupostos e fundamentos que têm regido a atividade política, económica, cultural e epistemológica das sociedades contemporâneas.

Numa época caracterizada pela omnipresente crise financeira, os valores, as ideologias e as estruturas que suportaram a vida e o tecido social, parecem ter entrado em declínio acentuado. À confusão e desorientação daí resultantes, juntam-se a necessidade de exploração de novas formas de pensar, de agir, de sentir e de viver, ainda que os modos de atuação dos governos e dos grupos económicos e financeiros se mostrem reticentes a grandes mudanças no *status quo*.

Não obstante, tem sido cada vez mais comum uma certa procura pelo sentido e pela autenticidade, permitindo contrariar a insatisfação causada pelo meramente efémero, passageiro, que não deixa marca nem ocupa lugar. Por isso, consideramos ser de toda a pertinência um trabalho de investigação que relacione a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade, enquanto eixos interdependentes e interrelacionais, tendo por base um projeto regional de ecodesenvolvimento, que tem conseguido expandir-se e prosperar. Os trabalhos publicados no nosso país versam sobre algum ou alguns destes eixos, mas sem empreender uma tessitura entre todos. Com isto, esperamos contribuir para uma leitura mais ampla, mas também mais profunda de esferas da realidade que se abrem a uma grande riqueza de interpretações e de significações.

b) Objeto de Estudo

Admitindo que a realidade humana é complexa e multifacetada, e tem subjacentes as dimensões da(s) racionalidade(s), da ação, dos saberes e das práticas, optámos por três eixos orientadores para esta dissertação: a sustentabilidade, o bem-

estar e a felicidade, que analisaremos tendo por base campo específico, o projeto *Tomelo* - Ecodesenvolvimento Lda., com sede em Serapicos, concelho de Vimioso, mas a operar em Atenor, freguesia do concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança, Trás-os-Montes.

Tratando-se de um tema que recorre a saberes de charneira e faz a ponte entre várias áreas disciplinares distintas, salienta-se a necessidade de um posicionamento atento e lúcido, bem como, uma abordagem multifocada e plural, que permita a compreensão e ajude a fornecer respostas para as incertezas e solicitações que pairam sobre esta região do interior do país. Incertezas e solicitações que não surgem, no entanto, apenas num contexto local ou sequer nacional, uma vez que são resultado de um mundo globalizado, interdependente, cambiante e pleno de características contrastantes. Portanto, qualquer esforço de análise e de compreensão deve enquadrar, primeiramente, uma reflexão acerca do posicionamento epistemológico, político, ético, ambiental e económico - em suma, civilizacional - que nos tem guiado.

c) Objetivos da Investigação

Partindo dos três eixos anteriormente referidos, coloca-se o desafio de perceber de que forma a construção da sustentabilidade económica, social e ambiental é condicionada e se relaciona com o bem-estar e a felicidade das populações, em contextos determinados. Para isso, é importante problematizar as sociedades ocidentais atuais, globalizadas, de consumo, mestiças, massificadas, urbanizadas, onde a razão analítica e instrumental, a economia e o capitalismo têm vindo a dominar a atenção e a envolver todos na resposta aos seus limites, generalizando as noções de crise e de subordinação.

Neste contexto, a sustentabilidade tem surgido como panaceia universal para resolver problemas económicos. Mas, a questão da sustentabilidade não se esgota na visão material da sociedade. Vai muito além dela. Por isso, com esta investigação, propomo-nos dar visibilidade aos fatores socioambientais, ao bem-estar e felicidade, implicados na construção de sociedades sustentáveis e que não comprometam o futuro das gerações vindouras, mas que, simultaneamente, produzam esse bem-estar e felicidade dos sujeitos, grupos e populações. Para tal, consideramos que é fundamental

repensar o atual modelo de desenvolvimento, as razões que levaram ao mal-estar e à insatisfação de sociedades ultra consumistas, as cisões e fraturas operadas nos indivíduos em relação a si próprios, aos outros, às demais espécies e à própria natureza. Uma existência cada vez mais plástica e artificializada – contudo, não satisfatória – e um modelo de racionalidade hegemónica e pouco tolerante, tem-nos impedido de reconhecer a legitimidade e validade das formas de racionalidade e de conhecimento não redutíveis aos padrões ocidentais, e tantas vezes silenciados por eles. Será possível, pois, coordenar um projeto de ecodesenvolvimento – que é também uma empresa – com a construção de um pensamento “pós abissal” (Sousa Santos, 2007), inclusivo e plural, que conceda à experiência de vida, aos saberes e práticas ancestrais e às racionalidades leigas o seu papel na manutenção da sustentabilidade, do bem-estar e consequentemente, da felicidade dos indivíduos e dos grupos?

Deste modo, o objetivo geral desta investigação será o de, a partir de um projeto que visa a sustentabilidade local, o projeto *Tomelo*, Ecodesenvolvimento Lda., compreender a importância que o bem-estar e a felicidade assumem na equação da sustentabilidade económica, social e ambiental. Daqui deriva o seguinte objetivo específico:

Compreender se é possível articular a vertente empresarial e empreendedora com as necessidades de valorização de uma zona geográfica pertencente ao Nordeste Transmontano, mobilizando os saberes tradicionais e as racionalidades leigas na promoção da felicidade, do bem-estar e da sustentabilidade económica, social e ambiental.

d) Hipóteses Investigativas:

Dos objetivos anteriormente delineados decorrem as hipóteses investigativas que se seguem:

- i) Embora as respostas possam diferir, em certa medida, relativamente ao que os sujeitos consideram ser a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade, existe uma visão comum que partilham por viverem no Nordeste Transmontano.

- ii) A valorização dos saberes e práticas ancestrais e locais, das representações e das racionalidades leigas permitem a continuidade de tradições, modos de fazer e de elementos culturais de grande relevância, fomentando o envolvimento social e o sentido de identidade e de pertença, o que contribui para a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade.
- iii) É possível criar projetos que compatibilizam a rentabilidade com a sustentabilidade nas suas diversas vertentes e com o bem-estar e a felicidade dos indivíduos e das populações, ajudando a dar respostas a problemas originados pelo desemprego, a desertificação e o êxodo para as zonas urbanas.

e) Estrutura da Dissertação

O estudo alicerça-se sobre três pilares, estreitamente elencados entre si – a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade - a partir de um contexto de análise específico, a *Tomelo* – Ecodesenvolvimento, Lda. Procurou-se um fio condutor que orientasse o estudo em termos globais e de capítulo para capítulo, ajudando a evitar a dispersão por campos que, embora pertinentes, excederiam o recorte traçado. O trabalho encontra-se dividido em duas partes e tem, na totalidade, doze capítulos.

-1ª Parte – Delimitação do Objeto de Estudo e Fundamentação Teórica

A primeira parte compreende cinco capítulos. Assim, no Capítulo I, é feita uma abordagem histórico-filosófica introdutória aos conceitos de felicidade, bem-estar e sustentabilidade – nas vertentes ambiental, social e económica -, ao modo como têm sido concebidos ao longo da História, e como se tornam, atualmente, imperativos da contemporaneidade.

Considerando que é redutor pensar acerca destas temáticas ou analisá-las sem compreender o fenómeno da globalização, o Capítulo II refere-se, justamente, ao Mundo Globalizado. No subcapítulo II.1, são abordados os sentidos e consequências da globalização, no subcapítulo II.2, alude-se à massificação e à “mestiçagem” das sociedades ocidentais e no subcapítulo II.3, problematizam-se as características, semelhanças e diferenças entre o crescimento económico e o desenvolvimento.

O Capítulo III debruça-se sobre a “falência” da racionalidade dominante, de cunho ocidental, com a conseqüente recuperação e legitimação de saberes e de práticas tradicionais. No subcapítulo III.1, abordam-se as alterações globais e a necessidade de criação de modelos de racionalidade(s) inclusiva(s), e o subcapítulo III.2, reflete sobre a necessidade de uma *práxis* transformadora e de uma “ecologia de saberes”.

O Capítulo IV é reservado aos indicadores e índices de bem-estar, de sustentabilidade e de felicidade, estando o subcapítulo IV.1, dedicado às diferenças entre índices e indicadores. O subcapítulo IV.2 tratará dos indicadores e índices de bem-estar, o subcapítulo IV.3, dos indicadores e índices de sustentabilidade e o subcapítulo IV.4, dos indicadores e índices de felicidade. Dada a imensa produção neste campo, este capítulo é bastante mais extenso, porque quisemos dar uma panorâmica geral sobre o seu estado da arte.

No Capítulo V serão abordadas as representações, as racionalidades e os saberes leigos como contributos para a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade. O subcapítulo V.1 versará sobre as representações sociais, o subcapítulo V.2 sobre as racionalidades e os saberes leigos, e o subcapítulo V.3 sobre a dinâmica entre saber e poder na construção de ações locais e de cidadania ativa.

2ª Parte – Trabalho de Campo

No Capítulo VI, será apresentado o estudo exploratório, sendo o subcapítulo VI.1 dedicado à caracterização da região em apreço e o subcapítulo VI.2 dedicado à *Tomelo*.

O Capítulo VII dirá respeito à caracterização do Objeto de Estudo e dos Objetivos da Pesquisa.

Já o Capítulo VIII versará especificamente sobre a Metodologia utilizada, nomeadamente, no subcapítulo VIII.1, os procedimentos adotados, incluindo os métodos e as técnicas, no subcapítulo VIII.2, os procedimentos subjacentes à condução das entrevistas e a caracterização dos entrevistados, e no subcapítulo VIII.3 incluir-se-á a Análise de Conteúdo efetuada.

No Capítulo IX, o mais longo, dar-se-á espaço à divulgação dos Resultados.

No Capítulo X proceder-se-á à sua Discussão.

O Capítulo XI tratará das Considerações finais.

O Capítulo XII abordará as Limitações do Estudo e as motivações para Trabalhos Futuros.

1ª PARTE – DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Capítulo I – Felicidade, Bem-Estar e Sustentabilidade

A felicidade é debatida no Ocidente desde a Antiguidade. Sócrates, Platão, n' *A República* (2005) e Aristóteles, na *Ética a Nicómaco* (2004) e *Ética a Eudemo* (2005), debruçam-se sobre ela. A Idade Média fá-la depender da relação entre o humano e o divino (Sto. Agostinho, 397-400), sublinhando a religião como “cimento social” devido aos valores e visões de mundo partilhados pelos crentes (Silva, 2011:148). A Modernidade, herdeira do Renascimento e do Humanismo, concentra-se nas potencialidades humanas (Descartes, 1641).

Com a Revolução Científica e o Iluminismo, a Razão impôs-se como modelo epistemológico, axiológico e político. A autonomia e liberdade que propiciava espelhavam-se nos ideais da Revolução Francesa e da Independência Americana, seduzindo filósofos como Kant (1785) ou Rousseau (1755, 1762), e políticos como Thomas Jefferson (Congresso Continental dos EUA, 1776). A felicidade buscava-se nos princípios éticos do bem comum e na construção de sociedades democráticas e justas. O melhor seria o mais útil (Utilitarismo), ou seja, o que comportasse menos dor e trouxesse mais vantagens para a maioria (Stuart Mill, 1861; Bentham, 1781). O século XIX enfatizava o progresso contínuo da Humanidade. Privilegiavam-se o bem-estar material e o acesso ao progresso técnico-científico. O “desajuste” passa a ser concebido como patologia. As doenças da “psique” ganharam terreno com a Psicologia; a Psicanálise “trouxe-nos” o inconsciente e as somatizações (Freud, 1899; Jung, 1928).

Outros, denunciavam o esmagamento das economias capitalistas, os conflitos sociais, as condições de trabalho precárias, a destruição ambiental, a depleção dos recursos e sua desigual distribuição (Marx & Engels, 1848). A Sociologia desenvolvia-se como análise da complexidade e das dinâmicas sociais, e da relação entre o

individual e o coletivo. Durkheim (1895) enfatizava a sociedade como totalidade orgânica, em que cada parte cumprirá as suas tarefas e terá direitos, mas deverá cultivar, igualmente, a solidariedade (1893).

Na atualidade, os tempos são confusos e inquietantes: as grandes ideologias esmoreceram, o otimismo científico, económico e tecnológico transformou-se em ambiguidade. O egoísmo e o hiperindividualismo (Lipovetsky, 2011) não preenchem as lacunas que criaram - “penso em mim, mas sou infeliz”. A “felicidade paradoxal” (Lipovetsky, 2010) parte do consumismo na sua dupla vertente de “alívio” e de “peso” (o “hiperconsumismo”). Face ao desencanto e mal-estar resultantes da globalização, várias correntes tentam o equilíbrio possível entre o crescimento económico, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável (Dolan et al., 2006; Kjell, 2011; Branco et al., 2006, Chossudovsky, 2003); o cumprimento de direitos humanos e laborais e as necessidades produtivas da economia de mercado (Farber, 2011; Singer, 2011); a manutenção dos direitos civis e as exigências das democracias representativas. A gestão da saúde (física, mental, psicológica) equilibra-se – por vezes, debilmente - com as demandas de tempos caracterizados pela não permanência.

Partimos para este estudo com a convicção de que os três eixos que norteiam o nosso trabalho – a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade – se encontram interligados e interconectados. Neste âmbito, a busca da felicidade e do bem-estar nunca se cumprirá inteiramente a partir de um exercício puramente individual, nem tendo por base interesses meramente egoístas, desligados dos contextos humano, social, ambiental, económico e político em que nos inserimos, e portanto, a expensas da sustentabilidade, também.

I.1 - Breve Análise Histórico-Filosófica da Felicidade e do Bem-Estar

Embora não seja tema recente nas sociedades ocidentais, a felicidade foi sendo paulatinamente preterida por noções como eficácia, produtividade, competitividade. Exacerbou-se a razão instrumental, a aptidão para tomar decisões, dominar e controlar (a natureza, os mercados, os outros), em detrimento das experiências não racionalizáveis. Devido à consciência da falência, ou pelo menos, da insuficiência da razão dominante, a busca da felicidade tornou-se uma prioridade, nas sociedades atuais,

também devido ao aumento de informação sobre outras formas de se ser feliz, próximas do bem-estar, da qualidade de vida e da satisfação pessoal e coletiva. Conseqüentemente, a felicidade pode aparecer como problema social (Dantas, 2008), uma vez que lida com inquietações que acabam por condicionar as expectativas e a ação dos indivíduos no tecido social. Na medida em que influencia as práticas dos vários atores sociais, a felicidade apresenta-se, também, como representação social. Em suma, “existe uma preocupação social com o fenómeno da felicidade” (Dantas, 2008:3).

Mas, o que é a felicidade? Talvez se pudessem encontrar tantas respostas à pergunta quantos os campos científicos em que a felicidade é objeto de estudo, ou pelo menos, de reflexão: a Política, a Economia, o Direito, a Saúde, a Filosofia, a Psicologia, entre outros. Todavia, enquanto o termo bem-estar, mesmo subjetivo (*Subjective well-being, SWB*), prosperou em termos académicos, o termo “felicidade” por ser mais “escorregadio” e ambíguo, foi sendo evitado (Oishi et al., 2013, citando Diener, 1984). Parece existir, no entanto, consenso quanto ao facto de uma vida feliz ser uma vida com significado, em que os sujeitos coabitam pacificamente consigo e com os demais e entendem que têm um lugar no mundo (Ricard, 2007). O’Brien (2005, 2007) alerta para o facto de a felicidade, além do bem-estar, ter de considerar, também, a sustentabilidade, caracterizando a felicidade sustentável como não egoísta, e sendo aquela cuja prossecução não coloca em causa os demais indivíduos, o ambiente, nem as gerações futuras.

Deste modo, a procura da felicidade está veiculada a um certo *ethos*, disposição ou carácter adquirido - já que se debate com valores e preferências, hierarquizados individual e socialmente de modo específico, consoante as épocas, e por vezes em conflito – e à responsabilidade associada. Portanto, a busca da felicidade enquanto desiderato com correspondência ética, extravasa o mero plano da obrigação e das normas da moral (de *mores*, costumes), ainda que as fundamente, pois implica no sujeito, a capacidade para refletir, para desejar, para projetar e para atuar (Ricoeur, 1993,1995, 1999).

De todas as formas, o entendimento daquilo sobre o que falamos quando nos referimos à felicidade, varia em função das diferenças culturais e das mudanças históricas, tanto em termos dos estados subjetivos, como em termos coletivos. Portanto, nunca nos podemos furtar a uma análise histórico-filosófica, que nos permita clarificar

conceitos e contextos. Estudos realizados (Lu & Gilmour, 2004; Oishi et al., 2013), dão conta que Ocidente e Oriente diferem nas suas concepções de felicidade. Enquanto muitos filósofos e historiadores destacam que a concepção antiga de felicidade como boa sorte e fortuna perdurou ao longo dos séculos, atualmente, em particular nas sociedades altamente competitivas, como a americana, persiste a ideia de que a felicidade é algo que os indivíduos conseguem controlar e perseguem ativamente. (Oishi et al., 2013:4, citando Kesebir & Diener, 2008; McMahon, 2006; Oishi, 2012).

Na China ancestral, o termo “fu” designava o que era afortunado, com sorte, suave e livre de obstáculos (Oishi et al., 2013, citando Lu, 2001). Já na Grécia Antiga, Aristóteles, em *Ética a Nicómaco* (2004) e *Ética a Eudemo* (2005), considerava que a racionalidade prática se dirige para um fim ou *telos* que se apresenta pela ética como o sumamente bom, ou seja, a *eudaimonia*, estado que não se alcança pela posse de bens materiais nem pelos prazeres desregrados, mas pela vivência da virtude, da justa medida e do equilíbrio. A *eudaimonia* opunha-se assim à *hedonia* (origem do termo hedonismo), enquanto esta designava o mero usufruto do que é agradável e dos prazeres sensuais. O termo *eudaimonia* foi inicialmente usado pelo poeta Hesíodo. Na raiz da palavra, *eu* significa “bom” e *daimonia* significa deus, espírito, demônio. Ou seja, ter boa fortuna, um bom “daimon” do nosso lado; acrescentando-se que para os gregos antigos, a felicidade era algo que estava para além do alcance dos humanos, sendo controlada maioritariamente pelos deuses (Oishi et al., 2013:5). O biólogo e investigador Bjørn Grinde (2012), analisando a felicidade numa perspetiva evolucionista, considera que, embora a *eudaimonia* e a *hedonia* sejam diferentes quanto ao modo como são experienciadas, ambas partilham um passado evolutivo comum e trabalham com circuitos neurais semelhantes. Sendo assim, existe um denominador que concilia a busca pelo prazer e pelo que é agradável com um estado de satisfação, de bem-estar e de procura de desenvolvimento pessoal.

Com Sócrates, a visão fatalista de felicidade é diluída, por depender, ainda que parcialmente, da ação humana, seguindo-se-lhe Platão e Aristóteles. Saliente-se que o significado original de felicidade e de uma vida boa como sinónimo de fortuna, sorte e até, bênção, embora tendo sido dominante durante séculos, permaneceu muito dependente de contingências e fatores externos.

O *volte face* deu-se, especialmente, com o Iluminismo do século XVIII, e com filósofos como John Locke e Kant, deixando claro que a filosofia moral em geral e a felicidade em particular, seriam encaradas na perspectiva da ação e da procura ativa de um sujeito racional, autónomo e livre, que se movimenta não apenas em prol dos seus interesses, mas também do bem comum. A inclusão da felicidade em documentos de cariz político iniciou-se na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776, a par com outros direitos inalienáveis, como o direito à vida, à igualdade e à liberdade. Se os governos não cumprissem a sua obrigação de zelar por estes princípios, dava-se aos cidadãos a legitimidade para modificá-los, ou até, aboli-los.¹ A ênfase colocada agora na busca ativa da felicidade contrasta com a anterior conceção passiva de felicidade como sorte, fortuna, destino ou bênção. Por outro lado, a inclusão explícita da felicidade na Declaração de Independência, deu aos americanos (e aos milhares de imigrantes que perseguem o “sonho americano”), legitimidade para procurarem a felicidade individual, vulgarmente associada à acumulação de riqueza material e à prosperidade, o culminou na secularização absoluta do conceito. (Oishi et al., 2013:8).

Para além da variação da conceção e perceção da felicidade em termos histórico-filosóficos, importa considerar também, os aspetos culturais, uma vez que, ainda que a ideia de felicidade seja transversal, é compreendida e vivenciada de modo diferenciado pelos vários países, culturas e regiões do mundo (Oishi et al., 2013:9, citando Lu, 2001; Uchida & Kitayama, 2009). Assim, uma vez que o coletivismo está, normalmente, associado a fatores externos de controlo, as nações onde este espírito predomina, têm mais tendência a considerar conceitos de felicidade relacionados com a “sorte”, e menos com o resultado das ações individuais (Oishi et al, 2013:9, citando Triandis, 1995).

Lu & Gilmour (2004) destacam que existe uma diferença significativa no modo como euro-americanos e asiáticos concebem a felicidade e o bem-estar subjetivo. Enquanto para os últimos se enfatiza o cumprimento dos papéis e obrigações sociais, assim como um certo equilíbrio dialético, os euro-americanos, com uma orientação mais individualizada, privilegiam o esforço pessoal e a procura explícita. Embora em estudos realizados, euro-americanos e asiáticos tenham descrito a felicidade como um estado mental desejável e positivo, os asiáticos revelaram características mais solenes e introspetivas, de cunho espiritual e com certa transcendência psicológica, em que a

felicidade converge para o cumprimento das expectativas em relação aos indivíduos. Comparativamente, o outro grupo, apresentava mais interesse e entusiasmo em “viver a vida” e aproveitar o presente, chegando mesmo a considerar a felicidade pessoal como o supremo valor da vida. (Lu & Gilmour, 2004:270).

A par com os fatores culturais, os aspetos sociais e ecológicos, tais como as características climáticas e a prevalência de agentes patogénicos, pode igualmente influenciar o modo como a felicidade é concebida (Oishi et al., 2013: 9, citando Oishi & Graham, 2010). Por exemplo, é provável que em climas mais agrestes predomine uma visão de felicidade assente na “sorte”, uma vez que nestes locais, as pessoas têm menos aspetos da vida que conseguem controlar, do que as que vivem nos climas mais temperados (Oishi et al., 2013:9, citando Malthus, 1809). Nesta linha, condições económicas precárias podem estar associadas a uma visão frágil da vida, conduzindo a conceitos de felicidade assentes na “sorte” e não no papel ativo dos sujeitos (Oishi et al., 2013:9, citando Fincher et al., 2008).

Em suma, ao longo da História, a demanda do bem e da felicidade em lugar do mal e da infelicidade, conduziu os seres humanos a insistentes combates pela liberdade individual e política, pelos direitos humanos e civis fundamentais, bem como, pela justiça. Prevalece, no entanto, a necessidade de, sobretudo quando se procede a investigações transculturais no campo da felicidade e do bem-estar subjetivo, encontrar um quadro linguístico mais sofisticado do que o utilizado atualmente (Oishi et al., 2013:9-10, citando Wierzbicka, 2004), no sentido de captar e reter o sentido e os contextos que rodeiam os termos, sob pena de perder-se a sua base estrutural fundamental. Dificuldade que se apresenta, por exemplo, na tradução do termo português “saúde”. Uma vez que os significados e os conceitos são moldados pela cultura, não se pode explorar o que as pessoas pensam acerca da felicidade sem incluir os sentidos, os valores, as características linguísticas e tudo aquilo que as tradições culturais têm de único (Lu & Gilmour, 2004:270).

Porém, no que se refere às neurociências, embora as consequências de uma vida feliz ou infeliz sejam externamente visíveis, a felicidade tem uma localização específica: o cérebro, e está associada a dois diapasões essenciais da atividade humana, que são o prazer e o desejo, com a recompensa como correlato – esta relação tem sido estudada pelos psicólogos behavioristas desde o início do séc. XX (Kringelbach, 2006).

Acredita-se que, embora ainda de modo inicial, é possível estabelecer a “cartografia” da felicidade no cérebro humano, o que explicará porque repetimos os comportamentos compensatórios e eliminamos os que causam desconforto ou dor. Os químicos, naturalmente presentes no cérebro, responsáveis pela felicidade e o bem-estar são (Breuning, 2011): a serotonina, a dopamina, as endorfinas e a oxitocina. Embora possam ser ativados de modo natural, são muitas vezes artificialmente induzidos, nomeadamente, através da utilização de drogas, com efeitos recreativos ou para colmatar falhas resultantes de doenças do foro psicológico ou psiquiátrico.

Estuda-se a hipótese de chegar à felicidade atenuando ou suprimindo o desejo (e a insatisfação permanente, característica das nossas sociedades), bem como as emoções negativas (raiva, ira, medo, etc.), objetivo supremo do *nirvana* budista (Kringelbach, 2006), que a Psicologia Positiva vai ensaiando (Seligman & Csikszentmihalyi, 2000). Nesta linha, a felicidade caracteriza-se como fenómeno predominantemente subjetivo, mais dependente de traços psicológicos e socioculturais do que de fatores externamente determinados.

De entre as incontáveis definições de felicidade, podemos descrevê-la, em termos gerais, como “emoção básica caracterizada por um estado emocional positivo, com sentimentos de bem-estar e de prazer, associados à perceção de sucesso e à compreensão coerente e lúcida do mundo” (Ferraz et al., 2007:1). De qualquer modo, como acontece com o bem-estar, também na felicidade estão presentes um componente afetivo e um componente cognitivo (Veenhoven, 1991 *in* Rubin, 2010). Por isso, a avaliação global da vida supõe, por um lado, o modo positivo como o indivíduo se sente e os afetos que experiencia, e por outro lado, o grau em que as aspirações desse indivíduo são ou não satisfeitas.

Como se viu, a procura da felicidade tem sido, progressivamente, legitimada, particularmente nas nações livres e democráticas. A inovadora Resolução 65/309, da Assembleia Geral das Nações Unidas, formalizada em 25 de agosto de 2011, faz menção à prossecução da felicidade como demanda humana fundamental, à necessidade de uma abordagem mais holística para as questões relativas ao desenvolvimento, e à consciência de que a felicidade, enquanto meta universal legítima, está ligada aos próprios Objetivos do Milénio.ⁱⁱ

O bem-estar é, normalmente, associado a uma vida feliz e preenchida. Um novo ramo da Filosofia, a Filosofia Clínica, recorre a meios terapêuticos e de aconselhamento para tornar acessíveis aos indivíduos os benefícios decorrentes dos procedimentos filosóficos (capacidade reflexiva acerca da realidade e de si próprio, autonomia, espírito crítico, busca de equilíbrio), tendo em vista a saúde em termos globais. O termo foi delineado nos anos 70 do século XX pelo psicólogo alemão Hilarion Petzold (1971) e o objetivo seria desenvolver uma *philopraxis*, ou *praxis* filosófica. O autor foi, juntamente com outros especialistas, impulsionador de processos terapêuticos inovadores, ligados à Psicoterapia, que combinam técnicas e abordagens diversificadas e integradoras - a *Integrative Therapie* (2004).

O filósofo canadiano Lou Marinoff, autor do célebre livro *Mais Platão, Menos Prozac* (2001), destaca-se também nesta linha, considerando que a Filosofia pode ser uma terapia tão legítima como as terapias psicológicas, já que abarca áreas diversificadas e aprofunda a sua análise, dando conta da realidade complexa e paradoxal dos seres humanos. É particularmente útil quando estes se mostram insatisfeitos com os outros recursos.ⁱⁱⁱ

Embora ainda incipiente em Portugal, a Filosofia Clínica tem sido amplamente divulgada no Brasil, tendo Lúcio Packter como um dos seus principais mentores. Packter vê no filósofo clínico alguém que pode ajudar a definir “as coordenadas existenciais” (1997:11). McNamee & Gergen, em *Therapy as Social Construction* (1992), trazem-nos uma abordagem construtivista social, insistindo na noção de vidas construídas social e culturalmente.

As tendências atuais parecem apontar para a convergência de abordagens ao nível dos processos terapêuticos e as reflexões dos filósofos têm contribuído para o trabalho de psicólogos, psicanalistas e terapeutas. Na base, temos a ação humana como atividade transformadora e geradora de significado. A partir de raízes humanistas, fenomenológicas, hermenêuticas e axiológicas, será mais fácil entender como os sujeitos se percebem e representam a si próprios e como o fazem em relação ao mundo que os rodeia. [“(...) in the meantime a common consciousness is emerging across many of these domains (feminist scholars, phenomenologists, constructivists hermeneuticists), one that senses the possibility for a form of unification. (...) The integrative vehicle is social constructionism (McNamee & Gergen, 1992:3)].

O bem-estar (*well-being* e, por vezes, *welfare*) é analisado num vasto leque de contextos. É, ainda, frequentemente associado ao nível mínimo de conforto e dignidade de que os cidadãos de um país devem usufruir. Os estados e governos são impelidos a prover as ajudas necessárias para tal. Esse papel é igualmente desempenhado, em especial nos países menos desenvolvidos, por ONG e grupos religiosos.

Embora compreenda uma vertente obviamente subjetiva (o SWB - *Subjective Well-Being*), respeitante ao modo como as pessoas individualmente avaliam as suas vidas em termos emocionais e cognitivos (Diener et al., 2002), o bem-estar tem sido medido também em termos coletivos, associado a parâmetros como a Qualidade de Vida (QOL-*Quality of Life*, em inglês), a não confundir com o termo “padrões de vida”, uma vez que estes são aferidos pelo estatuto socioeconómico dos indivíduos. Assim, a qualidade de vida engloba não apenas o usufruto de riqueza material, mas também o emprego, a saúde física e mental, o ambiente construído, a educação, o lazer e a necessidade de pertença social. Por conseguinte, encontra-se veiculada a noções como a liberdade ou a felicidade, ainda que se tenha verificado que quando se faz coincidir a qualidade de vida com o desafogo económico, tal se traduz num aumento do conforto, mas não da felicidade, a dada altura.^{iv}

A World Health Organization (WHO), organismo coordenador das Nações Unidas, sublinha que a saúde não é apenas a ausência de doença, mas o resultado global do bem-estar em termos físicos, mentais, sociais e culturais, constituindo um direito fundamental de todos os seres humanos, sem exceção.^v Consequentemente, a qualidade de vida denota o modo como os indivíduos percecionam a sua posição na vida, com base no seu contexto cultural e axiológico e em relação às suas expetativas, objetivos, preocupações e padrões.^{vi} Trata-se de um conceito amplo, no qual estão implicados a saúde física, o estado psicológico, os relacionamentos sociais, o nível de independência, as crenças pessoais e a relação com o meio.

Em 1997, a WHO reconhecia que existiam instrumentos para avaliar a frequência e a severidade de doenças, mas a qualidade de vida e o bem-estar necessitavam de indicadores de mensuração. Por isso, desenvolveu, em colaboração com especialistas de todo o mundo, o WHOQOL-100 e o WHOQOL-BREF, adaptáveis a uma variedade de contextos culturais. No capítulo IV, serão analisados vários índices

e indicadores desenvolvidos para aferir os níveis de bem-estar, de sustentabilidade e de felicidade no interior dos países e entre eles, permitindo estabelecer comparações.

I.2 - A Sustentabilidade como Imperativo da Contemporaneidade

O termo sustentabilidade começou a delinear-se na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on Human Environment*- UNCHE), em Estocolmo, em junho de 1972^{vii}, onde se produziu a que é conhecida como “Declaração de Estocolmo”. O objetivo era promover políticas de alcance internacional e ações que ajudassem a reverter a degradação ambiental e a poluição e que minorassem as discrepâncias sociais e o fosso entre os países industrializados e os países em desenvolvimento, apostando num desenvolvimento equilibrado e responsável.

Em 1980, a *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), em cooperação com o *United Nations Environment Programme* (UNEP), a *World Wildlife Fund* (WWF) e a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), prepararam a *World Conservation Strategy, Living Resource Conservation for Sustainable Development*. Aqui, foram traçadas as linhas do desenvolvimento sustentável nos seus três eixos fundamentais: económico, social e ambiental, sublinhando-se a necessidade de conservação e preservação dos recursos como forma de garantir a integridade do Planeta e a continuação de vida na Terra [“For if the object of development is to provide for social and economic welfare, the object of conservation is to ensure Earth’s capacity to sustain development and to support all life” (IUCN, UNEP, WWF, 1980:1)].

Contudo, é apenas alguns anos mais tarde, em 1987, que a *United Nations World Commission on Environment and Development* (WCED), publica o relatório *Our Common Future*, conhecido como Relatório Brundtland, formalizando o que tinha sido delineado pela *World Conservation Strategy*. Havia que colocar os assuntos relacionados com o ambiente como prioridade na agenda política internacional, discutir as implicações entre ambiente e desenvolvimento, fortalecer a cooperação internacional e encontrar novas formas de ação que pudessem limitar ou erradicar os padrões de insustentabilidade. Além disso, aumentar o conhecimento e a consciencialização dos

indivíduos, das ONG, dos governos e das empresas para problemas como a redução da pobreza, a igualdade de género, a correta distribuição da riqueza, as repercussões em termos ambientais do crescimento económico, contribuindo para dar corpo ao que deve ser o desenvolvimento sustentável.

Nesta linha, reconhece-se que qualquer crise a que parte do Planeta fosse sujeito, teria repercussões a nível global, exigindo a cooperação e participação de todos os setores da sociedade na prossecução de um desenvolvimento que promovesse o bem-estar e o conforto dos indivíduos, mas também a sustentabilidade. Iniciou-se, assim, um novo enfoque da noção de desenvolvimento, reconhecendo as suas limitações e separando-o de uma conceção maioritariamente económica. Isto significa ter em consideração a satisfação das necessidades do presente, mas sem colocar em causa que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades.^{viii}

O Relatório Brundtland preparou um extraordinário evento: a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano- Rio 92, que congregou uma enorme força humana. Discutiram-se estratégias e meios de promover e implantar o desenvolvimento sustentável a nível mundial, através da alteração dos padrões de consumo, do combate eficaz à pobreza e promoção da saúde, conservação dos recursos e preservação dos ecossistemas, e ainda, a integração das questões ambientais e do desenvolvimento humano equitativo nas medidas políticas e tomada de decisões. A Agenda 21 constitui um dos principais resultados da Cimeira Rio-92. Traduz a importância de cada país assumir o compromisso de refletir, através dos governos, das empresas, das ONG e da sociedade civil, nas questões relativas ao ambiente e ao desenvolvimento em termos quer globais, quer locais. Isto implica repensar os paradigmas vigentes e as coordenadas subjacentes às ideias de progresso e de desenvolvimento (UNSD, 1992). A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio ou *Millennium Development Goals* (UN, 2000) veio complementar e ajustar o que tinha sido inicialmente delineado pela Agenda 21 (com as suas variantes locais).

Solow (1991) concebe a sustentabilidade como um conceito vago que assenta em obrigações relativamente às gerações futuras. Mas isso não pode significar deixar o mundo como o encontramos, já que tal não é exequível. Portanto, o autor coloca a

tónica na obrigação de nos conduzirmos de modo a que possamos deixar aos vindouros o leque de opções e as potencialidades de que pudemos dispor.^{ix}

Neumayer (2004, 2011) salienta que a sustentabilidade é frequentemente entendida em termos de sustentabilidade ambiental e insiste na conceção de muitos economistas, referente à manutenção da capacidade de promover o bem-estar ao longo do tempo. Embora as noções de bem-estar e de sustentabilidade se encontrem intrinsecamente ligadas, enquanto o bem-estar em si está mais voltado para as necessidades do presente, a sustentabilidade dirige-se para um prolongamento no tempo e uma atenção dada ao futuro. Por isso, é fundamental potenciar um *stock* de capital não declinável ao longo do tempo (Solow,1991) e manter intacto o capital total (Neumayer,2004),^x que inclui:

- a) **O capital manufacturado** – É o que se produz por meio das atividades económicas e incremento das tecnologias. Compreende máquinas, fábricas, infraestruturas e outras construções humanas. O capital manufacturado pode interferir com o capital natural e de modo nenhum possui valor neutro; as tecnologias, produções e instrumentos humanos, refletem determinadas circunstâncias sociais, valores culturais e mundivisão, relacionando-se com o capital cultural (Berkes & Folke, 1992);
- b) **O capital humano** – A importância dada ao capital humano foi destacada por um grupo de economistas neoclássicos, percursores da Escola de Chicago, onde se contavam Schultz (1962, 1973), Mincer (1958) e Becker (1964), entre outros. Criaram a Teoria do Capital Humano, na senda da Economia da Educação e enquanto esforço para explicar os ganhos de produtividade que o fator humano, aliado à educação, concedia à produção. O *Novíssimo Dicionário de Economia*, de Sandroni (1999), salienta que “o índice de crescimento do capital humano é considerado um dos indicadores do desenvolvimento económico” (Sandroni, 1999:80), concebendo esse tipo de capital como um conjunto de aptidões inatas ou adquiridas no processo de aprendizagem. O valor do capital humano é hoje inegável e amplamente estudado;
- c) **O capital natural** – Engloba tudo aquilo que a natureza produz e que aporta bem-estar aos seres humanos, desde os recursos naturais, até à capacidade

que o ambiente possui de absorver a poluição. O facto de o capital natural estar associado a sistemas naturais, destaca-o dos outros tipos de capital e de certas concepções académicas. De qualquer modo, é necessário lembrar que a importância dada ao capital natural é preponderante na exequibilidade da sustentabilidade. Costanza & Daly (1992) apontam não ser possível um nível mínimo de sustentabilidade se não se mantiverem as reservas de capital natural aos níveis da atualidade, ou a níveis superiores.^{xi} Costanza et al. (1997) acentuam a extrema importância dos serviços decorrentes dos sistemas ecológicos e dos *stocks* de capital natural para o funcionamento do suporte de vida da Terra e a manutenção do bem-estar.^{xii} Portanto, quando os recursos naturais sofrem interferências das atividades humanas de produção e consumo, o capital natural pode estar em risco, pelo não cumprimento das suas funções mais relevantes e insubstituíveis, e transforma-se em capital natural crítico. Consequentemente, há que atender às circunstâncias de irreversibilidade do capital natural;

- d) **O capital social** – Embora difícil de definir, pode estender-se aos níveis de confiança e relações de reciprocidade que se estabelecem na economia, bem como, às redes sociais, às organizações dentro da sociedade civil, à cooperação e ao clima de confiança que se gera entre os indivíduos (Coleman, 1988; Fukuyama, 2000). Fukuyama tece, inclusivamente, um paralelismo entre o capital social, o bom funcionamento da economia e a estabilidade democrática. [“Social capital is important to the efficient functioning of modern economies, and is the *sine qua non* of stable liberal democracy” (Fukuyama, 2000:3)].

Para Sachs (1990), a sustentabilidade não é um conceito estático porque tem de considerar as necessidades de uma população crescente num enquadramento internacional em constante expansão. Por isso, apresenta-se como fenómeno complexo e multidisciplinar. Neste contexto, o autor destaca cinco dimensões principais de sustentabilidade: a) a dimensão social, associada à distribuição justa da riqueza e redução das desigualdades sociais; b) a dimensão económica, ligada ao fluxo de investimentos públicos e privados e à necessidade de uma gestão correta dos recursos naturais; c) a dimensão ecológica,

relacionada com a minimização da deterioração ambiental e com o uso dos recursos pelos vários ecossistemas; d) a dimensão geográfica, que tem como objetivo uma distribuição mais equilibrada dos espaços rurais e urbanos; e) a dimensão cultural, que trabalha para que as mudanças que surgem tenham em consideração o respeito por todas as culturas. De qualquer modo, a sustentabilidade é normalmente perspectivada em três grandes dimensões ou pilares, a partir dos quais se analisa a própria questão do desenvolvimento (sustentável) – a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade social e a sustentabilidade económica. É sobre eles que em seguida nos debruçaremos.

I.2.1 – Perspetivas de Sustentabilidade

A) A Sustentabilidade Ambiental

A sustentabilidade é um conceito dinâmico que radica em escolhas e na *praxis* humana. Confia na habilidade dos seres humanos para procurarem o desenvolvimento económico e o bem-estar sem destruírem as funções e componentes dos ecossistemas. Desenha-se, assim, um paralelismo entre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, que não pode confundir-se com crescimento sustentável (*sustainable growth*). A economia não deve, pois, desvincular-se do seu contexto ecológico e ético. As preocupações da macroeconomia, assentes num crescimento infinito e ilimitado, num planeta com recursos frágeis e finitos, não são física nem economicamente viáveis, nem moralmente desejáveis (Daly & Townsend, 1993). Paralelamente, foi-se assistindo ao florescimento da necessidade de preservação do capital natural e generalizaram-se termos como “Economia Verde” e “Economia Ambiental”, uma vez que estes campos da economia têm tido um impulso considerável nos últimos anos (Daly & Townsend, 1993; UNEP, 2011).

A realidade a que temos assistido, sobretudo nas últimas décadas, mostra-nos alterações perigosas e extremas de que somos autores e vítimas. O excesso de poluição do ar, dos solos e das águas, a extinção em massa de espécies, a perda da biodiversidade, a desflorestação e o aproveitamento de terrenos para a alimentação animal, a libertação de gases com efeito de estufa, com consequências graves para o aquecimento global, como o degelo das calotes polares, a desertificação, a subida das

temperaturas médias e do nível das águas dos oceanos, são apenas alguns exemplos de como as ações antropogênicas contribuíram, em pouco tempo, para alterações globais muito significativas^{xiii}.

Estas transformações profundas são resultado direto de uma tendência universal: a globalização, enquanto processo de expansão de ligações sociais, económicas, culturais, políticas, científicas, tecnológicas, e até, religiosas, a nível mundial. O expoente deste absoluto engajamento pode encontrar-se na Teoria do Caos, criada pelo matemático Edward Lorenz (1963) cuja base é o “efeito borboleta”, isto é, a ideia que o bater das asas de uma borboleta em Tóquio pode provocar um furacão em Nova Iorque. A globalização será objeto de uma análise mais detalhada no capítulo II desta dissertação.

As Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) estão cientes que o futuro das pessoas e do ambiente se interligam, havendo necessidade de alterar padrões e hábitos de produção e de consumo.^{xiv} Nesta linha, o objetivo principal do *Millenium Ecosystem Assessment* (2005), que avalia as consequências das mudanças nos ecossistemas devido à ação humana, é a tentativa de estabelecer as bases científicas das ações necessárias para promover a conservação e o uso sustentável dos ecossistemas e suas contribuições para a satisfação das necessidades dos seres humanos, não obstante a constatação de que nas últimas décadas, para prover essas necessidades, se tenham gerado alterações irreversíveis, contrastantes e injustas.^{xv}

Os povos mais pobres são também os que mais dependem da agricultura de subsistência e os que mais sofrem com a degradação ambiental e as alterações climáticas [“The risk of death or disability and economic loss resulting from natural disasters is increasing globally and is concentrated in poorer countries.” (United Nations, 2010: 8)]. A escassez e má qualidade da água é uma preocupação real, uma vez que o precioso líquido é necessário em todos os aspetos da vida. É fundamental para satisfazer as necessidades humanas mais básicas, possibilitar o desenvolvimento socioeconómico e assegurar a integridade dos ecossistemas existentes (UN-DESA, 2012:1). A falta de acesso a energias limpas e sustentáveis é, também, um grande obstáculo (WWF, 2011). O número de refugiados ambientais cresce aceleradamente, sobretudo na África Subsariana, agravando os níveis de pobreza existentes, como

sublinha a *International Organization for Migrations* (IOM). Segundo este organismo, em 2008, 20 milhões de pessoas foram obrigadas a deslocar-se devido a efeitos climáticos extremos, e cerca de 4.6 milhões sujeitaram-se a migrações internas devido a conflitos armados e/ou violência. Em termos mundiais, estima-se que existam aproximadamente 212 milhões de migrantes (OIM, 2009:5).

Soromenho-Marques (1993) destaca que o mais difícil não é consciencializar os cidadãos e os órgãos decisores para a existência e os perigos da crise ambiental e social global; a dificuldade está em combater a inércia e a falta de medidas eficazes e conjuntas, ou o deficiente acompanhamento dessas medidas. Portanto, o desafio passa por encontrar uma “realpolitik” e tomadas de decisão justas e equilibradas em matéria de ambiente^{xvi}. O futuro é frágil (Soromenho-Marques, 1998) se não entendermos o fracasso da razão dominante, instrumental, e do seu otimismo “crónico”. Então, há que cultivar uma certa humildade, afastada das utopias arrogantes, e apostar na consciencialização, no respeito e na responsabilização, tanto em termos individuais como coletivos.

B) A Sustentabilidade Social

A alínea anterior iniciou a confirmação das articulações que se estabelecem entre a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade social e a sustentabilidade económica - que será objeto de análise mais adiante. A depleção de recursos e a destruição ambiental reduzem as possibilidades de sobrevivência das espécies, incluindo, a espécie humana, e reforçam as desigualdades socioeconómicas, impulsionando a dependência em relação à ajuda externa. As mulheres, as crianças e os idosos são os grupos humanos mais afetados. Para uma visão mais ampla, há que entender a pobreza em termos multidimensionais, já que ela significa muito mais do que a privação económica (OPHI&UNDP, 2011).

Segundo a UNICEF (2012), devido ao êxodo rural e procura de melhores condições de vida, existe uma população crescente de crianças dos países em vias de desenvolvimento a viver em ambientes urbanos, perfazendo mais de mil milhões. Mas, contrariamente à ideia comum de cidade como local de oportunidades, muitas destas

crianças sobrevivem no meio da escassez, de privações várias e em situação de exclusão, sobretudo em África.^{xvii}

Embora se tivesse assistido, nos últimos anos, a uma melhoria no acesso às condições de saúde e a um decréscimo na mortalidade infantil, haverá dificuldade em cumprir até 2015, as metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) - *Millennium Development Goals* (MDG) - a este respeito. Devido ao aumento global da população mundial e seu envelhecimento acentuado, sobretudo nos países mais prósperos, assiste-se à prevalência de doenças não contagiosas e não transmissíveis, como a diabetes, os problemas cardiovasculares ou o cancro (WHO, 2012).

Os conflitos armados (UNHCR, 2012), as desigualdades de género e no acesso à educação (UNDP, 2012b; UNESCO, 2012), o desemprego (World Bank, 2012), a insegurança alimentar (FAO, 2012), o desrespeito pelos direitos fundamentais dos povos indígenas (United Nations, 2008; World Bank, 2011), são igualmente questões fundamentais que desafiam os governos, as instituições e a sociedade civil, e que constituem obstáculos à sustentabilidade, particularmente, à sustentabilidade social. Por isso, há que reduzir as assimetrias (Sousa Santos, 1997, 1998/1999, 2007) capacitar os indivíduos e autonomizá-los, torná-los responsáveis pelo seu desenvolvimento pessoal e social e pelo seu entorno. Só assim é possível desenvolver a cidadania ativa e participativa nas sociedades democráticas (Dalh, 2001; Estanque, 2006), e o *empowerment* fundamental para revitalizar os órgãos de poder e as decisões políticas, assim como o tecido social, empresarial e económico (UNDESA, 2013), sobretudo a nível regional e local (UNSD, 1992; UNDP, 2012a) [“Empowering individuals and social groups requires a comprehensive set of policies and institutions. From education and health care to economic and social policy, activities that seek to empower people are expected to increase opportunities and improve people’s quality of life.” (Larisa Belskaya in UNDESA, 2013, s/p)].

A relação que se estabelece entre a sustentabilidade, o bem-estar e a felicidade, o fortalecimento e *empowerment* dos indivíduos e dos grupos - particularmente a nível local, - o reconhecimento de modelos de racionalidade inclusiva, passando pelo no

impulso de uma cidadania mais participativa e ativa, irão sendo amplamente tratadas ao longo dos capítulos subsequentes.

C) A Sustentabilidade Económica

Pelo que tem vindo a ser exposto, facilmente se compreende que a sustentabilidade esteja dependente de uma mudança de paradigma, quer em termos conceptuais, quer na prática. Alguns autores acreditam que essa mudança, relativamente ao paradigma económico dominante, tem de passar pelo entendimento da complexidade nas suas múltiplas aceções (Graça & Lopes, 2010), incluindo a complexidade social - tema recorrente da reflexão sociológica – bem como, da noção de interdependência, característica das sociedades contemporâneas e capitalistas (Durkheim, 1893). Efetivamente, desenharam-se já fortes críticas ao modelo macroeconómico vigente, de inspiração neoclássica, e assente na noção de sustentabilidade fraca, como mais detalhadamente se verá no capítulo IV.

Então, a sustentabilidade económica estará próxima de uma conceção de desenvolvimento sustentado e sustentável, assim como da atenção aos atuais meios de produção e aos padrões de consumo, considerados insustentáveis (Commission of the European Communities, 2008) e até, eticamente reprováveis (Camacho et al., 1998).

Uma economia que vive do capitalismo agressivo, assente na globalização, desrespeitando muitas vezes os direitos de quem produz (Marx, 1867), que permite a deslocalização de empresas para países onde a mão-de-obra barata, a falta de condições e de legislação adequada, agudizam os problemas socioeconómicos e as desigualdades existentes, ao mesmo tempo que engordam os lucros das grandes empresas e das corporações, que dominam, afinal, os mercados (Frynas & Pegg, 2003; Nunes, 2011), não pode ser uma economia com futuro assegurado. Imaginando-se que fosse, as implicações de carácter ambiental, humano, social e ético-moral deveriam ser suficientes para se considerarem as alternativas. É isso que tem acontecido nos últimos anos.

A consciência da necessidade de mudança foi reforçada pela atual crise económica e pelo incumprimento das promessas reais e veladas do capitalismo neoliberal (Smith, 1776; Saad-Filho & Johnston, 2005). Deste modo, há quem proponha passar do paradigma de uma economia acelerada, com base na acumulação compulsiva

de bens e de capital, para uma “economia do suficiente” (Boff,2003). Sachs (1973,1980), na linha da ecossocioeconomia (2007) relaciona o desenvolvimento com as questões sociais e ambientais, entendendo-o como combinação de crescimento económico, aumento do bem-estar social e preservação ambiental, reforçando a necessidade da luta contra as alterações climáticas, o progresso socioeconómico e a urgência da economia “humanizada”. Outros, referem um *New Deal* dos nossos tempos, o *Green New Deal* (Heinrich Böll Stiftung, 2009), num panorama que não distingue apenas entre a dicotomia *Blue Collar* ou *White Collar Economy*, mas em que se cria um terceiro elo conciliador, a *Green Collar Economy*. A *Green Economy* viria, assim, apresentar-se como alternativa à *Grey Economy*, assente no uso dos combustíveis fósseis - petróleo, carvão e gás natural - e das energias não renováveis (Jones, 2008). Apesar de tudo, esta economia “verde” não é desprovida de críticas, sobretudo por quem a denuncia como meio de mercantilização dos recursos e a opõe a uma economia verdadeiramente solidária e ecológica (Boff, 2012).

Portanto, em vez de ser o centro das nossas vidas, altar sacrificial das nossas prioridades, da nossa energia, e até, da nossa saúde, a economia deve ser um meio, entre outros, de viabilização da atividade humana, com vista a finalidades que excedam e complementem a dimensão puramente económica ou material da vida.

Como apontamento final deste capítulo, destaca-se a necessidade de uma revisão geral dos valores e da História (Baudrillard, 1995), um regresso à autenticidade em detrimento de existências “plastificadas”, incaracterísticas e *light*. Uma redescoberta dos saberes antigos e das racionalidades leigas, possível por uma “reconciliação” interna dos indivíduos consigo, mas também com os outros seres e com o ambiente. O nosso estudo demonstrará como é possível conjugar os três eixos que nos propusemos trabalhar – a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade, – de modo nenhum excludentes, antes complementares, com as exigências do mundo contemporâneo, sem nos perdermos na voracidade do lucro fácil ou da perda de identidade, aproveitando recursos naturais, culturais e humanos únicos e irrepetíveis. E como, num clima económico agónico, se podem engendrar iniciativas que impulsionam o desenvolvimento local e regional e a manutenção do equilíbrio (ecológico, social, económico).

Capítulo II – O Mundo Globalizado

II.1 – Sentidos e Consequências da Globalização

A globalização é um fenómeno atual, complexo e irreversível. Tomou conta das nossas vidas de modo por vezes impercetível, mas bem real. Gregory et al., em *The Dictionary of Human Geography* (2009), entendem a globalização como processo inevitável e incessante de integração, alimentado pelo capitalismo de mercado livre e pelo neoliberalismo. Sousa Santos (2006:393) caracteriza-a como fenómeno multifacetado, no qual as dimensões, económica, social, política, cultural, religiosa e legal se interligam de modo intrincado.

Contrariamente ao que possa pensar-se, a génese da globalização não é recente. Foi iniciada pelos Portugueses e pelos Espanhóis, continuada pelos Ingleses e Franceses, aquando das Descobertas e da Expansão Marítima. Contudo, intensificou-se e alastrou como fenómeno económico-político com a Revolução Industrial, o comércio livre e a criação dos estados democráticos. Em termos socio-filosóficos, está ligada ao Iluminismo e apogeu do pensamento racionalista, aos avanços técnico-científicos e à conceção de sociedades igualitárias.

A nossa é uma época conturbada e confusa em termos ideológicos, ambientais, axiológicos, sociais e político-económicos. Giddens (2006) considera que “estamos a viver um período histórico de transição muito importante” (Giddens, 2006:15), sendo que as mudanças não se confinam a uma região ou país, mas dizem respeito a todo o Planeta. Neste caso, a globalização traduz, também, uma mundialização. Mas, contrariamente ao mundo ordenado, estável e previsível que alguns anteviram, estamos perante um mundo “virado do avesso”, com “situações de risco (...) que nenhuma geração anterior teve de enfrentar”. (Giddens, 2006:16). A globalização é sobretudo dirigida pelo modelo tecnológico, científico e cultural ocidental e está a “reestruturar as nossas formas de viver” (Giddens, 2006:17), isto é, onde e como trabalhamos, o que comemos e vestimos, como nos divertimos, que locais visitamos, que livros ou filmes escolhemos. Somos remetidos para ideias, conceções, valores e comportamentos massificados, que afetam tanto a vida individual e social, como os acontecimentos e decisões à escala planetária.

Sendo um fenômeno ambivalente, a globalização tanto permite o acesso a locais, bens e serviços antes inimagináveis e a conquista de direitos laborais, humanos e civis fundamentais, como pode conduzir, pela sua voracidade insaciável, à perda de identidade, dos saberes e dos modos de vida tradicionais e irrepetíveis, agravando também as desigualdades existentes e esmagando as formas de racionalidade não dominante. Sousa Santos (2006:393) adverte que muitas das enormes mudanças trazidas pela globalização a nível planetário não são positivas, traduzindo-se num aumento da desigualdade entre países e no interior dos mesmos, de desastres ambientais, de conflitos étnicos, de migrações em massa, da emergência de novos estados enquanto outros colapsam, da proliferação de guerras civis, de limpezas étnicas, de crime organizado, de terrorismo, de militarismo, etc..

Já Baudrillard (2003) tinha destacado que o terrorismo de hoje não é especialmente produto da tradição anárquica, nem do *nihilismo* ou do fanatismo; é antes parceiro da globalização. Corrigiu, também, a que, a seu ver, era uma analogia imprecisa entre os termos “globalização” e “universalização”. Enquanto a universalização se relaciona com os direitos humanos, a liberdade, a cultura e os valores democráticos, a globalização centra-se na tecnologia, nos mercados, no turismo e na massificação da informação. Quando uma cultura se globaliza, corre o risco de perder as suas singularidades e morrer. Isto é tão válido para as culturas “forçadas” a assimilarem o modelo da modernidade ocidental, como o é para esse próprio modelo, “perdido” em termos de identidade, de referências e de valores [“we are dying because we are losing our own singularity and exterminating all our values (Baudrillard, 2003:s/p)]. Com frequência, incorre-se, ainda, na tentativa de “branquear” os momentos decisivos mas menos felizes da História Ocidental (Baudrillard, 1995), como o Holocausto ou a Guerra Fria, distorcendo os acontecimentos e impedindo a aprendizagem pelo(s) erro(s), evitando repeti-lo(s).

A avaliar pelas tendências mundiais, europeias e até nacionais, é caso para perguntar se estaremos irremediavelmente reféns do neoliberalismo, da tirania dos mercados e da crescente importância do setor privado em detrimento do setor público. Saad-Filho & Johnston (2005) sublinham a relação estreita entre o neoliberalismo, a globalização e o imperialismo, que, a seu ver, está bem vivo, por exemplo, no afã norte-americano de “civilizar” o mundo e dominá-lo economicamente, através das grandes

corporações e empresas multinacionais.^{xviii} Sousa Santos (2006) parece corroborar esta ideia, uma vez que se reporta à globalização como um vasto campo social onde os grupos, os poderes, os estados, as ideologias e os interesses hegemónicos e dominantes, colidem com os contra-hegemónicos, subordinando-os. Este procedimento tem gerado uma espécie de “contra movimento” organizado e transnacional de resistência à aniquilação e ao esmagamento.

Ou seja, enquanto por um lado, a globalização se caracteriza pela diluição das fronteiras nacionais e a universalização de modelos, por outro lado (como reação?), gera a necessidade de afirmação da identidade própria, da diversidade local e regional, da valorização étnica, bem como um retorno aos valores tradicionais e comunitários. Assim, “globalization appears to be the other side of localization, and vice versa” (Sousa Santos, 2006:393). Isto talvez explique a recente “redescoberta” de Portugal pelos portugueses, a valorização das suas tradições e manifestações culturais, bem como, das atividades e produtos típicos das várias regiões do país.

Bourdieu & Wacquant (2001) denunciam um novo tipo de imperialismo, com uma linguagem exclusiva (*NewLiberal Speak*) e efeitos mais poderosos e perniciosos, promovido pelos adeptos da revolução neoliberal, que escudando-se sob a capa da modernização, tentam refazer o mundo, instalando uma nova ordem e rompendo com as conquistas sociais, laborais e económicas anteriores. Para os autores, este tipo de imperialismo, que também é cultural, apresenta-se, juntamente com a dominação de género ou de etnia, como modo de “violência simbólica”, na medida em que se universalizam pressupostos teóricos e modelos associados a experiências históricas próprias, “impondo-os” como ortodoxia [“Like ethnic or gender domination, cultural imperialism is a form of *symbolic violence* that relies on a relationship of constrained communication to extort submission.” (Bourdieu & Wacquant, 2001:2)]. Essa “formatação” influencia, inclusivamente, organizações internacionais supostamente neutras, como o Banco Mundial, o FMI, a Comissão Europeia ou a OCDE.

Por fim, Ahmad (2011) adverte para o facto de a globalização poder incompatibilizar-se com a manutenção dos direitos humanos, porque ao ser engendrada e orientada pelas elites corporativistas e as grandes companhias multinacionais, se dirige maioritariamente para ações e negócios com fins comerciais e geradores de lucro. Ao

estar dependente dos mercados e das ideologias neoliberais, escusa-se aos princípios normativos de justiça e de humanidade. Por fazer da maximização do lucro uma prioridade, coloca frequentemente à margem os direitos humanos e as responsabilidades sociais.^{xix}

II.2 – As Sociedades Urbanizadas, Massificadas, Mestiças e de Consumo

Conforme nos diz Santos (2012), “o surgimento de uma população humana fortemente globalizada é provavelmente o facto social à escala mundial mais importante da segunda metade do século XX” (Santos, 2012:53). Para este autor, a globalização tem sobretudo dois componentes, que são, a interdependência entre as várias regiões e países no que diz respeito ao comércio, à produção, ao consumo, à economia, finanças e investimento, mas também, a partilha cada vez maior de modos de comportamento, formas de estar, e de padrões sociais, económicos, políticos e culturais. Num mundo cada vez mais povoado, a exigência e crescimento das atividades que suportam a globalização e a convergência económica entre os países mais e menos industrializados, estão a gerar impactos acentuados a vários níveis no sistema terrestre.

O crescente êxodo rural, cujo processo na Europa remonta à Industrialização, transforma cidades da Ásia, de África e da América do Sul em metrópoles desordenadas, caóticas e sobrepovoadas, onde imperam a poluição, a falta de condições de higiene e de salubridade, o desemprego, a mendicidade, o crime organizado e as redes de tráfico. Simultaneamente, atendendo à literatura produzida e aos projetos levados a cabo, cresce o esforço global para transformar as zonas urbanas em palco de oportunidades, de cidadania e de desenvolvimento.^{xx} Concomitantemente, a valorização da cidadania é consentânea (mas não exclusiva) com o local que a viu nascer na Grécia Antiga, a cidade (*polis*).

Na reinvenção do espaço público sobressaem os pilares em que assenta a nossa época: cultura, democracia, consumo [“(…) o político é, hoje em dia, quase indissociável do cultural e do económico.” (Cabral et al., 2008:17)]. Por isso, multiplicam-se, também, as iniciativas de promoção de uma cidadania ativa, de participação e de governança democrática, com a preocupação por parte dos governos, das instituições e dos serviços públicos, de incluir a sociedade civil e os cidadãos -

apesar da diversidade e heterogeneidade das suas formas de estar e de viver - nos processos de tomada de decisão, ainda que por vezes, de forma não inteiramente conseguida. Até porque, os parâmetros, as noções e os limites que organizaram a nossa realidade durante tanto tempo, se encontram agora esbatidos.^{xxi}

As sociedades contemporâneas são, efetivamente, maioritariamente urbanas, massificadas, mestiças e de consumo. É difícil escapar aos apelos e à magia que a publicidade, auxiliada na atualidade pelo poderosíssimo *neuromarketing*, exercem sobre os indivíduos e as sociedades. Portugal não constitui exceção. O que se compra e como se compra, é aliás, um dos critérios mais importantes para medir a diferenciação social (Ribeiro, 2008:1). Contudo, a compreensão que temos deste fenómeno não é unânime nem pacífica, já que, enquanto para uns o consumo é um instrumento de liberdade e de abertura de possibilidades, para outros significa dependência e dominação (Ribeiro, 2008:3). Mont (2007), citado pelo *Stockholm Environment Institute* (2009), reforça o que já tinha sido delineado no capítulo 4 da Agenda 21 (UNSD, 1992) relativamente à importância de se cultivarem estilos de vida e padrões de consumo sustentáveis, que possam ir ao encontro das necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida das populações, minimizando o uso dos recursos naturais e dos poluentes, e evitando os desperdícios. Estas ações são fundamentais quando equacionamos as gerações futuras.

Michel Serres (1994) assume, na era do global, o sujeito, e por inerência, a educação, como abertura à descoberta da alteridade alargada, à diversidade cultural e portanto, à mestiçagem. A aprendizagem dá-se neste processo de fusão e de cruzamento, porque só se aprende o que ainda não se sabe e inicialmente se estranha – o *eu* sai da sua zona de conforto e encontra o *outro*, originando-se deste encontro um mestiço, o *terceiro instruído*. Contudo, nem sempre a mestiçagem é bem sucedida, como acontece ainda, a título de exemplo, nos EUA, com a separação geográfica e cultural das várias etnias, contrariamente a países como o Brasil, em que a fronteira entre raças, culturas e línguas parece estar mais esbatida. Em contraste com o lado positivo da mestiçagem apresentado por Serres, existe a ideia de que ela poderá contribuir para a confusão cultural, a perda das características identitárias dos povos, e a substituição dos seus valores e modos de vida habituais.

Não obstante, Cuche (1999) apoia-se em Sapir para referir que o processo de trocas culturais e a própria aculturação resultante, não significam a pura conversão de uma cultura a outra. Ou seja, as transformações operadas na cultura inicial supõem uma seleção dos elementos tomados de empréstimo, segundo os modelos e orientações dessa cultura. Logo, a aculturação e as influências exógenas não incluem, necessariamente, o desaparecimento da cultura inicial nem a sua modificação estrutural, nem sequer implicam uma uniformização cultural. Nesta linha, Herskovits (1948, 1955) vem propor um novo conceito - o de “reinterpretação” - que sintetiza o modo como cada grupo cria novas sínteses culturais a partir de influências exógenas. Segundo esta perspetiva, as significações antigas poderão ser atribuídas a elementos novos, ou então, os valores recentes vêm transformar a significação cultural de formas antigas. Cuche (1999) sublinha, ainda, que é mais fácil operar a transposição dos elementos não simbólicos das culturas, como os técnicos e materiais, do que os elementos simbólicos, sejam eles religiosos, ideológicos, ou outros.

II.3 – Crescimento Económico e Desenvolvimento

Persiste, ainda hoje, a confusão entre os conceitos “crescimento económico” e “desenvolvimento”, fazendo-se depender o segundo do primeiro. Como se verá no capítulo IV, tem existido da parte dos académicos, dos governos e das ONG, a preocupação em entender o desenvolvimento na sua complexidade, e portanto, não apenas como subsidiário do crescimento económico, até porque pode existir crescimento económico, sem que este traduza um aumento da qualidade de vida e do bem-estar das sociedades, como sucede, por exemplo, na China e na Índia (Ribeiro, 2012).¹ O crescimento económico assenta, essencialmente, na capacidade de produção de riqueza e no aumento do PIB, sendo por isso mais de cariz quantitativo, enquanto o desenvolvimento está sujeito a uma apreciação qualitativa, na medida em que exprime o nível de bem-estar de uma população e a satisfação das suas necessidades, nomeadamente, através do acesso a condições de saúde, educação, habitação, etc.,

¹ Ribeiro, Cadima J., *Economia Portuguesa e Europeia* –Blogue de apoio à Unidade Curricular “Economia Portuguesa e Europeia”. Universidade do Minho, 05 de Junho de 2012. Disponível em <http://ecportuguesaeeuropeia.blogspot.pt/2012/06/desenvolvimento-vs-crescimento.html>. Consultado a 01-04-2013.

recorrendo a indicadores sociais, culturais, económicos e políticos. Ou seja, o desenvolvimento surge como resultado da aplicação do crescimento económico na criação de melhores condições de vida.

Se até ao início da atual crise económica e financeira, os países tentavam conciliar o crescimento económico e o desenvolvimento, mais recentemente, a preocupação com os cortes na despesa pública e o défice orçamental, exercem pressão sobre os governos, que se veem obrigados a ter de cumprir metas externamente impostas, relegando para segundo plano as questões sociais e ambientais (Ribeiro, 2012). Podemos dizer que vivemos o que a pensadora espanhola María Zambrano - ela própria uma exilada durante cerca de 45 anos - apelidava de “*la agonía de Europa*”. Na obra com o mesmo nome (1945), a questão de partida é análoga à que nos ocupa hoje, 68 anos após a sua publicação: “O que aconteceu à Europa?”. O que podemos recuperar (ou recriar) depois de décadas de guerra, ressentimentos, desagregações, regimes políticos castradores e incapazes, e de uma economia galopante, caracterizada por uma voracidade implacável?

Portugal é um dos países mais afetados por esta situação, sendo que a decadência social e das instituições, bem como a debilidade do estado social e a falta de crescimento económico, estão a gerar bolsas de pobreza, desemprego, recessão, saída de quadros qualificados para o estrangeiro, sobrecarga da classe média, aumento de fragilidades nos estratos sociais mais débeis, insegurança e pessimismo em relação ao futuro e às oportunidades a desfrutar pelas gerações vindouras. Vivemos, pois, num clima de suspeição, de receio e de ansiedade, que contribui para o declínio da saúde física e mental da população, que assim fragilizada, não consegue encontrar meios para superar o ciclo vicioso em que se encontra.

Portanto, a criação de um desenvolvimento sustentável e sustentado, bem como a necessidade de repensar os moldes do crescimento económico, são dois grandes desafios das sociedades, da economia e das políticas atuais. Acrescente-se a questão do bem-estar social, tradicionalmente provido pelo Estado Social ou Estado-Providência, cujo impulso surgiu durante a Grande Depressão, nos anos 30 do século XX. Giddens (2007) salienta o modelo social europeu, com o seu sistema de proteção social e de bem-estar, como o que tem permitido o traço distintivo da Europa, em termos de

proteção aos mais vulneráveis e de coesão social. O contexto europeu atual, sobretudo o que se vive em alguns países, como Portugal, faz perigar esse modelo social e a própria ideia de Europa unida. A reforma do modelo social é, assim, fundamental e tem de acompanhar a demanda da regeneração económica. Há que repensar o Estado Social tradicional e fazer acompanhar as mudanças nos estilos de vida com o bem-estar efetivo. Do mesmo modo, as questões ambientais têm de ser agregadas às outras obrigações dos cidadãos e deve pensar-se o papel da justiça social e a sua exequibilidade.

Não deixa de ser curioso notar que, enquanto a velha Europa se debate com problemas económicos, políticos, ideológicos e até identitários, outros países, a “Sul”, se vão destacando e emergindo, como nota o *Human Development Report 2013*, do PNUD, que mesmo assim, reforça que “economic growth alone does not automatically translate into human development progress” (PNUD, 2013:IV). Este relatório refere ainda, que os desafios do desenvolvimento global se tornam mais complexos e de natureza transfronteiriça, exigindo esforços coordenados para a resolução dos problemas, uma vez que crescem as interconexões entre os povos, através das migrações, do comércio e das tecnologias de comunicação e informação, sendo que as decisões políticas assumidas num país acabam por ter influência em outros países, ou até a nível global.

II.3.1 – Desenvolvimento Local, Identidade e Pertença

Entender o desenvolvimento local no âmbito do que está em análise nesta dissertação, supõe que se aborde a dicotomia entre os conceitos de “centro”- “periferia” e “urbano” - “rural”, ainda que a validade destas dicotomias tenha sido amplamente discutida, e se considere que a função interpretativa decorrente se tenha feito sentir sobretudo na passagem das sociedades pré-industriais para as sociedades capitalistas (Saunders, 1981 *in* Mingione & Pugliese, 1987).

Não obstante, em especial na época que atravessamos, (re) pensar o “mundo rural” e o seu modelo de desenvolvimento tem sido uma prioridade, quer seja pelas discussões em torno da sustentabilidade e da valorização dos produtos locais e regionais, quer pela necessidade de preservação de ideários e traços culturais e

etnográficos singulares. Entender o “mundo da vida” (*lebenswelt*), como diria Habermas (1984, 1987), antes de ele (ou apesar disso?) ser influenciado pelo “sistema”, ou seja, toda a reprodução material orientada pela lógica instrumental e regida pelas relações com o poder político e económico. O “mundo da vida” de que Husserl também falou (1936), é o espaço das relações simbólicas e intersubjetivas, lugar da linguagem - portanto, da ação comunicativa e da busca de entendimento, - bem como, das redes de significado que determinam as visões de mundo. A “contaminação” do “mundo da vida” pelo “sistema” é visível, em particular, desde a modernidade e gerou diversas consequências, como a instrumentalização.

Quando o desenvolvimento local está em foco, é incontornável mencionar-se a Agenda 21-Local (A21L). Neste caso, trata-se do projeto Nordeste 21, ou seja, a Agenda do Nordeste Transmontano, em que se aplica de modo específico a metodologia da Agenda 21 Local a oito Municípios: Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso. As estruturas que compõem o Nordeste 21 são o Grupo Coordenador Local, o Grupo Coordenador Regional e o Fórum Participativo. Na primeira reunião do Fórum Participativo da Agenda 21 Local de Miranda do Douro, realizada no dia 01 de junho de 2006², sublinhou-se o papel das Autarquias, devido à sua proximidade aos munícipes e pelo facto de dirigirem determinadas infraestruturas, supervisionarem projetos de planeamento e estabelecerem políticas locais de desenvolvimento. Acrescentou-se, ainda, que o objetivo da melhoria da qualidade de vida das populações é mais fácil quando se consegue atuar localmente.

A identidade “transformou-se numa lente através da qual todos os aspetos da vida contemporânea são vistos e examinados” (Amante, 2011), daí ser amplamente estudada por várias áreas das Ciências Sociais. Apesar de poder ser entendida de vários modos, em termos gerais, a identidade é o conjunto das características distintivas de um indivíduo ou grupo. Na linha do desenvolvimento psicossocial, Erikson (1968) distingue a identidade pessoal – as idiossincrasias dos indivíduos – dos papéis que estes desempenhavam socialmente, ou seja, a sua identidade social e cultural, sendo um dos

² Agenda 21 Local de Miranda do Douro, resultados da primeira reunião do Fórum Participativo. Disponível em http://www.residuosdonordeste.pt/documentos_estaticos/Rel_FP_Miranda.pdf. Consultado a 12-04-2013.

primeiros psicólogos a referir o problema da identidade e as crises do *ego*, com base no contexto sociocultural.

Weinreich & Sauderson (2003), propõem como esquema concetual a Análise Estrutural da Identidade (*Identity Structure Analysis* ou ISA), que estabelece um *interface* entre a questão da identidade na Psicologia, na Sociologia e na Antropologia Social, ainda com relação a áreas como a Ciência Política, a Economia, a Educação, etc. Na base, está a constatação de que os indivíduos avaliam e interpretam os acontecimentos em que participam, e costumam identificar-se com outros e com instituições sociais que lhes são significativos. Ou seja, toda a experiência existencial, a realidade exterior e o *outro*, são experienciados através de um enquadramento institucional, ligado a estruturas estáveis ao longo do tempo, auxiliadas pelas representações sociais (Moscovici & Paicheler, 1978; Farr & Moscovici, 1984; Moscovici, 1988; Billing, 1988; Jodelet, 1993; Fick, 1985 *in* Weinreich & Sauderson, 2003). Embora as representações sociais não sejam imutáveis, são mantidas no seio de estruturas societárias que conferem significado simbólico, consoante as normas partilhadas (Weinreich & Sauderson, 2003:3). Este assunto será tratado com mais detalhe no capítulo V.

Neste trabalho, interessar-nos-á especialmente a noção de identidade ligada à ideia de pertença e de identificação a uma comunidade e uma região com características únicas. Por isso, mais do que a identidade que preside, por exemplo, à dinâmica dos movimentos sociais (Melucci, 1989), procuramos a que distingue os indivíduos enquanto eles próprios se sentem parte de uma herança cultural, social, linguística e etnográfica extremamente rica. Herdeiros da modernidade e do seu apelo aos valores do individualismo e da individualização (Giddens, 1991; Bauman, 1992), vivemos um tempo de regresso às origens, de necessidade de pertença grupal, por reação à pertença global e incarácterística. Em Portugal e na Europa, atravessamos um período de certa confusão identitária, um limbo, por não nos sentirmos já completamente portugueses, mas também não ainda europeus. Construiu-se a Europa, mas não o “homem europeu”, fez notar, recentemente, o jornalista José Rodrigues dos Santos, no Funchal.³

³ Palestra no âmbito do “Festival Literário da Madeira”, no dia 06-04-2013, às 17.15h, no Teatro Baltazar Dias.

O Nordeste Transmontano tem-se esforçado por manter vivos os seus traços específicos, quer entre os habitantes locais, quer na imagem que projeta para o exterior, e que tanto tem cativado os não autóctones, seja por incluir duas áreas protegidas, o Parque Natural de Montesinho e o Parque Natural do Douro Internacional, seja pela consciência da sua riqueza biológica e valores ecológicos, ou pelas práticas ainda atuantes, evocativas de tempos imemoriais, de saberes que se perdem no tempo, de características simbólico-religiosas únicas, de uma língua e expressões lexicais próprias (Correia, 1916). O sucesso dos projetos locais e da divulgação do património material e imaterial da zona, têm constituído exemplos de singularidade e de resistência ao abandono, procurando impulsionar a sustentabilidade social, ambiental e económica.

II.3.2 – Desenvolvimento Sustentável – A Sustentabilidade não se esgota na visão material da sociedade

Para Soromenho-Marques (2005), este milénio “assinala uma das mais profundas e decisivas crises da história humana” (2005:19), uma vez que põe em causa os modos de vida e os valores anteriores, assim como os sistemas organizativos do poder e do trabalho, as hierarquias estabelecidas, as formas de interação entre os sexos e as culturas; em suma, a relação da humanidade consigo e com o Planeta, já que “todas estas são dimensões policromáticas de uma mesma e grande crise que poderemos designar como a procura da *sustentabilidade*.” (Soromenho-Marques, 2005:19). O conceito de crise comporta, etimologicamente, dois significados diferentes: por um lado, o esgotamento de um caminho ou modo de fazer habitual; por outro lado, a necessidade de encontrar novas vias e alternativas. Portanto, as crises são, também, veículos de oportunidades.

Soromenho-Marques (2005) destaca cinco desafios fundamentais relativamente à sustentabilidade, cuja resposta da nossa parte condicionará a capacidade de vencer as crises futuras. São eles:

A) A governação como desafio planetário. Coloca-se a questão das modalidades de evolução do sistema de governação mundial e da possibilidade de se encontrarem respostas para os problemas globais;

B) O “regresso” de Malthus: o pão e as bocas – ou a dificuldade de alimentar uma população crescente num mundo com recursos finitos;

C) Globalizar e enraizar. A dinâmica entre as relações globais e a procura das raízes e das identidades culturais;

D) Em busca de uma economia da sustentabilidade e da qualidade de vida. A necessidade de articulação da economia com a ecologia e a rejeição do modelo de qualidade de vida assente na degradação ambiental;

E) Desenvolvimento sustentável. Raízes e conteúdo. Desde 1987, com o Relatório Brundtland, tem vindo a ser consensual a importância do desenvolvimento sustentável. Embora seja difícil uma definição coincidente, há concordância relativamente aos três pilares fundamentais do “triângulo da sustentabilidade”, que se quer equilátero, porque cada um dos vértices deverá ter o mesmo peso e importância. Trata-se do pilar ambiental, do pilar social e do pilar económico, como se viu no capítulo I. Porém, Soromenho-Marques (2005) crê existir um erro nesta distribuição igual de importância, pois os três pilares são qualitativamente diferentes. Considera, ainda, que o desenvolvimento sustentável não se pode coisificar, uma vez que é um processo dinâmico de transformação. Na compreensão deste processo, propõe que se apliquem as quatro causas de que fala Aristóteles, aos pilares do desenvolvimento sustentável.

- 1- A dimensão político-institucional seria correlativa à causa eficiente, ou seja, a que impulsiona o princípio da mudança, essencial para a transformação da realidade. Estariam aqui incluídas a vontade política de mudança e a procura de consensos.
- 2- A dimensão económica seria correlativa à causa material, isto é, aquela segundo a qual algo chega a ser. Traduz as alterações “na reprodução quotidiana das condições de vida numa perspectiva da sua continuação e qualificação.” (Soromenho-Marques, 2005:12).
- 3- A dimensão ambiental seria correlativa à causa formal. Este é o paradigma que dá estrutura e forma à transformação, condicionando-a. Simultaneamente, contém a complexidade dos conhecimentos que devem delinear as mudanças.

- 4- A dimensão social seria correlativa à causa final. Neste caso, a meta ou culminar de todo o processo será a criação de um modelo diverso de sociedade, em que as relações dos seres humanos uns com os outros, com as outras espécies e com o Planeta assumem uma importância fundamental.

A criação de um quarto pilar - o “político-institucional”- faz sentido, pois funcionaria como motor (“causa eficiente”) de todo o processo, e segundo Soromenho-Marques (2005), em vez de um triângulo em que todos os ângulos estão em “pé de igualdade”, deve conceber-se antes um “quadrado do desenvolvimento sustentável”, em que os quatro lados são parte de “um modelo de cooperação e de interação sinérgica” (Soromenho-Marques, 2005:12).

Independentemente de se concordar ou não com esta teorização inovadora, não restam dúvidas acerca da pertinência das questões relativas ao desenvolvimento sustentável nos nossos dias. A Estratégia de desenvolvimento Sustentável da U.E., apresentada no Conselho Europeu de Gotemburgo, em 2001, veio modificar por completo o modo como era concebida e delineada a política ambiental, já que se pretendia uma abordagem integrada das políticas em prol do desenvolvimento sustentável, fomentando o crescimento económico e a coesão social, mas sem colocar em causa o ambiente. Em 2006, o Conselho procede à Reapreciação da Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável, porque admite a persistência de tendências de insustentabilidade no que diz respeito às alterações climáticas, à utilização energética, aos índices de pobreza e exclusão social, bem como, às ameaças à saúde pública, pressão demográfica e envelhecimento, gestão dos recursos naturais e perda da biodiversidade (Conselho da União Europeia, 2006:2). Este documento conhecerá em 2009, nova revisão, já depois do início da crise económica e financeira na Europa e nos EUA. Entre outros incumprimentos, é sublinhada a necessidade de maiores esforços para se atingirem os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (Commission of the European Communities, 2009:2). Em Portugal, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS), foram concebidos tendo por referencial a Estratégia Europeia e constituem um marco na orientação política em termos de desenvolvimento do país até 2015, e na gestão dos fundos comunitários.

II.3.3 – Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

A Cimeira do Milénio, promovida pela ONU (UN) em 2000, reunida para debater os problemas mundiais mais importantes, teve como resultado a *Millenium Declaration* - Declaração do Milénio - e uma lista de oito objetivos a atingir, em termos globais, até 2015, ou seja, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio - *Millenium Development Goals* - que são:

- 1) Erradicar a fome e a pobreza extremas;
- 2) Conseguir a educação básica de qualidade para todos;
- 3) Promover a igualdade de género e a valorização da mulher;
- 4) Reduzir a mortalidade infantil;
- 5) Melhorar a saúde materna;
- 6) Combater eficazmente o HIV/Sida, a malária e outras doenças;
- 7) Assegurar a sustentabilidade ambiental;
- 8) Desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento.

No ponto relativo aos valores e princípios da Declaração, pode ler-se que os 147 Chefes de Estado e do Governo e os 191 países envolvidos, reconhecem a responsabilidade coletiva de defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial, bem como, a necessidade de estabelecer uma paz mundial duradoura, respeitar a igualdade e soberania de todos os Estados, promover a resolução dos conflitos por meios pacíficos e o direito à autodeterminação dos povos, fazer cumprir os direitos humanos e liberdades fundamentais e fomentar a cooperação internacional (United Nations, 2000). A estes princípios estão subjacentes os valores da liberdade, da igualdade, da solidariedade, da tolerância, do respeito pela natureza e da responsabilidade partilhada (United Nations, 2000).

O último relatório anual referente à prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, *The Millennium Development Goals Report 2013*, esclarece que as metas respeitantes à pobreza extrema, à redução das habitações precárias, o recurso à água potável e a luta contra doenças como a malária e a tuberculose estão a ser alcançadas antes do previsto. Embora as restantes metas estejam ainda longe de serem cumpridas, é necessário que os governos não descurem os compromissos assumidos desde o início. (United Nations, 2013).

Capítulo III – A “Falência” da Racionalidade Dominante e a Recuperação de Saberes e Práticas Tradicionais

Durante muito tempo, a confiança depositada na racionalidade hegemônica, herdeira do Iluminismo e da Revolução Científica e Tecnológica, criadora de um modelo epistemológico, axiológico e político que permitisse a autonomia, os direitos fundamentais e a capacidade de dominar a natureza, foi inabalável. Progressivamente, as promessas dessa razão instrumental e o excessivo otimismo relativamente às suas conquistas, culminaram na crise dos fundamentos ideológicos, políticos, econômicos e técnico-científicos da atualidade.

A razão dominante excluiu todas as formas de racionalidade que escapassem ao seu alcance e *modus operandi*. Remeteu para o silêncio os saberes e práticas tradicionais ancestrais, considerados fruto da ignorância e avessos ao progresso; entre eles, os conteúdos místico-religiosos, mágicos e a própria linguagem poética. Esta “usurpação” foi denunciada por muitos autores. Destacamos aqui a pensadora espanhola María Zambrano e o escritor português Vergílio Ferreira, que já trabalhámos demoradamente em outro lugar. As suas foram vidas marcadas pelo espectro de crises, uma vez que atravessaram o período “negro” da História europeia e mundial do século XX. A consciência de crise e de caos, juntamente com figura do “exílio” constituem verdadeiramente os motores para a criação de duas formas de pensamento extremamente peculiares, profundas e ricas.

Vergílio Ferreira (1992, 2001), tal como María Zambrano (1945, 1958) e outros autores contemporâneos atentos, levam-nos a refletir continuamente sobre a nossa condição, mas também a crescente desumanização e tecnicismo do mundo em que vivemos. Com efeito, os sujeitos vivem cada vez mais “fora” de si, com medo de pensar (se) e de “ver” (se), raramente encontrando tempo para o silêncio e para a admiração^{xxii}. Passam pela vida em perpétuo estado “vegetativo”, justificando-a com a banalidade e a vacuidade. Portanto, a razão dominante – e dominadora – não respondeu satisfatoriamente a algumas questões humanas fundamentais, porque reduziu as prioridades essenciais à conquista do conforto, do domínio técnico-científico e do acesso a bens.^{xxiii}

O próprio ato de conhecimento é, para o escritor português e a pensadora espanhola, não o que possa resumir-se a um processo de erudição, objetivo e racional, mas uma derivação que resulta do excesso disso que é ser humano; conhecer é *conhecer-se* (Vergílio Ferreira, 1959, 1981). Assim, o saber da razão analítica e instrumental dá lugar a um saber de verdades que parte de um processo de auscultação sensível e não da pura inteção. Que outra, senão uma razão - inclusiva, não intrusiva - ligada à poesia, produto de um pensamento sensível (ou de uma sensibilidade pensante), a que Zambrano (1934, 1955, 1977) chamará “razão poética”, poderá incluir, sem limitar, as várias dimensões humanas fundamentais? Apenas a razão poética equilibra harmonicamente a dimensão racional e discursiva do saber com o fundo de sagrado, de penumbra e de inspiração que caracterizam a poesia.

No fundo, faz-se aqui referência a “outras linguagens” e, em certo sentido, um retorno à origem, à autenticidade, antes da voragem implacável e massificadora. Hoje, sentimos necessidade de recuperar a memória e os gestos, as tradições, os saberes, o imaginário coletivo e distintivo do que somos. Saber qual é o nosso lugar na espiral de um tempo hermético, sem passado, porque tudo é “líquido” (Bauman, 2009). Sousa Santos (1996) nota que a construção social da identidade e da transformação da modernidade ocidental se têm dado numa dialética entre raízes e opções. O pensamento das raízes confere segurança, é consistente, profundo, permanente e único; já o território das opções remete para o que é efêmero, volúvel, substituível. Posto isto, o pensamento das raízes bebe do passado, enquanto o das opções se dirige para o futuro. Contudo, como refere, ainda, Sousa Santos (1996), é necessária uma dupla astúcia para equilibrar os dois polos, uma vez que o passado também é uma maneira de construir o futuro; logo, quer as raízes quer as opções se dirigem para o porvir. Por outro lado, o equilíbrio desejável entre raízes e opções não parece ser possível, o que nos deixa a responsabilidade de construir o futuro e direcionarmo-nos para ele, tentando não apagar as raízes. De qualquer modo, continua Sousa Santos, o tempo presente acaba por colocar em perigo esta equação entre raízes e opções, porque é palco de turbulência, de desestabilização e de confusão.

Na “nova constelação de sentido” (Sousa Santos, 1996:19) a que assistimos, raízes e opções deixam até de ser entidades distintas. Este “jogo de espelhos entre raízes e opções atinge o paroxismo no ciberespaço. (...) Cada um é livre de criar as raízes que

quiser e a partir delas reproduzir até ao infinito as suas opções (...) A condição da nossa condição é estarmos num período de transição.” (Sousa Santos, 1996:19). Este período de transição não pode significar um regresso literal ao passado e a negação do futuro, mas talvez deva ser uma redescoberta, um sinal de continuidade evolutiva e de familiaridade com um espaço topofílico, porque “se a modernidade desarma o passado da sua capacidade de irrupção e de revelação para a entregar ao futuro, o presente kafkiano desarma o futuro dessa capacidade. O que irrompe no presente kafkiano é errático, arbitrário, fortuito e pode mesmo ser absurdo.” (Sousa Santos, 1996:20).

III.1 - As Alterações Globais e a Necessidade de Modelos de Racionalidade(s) Inclusiva(s)

O termo “alterações globais” é normalmente usado para designar as transformações em termos planetários, operadas ao nível do sistema terrestre. As alterações globais podem ser naturais ou antropogénicas, sendo que as últimas ocupam intervalos de tempo mais curtos (Santos, 2012:23). Contudo, “para poder abordar de forma integrada a problemática das alterações globais, é necessário considerar a dimensão humana dessas alterações, isto é, as transformações que se dão nas sociedades humanas ao longo do tempo, especialmente à escala global” (Santos, 2012:24), ou seja, não conseguimos compreender estas transformações se não tivermos em conta o fenómeno da globalização. O risco e, simultaneamente, os desafios que os efeitos adversos das alterações globais podem provocar são tão mais preocupantes, quanto “persistirmos no atual paradigma de desenvolvimento” (Santos, 2012:25), que, ironicamente, parece não oferecer soluções satisfatórias aos problemas por si próprio desencadeados. [“A incapacidade de o actual modelo de desenvolvimento dar resposta adequada aos diferentes tipos de alterações globais, sistémicas e cumulativas que foram geradas por algumas atividades humanas no quadro daquele modelo é a principal causa das crises de desenvolvimento global. Estas, por sua vez, são suscetíveis de originar crises de conflitos nacionais ou internacionais” (Santos, 2012:184-185)].

A globalização já foi objeto de análise no capítulo anterior. Concluiu-se que, de facto, a nossa é, porventura, a época de maiores e mais significativas transformações a nível global. Isto implica a necessidade de refletir avaliativamente nos modelos, pressupostos e valores que nos têm conduzido e orientado. As alterações globais trazem,

também, conflitos cujas consequências e efeitos se podem generalizar, afetando a política global e as relações entre países.

Em *The Clash of Civilizations*, o cientista político Samuel Phillips Huntington (1993, 1996) faz referência a uma nova ordem mundial pós Guerra Fria, salientando a identidade cultural e religiosa dos povos como fonte primária de conflito, ao invés das questões ideológicas. O Ocidente deveria precaver-se fortalecendo-se culturalmente, abandonando os seus ideais de universalismo democrático e de intervencionismo militarizado. A perspetiva de Huntington pode ser encarada como denúncia ao modo de atuação americano, alvo preferencial nas últimas décadas, da hostilidade dos radicais islâmicos, mas não exclusivamente. Apesar de ter sido muito criticado, Huntinton adverte-nos para o choque civilizacional que caracteriza o nosso tempo – que não é apenas inter mas também intra civilizacional – e para a necessidade de repensar o nosso modelo geopolítico, cultural e de racionalidade.

Sousa Santos (2001), na linha do que já foi apontado, salienta a premência da capacidade reflexiva e racional dos indivíduos, mas aponta, igualmente, a necessidade de redirigir o modelo ocidental de atuação. Adianta o exemplo ousado de Rousseau, que em pleno Século das Luzes, respondeu a quem o questionou sobre se a ciência e a virtude se relacionavam, ou seja, se o desenvolvimento científico seria um inquestionável contributo para o bem da sociedade e a melhoria dos costumes, com um rotundo “não” (Sousa Santos, 2001:13).

Contrariando alguns autores contemporâneos, Sousa Santos também não concorda que o nosso tempo seja um tempo de auto-reflexividade generalizada. É, antes, apanágio daqueles que, de algum modo, a podem exercer e atribuir aos demais. Isto sucede porque nos encontramos num período de transição, cuja dinâmica implica processos de criação e destruição, mas sem muita coerência ou consistência. Daqui decorre, em termos sociais, a formação de dois grupos cujo contexto não favorece a atividade reflexiva nem pensante. Por um lado, os que comandam os processos de criação e de destruição, ou seja, os autores da globalização hegemónica, cuja ação se desenvolve, sobretudo, por automatismos; por outro lado, os que sofrem as consequências destes processos e modos de atuação, isto é, “ a esmagadora maioria da população mundial, que neste momento sofre a exclusão, a desigualdade, a polarização

entre ricos e pobres.” (Sousa Santos, 2001:15). Estes, também não têm condições para refletir porque estão descapacitados, esgotados e em constante luta pela sobrevivência. Assim, nesta fase importante de “transição paradigmática” (Sousa Santos, 2001:15), é fundamental questionar qual o melhor conhecimento que possa adaptar-se à turbulência e à agitação, uma vez que “o pensamento estabilizado de outras eras.” (Sousa Santos, 2001:15) se tem mostrado infrutífero e desadaptado.

No ponto anterior, verificámos que as críticas à racionalidade hegemónica e suas conquistas culturais, políticas e económicas não são recentes e vêm-nos de vários quadrantes e áreas académicas. Sousa Santos destaca que “nós precisamos de um outro pensamento, provavelmente de um outro conhecimento que nos conduza nesse processo, e esse conhecimento é um conhecimento que tem de ser produzido de outra forma.” (Sousa Santos, 2001:15). Para tal, há que haver mudanças estruturais ao nível do nosso entendimento racional, das instituições que detêm o conhecimento, como as universidades, e das prioridades que nos têm orientado. Pensar de outro modo, poetizar a razão, diria Zambrano, torná-la mais inclusiva, mas não a destituir de lucidez, enquanto se procura “pensar alternativas” (Sousa Santos, 2001:19).

Este tempo de turbulências e de convulsões é, simultaneamente, um tempo de mal-estar civilizacional. Muito além do sentido freudiano (Freud, *O Mal Estar na Civilização*, 1930) de renúncia da espécie humana aos seus instintos básicos e individualidade, sacrificados em prol da vida em sociedade e do progresso científico e cultural, o mal-estar civilizacional atual é sinónimo da consciência de várias cisões fundamentais, operadas nos seres humanos em termos individuais e coletivos, bem como em relação às outras espécies e à própria natureza. Ao longo deste trabalho, temos vindo a destacar múltiplas críticas agudas aos tempos modernos e pós-modernos – hipermodernos, diria Gilles Lipovetsky (2011) – e igualmente, às consequências deles decorrentes. Algumas dessas consequências caracterizam-se por desequilíbrios generalizados, que colocam em risco a estabilidade e a sustentabilidade em termos globais; numa palavra, a vida como a conhecemos, em todas as suas manifestações e formas.

O conforto material e o consumo, que frequentemente associamos ao bem-estar e à felicidade, são afinal decorrência do modo como passámos a entender o trabalho, já

que “o labor e o consumo são apenas dois estágios de um só processo, imposto ao homem pelas necessidades da vida (...).” (Arendt, 1958:151-152). Este modo de ser acaba por tornar-se, em certo sentido, redutor, na medida em que trabalhamos mais para podermos ter acesso a mais coisas. Consequentemente, “quase conseguimos nivelar todas as atividades humanas, reduzindo-as ao denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância” (Arendt, 1958:152).

Portanto, concebemos o trabalho como uma atividade “séria”, mundana, que nos permite a autonomia, o sustento e a colaboração vital em termos sociais, mas que também nos subjuga e esgota. E assim o despimos da sua função de colocar em exercício as capacidades e os talentos, reduzindo-o a mera atividade sacrificial, necessária para podermos manter um determinado estilo de vida ou, com maior infelicidade, conseguir tão-somente colocar “o pão na mesa”. Hannah Arendt refere mesmo a substituição da ação (*acting*) – e a pluralidade que ela implica – pela fabricação (*making*), operada pela idade moderna. Este fator foi decisivo para a emergência do *homo faber* (Arendt, 1958: 271), o que, através do recurso à técnica e aos instrumentos, controla o meio que o rodeia à medida das suas necessidades crescentes, fabricando e produzindo. Apesar de *A Condição Humana* ter sido escrito há várias décadas, é atual na sua denúncia da condição humana, reduzida e diminuída ao *homo faber*, ou seja, “a «instrumentalização» do mundo, a confiança nas ferramentas e na produtividade do fazedor de objetos artificiais; a confiança no carácter global da categoria de meios e fins e a convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação humana reduzida ao princípio da utilidade (...).” (Arendt, 1958:373).

O *homo consumericus* desenvolveu-se a partir das aquisições do *homo faber*. Saad (2007) procura entender o fenómeno incontornável e contemporâneo do consumo segundo os parâmetros da teoria psicológica evolucionista, na sua vertente biopsicológica. Através da busca de produtos que nos tornem mais atrativos, que nos tragam prazer, que nos ajudem a fortalecer os laços pessoais (por exemplo, oferecendo presentes), estamos, no fundo, a cumprir o que Darwin tinha preconizado em termos evolutivos. Saad considera, ainda, que os desvios patológicos associados ao consumo, tais como, o jogo compulsivo, as desordens alimentares, e mesmo, a adição à pornografia, se podem explicar a partir da nossa herança biológica (Saad, 2007:XVII),

destacando, no entanto, os *media* como poderosos agentes de socialização e de definição dos papéis sociais.

Por outro lado, Sousa Santos (2011) aponta a necessidade imperativa de “desmercadorizar”⁴. Quer isto dizer, que se deve impedir que o consumo voraz e a economia de mercado ganhem tamanha importância, que a nossa se transforme numa sociedade de mercado, onde tudo tem um preço e se pode comprar ou vender, inclusive os valores, as opções políticas e, diríamos, a dignidade e a própria paz de espírito. A “desmercadorização” deve processar-se a nível pessoal, social, político e cultural.

Gilles Lipovetsky (2010, 2010a, 2010b, 2011) tem sido outra voz muito sonante no que toca ao exame reflexivo acerca dos fundamentos das sociedades contemporâneas. No seu entender, uma nova modernidade surgiu ao longo da segunda metade do século XX, uma civilização assente no desejo e orientada pelo capitalismo de consumo. Contudo, nas últimas décadas, essa sociedade de consumo exacerbou-se e adquiriu outros contornos, dando origem a sociedades hiperconsumistas, enquadradas pelos “tempos hipermodernos” (Lipovetsky, 2011). Neste modelo, predomina o individualismo e a busca do prazer ou hedonismo (do grego, *hedonê*). Vive-se a ilusão da evasão da realidade, a promessa de felicidade que a publicidade advoga e explora, mas rapidamente se esgota esse prazer efêmero de possuir, e por isso, há que eternizá-lo até ao limite (Lipovetsky, 2010). Todavia, essa felicidade prometida é em si mesma paradoxal, porque nunca consegue ser completamente satisfeita, já que na sua base está uma existência plástica, artificial, efêmera. A aquisição, por vezes compulsiva, de objetos – de que o fenómeno *hoarding* é exemplo máximo – não consegue preencher o vazio que ajuda a gerar – Lipovetsky (1989) refere que a nossa é, em consequência, a “Era do Vazio”.

Portanto, esbarramos com uma felicidade que se caracteriza especialmente por ser ambígua e paradoxal. A aura de *glamour* e as promessas mais ou menos veladas dão origem ao cansaço, à ansiedade, à inquietude e à insatisfação permanente e quotidiana (Lipovetsky, 2010, 2011). O consumo emocional fica, então, muito aquém das

⁴ Sousa Santos, B. (2011), Para uma Sociedade Melhor: Desmercadorizar, 06 de junho de 2011. Disponível em <http://visao.sapo.pt/boaventura-sousa-santos-para-uma-sociedade-melhor-desmercadorizar=f605755>. Consultado a 07-06-2013.

esperanças que nele se depositam, maioritariamente porque não as pode, naturalmente, cumprir. Por outro lado, a desvinculação do consumo torna-se tão mais difícil quanto fazemos depender a nossa identidade – sobretudo as gerações mais novas – daquilo que Lipovetsky apelida de “culto das marcas”, ou seja, do *logo*. Assim, o sentido de pertença, mais do que a identificação com valores ou referenciais comuns, faz-se por associação a uma imagem – e estatuto correspondente - que o dinheiro pode comprar (2010, 2010b). A moda torna-se, concomitantemente, um ditame de regras explícitas e um veículo de comportamentos miméticos.

O mimetismo não é um fenómeno recente nem exclusivamente humano, estando nas outras espécies, normalmente associado a estratégias de sobrevivência. O filósofo René Girard, na senda da antropologia filosófica, concebe o mimetismo como modelo de comportamento social, referindo a inevitabilidade do desejo mimético, e consequentemente, das rivalidades miméticas, que dão origem à competição levada ao extremo (Girard, 2008, 2010). Deste modo, longe de sermos autónomos em relação ao que escolhemos e desejamos, o nosso impulso é alimentado pelo desejo de outro – que funciona como modelo, mediador - em possuir o mesmo. Portanto, a nossa relação com o que nos circunda faz-se de modo triangular, na dinâmica entre o sujeito, o objeto e o mediador. A rivalidade mimética tem como consequência o choque, a luta pela apropriação do que se deseja, e parece ser contagiosa, culminando na ameaça e na violência enquanto elementos de (des)estruturação social (Girard, 1972; Burkert et al., 1987). Logo, o carácter mimético do desejo é a grande causa da violência nas relações humanas, mesmo que não calculada. A violência que se estabelece entre o sujeito mimético e o seu modelo, ainda numa relação individualizada, acaba por estender-se, disseminando-se, a todo o grupo social, multiplicando os conflitos. O aumento da intensidade e da imprevisibilidade das várias faces da violência nos nossos dias, muita dela efetivamente mimética, devem levar-nos a compreender os riscos dos comportamentos imitativos e pouco racionais.

III.2 - Rumo à *Práxis* Transformadora e a uma “Ecologia de Saberes”.

O nosso percurso até ao momento conduz-nos à noção do esgotamento dos paradigmas e dos modelos que nos têm orientado em termos políticos, culturais, sociais,

económicos e até, pessoais. Tal significa que há que rever e repensar a *práxis* humana, ao nível da ação singular e coletiva, bem como, os seus fundamentos, tendo em conta os contornos complexos e multifacetados das realidades contemporâneas.

Sousa Santos, em *O Fórum Social Mundial: O Manual de Uso* (2004a), além de pretender uma melhor divulgação deste espaço democrático, quer também assumi-lo como pilar do movimento que tem questionado, de modo veemente, a globalização neoliberal e o triunfo do capitalismo, colocando-se ao serviço da globalização contra-hegemónica. Os possíveis benefícios, mas também as consequências negativas do capitalismo já foram aqui explanadas. A sua influência e alcance não se fazem sentir apenas sectariamente, pois “o capitalismo apresenta-se como modelo civilizacional global, que subordina praticamente todos os aspetos da vida social à lei do valor.” (Sousa Santos, 2004a:4). Portanto, confrontar o modelo vigente significa entendê-lo em todas as suas dimensões e manifestações. Talvez por isso o Fórum Social Mundial se caracterize por ser “inclusivo, no que diz respeito quer à sua escala, quer à sua temática (...) O FSM é global na forma como acolhe os movimentos locais, nacionais e globais, e no facto de ser inter-temático e até trans-temático.” (Sousa Santos, 2004a:7).

De todas as formas, o Fórum Social Mundial não deseja apenas desafiar as teorias políticas dominantes, mas também a ideia que o conhecimento científico e tecnológico possa ser o único produtor de racionalidade. De facto, “não haverá justiça social global sem justiça cognitiva global” (Sousa Santos, 2004a:7). Também a isto nos reportávamos anteriormente, quando referíamos a necessidade de uma racionalidade inclusiva e não fraturante. No fundo, diz-nos Sousa Santos, o Fórum Social Mundial levanta uma nova questão política: como “realizar a utopia num mundo desprovido de utopias?” (Sousa Santos, 2004a:8). E a vontade utópica afirma-se pela noção de que um mundo diferente é possível.

Em suma, trata-se de dar espaço aos saberes rivais da racionalidade hegemónica, às “Epistemologias do Sul” (Sousa Santos, 2004a, 2006, 2007; Sousa Santos & Meneses, 2009), ou seja, todos aqueles pressupostos ontológicos, epistemológicos e existenciais remetidos para a “sombra” e ofuscados pela luz fulgurante da dominante racionalidade ocidental.

Voltamos a recordar María Zambrano e a sua “razão poética”, a mesma que se dá na penumbra e que escapa ao carácter impositivo e “masculino” da razão instrumental, técnico-científica. As Epistemologias do Sul não desdenham outras práticas nem as racionalidades provenientes de diferentes universos culturais. E, se “a diversidade epistemológica do mundo é virtualmente infinita” (Sousa Santos, 2004a:12), não faz sentido “aprisionar” essa diversidade profícua num modelo dominante, devendo-se outorgar validade e utilidade a outros modos de saber e de conhecer. Por isso, o “Norte”- hegemónico, capitalista, detentor dos recursos e dos meios - tem de querer saber que o “Sul” existe, não ter receio de caminhar em direção a ele e conseguir aprender com as suas práticas e ensinamentos (Sousa Santos, 2004a; Sousa Santos & Meneses, 2009).

Tempo depois do colonialismo, o “Norte” continua a ter prevalência hierárquica e a manter referências próximas do imperialismo de outros tempos. A relação colonial de subserviência e de exploração continua bem patente, e não assume apenas contornos políticos ou económicos. Na verdade, a matriz cultural global é ocidental, assim como a matriz epistemológica, axiológica e ética. A multiculturalidade não foi devidamente cultivada ao longo da História, nem sequer tolerada. Por isso, “varreram-se” para o esquecimento ou mesmo para a supressão, formas de saber locais, mundivisões e práticas ancestrais (Sousa Santos, 2004a, 2004b; Sousa Santos & Meneses, 2009). As Epistemologias do Sul denunciam o sofrimento, a exclusão e o silêncio dos povos oprimidos e dominados pela postura etnocêntrica do conhecimento do mundo, do entendimento da realidade, da organização e das práticas sociais.

Se o mundo é diverso, há que promover um pluralismo epistemológico que reconheça as múltiplas visões que contribuem para o enquadramento racional global, as ações, práticas e políticas alternativas. Não estão em causa os incontáveis benefícios das aquisições técnico-científicas, mas tão-só o reconhecimento da não onnipotência do modelo ocidental. O monopólio da ciência e da técnica tem de consciencializar-se dos vários problemas que criou e não pode impedir o reconhecimento de outras formas de conhecer, de fazer e de intervir no real.

Isso supõe ir-se além do “pensamento abissal” (Sousa Santos, 2007), o mesmo que separa de modo tão radical o “Novo” do “Velho” mundo, e que caracteriza

estruturalmente, ainda nos nossos dias, a matriz ocidental. Em termos epistemológicos, o pensamento abissal funda-se na concessão à ciência moderna “do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia” (Sousa Santos, 2007:5). Ou seja, está em causa a disputa bem conhecida entre as formas científicas e não científicas de verdade.

Ainda que se verifiquem tensões entre a ciência, a filosofia e a teologia, tudo se passa, no entanto, “deste lado da linha” (Sousa Santos, 2007:5). A visibilidade destas formas de conhecer dá-se na medida em que se cultiva a invisibilidade de outras que não encaixam nelas: “conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas do outro lado da linha” (Sousa Santos, 2007:5). Consequentemente, a apropriação e a violência foram-se instalando em termos jurídicos, políticos, epistemológicos e sociais. A injustiça social global estaria amplamente ligada à injustiça cognitiva global, “de modo que a luta por uma justiça social global requer a construção de um pensamento ‘pós-abissal’” (Sousa Santos, 2007:3), cujos princípios possam assentar numa “ecologia de saberes” (Sousa Santos, 2007:3). A “ecologia de saberes” é especialmente importante à medida que ganhamos consciência que o pensamento abissal tem tendência a continuar a autorreproduzir-se (Sousa Santos, 2007:19).

A ecologia de saberes deve superar, pois, a separação fragmentária entre “este lado da linha” e o “outro lado da linha”, onde aquilo que se produz não tem eco nem conta como realidade relevante. Por isso, “a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica” (Sousa Santos, 2007:4). A dificuldade em reconhecer legitimidade ao conhecimento do “outro lado da linha” advém, principalmente, da ideia da sua não realidade e “seriedade”. “Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos ...” (Sousa Santos, 2007:5).

Neste sentido, a reação ao pensamento abissal e a criação de um “pensamento pós abissal”, faz-se acompanhar pela resistência política, cujo postulado é a resistência epistemológica. Sousa Santos (2007) entende que este novo pensamento se encontra naquilo que delineou como “cosmopolitismo subalterno” (Sousa Santos, 2007:20),

manifesto através dos movimentos e ações de globalização contra-hegemónica. A forma de captá-lo implica a realização da “sociologia das emergências” (Sousa Santos, 2002, 2004, 2007). A sociologia das emergências “consiste numa amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido tanto no que respeita à compreensão como à transformação do mundo” (Sousa Santos, 2007:20).

Há que perspetivar a realidade não de modo derivativo em relação ao pensamento abissal, mas cortando radicalmente com ele, ou seja, com as formas exclusivamente ocidentais e europeias de pensamento e de ação. Pensar de modo não derivativo significa posicionarmo-nos na perspetiva do “outro lado da linha”, no Sul não dominante, nem global, nem imperial. Aprender com o Sul e confrontar a “monocultura da ciência moderna” (Sousa Santos, 2007:22). Desenvolver uma ecologia de saberes porque se assume a pluralidade de conhecimentos heterogêneos, que podem não ser necessariamente “racionalizáveis” (sem se tornarem, obviamente, irracionais). “A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento” (Sousa Santos, 2007:23), e isto implica a ideia de “co-presença” (Sousa Santos, 2007:23), mais concretamente, “conceber a contemporaneidade como simultaneidade, o que só pode ser conseguido abandonando a concepção linear de tempo” (Sousa Santos, 2007:23), bem como o conflito, a guerra e outras maneiras de domínio e de hierarquização.

Uma verdadeira ecologia de saberes considera as maneiras particulares e não hegemónicas de ser, de tempo e de espaço, de diversidade inesgotável de experiências e formas de entender o mundo, de práticas, de razões, manifestações, produções, e modos de organização social. A própria ciência deve constituir-se como parte integrante da ecologia de saberes, já que esta promove uma dinâmica de interdependência e uma aprendizagem sem esmagamento.

Parece-nos ser este o posicionamento correto para refletirmos acerca da sustentabilidade, do bem-estar e da felicidade, não apenas em termos locais, regionais ou nacionais, mas em sentido global. Contudo, a abrangência da diversidade pode dificultar a análise focada do que é ser (se) feliz, ou experienciar bem-estar, ou como se articula a sustentabilidade com estes dois eixos. Em última instância, coloca-se a

questão de saber se é possível mensurar eficazmente a sustentabilidade, o bem-estar e a felicidade. Com base em que indicadores e em que índices? São fidedignos? Úteis? A resposta a estas questões ocupar-nos-á o próximo capítulo.

Capítulo IV - Indicadores e Índices de Sustentabilidade, de Bem-Estar e de Felicidade

A prevalência e multiplicação de índices e de indicadores económicos, físicos, sociais, de sustentabilidade da atualidade, denotam a necessidade que temos que a realidade seja mensurável e que se possa dar significado à complexidade de fenómenos que caracterizam o nosso mundo. Para tal, é fundamental saber o que se quer aferir e possuir métricas e instrumentos de trabalho adequados. Os indicadores e os índices estão ao serviço dessa mensuração. Por isso, antes de qualquer análise acerca de alguns indicadores e índices de sustentabilidade, de bem-estar e de felicidade, convém aclarar os conceitos, já que indicador e índice não são o mesmo.

IV.1 – Diferenças entre Índices e Indicadores

IV.1.1 - Indicadores:

Bellen (2005), citando Hammond et al. (1995), refere que o termo indicador deriva do latim, *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Assim, os indicadores informam acerca do progresso relativamente a uma meta determinada, mas também podem ser entendidos como recurso que torna mais explícito e visível uma tendência ou fenómeno não imediatamente detetável através de dados isolados. Para Mitchell (1996), os indicadores são assumidos como ferramentas que ajudam a obter informações sobre um estado de coisas ou uma realidade determinada. A OCDE (2002) faz referência ao facto de os indicadores poderem ser quantitativos ou qualitativos, e classifica-os como sendo fatores ou variáveis que providenciam de modo simples e fiável um meio para medir aquisições, refletir mudanças e ajudar a avaliar o desempenho de determinados atores.

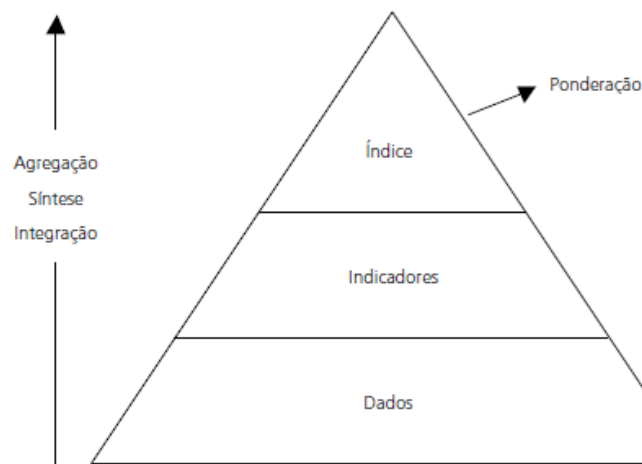
Portanto, os indicadores funcionam como modelos simplificados da realidade e facilitam a compreensão dos fenómenos, acontecimentos ou perceções. Para os

decisores políticos e económicos, constituem ferramentas indispensáveis ao nível do planeamento, processos de gestão e tomada de decisões. São informações situadas no tempo e no espaço, que vão permitindo o acompanhamento dinâmico da realidade (Magalhães Júnior, 2007). Para Minayo (2008), os indicadores são importantes dispositivos de medição e do estabelecimento de parâmetros e instrumentos de gestão. Contudo, para que a utilidade dos indicadores seja efetiva, existem requisitos: devem ser normalizados e usados de modo que seja possível estabelecer comparações, convém que sejam produzidos com regularidade, facilitando a formação de séries temporais e a visualização das tendências de dados ao longo do tempo; além disso, devem ainda estar disponíveis de modo acessível para um público amplo.

IV.1.2 - Índices

Como a etimologia sugere, os índices indiciam; são um sinal de que existe uma relação de contiguidade com aquilo que é representado (Freitas, 2007 *in* Sobral et al., 2011). Assim, pode conceber-se um índice como um valor agregado obtido no final de um processo de cálculo, onde se utilizam muitas vezes os indicadores como variáveis que o compõem (Siche et al., 2007). Porém, há quem considere que os índices são apenas indicadores de alta categoria (Khanna, 2000 *in* Siche et al., 2007). Existe ainda a possibilidade de um índice se transformar em componente de outro índice. A Pegada Ecológica é utilizada para determinar, por exemplo, o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ESI, em inglês).

Pode representar-se de modo piramidal o processo de evolução que vai desde os dados brutos e primários, passando pelos indicadores simples, até à complexidade dos índices, que têm a função de agregar, de sintetizar e de integrar a informação disponível (Fig.1). Na verdade, os índices possibilitam agrupar e resumir *data* de numerosos indicadores que de outro modo, seriam apenas informação isolada, com obstáculos à sua interpretação (Sobral et al., 2011).



Fonte: Magalhães Júnior, 2007 com adaptações de Sobral *et al*, 2011

Fig. 1 – Evolução em pirâmide da informação, desde os dados dispersos até ao índice

Sintetizando, poder-se-á dizer que o termo índice remete para “um valor numérico que representa a correta interpretação da realidade de um sistema simples ou complexo (natural, económico ou social), utilizando, em seu cálculo, bases científicas e métodos adequados. O índice pode servir como um instrumento de tomada de decisão e previsão, e é considerado um nível superior da junção de um jogo de indicadores ou variáveis” (Siche et al., 2007: 140).

IV.2 -Indicadores e Índices de Bem-Estar

IV.2.1 – Produto Nacional Bruto (PNB)

A partir da cimeira Rio 92, surgiu a ideia de implementar a Agenda 21 e desenvolver indicadores para avaliar a sustentabilidade (Siche et al., 2007). Os indicadores existentes como o PNB - Produto Nacional Bruto-, também conhecido por GNP - *Gross National Product*, em inglês, ou o GDP- *Gross Domestic Product*, equivalente ao nosso PIB, eram indicadores que privilegiavam a perspetiva económica e de bem-estar associado.

O PNB compreende a soma de bens e serviços finais produzidos pelos cidadãos no seu país e no estrangeiro, normalmente no período de um ano civil. Ganhou bastante peso político e consideração como indicador de crescimento. A valorização excessiva de determinados indicadores ou índices pode levar a pressões políticas e económicas, e a desequilíbrios com consequências sociais e ambientais notórias.^{xxiv}

IV.2.2 – Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB (Produto Interno Bruto) é, por norma, um dos indicadores socioeconómicos mais usados. Traduz os bens e serviços finais produzidos no seio de uma determinada economia e assume-se como um dos principais indicadores de diagnóstico do desempenho global dessa economia, estando vulgarmente associado pela sociedade em geral a uma perspetiva de prosperidade e de bem-estar. A dúvida sobre se os cálculos do PIB deveriam incidir mais sobre a produção ou o bem-estar, levou a algumas alterações à fórmula inicial de cálculo. Dias (2009), apoiando-se em Cobb et al. (1994) e El Serafey (2006), refere que a fórmula de cálculo do PIB, na ótica da despesa se resume à seguinte operação:

$$\text{PIB} = \text{Consumo} + \text{Investimento} + \text{Despesa Pública} + \text{Exportações} - \text{Importações}$$

Esta situação tem claras decorrências e limitações, pois o consumo contribui para o PIB e a satisfação das necessidades individuais, influenciada pela oferta de mercado, associa este indicador ao bem-estar. No entanto, nem todo o consumo implicará bem-estar, além de que é necessário avaliar outras variáveis não tidas em conta, ou transformadas em benefícios, como sejam os custos ambientais e sociais inerentes à produção e aos padrões de consumo. Portanto, “o valor final do PIB tende a corresponder a uma sobrevalorização do bem-estar real” (Dias, 2009: 20).

Neumayer (2004), nota que, quer o PNB quer o PIB, remetem sobretudo para aspetos económicos e de produção, ainda que os decisores políticos, os *media* e o público em geral os identifiquem como índices de bem-estar.^{xxv} Por outro lado, os indicadores económicos revelaram-se, por vezes, redutores e insuficientes em si mesmos, por não darem indicações precisas de sustentabilidade. Deste modo, o desgaste e insuficiência do PIB *per capita* como indicador de desenvolvimento, conduziu a que a no final dos anos 80 e início dos 90, do século XX, as Nações Unidas, através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), criassem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), também conhecido por *Human Development Index* (HDI), em 1990, fazendo parte integrante do *Human Development Report*. Enquanto o PIB mede o desenvolvimento económico de um país, o IDH mede o seu desenvolvimento humano e social.

Foi necessário, também, rever e ampliar a concepção tradicional de desenvolvimento, levando a que os padrões de desenvolvimento tivessem em conta tanto aspetos económicos, como ambientais, sociais, éticos e culturais (Siche et al.,2007).^{xxvi} Em geral, os indicadores que privilegiam a vertente económica assentam na perspetiva de uma sustentabilidade fraca, acreditando-se que o capital natural pode ser substituído pelo capital manufaturado.

IV.2.3 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH foi inicialmente concebido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1996), tendo sido aperfeiçoado em termos de moldura conceptual pelo laureado Amartya Sen (1979,1987). Tem vindo a ser usado desde 1993 pelo PNUD e tornou-se uma referência mundial, passando a ser publicado em dezenas de idiomas e em mais de cem países. Pretendia desviar-se a atenção da tónica nos indicadores económicos para os do bem-estar. O IDH tenta combinar a mensuração do bem-estar com a sustentabilidade, mas sem integrar ambos num indicador simples (Neumayer, 2004). Embora a metodologia deste índice tenha conhecido algumas alterações ao longo do tempo, na atualidade, centra-se sobre três dimensões mensuráveis do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável - que o indicador Esperança de Vida ao Nascer pretende aferir; o acesso à educação e ao conhecimento, medido por indicadores como a Taxa de Escolarização e a Taxa de Alfabetização de Adultos. Segue-se a dimensão económica, que se centra nos rendimentos e na possibilidade de uma vida digna, aspetos medidos pelo PIB *per capita*.

Até 2010, o IDH era calculado segundo a média aritmética simples das três dimensões anteriormente descritas, como nos refere Neumayer (2004:6).

$$\text{HDI} = \frac{1}{3} \times (\text{Income Index} + \text{Longevity Index} + \text{Education Index}).$$

Legenda:

Income Index – Índice do PIB, composto pelo indicador PIB *per capita*.

Longevity Index – Índice Esperança de Vida, composto pelo indicador Esperança de Vida ao Nascer.

Education Index – Índice de Educação, composto pelos indicadores Taxa de Alfabetização de Adultos e Taxa de Escolarização Bruta Combinada.

Considerando que as três dimensões do IDH são igualmente importantes e desejáveis, todos os índices representados têm o mesmo peso (1/3) na composição final. O método de agregação, como se vê, consistiria em somar os três índices, com igual peso e dividir por três. O valor dos índices teria uma variação de 0 a 1, tal como o IDH. Portanto, quanto mais se aproximasse do 1, maior seria o desenvolvimento humano da região analisada.

Contudo, em 2010, no relatório anual do PNUD (UNDP) o *Human Development Report*, propõem-se alterações. Assim, o IDH sofreu ajustes que incluíam a análise das desigualdades ou desigualdades (*inequalities*) encontradas em cada uma das três variáveis, introduzindo-se a Inequalidade-ajustada IDH (*Inequality-adjusted HDI*, ou seja, IHDI). Numa situação de perfeita igualdade, o IDH e o IHDI são semelhantes (PNUD, 2010), mas quando existe desigualdade, desigualdade e disparidades na saúde, no acesso à educação e nos rendimentos, o IDH do cidadão médio é menor do que o IDH agregado.^{xxvii} Deste modo, quanto mais baixo for o IHDI e portanto, maior for a diferença relativamente ao IDH, maiores serão a desigualdade e as desigualdades.

Segundo dados do mesmo relatório, a perda média no IDH devido à desigualdade e às desigualdades representa cerca de 22%. Sendo assim, o IDH global de 0.62 em 2010, é na realidade de 0.49, o que significa uma queda de um IDH elevado, para uma categoria média. Verificou-se, também, que países com menos desenvolvimento humano tendem a ter maior desigualdade e desigualdades, o que, em si, contribui para que esta tendência se mantenha, gerando um ciclo difícil de quebrar.

Instituíram-se, além disso, novas medidas para avaliar as desigualdades de género e concluiu-se que as desvantagens vividas pelas meninas e mulheres, especialmente em certas regiões do mundo, constituem a maior fonte de desigualdade entre os géneros, uma vez que as mulheres são muitas vezes discriminadas em termos de saúde, educação, acesso ao mercado de trabalho e direito de propriedade. O PNUD introduziu outros modos de medir estas discrepâncias, tendo por base a moldura do IDH e do IHDI. Consequentemente, obteve-se o *Gender Inequality Index*, que revela que a desigualdade entre géneros varia extraordinariamente entre países, com os Países

Baixos a registarem o maior índice de igualdade, seguindo-se a Dinamarca, a Suécia e a Suíça. Verificou-se, também, que países com uma distribuição desigual em termos de desenvolvimento humano se debatem com problemas de desigualdade de género e vice-versa. Destacam-se com muito má prestação em ambos os campos, a República Centro Africana, o Haiti e Moçambique (PNUD, 2010).

Além dos aspetos já mencionados, o PNUD preocupou-se em encontrar meios de obter uma mensuração multidimensional dos índices de pobreza a nível mundial. Por isso, o *Human Development Report* de 2010, introduziu o *Multidimensional Poverty Index*. Este índice identifica a escassez e as privações verificadas nas três dimensões do IDH, e coloca a nu o número de pobres e tipo de privações por eles sofridas. Pode ser construído por região, grupo étnico, etc., constituindo-se como instrumento útil para os decisores. As conclusões extraídas do relatório de 2010 tornam claro que muito há ainda a fazer no sentido de minimizar o fosso entre países pobres e ricos, e diluir as gritantes desigualdades sociais e económicas existentes.^{xxviii}

Em termos globais, a partir de 2010, uma vida longa e saudável é medida em termos de esperança de vida ao nascer, ou seja, o número de anos que uma criança recém-nascida viveria se os padrões de mortalidade dessa altura se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida. O acesso ao conhecimento e à educação é aferido através da taxa de alfabetização de adultos, que é a média da educação recebida ao longo da vida por pessoas com 25 anos ou mais, bem como, dos anos de escolaridade expectáveis em crianças a iniciar a sua educação. O nível digno de vida é calculado pelo Rendimento Nacional Bruto (GNI – *Gross National Income*) *per capita*. No sentido de poder cruzar informações e estabelecer comparações, o IDH é composto por dados provenientes da *UN Population Division*, do *Institute for Statistics*, da UNESCO e do *World Bank*.

Embora sendo uma ferramenta importante para analisar os níveis de desenvolvimento humano e as questões éticas envolvidas, e um guia em termos de políticas e de planeamento, assim como um reflexo do impacto dessas políticas, o IDH tem sido alvo de diversas críticas. Para alguns, este índice de desenvolvimento contribuiu para congregar algumas abordagens anteriores e enfatizar as questões relativas ao Desenvolvimento Humano (DH), medindo o progresso a longo prazo.^{xxix}

Ainda assim, algumas críticas menos positivas destacam a escassez dos aspetos ambientais e relativos à sustentabilidade, muito embora Meghnad Desai (1995), membro do painel escolhido por Mahbub ul Haq para elaborar o *Human Development Report*, tenha concebido o *Index of Intensity of Environmental Exploitation*, ele não foi incluído no IDH, como nota Neumayer (2004:6). Por outro lado, ainda que o HDI procure medir aquisições ao nível das aptidões e da capacitação dos indivíduos (*capabilities*), Anand & Sen (1994) reconhecem que o índice foca, maioritariamente, as capacidades básicas das pessoas. McGillivray (1991) questiona a composição e utilidade do IDH, porque considera que este índice revela pouco mais do que alguns dos já existentes indicadores de desenvolvimento, sendo, além disso, redundante. Dias (2009:38) aponta que esta é uma ferramenta ainda assente no crescimento económico, desvalorizando-se as debilidades ambientais e sociais causadas. O PNUD está ciente das críticas tecidas nos últimos vinte anos ao IDH e reconhece legitimidade a algumas, embora se mantenha firme nos seus propósitos. ^{xxx}

Segundo o *Human Development Report* (PNUD, 2013), Portugal inclui-se no conjunto dos países com um nível muito elevado de desenvolvimento humano (consideram-se quatro níveis diferentes: *Very High Human Development*, *High Human Development*, *Medium Human Development* e *Low Human Development*). Em 2010, estávamos no 40º lugar dos países mais desenvolvidos, num conjunto de 42 nesse nível e num total de 169 países. No relatório de 2011, descemos para o 41º lugar, numa lista de 47 países nesse nível e num cômputo geral de 187 países. A Noruega e a Austrália mantiveram, respetivamente, a primeira e segunda posições. Em 2012, ficámos em 43º lugar (Fig.2), bem atrás da Espanha, no 23º e da Grécia, no 29º.

DISSERTAÇÃO DE Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação
 MCAP 6ª EDIÇÃO – 2011/2013 – UNIVERSIDADE ABERTA

HDI rank	Human Development Index (HDI)	Life expectancy at birth	Mean years of schooling	Expected years of schooling	Gross national income (GNI) per capita	GNI per capita rank minus HDI rank	Nominal HDI	
	Value	(years)	(years)	(years)	(2005 PPP \$)	2012	Value	
	2012	2012	2010 ^a	2011 ^b	2012		2012	
VERY HIGH HUMAN DEVELOPMENT								
1	Norway	0.955	81.3	12.6	17.5	48,688	4	0.977
2	Australia	0.938	82.0	12.0 ^c	19.6 ^d	34,340	15	0.978
3	United States	0.937	78.7	13.3	16.8	43,480	6	0.958
4	Netherlands	0.921	80.8	11.6 ^c	16.9	37,282	8	0.945
5	Germany	0.920	80.6	12.2	16.4 ^c	35,431	10	0.948
6	New Zealand	0.919	80.8	12.5	19.7 ^d	24,358	26	0.978
7	Ireland	0.916	80.7	11.6	18.3 ^d	28,671	19	0.960
7	Sweden	0.916	81.6	11.7 ^c	16.0	36,143	6	0.940
9	Switzerland	0.913	82.5	11.0 ^c	15.7	40,527	2	0.926
10	Japan	0.912	83.6	11.6 ^c	15.3	32,545	11	0.942
11	Canada	0.911	81.1	12.3	15.1	35,369	5	0.934
12	Korea, Republic of	0.909	80.7	11.6	17.2	28,231	15	0.949
13	Hong Kong, China (SAR)	0.906	83.0	10.0	15.5	45,598	-6	0.907
13	Iceland	0.906	81.9	10.4	18.3 ^d	29,176	12	0.943
15	Denmark	0.901	79.0	11.4 ^c	16.8	33,518	4	0.924
16	Israel	0.900	81.9	11.9	15.7	26,224	13	0.942
17	Belgium	0.897	80.0	10.9 ^c	16.4	33,429	3	0.917
18	Austria	0.895	81.0	10.8	15.3	36,438	-5	0.908
18	Singapore	0.895	81.2	10.1 ^c	14.4 ^f	52,613	-15	0.880
20	France	0.893	81.7	10.6 ^c	16.1	30,277	4	0.919
21	Finland	0.892	80.1	10.3	16.9	32,510	2	0.912
21	Slovenia	0.892	79.5	11.7	16.9	23,999	12	0.936
23	Spain	0.885	81.6	10.4 ^c	16.4	25,947	8	0.919
24	Liechtenstein	0.883	79.8	10.3 ^b	11.9	84,880 ^h	-22	0.832
25	Italy	0.881	82.0	10.1 ^c	16.2	26,158	5	0.911
26	Luxembourg	0.875	80.1	10.1	13.5	48,285	-20	0.858
26	United Kingdom	0.875	80.3	9.4	16.4	32,538	-5	0.886
28	Czech Republic	0.873	77.8	12.3	15.3	22,067	10	0.913
29	Greece	0.860	80.0	10.1 ^c	16.3	20,511	13	0.899
30	Brunei Darussalam	0.855	76.1	8.6	15.0	45,690	-23	0.832
31	Cyprus	0.848	79.8	9.8	14.9	23,825	4	0.869
32	Malta	0.847	79.8	9.9	15.1	21,184	9	0.876
33	Andorra	0.846	81.1	10.4 ^f	11.7	33,918 ⁱ	-15	0.839
33	Estonia	0.846	75.0	12.0	15.8	17,402	13	0.892
35	Slovakia	0.840	75.6	11.6	14.7	19,696	9	0.872
36	Qatar	0.834	78.5	7.3	12.2	87,478 ^k	-35	0.761
37	Hungary	0.831	74.6	11.7	15.3	16,088	13	0.874
38	Barbados	0.825	77.0	9.3	16.3	17,308	10	0.859
39	Poland	0.821	76.3	10.0	15.2	17,776	7	0.851
40	Chile	0.819	79.3	9.7	14.7	14,987	13	0.863
41	Lithuania	0.818	72.5	10.9	15.7	16,858	7	0.850
41	United Arab Emirates	0.818	76.7	8.9	12.0	42,716	-31	0.783
43	Portugal	0.816	79.7	7.7	16.0	19,907	0	0.835
44	Latvia	0.814	73.6	11.5 ^c	14.8	14,724	10	0.856
45	Argentina	0.811	76.1	9.3	16.1	15,347	7	0.848
46	Seychelles	0.806	73.8	9.4 ^f	14.3	22,615	-9	0.808
47	Croatia	0.805	76.8	9.8 ^c	14.1	15,419	4	0.837

Fonte: PNUD, 2013

Fig.2 – O IDH e seus componentes, na lista dos países com maior desenvolvimento humano, segundo o *Human Development Report* de 2013.

FELICIDADE, BEM-ESTAR E SUSTENTABILIDADE: REPRESENTAÇÕES E RACIONALIDADES NUMA
COMUNIDADE DO NORDESTE TRANSMONTANO

Em termos efetivos, o IDH português subiu de 0.639 em 1980, para 0.816 em 2012 (Fig.3), o que representa um aumento de 27% ou um crescimento médio anual de 0.7% (PNUD, 2013a).

	Life expectancy at birth	Expected years of schooling	Mean years of schooling	GNI per capita (2005 PPP\$)	HDI value
1980	71.3	10.5	4.8	11,689	0.644
1985	73.2	10.5	5.5	11,539	0.668
1990	74.3	11.7	6.2	16,074	0.714
1995	75.2	14.9	6.4	17,562	0.757
2000	76.6	15.6	6.8	20,718	0.783
2005	78	15.2	7.2	21,050	0.796
2010	79.3	16	7.7	20,963	0.817
2011	79.5	16	7.7	20,557	0.817
2012	79.7	16.0	7.7	19,907	0.816

Fonte: PNUD, 2013a

Fig. 3 – Tendências do IDH português desde 1980 até 2012

A figura 4 reflete a evolução do país em termos de indicadores de desenvolvimento humano, tendo por base o IDH, desde 1980 até 2011, comparativamente com os níveis muito altos de desenvolvimento humano, os países da OCDE e o resto do mundo.

Year	Portugal	Very high human development	OECD	World
2011	0.809	0.889	0.873	0.682
2010	n.a.	n.a.	0.872	0.679
2009	0.805	0.885	0.869	0.676
2008	0.802	0.885	0.869	0.674
2007	0.798	0.882	0.866	0.670
2006	0.791	0.879	0.863	0.664
2005	0.789	0.876	0.860	0.660
2004	n.a.	n.a.	0.859	0.665
2003	n.a.	n.a.	0.855	0.659
2002	n.a.	n.a.	0.852	0.654
2001	n.a.	n.a.	0.848	0.650
2000	0.778	0.858	0.840	0.634
1999	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1998	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1997	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1996	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1995	n.a.	n.a.	0.815	0.613
1994	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1993	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1992	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1991	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1990	0.708	0.810	0.792	0.594
1989	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1988	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1987	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1986	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1985	n.a.	n.a.	0.769	0.576
1984	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1983	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1982	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1981	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
1980	0.639	0.766	0.749	0.558

Fonte: PNUD, 2011

Fig. 4– Evolução de Portugal, desde 1980 a 2011, no âmbito do IDH, tendo como referência o nível muito alto de desenvolvimento humano, os países da OCDE e o resto do mundo

IV.3 – Indicadores e Índices de Sustentabilidade

IV.3.1 – Sustentabilidade Forte e Sustentabilidade Fraca

Os economistas costumam definir a sustentabilidade tendo por base os padrões de vida, o consumo ou a utilidade (PNUD, 2011:105). Estas definições radicam em dois paradigmas concetuais opostos acerca das condições para se alcançar a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, especialmente no que concerne à preservação do capital natural. Diferencia-se, assim, a sustentabilidade fraca (*weak sustainability*) da sustentabilidade forte (*strong sustainability*). A sustentabilidade fraca assenta na ideia que o capital natural é substituível por outras formas de capital, interessando apenas o valor total do *stock* de capital, que deveria ser mantido ou aumentado (poupado e investido), em nome das gerações futuras. A sustentabilidade forte rejeita esta noção de substituíbilidade, argumentando com a existência de capital natural crítico e referindo que a depleção atual dos recursos não pode ser compensada pelo investimento noutras formas de capital. (Gutés, 1996; Neumayer, 2004, 2010, 2011). Em suma, pode dizer-se que o capital natural e o produzido (manufaturado) são complementares mas não redutíveis um ao outro (Dias, 2009:27).

De qualquer modo, definições de sustentabilidade baseadas no consumo são mais facilmente aceites pelos defensores da sustentabilidade fraca, como os economistas neoclássicos Robert Solow (1974) e John Hartwick (1977). Segundo o modelo neoclássico, o crescimento económico não tem limites, já que pode haver substituíbilidade entre os fatores de produção. Por outro lado, as definições assentes na utilidade frisam que a sustentabilidade radica num aumento de eficiência das pessoas na busca do que pode ser mais útil (PNUD, 2011:105); embora essa utilidade, em certo sentido, deva ter em conta o porvir.

Portanto, os caminhos divergem entre a procura do bem-estar e do desenvolvimento atuais e o facto de os objetivos e as decisões económicas e políticas deverem atender aos princípios da dignidade humana e da igualdade, extensíveis aos presentes e aos vindouros, segundo postulam as éticas normativas e universalistas de Kant (1785) e Rawls (1971), bem como a conceção de usufruto dos direitos, segundo a qual cada geração tem o direito de usufruir do capital acumulado, sem o fazer desaparecer ou entrar em depleção (Neumayer, 2004; Anand & Send, 2000).^{xxx} Conforme refere Dias (2009:27), citando Pearce & Atkinson (1993), uma economia é

sustentável quando as poupanças são superiores à depreciação combinada entre o capital natural e o capital manufaturado, ou seja, quando se verifica uma não depreciação no *stock* total de capital.

A sustentabilidade fraca tem-se mantido ligada ao bem-estar, sendo que, nesta aceção, será conseguida se o bem-estar se conseguir manter ao longo do tempo. Como se viu, a associação deste conceito ao conforto económico e aos bens manufaturados, pode desviar a atenção da importância de proteger, conservar e preservar o capital natural. Já o bem-estar social é entendido pela economia neoclássica numa perspectiva da soma das utilidades individuais, estabelecendo, portanto, que estas podem ser mensuráveis (Dias, 2009:28). Representando a “nova” Escola de Chicago, Milton Friedman (1966) engendrou uma aproximação instrumentalista, na qual a maximização da utilidade seria unicamente usada para formular hipóteses e formar predições testáveis, não tendo contributo para a Economia do Bem-Estar – *Welfare Economics* (Emmett, 2010). De igual modo, a *New Welfare Economics*, não crê que se possam fazer comparações interpessoais e sublinha a distribuição de rendimentos. Dias (2009:28) nota que o vazio deixado pela nova economia do bem-estar vem a ser preenchido por diversas perspectivas teóricas e conclusões metodológicas, como sejam, a insuficiência dos indicadores clássicos – o PIB – para medir o bem-estar, o facto de a utilidade depender de comparações interpessoais e da posição relativa, bem como, a conclusão de que todos os seres humanos possuem características biológicas e psicológicas comuns na avaliação do bem-estar.

IV.3.2 – Pegada Ecológica

Na sequência da cimeira Rio 92, William Rees trouxe um grande contributo à instauração de indicadores de sustentabilidade, ao ser o primeiro a delinear academicamente a Pegada Ecológica (EF ou *Ecological Footprint*), inicialmente denominada “*Appropriated Carrying Capacity*”^{xxxii}, posteriormente aperfeiçoada por Wackernagel & Rees (1995). O processo consistia em medir a procura pelo capital natural – o que pode não coincidir com a capacidade de regeneração do Planeta. Através de uma matriz de consumo e de uso de terra e de água, calcula-se a área usada para prover bens e serviços consumidos por uma determinada população (biocapacidade),

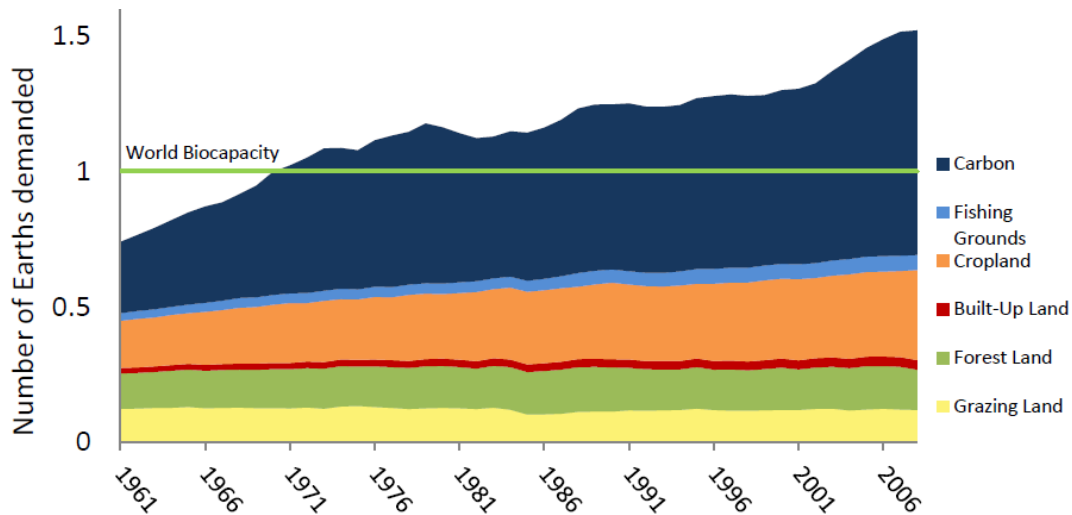
tendo em conta a conseqüente produção de resíduos e de CO². A partir daqui, podemos estimar quanto do Planeta, ou quantos planetas como o nosso, seriam necessários para manter um determinado estilo de vida/padrão de consumo (Wackernagel & Rees, 1995). No fundo, mede-se o impacto das atividades humanas, relacionando-as com a área bioprodutiva requerida, equacionando os recursos disponíveis e os resíduos produzidos face à capacidade de regeneração da Terra.

Esta nova abordagem vem fazer estremecer a conceção neoclássica de economia que acreditava que a depleção de recursos naturais não seria em si um problema, já que a escassez levaria a um aumento dos preços e à procura de substitutos. Contudo, sabemos que as vozes dissonantes a esta teoria são cada vez mais. Introduz, também, a utilização de indicadores físicos relativos à utilização dos recursos naturais e à avaliação da sustentabilidade, procurando colmatar as dificuldades e lacunas causadas pela valoração económica (Dias, 2009).

A *Global Footprint Network* (GFN), co-fundada por Wackernagel em 2003, é responsável pelo aperfeiçoamento da metodologia inicial da Pegada Ecológica, passando a incluir-se a superfície total do Planeta no cálculo da biocapacidade. Tanto a Pegada Ecológica como a biocapacidade são calculadas em termos de hectares globais (*global hectares* ou *g ha*). Combinando as informações sobre biocapacidade com a população global, é possível chegar-se a um limite de consumo sustentado por todos sem sair dos limites ambientais. O cálculo situa-se nos 1,8g *per capita*. Não estão aqui incluídas as necessidades das outras espécies (NEF, 2012).

Pela consulta da figura 5, conclui-se que, em termos globais, o mundo foi além dos limites recomendados a partir dos anos 70 do século XX, sendo visível um aumento significativo das emissões de dióxido de carbono, não obstante o esforço para reduzir os valores. Temos extraído os recursos a uma velocidade superior à da sua regeneração, o que, ligado ao crescente aumento populacional, está inequivocamente relacionado com as crises ambientais da atualidade (NEF, 2012).

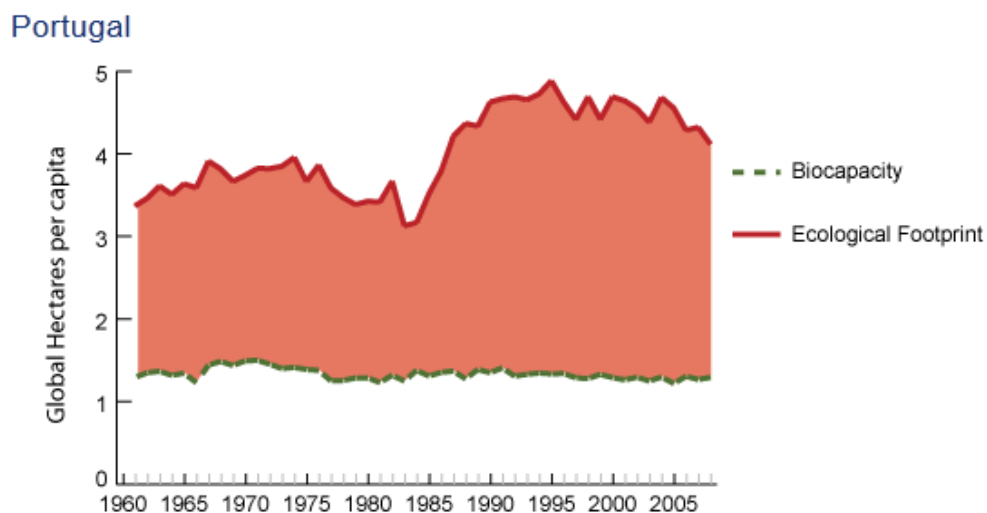
FELICIDADE, BEM-ESTAR E SUSTENTABILIDADE: REPRESENTAÇÕES E RACIONALIDADES NUMA COMUNIDADE DO NORDESTE TRANSMONTANO



Fonte: National Footprint Accounts 2011 (Global Footprint Network)

Fig.5- Pegada Ecológica mundial e Biocapacidade, em hectares globais

Relativamente a Portugal, é visível desde 1960, um crescimento da Pegada Ecológica, que não é seguido pelo aumento da biocapacidade (Fig.6). Os dados relativos à biocapacidade variam a cada ano devido à gestão dos ecossistemas, práticas agrícolas, degradação dos ecossistemas, situação climática e variações relativas à população. Já a pegada ambiental oscila devido aos padrões de consumo e eficiência produtiva.



Fonte: Global Footprint Network: <http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/page/trends/portugal/>

Fig.6- A evolução da Pegada Ecológica e da Biocapacidade no nosso país, entre 1960 e 2005

Embora o uso da Pegada Ecológica como indicador se tenha generalizado, algumas críticas se levantam quanto à sua utilização para aferir a sustentabilidade. Apesar de não ser uma medida perfeita relativamente ao impacto ambiental, é até à data,

a melhor avaliação possível no que diz respeito às exigências humanas em relação à natureza (NEF, 2007:8). Por outro lado, uma vez que mede o impacto global, existem situações que escapam ao escrutínio da Pegada Ecológica. Por exemplo, os países ricos alegam tomar medidas para reduzir a produção de gases com efeito de estufa e desenvolver projetos sustentáveis, mas continuam a manter estilos de vida que promovem a degradação ambiental, exportando as consequências destes excessos para os países menos desenvolvidos. Por causa disto, muitos países vivem além da sua biocapacidade e originam-se situações que contribuem para aumentar as injustiças socioeconómicas. Dias (2009), citando Van den Bergh & Verbruggen (1999), acrescenta outras críticas, que assentam na própria natureza do índice, na dificuldade em diferenciar o uso sustentável ou insustentável dos solos e da energia segundo cenários hipotéticos, nas escalas espacial e regional porque avaliam segundo fronteiras administrativas, e ainda, o facto de o comércio entre regiões e países não ser tomado como indicador objetivo.

IV.3.3 – Índice de Bem-Estar Económico Sustentável (IBES)

O IBES ou ISEW (*Index of Sustainable Economic Welfare*), no original, constitui um exemplo atual de esforço para integrar a mensuração do bem-estar e da sustentabilidade num único indicador, tendo por base os trabalhos de Nordhaus & Tobin's (1972), com a criação do *Measure of Economic Welfare* (MEW), de Zolotas (1981) e do seu *Economic Aspects of Welfare* (EAW), de Einer (1990) e do *Total Incomes System of Accounts* (TISA), bem como, a aplicação do índice de bem-estar líquido japonês (Neumayer, 2004; Dias, 2009).

O IBES procura ter em consideração a natureza multidimensional do desenvolvimento sustentável. Foi inicialmente concebido por Daly & Cobb (1989), sendo também conhecido por Indicador de Progresso Genuíno (GPI ou *Genuine Progress Indicator*), uma vez que este outro indicador macroeconómico se apresenta como sua extensão, depois de algumas revisões levadas a cabo pelos seus criadores. O objetivo é aferir-se o progresso real da sociedade, monitorizando o bem-estar e a sustentabilidade da economia, ou seja, é uma medida que tenta captar o impacto geral da atividade económica no bem-estar humano. Para Dietz & Neumayer (2006:187), duas

razões motivaram a criação do IBES: por um lado, a insuficiência do PNB e do PIB, os dois indicadores por excelência da atividade macroeconómica, na avaliação do bem-estar e da sustentabilidade; por outro lado, a ideia comum entre os economistas ecológicos, que o crescimento económico, a dada altura, deixaria de poder ser sustentado pelo ecossistema global.

A metodologia inicial utilizada para o IBES partiu do modelo económico americano. Durante cerca de vinte anos, desde os anos 50 até aos anos 70 do século XX, o IBES foi paralelo, em termos *per capita*, ao Produto Nacional Bruto; a partir daí, o IBES para de crescer e/ou desce, enquanto o PNB sobe (Daly & Cobb, 1989). Uma possível explicação para esta disparidade entre indicadores pode ser encontrada na Teoria do Limiar, ou da Hipótese Limiar (*Threshold Hypothesis*) de Max Neef (1995), segundo a qual parece haver em cada sociedade um período de crescimento económico que possibilita uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, mas só até certo ponto, a partir do qual mais crescimento económico poderá significar, um decréscimo na qualidade de vida, com os custos associados a superarem os possíveis benefícios.^{xxxiii} Consequentemente, não é linear a relação que comumente se estabelece entre crescimento económico e desenvolvimento humano.

A metodologia inicial do IBES tem sofrido alterações no sentido de torná-la adequada às características idiossincráticas de cada país. Apesar de não serem tidos em conta explicitamente os danos ambientais e a depleção de recursos, destacam-se os vários tipos de poluição: da água, do ar e poluição sonora. Considera-se, ainda, a diminuição das zonas húmidas e das terras de cultivo, os possíveis danos ambientais a longo prazo, como as alterações climáticas, e a diminuição da camada de ozono. Temos, então, no cálculo do IBES (Neumayer, 2004, Dietz & Neumayer, 2006; Dias, 2009):

IBES=

(+) Ponderação do consumo privado com as desigualdades nos rendimentos

(+) Trabalho doméstico

(+) Despesas públicas não defensivas

(-) Despesas privadas defensivas

(+) Ajustes de capital

- (-) Custos com a poluição e a degradação ambiental
- (+) Diferença entre fluxos de serviços e consumo de bens duradouros
- (-) Depleção de recursos não renováveis/recursos naturais

Daly & Cobb (1989) propuseram uma mudança na direção do paradigma económico, destacando áreas tão amplas como o comércio internacional, a população, o uso das terras, a agricultura, a indústria, o trabalho, os impostos e os rendimentos. Salientaram a importância de se desenvolverem por parte das sociedades globais, instituições democraticamente controladas a nível internacional, nacional e local, bem como, uma economia descentralizada que devolva o controlo às pessoas e estabeleça um sentido de comunidade humana.

Ainda assim, o IBES não tem sido isento de reparos. Neumayer (2004) e Dietz & Neumayer (2006), referem que as críticas se centram, maioritariamente, na componente da depleção de recursos e dos danos ambientais a longo prazo do IBES, mas também no propósito de agregar a medição do bem-estar e da sustentabilidade num único instrumento, já que o que afeta atualmente o bem-estar pode não afetar a sustentabilidade, e vice-versa. Não obstante a aparente contradição, o bem-estar parece estar em perigo se o capital total atual for usado, enquanto a sustentabilidade será afetada apenas se todo o *stock* de capital total também o for (Neumayer, 2004:4). Dias (2009), citando Eisner (1994), aponta a insuficiente referência ao capital humano no IBES. As críticas metodológicas e de cálculo são assinaladas, sobretudo quando particularizadas a cada país, o que se traduziu em diversas sugestões para aperfeiçoamento deste índice.

IV.3.4 – Poupanças Genuínas

As Poupanças Genuínas ou GS - *Genuine Savings*, no original, é um indicador simples concebido pelo Departamento Ambiental do Banco Mundial (*World Bank*), em colaboração com Kirk Hamilton (1994, 1996), como salienta Neumayer (2004), embora Pearce & Atkinson (1993) tivessem já introduzido uma medida de contabilidade ambiental e do desenvolvimento sustentável – a *Net Savings Criterion* (Pearce & Atkinson, 1998:262). Este indicador, cujos dados são publicados anualmente no

compêndio *World Development Indicators*, do Banco Mundial, pretende demonstrar a taxa de riqueza nacional, incluindo o capital natural e o capital humano, destruído ou criado. As Poupanças Genuínas medem a taxa das poupanças numa determinada economia, depois dos investimentos no capital humano, depleção dos recursos naturais e danos causados pela poluição. As políticas que possam conduzir a poupanças líquidas ajustadas (ou seja, poupanças genuínas) negativas, são políticas insustentáveis. Convém salientar que este é um indicador claramente dirigido para a sustentabilidade fraca (Pearce & Atkinson, 1993) e, neste sentido, aceita que o desenvolvimento possa ser garantido pelo *stock* total de capital, não somente o natural mas também o manufacturado. Portanto, os países devem poupar o suficiente para compensar a depleção do capital natural. Para que seja possível manter ou fazer crescer a capacidade produtiva de um sistema económico, é necessário que o nível de poupança seja igual ou superior à soma da depreciação do capital perdido.

Além de pretender ser um indicador de sustentabilidade, as Poupanças Genuínas apresentam uma moldura concetual originada pelos principais objetivos do *Comprehensive Development Framework* (CDF) do Banco Mundial, que são, empreender uma abordagem holística da relação entre as mudanças humanas, estruturais e ambientais, mantendo as metas da estabilidade macroeconómica e do crescimento económico (Everett & Wilks, 1999:3). Por isso, este é um indicador melhor do que o PIB ou o PNB para guiar as decisões políticas e económicas. Realça a necessidade de se reforçarem as poupanças domésticas, destaca os aspetos fiscais da gestão ambiental e dos recursos, no sentido de criar taxas de direito de utilização e de poluição, sublinhando que o crescimento económico não pode ser feito à revelia da proteção dos recursos e da sustentabilidade.

Genericamente, as Poupanças Genuínas são calculadas subtraindo às poupanças nacionais brutas, a depreciação dos bens. Conforme alterações introduzidas por Hamilton et al. (1998), Pearce & Atkinson (1993), apresentam a seguinte fórmula:

$$S_g = S - DK_M - r(R-G) - p(E-A) + PV(T)$$

Sendo:

S_g -genuine savings (poupanças genuínas)

S-gross Savings (poupanças brutas)

DK_M -depreciation on made capital (depreciação do capital manufaturado)

r(R-G)- depreciation on natural resources (depreciação dos recursos naturais)

p(E-A)-net pollution damage (danos líquidos com a poluição)

PV(T)-present value of future economic growth due to technological change (valor atual do crescimento económico futuro devido a mudanças tecnológicas)

As críticas às Poupanças Genuínas como indicador de sustentabilidade não se fizeram esperar. Pearce & Atkinson (1993:263) referem que valores positivos de poupanças genuínas não denotam necessariamente sustentabilidade, porque este indicador afere a sustentabilidade fraca. Será um guia para a insustentabilidade, mas redutor na análise do progresso do desenvolvimento sustentável. Além disso, é simplista, uma vez que tenta mensurar as alterações ambientais e económicas num mesmo indicador. O economista ambiental Joan Martinez-Alier (2002) apelida a abordagem do Banco Mundial de “*genuine nonsense*” (Evetett & Wilks, 1999:3), um claro trocadilho com o termo *Genuine Savings*. O próprio Banco Mundial reconhece algumas dificuldades.

Para Neumayer (2004:8), o indicador frisa a depleção do capital natural tendo especialmente em conta recursos com valor de mercado, como as fontes de energia não renováveis, o petróleo, o gás natural e alguns minérios. Os cálculos das Poupanças Genuínas também não conseguem abarcar as questões de fronteira acerca da natureza do desenvolvimento, gerando dúvidas em relação aos limites ambientais, aos direitos de propriedade, ao valor intrínseco dos recursos para os povos indígenas, assim como, ao direito que as gerações futuras têm a usufruir de um leque de bens e serviços a nós que tivemos acesso (Everett & Wilks, 1999:5). Weishang Qu (s.d. *in* Everett & Wilks,1999:6) destaca a dependência das Poupanças Genuínas do PIB; logo, os países da OCDE com elevados rendimentos, têm uma taxa de Poupanças Genuínas alta.

IV.4 – Indicadores e Índices de Felicidade

IV.4.1- Índice do Planeta Feliz (IPF)

O Índice do Planeta Feliz (IPF), ou *Happy Planet Index* (HPI), foi introduzido pela *New Economics Foundation* (NEF), no Reino Unido, em 2006. A NEF foi fundada

em 1986, pelos responsáveis pelo *The Other Economic Summit* (TOES), que insistiam na inclusão das questões ambientais e de desenvolvimento alternativo nas reuniões dos países mais ricos. A NEF trabalha com todos os segmentos da sociedade – governo, indivíduos, universidades, empresas – no Reino Unido e internacionalmente, na busca de entendimento e estratégias de mudança. Um dos principais objetivos do IPF seria criar um novo modelo de riqueza, com base na equidade, na diversidade e na estabilidade económica.

O índice quer avaliar a eficiência com que o bem-estar humano e a felicidade são obtidos a nível global, por país ou grupo de países, a partir da gestão dos recursos finitos do Planeta. Para tal, cruza três indicadores *per capita*, que são, o grau de satisfação dos habitantes em cada país, a sua esperança média de vida e a sua pegada ecológica, concebendo uma nova ideia de progresso e colocando em causa outros índices bem estabelecidos, como o IDH e o PIB (principal indicador de renda a medir o sucesso económico das nações).^{xxxiv}

A cada país é atribuída uma pontuação, combinada com um gráfico de seis cores, para apurar o IPF total. O verde-claro é a cor mais desejável porque denota um alto nível de bem-estar sustentável, e é apenas conferida se os países tiveram boa *performance* em cada um dos três componentes individuais do índice, o que não aconteceu em nenhum dos 151 países incluídos no relatório de 2012 (com apenas nove a aproximarem-se, dos quais, oito situados na América Latina). Temos, então, o verde para uma boa prestação, o âmbar para uma prestação mediana e o encarnado para uma má prestação.

Contrariamente ao indicador FIB (Felicidade Interna Bruta) ou GNH (*Gross National Happiness*), não se pretende saber qual é o país “mais feliz”, mas encontrar uma nova medida para o progresso, isto é, estabelecer como é possível que as nações providenciem aos indivíduos bem-estar no presente, sem esquecer as gerações futuras. Dito de outro modo, consagra-se o direito a todos para poderem usufruir de um bem-estar sustentável e de uma vida feliz. A conclusão do relatório de 2012 (o terceiro), é que “this is largely still an *unhappy planet*” (NEF, 2012:4). Uma das inovações deste índice é demonstrar que uma vida longa e feliz não pode ser conseguida a expensas dos recursos – “good lives do not have to cost the Earth” (NEF, 2012:4) – e que, portanto,

altos níveis de consumo de recursos naturais não se traduzem necessariamente em elevados níveis de bem-estar.

Segundo a NEF, o IPF funciona como “bússola”, ou medida de eficácia, ao apontar a direção certa para as sociedades e os decisores políticos. O índice analisa, ainda, o percurso realizado na prossecução da prosperidade, do bem-estar e da sustentabilidade e conclui que, apesar de o Ocidente apresentar uma melhoria generalizada nas condições de vida, existências mais longas e confortáveis e graus de satisfação pessoal variáveis, se instala, também, a consciência do elevado preço a pagar por tudo isso, enquanto simultaneamente, emerge a ideia que o progresso económico não pode ser em si mesmo, um fim. O relatório do IPF de 2012 apresenta resultados desconcertantes, claramente em sentido inverso aos de outros índices. Por exemplo, em relação aos países da Europa Ocidental, normalmente em lugares cimeiros nos *rankings*, constatamos que o mais bem classificado é a Noruega, que aqui se encontra em 29º lugar. Os EUA situam-se na 105º posição, na lista dos 151 países (encimada pela Costa Rica, logo seguida pelo Vietname). Em grande parte, estes resultados devem-se à considerável Pegada Ecológica que as nações com poder económico apresentam.

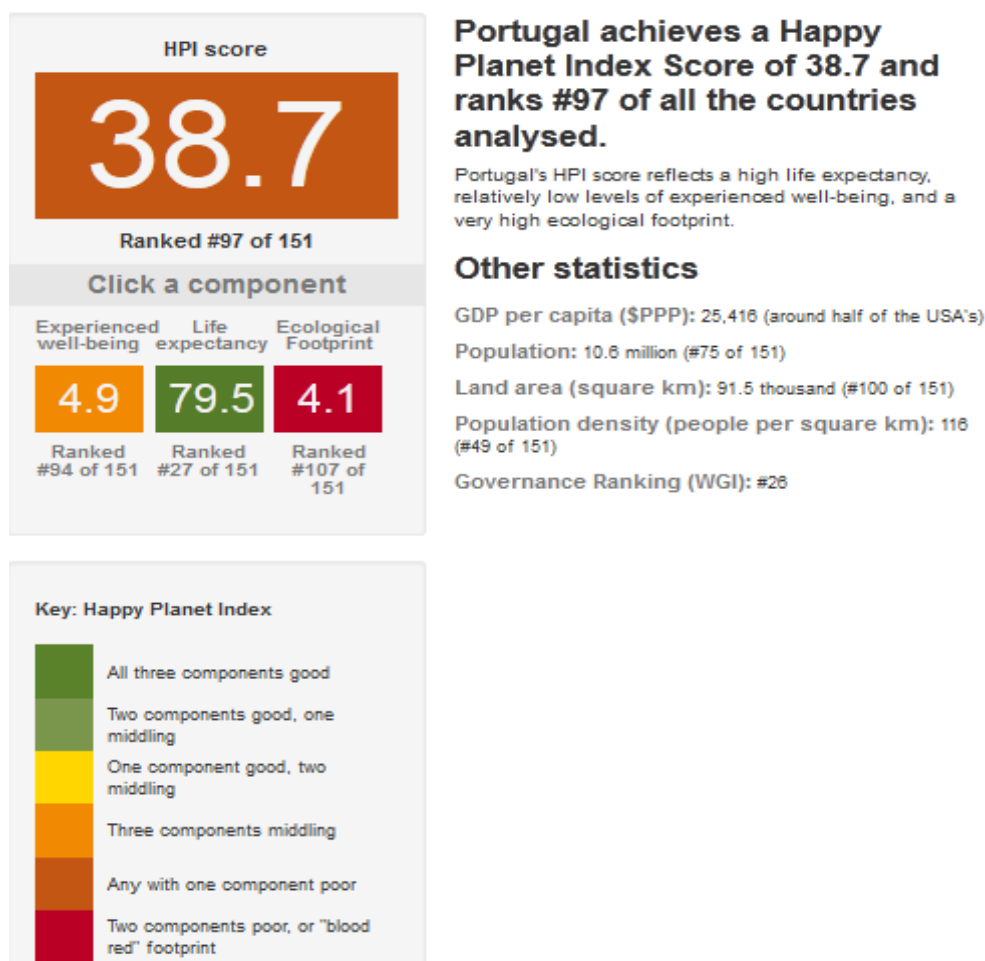
O IPF postula a visão de uma economia reduzida aos seus elementos mais básicos, em que está em causa o que se investe em termos de recursos, para daí obter algo; neste caso, vidas com graus variáveis de duração e de satisfação. Apesar de apresentar uma panorâmica geral, a NEF reconhece que vários aspetos importantes possam escapar à análise do IFP. Assim, é verdade que países bem colocados no índice continuam a ter de lidar com muitos outros problemas, como as desigualdades sociais e as transgressões relacionadas com os direitos humanos. O IFP também não mede diretamente a degradação dos ecossistemas associados à erosão dos solos e desflorestação, nem os impactos ao nível da biodiversidade, nem a poluição local. Por isso, a NEF prevê que este índice possa ser usado em parceria com outros índices ou indicadores.

Como medida de eficiência que pretende ser, e apesar de os cálculos estatísticos de base serem complexos, a fórmula geral do IFP consiste em multiplicar a satisfação subjetiva com a vida e a esperança média de vida, a dividir pela pegada ecológica,

procurando que não haja um componente a sobrepor-se aos demais – “(...) so that no single component dominates the overall index” (NEF, 2012:7).

$$\text{IPF} = \frac{\text{Satisfação subjetiva com a vida} \times \text{Esperança média de vida}}{\text{Pegada Ecológica}}$$

Portugal tem uma posição muito modesta no IPF, situando-se em 2012, no 97º lugar, no conjunto dos 151 países, com uma pontuação total de 38,7 (Fig.7). Apesar de termos uma esperança de vida alta (27º lugar, em 151 países), experienciamos níveis relativamente baixos de satisfação pessoal (94º lugar, em 151 países) e a nossa Pegada Ecológica é muito elevada (107º lugar, em 151 países). De todos os índices e indicadores analisados nesta investigação, este é o que nos coloca numa situação mais débil, evidenciando a necessidade de se implementarem outras medidas ou medidas mais eficazes, para além das que estão em curso.



Fonte: NEF: <http://www.happyplanetindex.org/countries/portugal/>

Fig.7- Dados do IPF de 2012 relativos a Portugal

IV.4.2- Felicidade Interna Bruta (FIB)

O índice Felicidade Interna Bruta (FIB) ou *Gross National Happiness* (GNH), foi inspirado pelo quarto “Rei Dragão” do Butão, Jigme Singye Wangchuck, em 1972, quando criou o termo. Apesar da abertura do país à modernização, existia a preocupação de que o florescimento económico respeitasse os princípios da cultura, enraizados em valores extraídos do budismo. Os valores materiais e os espirituais deveriam caminhar lado a lado, sem se sobreporem.

Elaborado pelo Centro de Estudos do Butão, e como alternativa ao *Gross Domestic Product* (GDP) ou PIB, o FIB deseja medir a qualidade de vida e o progresso social de modo menos espartilhado, mais holístico e a longo prazo, constituindo-se como “medida multidimensional”, ligada a um conjunto de políticas e ferramentas práticas^{xxxv}. Por isso, as decisões políticas no Butão passaram a ter em conta os resultados deste índice, que entretanto, sofreu algumas adaptações para que pudesse ser empregue também em outros países. Reconhecendo que a felicidade dos cidadãos pode ser mais importante do que os ganhos económicos, o governo do Butão adotou oficialmente o FIB em 2008.

De um modo geral, as bases em que assenta esta ferramenta, cujos dados são obtidos por inquéritos periódicos e organizados por género, idade, distrito, etc., distribuem-se por nove domínios: o bem-estar psicológico, a gestão do tempo, a vitalidade da comunidade, a diversidade cultural, a resiliência ecológica, os padrões de vida, a riqueza, a educação e a boa governança. Segundo Ura et al. (2012:1-2) a composição dos dados segue o método Alkire-Foster (2007, 2011), sendo o índice composto por 33 indicadores agregados (Fig.8), que desdobrados, originam 124 variáveis (as mais subjetivas têm menos peso global). Todos os nove domínios têm uma importância equivalente no índice, uma vez que são igualmente válidos no cômputo geral da felicidade. Ainda assim, uma vida feliz não tem de preencher, necessariamente, as 124 variáveis.

É interessante verificar que a noção de felicidade proposta difere da que normalmente é usada no Ocidente. Promove-se a felicidade multidimensional, não aferida unicamente pelo bem-estar subjetivo e solitário, mas pela experiência coletiva de felicidade (ainda que vivida pessoalmente). Significa isto que devem ser consideradas as

várias sensibilidades e contextos, numa abertura à diversidade. O FIB quer orientar os governos e os indivíduos em direção a vidas mais significativas, sobretudo, no caso dos “ainda-não-felizes”.^{xxxvi}



Fonte: Ura et al., 2012:13

Fig.8 - Os 9 domínios e 33 indicadores do Índice de Felicidade Interna Bruta

As críticas ao índice partiram de vários quadrantes. Pavan K Verma, embaixador da Índia no Butão, reconhece a sua relevância e congratula-se com a disseminação por vários países, mas crê que este índice não deve ser uma substituição de outros, constituindo antes um complemento. Acrescenta que o Butão tem muitos quadros superiores a desenvolverem a sua atividade fora do país; sinal que as condições económicas são prevalentes (Nelson, 2011). Para outros, o índice possui demasiados dados subjetivos para poder ser operacionalizado com fiabilidade. O analista económico

americano, Robert Samuelson, crê que o movimento inspirado pelo FIB é uma utopia, quando não, “idiota e opressivo”, e os próprios investigadores, como Arthur Stone, Professor de Psiquiatria na Universidade Stony Brook, de Nova York, admitem que o termo “felicidade” carrega conotações difíceis de objetivar e de racionalizar (Koch, 2012).

Em Portugal, já se iniciaram medidas para tentar a implementação deste índice, com o parecer favorável de alguns meios académicos, do INE, da Comissão da Economia e Obras Públicas da Assembleia da República, de membros de partidos políticos e de parte da sociedade civil, enquanto o Banco de Portugal afirma que esta “não é uma missão prioritária” (Sol *online*, 2012).

Capítulo V – Representações, Racionalidades e Saberes Leigos: um contributo para a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade

Propomo-nos, neste capítulo, compreender a legitimidade das representações, das racionalidades, dos saberes e das práticas não redutíveis a um exame formal e analítico, e de que modo a sua “reabilitação” poderá ser uma mais-valia nos tempos atuais, em termos sociais, culturais, identitários e económicos, fomentando um equilíbrio sustentável e o bem-estar dos indivíduos.

V.1 - Representações Sociais

A noção de representação social desenvolveu-se com a crescente importância da(s) cultura(s). O chamado pós modernismo recebe, por um lado, a influência de autores como Jacques Derrida (1967), que liga os fenómenos sociais aos fenómenos linguísticos, e paralelamente, destaca-se a influência de filósofos como Deleuze (2005) e Foucault (1966, 1969, 2011), que sublinham as relações entre saber e poder. Na Psicologia Social, Moscovici, partindo do conceito de representações coletivas de Durkheim, analisa a dimensão individual e coletiva das representações sociais, a partir da sua Teoria das Representações Sociais. Para Moscovici (2000), as representações são conjuntos organizados de conhecimentos interiorizados e atividade psíquica que tornam inteligível a realidade física e social dos indivíduos, integrados em grupos, e que

estabelecem entre si relações de intercâmbio e de comunicação. Para elas convergem o conjunto de percepções, crenças e ideias que os sujeitos têm acerca da realidade que os circunda e do contexto social e cultural no qual vivem e atuam. As representações sociais traduzem, então, uma forma de sentido comum e aludem a meios de pensamento partilhado.

Jodelet (2001) sublinha a utilidade do estudo das representações sociais numa vasta panóplia de áreas de investigação. Além disso, destaca-as como auxiliares que permitem um melhor conhecimento do mundo e que possibilitam a necessária adaptação dos indivíduos ao meio físico, cultural e social, às suas exigências e expectativas. Por isso, “frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis porque as representações são sociais e tão importantes...” (Jodelet, 2001:17).

A região do Nordeste Transmontano, mais propriamente, a zona de Miranda do Douro e arredores, é extremamente rica em património arqueológico, histórico, etnográfico e cultural, que deu forma e esculpiu a mentalidade e o modo de estar do seu povo. Falamos de um conjunto de produções materiais e imateriais únicas, que congrega maneiras de entender as relações sociais, representações sobre o trabalho, a língua, a ligação com o sagrado e o divino, os ciclos da natureza, a música, a dança, etc..

O Museu da Terra, em Miranda do Douro, situado num edifício do séc. XVII, antiga *Domus Municipalis*, foi criado em 1982, pelo padre António Mourinho, e constitui-se como um importante documento desta singularidade de ser e de fazer, numa região afastada dos grandes centros urbanos e, durante séculos, com acessos muito limitados, o que, curiosamente, pode ter contribuído para intensificar o sentido identitário das suas gentes. Trata-se de um território do interior do país, periférico, de fronteira e com características rurais vincadas (Ferreira, 2012).

O Museu da Terra de Miranda é, portanto, um museu local, com um contexto cultural, geográfico e histórico bem demarcado, sendo que “este sentido de territorialidade é alicerçado sobre uma forte carga de símbolos, significados e representações culturais que constituem um determinante suporte para a construção da

identidade local (...)” (Pinto, 2013:3). A ancestralidade e as tradições do povo estão patentes nos ciclos têxteis, no vestuário (com destaque para a “capa de honras”), nos rituais solsticiais e outras festividades, onde predominam as máscaras, na música e na dança (com a gaita de foles e os conhecidos “pauliteiros”), bem como, na vivência da espiritualidade, nas práticas e saberes quotidianos e, incontornavelmente, na centralidade da língua mirandesa. Se, por um lado, esta exposição museológica dos modos de vida normalmente considerados “simples”, porque desprovidos de racionalidade académica e formal, interessa porque envolve as comunidades na compreensão da herança material e imaterial, fortalecendo o sentido de origem e de ligação com o passado, por outro lado, este património deve ser entendido como processo dinâmico, que atribui a devida importância aos atores sociais envolvidos, incentivando a sua participação ativa (Pinto, 2013).

Enquanto a herança cultural material é, porventura, mais “situada”, a herança imaterial exige maior atenção, porque está intimamente ligada ao simbólico, aos saberes e racionalidades leigas, aos modos de intuir e de viver e, por isso, é também mais frágil e não “aprisionável” entre portas. Convém, assim, sublinhar “o lado intangível da cultura, os traços afetivos e espirituais, a sensibilidade, as tradições, os valores, as festas, os lugares, tudo o que não é tangível e que tem a sua apreensão através dos sentidos e tem a sua expressão fora do museu. Esta essência social que dá vida à existência imaterial faz dos indivíduos protagonistas indispensáveis do objeto patrimonial.” (Pinto, 2013:3)].

Não obstante os programas e iniciativas que visam promover a riqueza patrimonial da região transmontana, são inevitáveis as transformações sociais das últimas décadas, bem como, a alteração no domínio das estruturas sociais e locais e das práticas simbólicas das gentes. Exemplificando: depois de um período de crise em que a língua mirandesa esteve ameaçada, em 1999, o Mirandês é oficializado e é incentivada a sua aprendizagem. Ou seja, assiste-se a uma reconfiguração e recuperação da língua, depois das conotações de certo modo negativas e dos pruridos de ser associada às populações rurais e pouco instruídas. Ferreira (2012) aponta três épocas distintas que incluem vários momentos fraturantes e de acentuada mudança social, testemunhas dos fatores que colocaram em causa o modo de vida costumeiro das gentes, quase provocando a desintegração da tradição oral do Mirandês. O primeiro período é anterior

aos anos 60 do séc. XX; segue-se o segundo período, isto é, o tempo de crise propriamente dito, entre os anos 60 e os anos 90, coincidente com a abertura dos espaços rurais e com grandes vagas de emigração/migração e, por fim, o período de “revalidação” do Mirandês, a partir de 1999.

A redescoberta da língua, num sentido mais global – não apenas pelos camponeses, e em particular, pelas mulheres (Ferreira, 2012), – traduz-se numa identificação vincada com a matriz simbólica e identitária que a acompanham. Todavia, a atividade agrícola de subsistência e pouco compensadora, o êxodo das gerações mais novas e o acentuado envelhecimento dos habitantes que ficam, as inevitáveis roturas nos sistemas de sociabilidade, a invasão de influências exteriores e a crise do modelo típico de ruralidade, ligado à tradição oral do Mirandês, trazem várias incertezas e alguma apreensão, ainda que, visto de outro modo, as novas tecnologias e dispositivos possam ajudar a “expulsar” a língua do seu espaço rural habitual – juntando-se às mudanças no núcleo familiar, das instituições e agentes locais - permitindo uma nova apropriação e uso, uma alteração das suas habituais funções sociais e novos modos de poder ser integrada no quotidiano das pessoas, abrindo espaço à reconfiguração e à apropriação inter-geracional (Ferreira, 2012).

V.2 - Saberes e Racionalidades Leigas

Presentemente, é indiscutível a relevância dos saberes de charneira, aqueles que se colocam entre os limites de diversas áreas, que exploram a amálgama de racionalidades com que o mundo se nos dá a compreender, e que apelam a um alargamento das noções inteligibilidade e de legitimação, como salientámos, em particular, no capítulo III.

Apesar disso, teimamos em considerar certos saberes, rituais e tradições como manifestações de uma ordem não racional e não informada acerca das coisas. Porém, como vimos, o otimismo em relação às conquistas da razão instrumental foi esmorecendo e ficámos num impasse. Diz-nos Sousa Santos que “o desafio é, pois, o de criar objectos de fronteira atentos aos textos e contextos, às faltas e aos silêncios, transgressivos, pela sua vocação transdisciplinar e multicultural, das ortodoxias preguiçosas, instaladas à sombra de cânones excludentes” (Sousa Santos, 1998/1999:6).

Novas configurações sociais sugerem rever posicionamentos, racionalidades, interações e processos de construção social. Atualmente, os *habitus* desenvolvem-se à volta de múltiplas presenças produtoras de valores culturais e referências identitárias. O *habitus* não é um conceito estático e imutável. Tem o seu lugar no passado, enquanto matriz e sistema de disposições sociais e culturais, como frisa Bourdieu (1979, 1987, 1989), e dirige-se para a ação no presente, mas admite alterações complementares, dadas pelos próprios indivíduos. Assim, o social terá de “encarnar-se” nas experiências subjetivas.

Bourdieu concebe com o conceito de *habitus*, a relação do indivíduo com a sua posição num espaço social que é estruturado e hierarquizado pelas diferenças na posse de diferentes espécies de capital. O *habitus* será o mediador entre o indivíduo e o campo, entre o singular e o coletivo. Bourdieu (1989) caracteriza o seu pensamento como “*constructivist structuralism*” ou “*structuralism constructivism*”, entendendo-se aqui “estruturalismo” num sentido diferente do de Saussure ou de Levi-Strauss.^{xxxvii}

A Lahire (2002), admirador e crítico da obra de Bourdieu, não lhe parece que os indivíduos contemporâneos se guiem por um princípio de conduta único (o *habitus*), ou seja, que possuam um sistema de disposições homogêneo, baseado na diferença entre classes sociais. Por isso, menciona dois posicionamentos diferentes relativamente à teoria da ação: o que considera a unicidade do ator social e sua relação com o mundo, extraíndo-se daqui as bases para uma compreensão sistemática e unificadora (Bourdieu); e o que, diferentemente, admite a fragmentação interna do ator social, devido à multiplicidade de saberes e experiências interiorizados, concebendo-o como ator plural e complexo.^{xxxviii}

Para Giddens (2002), a modernidade e suas instituições interferem e alteram os hábitos e costumes tradicionais, conseguindo uma influência e alcance globais. Estas mudanças não se dão apenas a nível social; elas afetam o próprio indivíduo, o seu *eu*.^{xxxix} Nesta dinâmica, o *eu* não se apresenta como mera identidade passiva, determinada por fatores externos, forja as suas próprias “autoidentidades”, contribuindo para as influências sociais globais. Para este autor, a modernidade, recorde-se, situa-se sequencialmente depois da tradição, mas sem que se dê a desapareção desta por via da razão analítica e dos conhecimentos “formais”. Ela continua, pois, a guiar espaço-

temporalmente a vida dos indivíduos e da sociedade, fomentando uma certa ordem e memória coletivas, expressas e continuadas, por exemplo, nos rituais e nas experiências simbólicas.^{x1}

A construção social da realidade é levada a cabo pelos vários membros da mesma. Portanto, fazem parte da realidade social, as estruturas e as instituições que organizam a vida coletiva, mas também, o modo como cada grupo recebe, interpreta e dá resposta aos acontecimentos e fenômenos com os quais lida, o que constitui, verdadeiramente, a cultura. Conseqüentemente, “o social é assim uma realidade imaterial embora objetivada em instituições e em práticas, uma configuração dinâmica de relações entre conceptualizações, estruturas que as suportam e ações que as exprimem e reconstroem” (Silva *in* Alves, 2011:12).

A realidade social é igualmente constituída por um conjunto de noções epistemológicas, representações e racionalidades não “ortodoxas”, que subjazem ao olhar e aos modos de agir dos indivíduos. A tradição veicula saberes imemoriais, conhecimentos que se ligam às experiências de vida, aos saberes práticos, às significações e interpretações próprias. Entramos, assim, num terreno próximo do senso comum, que pode assumir-se como forma de conhecimento válido, não necessariamente oposta ao conhecimento científico. Coloca-se, pois, a questão de saber qual é o papel das racionalidades e dos saberes leigos e como podem eles contribuir para um equilíbrio sustentável.

As racionalidades leigas são um terreno amplo e abrangente, que admite formas de conhecimento oriundas de vários campos, num processo de compreensão e de produção de sentido(s), muitas vezes em paralelo com as formas de racionalidade e de poder dominantes, ou talvez, complementando-as, porque estão mais perto de universos simbólicos e culturais locais.

Uma das áreas mais estudadas no que se refere às racionalidades leigas é a da saúde e da doença. Em causa estão a busca da ordem entre o normal e o “diferente” (ou “anormal”). Deste modo, as racionalidades leigas juntam-se a outras influências, na produção de significações e interpretações coletivas. Portanto, “as racionalidades leigas (...) no Ocidente, continuam a incorporar formas de conhecimento com as suas classificações, representações e saberes provenientes de vários campos, onde se inclui a

ciência a par da religião, da moral, da magia, enfim, da cultura. Por um lado, temos os sentidos da loucura enquanto diferença e, por outro, a loucura ‘domesticada’ pela ciência (...)” (Alves, 2011: 88). As racionalidades leigas não se deixam, então, vergar pela luz de um conhecimento objetivável e preciso, nem pela rigidez dos cânones instituídos e institucionalizados, quer seja no que se refere à loucura e à doença mental, quer em termos mais gerais.^{xli} As racionalidades leigas representam formas de resistência à hegemonia da ciência e das instituições modernas.

Tem havido um interesse crescente no estudo das racionalidades e dos saberes leigos - aqueles que não são exatamente periciais, ou “ pilar epistêmico de regulação social” (Clamote, 2011:79), mas encarnados nas experiências e vivências dos sujeitos, talvez pelo modo como afetam a ação individual e coletiva e as práticas, ou porque são criadores de sentidos plurais e de material com elevado interesse epistemológico, sociológico, cultural e até ambiental. Todavia, não possuem uma dimensão global; desenvolvem-se sobretudo localmente, em comunidades enraizadas no seu meio físico e social, com o qual mantêm uma relação de proximidade e de conhecimento (os ciclos das colheitas, dos animais, das estações). Simultaneamente, são frequentemente encarados com desconfiança pela ciência e pelos saberes “sérios”; considerados veículos de superstições e crenças, e cimentados na ignorância e no desconhecimento de como funcionam “realmente” as coisas. Esta situação pode gerar antinomias, uma vez que o conhecimento racional normativo e as interpretações metódicas do mundo, também não cumprem inteiramente o que prometeram, na medida em que criaram cisões internas nos sujeitos e fomentaram desigualdades e desequilíbrios vários.

Estamos, pois, num impasse entre a racionalidade e a “irracionalidade”? Ou será que o próprio conceito de racionalidade “aceitável” deva ser alargado, compreendido nas suas múltiplas valências, abrindo assim, novas perspectivas para enfrentar um futuro que se antevê complexo (alargar o “centro” para a “periferia”)? Repensar a tradição e aprender com os erros do passado, uma vez que “não podemos voltar a pensar a transformação social e a emancipação sem reinventarmos o passado.” (Sousa Santos, 1996:7).

Isto significa incluir as racionalidades leigas e os saberes plurais, integradores, comuns. Pilares da construção das identidades individuais e coletivas ao longo dos

tempos, no interior das culturas. Espaço de interações entre os indivíduos, e destes com o meio em que se inserem. As comunidades tradicionais conhecem o frágil equilíbrio dos ecossistemas e sabem dispor dos recursos sem os esgotar, cultivando um respeito intrínseco pelo seu entorno. Além disso, exaltam frequentemente a força telúrica e simbólica da natureza. Serão, assim, exemplo para que se (re)aprenda a humildade e a aptidão para desenvolver uma visão holística, em que se assuma que tudo está em constante interligação com o resto.

Depois de um período de alguma rejeição por parte dos académicos e cientistas relativamente ao seu papel e valor, as racionalidades e os saberes leigos parecem ter adquirido novo fôlego. Cresce a tendência para reconhecê-los como formas orientadoras da ação, dirigidas para a prática, veículos de interpretação do mundo e dos fenómenos, e meios de atribuição de sentido. No fundo, são saberes inclusivos, que se desenrolam num tempo e numa ordem próprios, abarcando um universo lato, pleno de interdependências e não unidimensional (Alves, 2011).^{xlii}

O Nordeste Transmontano como palco de representações, racionalidades, práticas e saberes irrepetíveis, possivelmente impulsionadores de felicidade, de bem-estar e de sustentabilidade, será detalhadamente analisado na segunda parte desta dissertação. Recordamos, entretanto, o “feitiço” que a região tem exercido sobre muitos. Em Miguel Torga, encontramos o sentimento telúrico, a inspiração genesíaca e a paixão pela ruralidade, nos numerosos volumes do *Diário* e em “*Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes)*”, de 1941. Torga é considerado o “arauto de Trás-os-Montes”, a voz de um povo rude, pobre e melancólico, mas de carácter firme, nobre e criativo. Mais recentemente, Tiago Patrício, nascido no Funchal mas educado em Carviçais, Torre de Moncorvo, venceu em 2011, o Prémio Revelação Agustina Bessa Luís, com o seu romance “*Trás-os-Montes*” (2012). Na obra, estão patentes os símbolos específicos da vida rural da zona: as hortas, os lameiros, os palheiros e a vida com os animais.

V.3 - Poder e Saber – Ação Local e Cidadania Ativa

Quando nos reportamos às relações que se estabelecem entre o poder, a sua natureza, o modo como funciona, como serve de forma de controlo social e como controla o saber, - e vice-versa - é inevitável reportarmo-nos a Michel Foucault. Este

eclético filósofo francês é muito conhecido pelos seus estudos críticos no âmbito da sexualidade humana, da complexidade do discurso, da Psiquiatria e da doença mental, da Antropologia da Medicina, das Ciências Sociais, bem como, do funcionamento do sistema prisional e punitivo, ou seja, tudo o que se apresenta como “desvio”, interessando-se, ainda, pelo tema do suicídio. O pensamento de Foucault acaba por adquirir forma à medida que procede à história crítica da modernidade e da sua herança.

Em *L'Archeologie du Savoir* (1969), Foucault “escava” os fundamentos epistemológicos do Ocidente e o modo como o ser humano se torna, ele próprio, sobretudo a partir do séc. XVIII, objeto do discurso das várias ciências, incluindo o das Ciências Humanas.

Os mecanismos relacionados com o poder são efetivos e abrangentes, estendendo-se ao próprio discurso científico e às regras de produção daquilo que é tido como verdade (Foucault, 1977). A Foucault interessou perceber como é que certo tipo de saberes e de conhecimentos têm lugar nas sociedades atuais, isto é, como encaramos a loucura, a doença, o mundo da vida e das experiências dificilmente racionalizáveis. O saber refere-se aos procedimentos e efeitos de conhecimento que são aceitáveis em certo momento e num domínio definido (Foucault, 1980).

Relativamente à génese das patologias, Foucault destaca não apenas o tipo de conhecimentos que se formam a este respeito, mas também o tipo de poder que a razão pretendeu exercer sobre a loucura e a doença mental desde o séc. XVIII, com a emergência da prática clínica, até ao presente. Dá, pois, conta dos limites traçados no interior das sociedades, das clivagens internas, dos domínios de inclusão e exclusão social que permitiram a classificação do “louco”, do “doente”, do “criminoso”, do “desviado”. Também aqui estão subjacentes mecanismos de poder; mecanismos presentes, inclusivamente, nos próprios discursos científicos (1966). Que laços ligam o saber ao poder? A que regras há que obedecer, em cada época, quando se pretende ter um discurso científico sobre o que seja? Que constrangimentos surgem?

O poder diz respeito a um conjunto de mecanismos particulares e bem definidos que se destinam a induzir determinados comportamentos ou discursos; portanto, estabelece-se, sobretudo, ao nível das teias de relações sociais, isto é, em termos intersubjetivos. Toda a relação de poder se constitui num respetivo campo de saber, e o

saber implica, simultaneamente, relações de poder. Para Foucault, não interessa “localizar” o poder, mas perceber o modo como se constitui e é exercido; ou seja, como determinadas ações podem modificar outras ações (Pinto, 2011:34).

A conjugação do saber com o poder cria aquilo que filósofo francês denomina *régime de vérité* (Foucault, 1977). Em termos sociais, cada sociedade tem o seu próprio regime de verdade, os tipos de discurso que a fazem funcionar, os mecanismos que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, os procedimentos que são encorajados para a obtenção da verdade. Para Bourdieu (1977, 1987, 1989), são os sistemas simbólicos que funcionam como instrumentos de dominação e de legitimação do poder. O poder simbólico acaba por não ser visível nem imediatamente detetado e constrói uma realidade, uma visão do mundo, um posicionamento epistemológico que se impõem como modelo, tal como em Foucault sucede com a verdade.

Mais tarde, Foucault desenvolve a ideia que o próprio sujeito, em termos individuais, se dirige para a procura da verdade, sem que estejam necessariamente presentes as relações de poder e de saber. O sujeito, outro tema tão caro ao autor francês, encontra o seu espaço próprio na dimensão reflexiva sobre a vida, a ação, a liberdade. As formas de subjetividade não concebem o sujeito como entidade abstrata, mas como concretização política e histórica. Inclusivamente, sua própria percepção de si está situada historicamente. O poder, na medida em que produz normas e valores que os indivíduos interiorizam e se veem obrigados a cumprir, exerce um domínio imanente à própria tessitura social. Muitas vezes, são os micro poderes que decidem o que são as normas e como cumpri-las (Foucault, 1982). Portanto, o poder não se exerce apenas nas grandes estruturas, mas também a níveis “micro”, nas interações quotidianas.

Independentemente da obediência aos poderes dominantes, que se podem tornar repressivos (sentido negativo), o desafio consiste no indivíduo exercer o seu próprio poder, na medida em que age, decide, transforma e constrói, criando novas formas de subjetividade (sentido positivo). Por isso, qualquer indivíduo pode, aparte o seu contexto, exercer e criar formas de poder. Deste modo, o poder consegue assumir ora uma faceta repressiva, ora produtiva (Pinto, 2011:36).

O termo anglo-saxónico *empowerment* é muito vasto e usado com várias aceções em múltiplos campos, como a Psicologia, a Sociologia, a Política, a Gestão ou a

Educação. Tem a sua raiz em *power* (poder) e desenvolveu-se a partir dos anos 70 do séc. XX, nos EUA, no contexto do trabalho social, embora o termo só tenha vindo a ser usado nos anos 90 (Pinto, 2011:43). Em termos sociais, trata-se de munir os indivíduos com capacidade de escolha e de decisão, isto é, autonomia e ferramentas para exercerem o poder que detêm, por vezes sem consciência disso. Neste sentido, o *empowerment* ganha grande importância na manutenção da sustentabilidade, sobretudo social, como já fizemos referência no capítulo I.

O poder constitui-se como fenómeno social universal, comum a todas as sociedades humanas e presente em todas as relações sociais, embora em modos e graus variáveis (Bierstedt, 1960; Eley, Ortner, 1994; Fisher, 1994 *in* Pinto, 2011). Como se viu, são possíveis pelo menos duas vias de entendimento em relação ao poder: como capacidade exercida sobre os indivíduos, as ideias e as coisas, ou seja, como forma de dominação; ou como capacidade de ação e de transformação da realidade pelos sujeitos (Pinto, 2011:21). A questão do poder remete, também, para a sua análise enquanto atributo ou enquanto relação (Chazel, 1995 *in* Pinto, 2011:22). O poder como atributo ou instrumentalização é entendido como algo que alguns indivíduos detêm, por oposição aos que são dominados ou oprimidos; a segunda aceção destaca a natureza intersubjetiva do poder. Neste caso, o poder é criado através das interações sociais e partilhado por todos. Não tendo um cunho hegemónico, “podemos empoderar determinados agentes sem que outros percam necessariamente poder. Nesta conceção, podemos engendrar mudanças nos esquemas de distribuição de poder que sejam soluções de ‘ganha-ganha’ (...) Iguamente relevante, ela permite-nos ações de cooperação e diálogo entre partes em conflito.” (Pinto, 2011:23).

Giddens (2000) faz acompanhar a noção de poder com a de ação. Na sua teoria da estruturação, as ações são dotadas de consciência e de intencionalidade, ainda que as suas condições e consequências possam não ser completamente previsíveis. Portanto, para Giddens, o poder é visto como capacidade geradora e transformadora, através das ações dos indivíduos, o que o remete para uma conceção dinâmica, já que as relações de poder se vão produzindo e transformando pelas ações dos vários agentes (Pinto, 2011:23). Bourdieu (1977, 1989) concebe o poder ligando-o à noção de campo. O mundo social é entendido como espaço, albergando várias dimensões e os indivíduos posicionam-se e diferenciam-se socialmente neste contexto.

Os agentes sociais vão-se diferenciando entre si pelas posições que ocupam no campo, onde se estabelecem relações de força impostas a todos os indivíduos (Pinto, 2011:39). Os agentes vão aceitando e incorporando as estruturas objetivas da realidade social, que depois têm tendência a reproduzir, em vez de a contradizerem. De qualquer modo, isto não significa assumir uma posição de passividade e de mera sujeição em termos de relações sociais; as relações de poder acabam por ser intersubjetivas, o que significa que, de algum modo, o poder se encontra distribuído e não exclusivamente concentrado.^{xliii}

A noção de *empowerment* assenta pois, nesta ideia que não existem indivíduos completamente desprovidos de poder, ainda que possam ser os mais desfavorecidos. O decurso da História tem-nos feito entender que, quando determinadas classes sociais ou grupos de cidadãos, vulgarmente oprimidos, se juntam e cooperam em prol de objetivos como a melhoria das condições de trabalho, a obtenção de direitos fundamentais, ou outros, acabam por conseguir alterar o anterior estado de coisas. Ou seja, o *empowerment* deve estimular a mobilização e a utilização do poder que os indivíduos efetivamente têm, contribuindo para destruir a ideia, ainda comum, que os poderes políticos e económicos dominantes não ouvem nem atendem os “pequenos”. Reconhecer poder é dar voz, capacitar, mas não na ótica de mera concessão. As situações de real usurpação de poder, bem como o entendimento que os oprimidos têm da sua situação, são alguns dos principais obstáculos à justiça, à mudança e à distribuição equitativa dos bens e da riqueza, bem como, ao usufruto pleno dos direitos.

Pinto (2011:41) esclarece que, para Bourdieu (2001a), os dominados em termos sociais são aqueles que apresentam um défice de capital simbólico, que permita alterar a ordem gnosiológica que os esmaga, caracterizando-os pela ausência de capacidade de expressão e de voz ativa. Neste caso, o papel de mediadores que sirvam de ponte entre essas pessoas, os órgãos poder e as instituições, reveste-se de grande importância. Os processos de reconstrução simbólica têm subjacentes mecanismos de reconstrução identitária dos sujeitos oprimidos e de desmantelamento das consciências deturpadas, vulgarmente criadas pelas estruturas opressivas.

Capacitar, formar, informar os indivíduos e dar-lhes meios para escolherem e decidirem conscientemente significa torná-los cidadãos mais ativos e participativos, isto

é, agentes que contribuem de modo construtivo para um melhor espaço público e um mais efetivo exercício de democracia. A democracia não pode, obviamente, na sua génese, proceder à revelia dos cidadãos e de todos os que são afetados direta ou indiretamente pelas decisões e medidas tomadas. Por isso, as sociedades democráticas são, à partida, aquelas em que existe um maior espaço para a participação, a discussão de ideias e a procura de consensos, seja a nível local ou em termos mais abrangentes.

A democracia participativa deve, pois, ser estimulada quer em contexto rural quer urbano, dirigindo-se para formas intensivas de vivência democrática, que reconheçam a legitimidade de uma multiplicidade de formas de expressão, de esferas sociais e de ação pública (Sousa Santos & Nunes, 2004b:2). Em termos políticos, significa que as necessidades básicas, como o acesso a bens alimentares, à saúde, à educação, à cultura, bem como o desenvolvimento de infraestruturas, de meios de transporte e de comunicação devem estar assegurados para todos. Em termos económicos, é fundamental que se apoiem os projetos de desenvolvimento local, sempre que sejam viáveis, que se estimule a articulação colaborativa com os poderes políticos e os decisores, e que se promovam valores como a cooperação, a solidariedade e o trabalho inclusivo.

Sousa Santos & Nunes (2004b:2) destacam a pertinência da criação de redes trans-locais e trans-nacionais de atividade económica solidária, assentes em modos de produção não capitalista e no respeito pelos vários tipos de recursos e a biodiversidade. Enfatizam, também, o estabelecimento de novos regimes de propriedade intelectual, e ainda, a necessidade de proteção das formas de conhecimento local acerca do ambiente, da saúde, do cultivo da terra, das práticas e modos de fazer tradicionais, em risco de desaparecer devido às formas de conhecimento hegemónico e à ação do neoliberalismo (Sousa Santos & Nunes, 2004b:3).

O itinerário que tomámos até ao momento, iniciou-se com uma breve análise dos três eixos condutores do trabalho de investigação - a sustentabilidade, o bem-estar e a felicidade, - a partir dos quais foi possível dimensionar o objeto de investigação e preparar o campo escolhido, que será tratado na segunda parte desta dissertação. Procedeu-se, em seguida, à problematização da questão da globalização, suas aceções, significados e consequências. Neste processo, salientou-se a tensão operada entre os

paradigmas políticos, culturais e económicos, herdeiros da modernidade, da pós modernidade e do capitalismo neoliberal, e aquelas formas de racionalidade, de entendimento e de identidade que resistem à aniquilação e ao esquecimento. Por outro lado, o questionamento do modelo de desenvolvimento vigente e o impulso dado ao desenvolvimento sustentável têm de respeitar a complexidade e a interconexão das suas três dimensões ou pilares: o pilar económico, o pilar social e o pilar ambiental.

Verificámos, ainda, que o impasse político, ideológico e económico do Ocidente se deve, em parte, à adoção de um modelo de racionalidade dominante, instrumental, pouco tolerante e impositivo. Do otimismo, por vezes exagerado, em relação às aquisições e conquistas desse modelo, restam o desalento, o mal-estar, as ambivalências e a insatisfação. A mesma insatisfação que alimenta, viciosamente, os comportamentos consumistas desenfreados, e por conseguinte, o capitalismo, as desigualdades, a má distribuição do capital e dos recursos. Portanto, mudar de perspetiva significa rever posicionamentos, atitudes e comportamentos, em termos individuais, mas também sociais, políticos, económicos e epistemológicos.

A validação e promoção de um modelo de racionalidade inclusiva e de valores como a tolerância, o respeito, a abertura, bem como, a alteração de hábitos pouco sustentáveis, têm estado nas agendas dos decisores, dos movimentos civis e das instituições. Foram criados, nas últimas décadas, inúmeros indicadores e índices de felicidade, de bem-estar e de sustentabilidade, que possuem em conjunto a particularidade de tentar mensurar atributos com um grande cunho de subjetividade, contribuindo para orientar políticas e medidas a tomar. Contudo, não estão destituídos de críticas nem de pontos a melhorar.

Por fim, esclarecemos em que consistem as representações sociais, as racionalidades e saberes leigos, destacando a importância de, especialmente em termos locais, capacitar as pessoas, ajudando a manter características simbólicas, modos de vida e de fazer que não se vergam a ditames dominantes e redutores. Por outro lado, e este é, efetivamente, o “coração” do nosso trabalho, acreditamos que é na “reabilitação” e revalorização destas dimensões por vezes esquecidas que os indivíduos e as sociedades (re)encontram o seu centro, a sua identidade. Assumindo com orgulho estas mais-valias, cada vez mais projetos de sustentabilidade, em Trás-os-Montes e por todo o

país, têm procurado demonstrar que é possível aliar-se o espírito empresarial e empreendedor, com a criação de emprego, a valorização dos recursos e a preservação das práticas e dos saberes ancestrais. Simultaneamente, revitalizar as zonas do Interior e empoderar os indivíduos significa dar-lhes relevo e ferramentas, torná-los sujeitos do seu próprio destino, conscientizá-los, e inculir-lhes a importância de saberem dirigir as suas ações e de exercerem uma cidadania ativa, participativa, plena.

2ª PARTE: TRABALHO DE CAMPO

Capítulo VI – Apresentação do Estudo Exploratório

VI.1 – Contextualização Geográfica

A área geográfica em apreço situa-se em Trás-os-Montes, mais propriamente no distrito de Bragança, sendo parte integrante do Planalto Mirandês e da Terra Fria Transmontana. Neste estudo, debruçamo-nos sobre as freguesias de Miranda do Douro e de Atenor, ambas pertencentes ao concelho de Miranda do Douro, e também, Vimioso, pertencente ao concelho com o mesmo nome. Parte da região está integrada, ainda, no Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), fazendo fronteira com Espanha, mais propriamente com a província de *Castilla y León*. Existem iniciativas e projetos de carácter transfronteiriço, com estratégias e objetivos muito precisos, como os que são delineados no Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2007-2013, aprovado pela Comissão Europeia e na versão preliminar que visa a continuação do Programa para os próximos seis anos, com o nome Programa de Cooperação INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020.

De salientar, ainda, o Plano Estratégico de Cooperação e Desenvolvimento Territorial - ZASNET 2020, da responsabilidade da ZASNET-AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial), que funciona como instrumento jurídico para a cooperação territorial, no âmbito da EU. A principal preocupação foi emanar, juntamente com a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), um documento de orientação para a política transfronteiriça, de acordo com as prioridades europeias, que assegurasse o reforço da identidade comum e a promoção da coesão, através da criação

de emprego e de riqueza, bem como, de uma economia mais inovadora e competitiva, tendo por base os recursos endógenos, os valores culturais, a identidade e o património, no sentido da promoção de uma sustentabilidade global (ZASNET-AECT; SPI, 2013).

O Nordeste Transmontano é uma região rica em termos de fauna e de flora, com um elevado número de espécies autóctones, o que a torna importante em relação à biodiversidade e sua conservação. Assumem especial relevo a Raça Asinina Mirandesa, a Ovelha Churra Galega Mirandesa, a Raça Bovina Mirandesa, o castanheiro, o linho, a amendoeira, o centeio, a oliveira, assim como, traços culturais sem paralelo no resto do país, o que aliás se explica pelo numeroso conjunto de festividades de carácter etnográfico e cultural, com rituais intemporais que se vão perpetuando no tempo.

Em termos físicos, destaca-se uma acentuada cadeia montanhosa que influencia o tipo de clima e as atividades económicas, predominando a pequena agricultura e o pastoreio, praticados de modo artesanal. Embora haja alguma atividade no setor industrial e empresarial, há ainda muito a fazer neste campo. Existem também infraestruturas ao nível do turismo de qualidade, mas esta é uma área a melhorar. As difíceis acessibilidades, a localização periférica, a falta de infraestruturas, os rigores do clima e a escassez de oportunidades, ditaram durante décadas o êxodo para as cidades e para o estrangeiro, com o conseqüente envelhecimento da população. Na Fig.9, é possível observar a localização geográfica das localidades abrangidas pelo estudo.



Fonte: <http://lamietierra.blogs.sapo.pt/2007/11/>

Fig. 9 - Localização geográfica das localidades abrangidas pelo estudo

VI.2 – A *Tomelo*

A *Tomelo* assume-se como empresa e projeto de ecodesenvolvimento, constituída por três sócios, que iniciou a sua atividade no final de 2005. Tem sede em Serapicos, no concelho de Vimioso, contudo, uma parte do trabalho é realizada em Atenor, Miranda do Douro. A estrutura comercial da empresa situa-se no Porto, onde possui uma loja e cafetaria. Segundo a *Tomelo*, a sua atividade move-se pelo conceito da “promoção do desenvolvimento local sustentável através da (re) descoberta de valores, recursos, matérias-primas ou outros potenciais locais caídos em desuso ou nunca antes utilizados e que permitam criar valor para a comunidade e valorização do território, contemplando cumulativamente cinco princípios básicos, fundamentais: sustentabilidade ambiental, conservação da natureza, comércio justo, bem - estar animal, desenvolvimento humano sustentável”⁵. A motivação que adveio da necessidade de preservar a Raça Asinina Mirandesa, o modo de vida rural e as plantas autóctones, levou à criação de uma linha de sabonetes e de cosméticos, agora alargada a outros produtos, como se pode observar na Fig.10.



Fonte: <https://www.facebook.com/transmontanices.bo>

Fig. 10 – Alguns produtos da *Tomelo*, disponíveis no mercado

⁵ *Tomelo*, Ecodesenvolvimento Lda. Site disponível em <http://www.tomelo.pt/php/primeira.php>. Consultado a 20-06-2013.

Capítulo VII – Objeto de Estudo e Objetivos da Pesquisa

VII.1 – Objeto de Estudo

Ao realizar este trabalho, damos-nos conta que o objeto de estudo remete para saberes que fazem fronteira com várias áreas disciplinares, distintas mas complementares. Portanto, torna-se necessário adotar uma postura dirigida, no sentido de evitar a dispersão, mas ao mesmo tempo, assumir uma abordagem multifocada e plural, que dê conta da complexidade e dos matizes que assume a realidade para os indivíduos, e em relação à qual desenvolvem concepções, percepções, representações saberes e práticas.

Os três eixos orientadores do estudo – a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade – são aqui examinados tendo por base um campo determinado à partida; trata-se do projeto *Tomelo*, Ecodesenvolvimento Lda., como já foi referido na Introdução.

VII.2 – Objetivos da Pesquisa

Conforme anteriormente exposto, o motor deste trabalho assentou na necessidade de conhecer e de compreender as várias dimensões que os saberes e as percepções em torno da felicidade, do bem-estar e da sustentabilidade assumem, como são expressos, se reproduzem em termos sociais e culturais, e como interferem nas relações que os indivíduos mantêm, num desenho que inclui o recorte específico de uma região, em termos espaciotemporais, culturais e geográficos.

A validação e a legitimação de saberes que extravasam as formas de racionalidade dominante e formal - mas que com ela entram em comunicação - implicam, necessariamente, o repensar de juízos de apreciação e de valor, muitas vezes depreciativos, emanados sem verdadeira noção da riqueza e complexidade de formas de pensar, de viver e de atuar que se perdem nos tempos e que são herdeiras de uma relação quase matricial com a terra, no duplo sentido de espaço que se habita e de meio de provimento.

Neste sentido, interessa aferir de que modo os sujeitos concebem, percebem, e explicam a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade, relacionando estes eixos com

o trabalho desenvolvido pela *Tomelo* nos últimos anos, no seio de um contexto social, cultural e geográfico muito próprio. E ainda, de que modo o cuidado e a atenção prestados às racionalidades leigas, aos saberes e práticas ancestrais podem contribuir para um pensamento mais inclusivo e plural e para o desenvolvimento da região.

Portanto, o objetivo geral é, a partir de um projeto que visa a sustentabilidade local, o projeto *Tomelo*, Ecodesenvolvimento Lda., compreender a importância que o bem-estar e a felicidade assumem na equação da sustentabilidade económica, social e ambiental. Daqui decorre o seguinte objetivo específico:

Compreender se é possível articular a vertente empresarial e empreendedora com as necessidades de valorização de uma zona geográfica pertencente ao Nordeste Transmontano, aproveitando os saberes e as racionalidades leigas na promoção da felicidade, do bem-estar e da sustentabilidade económica, social e ambiental.

Capítulo VIII - Metodologia

VIII.1 – Procedimentos Adotados: Métodos e Técnicas

Cientes que em investigação científica há um conjunto de métodos e técnicas disponíveis, dependendo do que se pretende estudar e de que modo, bem como, da perspetiva adotada, assumimos que a escolha da metodologia é de grande importância, uma vez que pode colocar em causa a objetividade, a fiabilidade e a credibilidade do trabalho realizado. Este cuidado deve ser especialmente observado quando se investiga no âmbito das Ciências Sociais e Humanas e sob um ponto de vista qualitativo. Coutinho (2011), citando Morse et al. (2002:2), diz mesmo que se não houver rigor, a investigação “não tem valor, torna-se ficção e perde a sua utilidade” (Coutinho, 2011:201). A investigação é um processo de estruturação que se preocupa em validar o conhecimento preexistente, ou em desenvolver outro conhecimento. Por isso, trata-se de um meio de aprendizagem, não só para os indivíduos que investigam e estudam, mas também para a sociedade em geral (Sousa & Baptista, 2011:3).

Deste modo, almejando a “superação da divisão entre cultura científica e cultura humanística e por uma articulação entre os saberes científicos e não-científicos”

(Sousa Santos, 1998/1999:6), reiteramos que o nosso interesse não é tanto “pelo saber que”, mas antes o “saber como” (Almeida, 2007:11). A investigação desenvolveu-se numa perspetiva de estudo exploratório, tendo em conta os objetivos e as hipóteses investigativas, pois, como referem Seltiz et al. (1967), *in* Carmo & Ferreira (2008), se procede ao reconhecimento de uma realidade pouco estudada, procurando evidenciá-la, compreendê-la e interpretá-la.

Tendo em conta que a observação permite “selecionar informação pertinente, através dos órgãos sensoriais e com recurso à teoria e à metodologia científica, a fim de poder descrever, interpretar e agir sobre a realidade em questão” (Carmo & Ferreira, 2008:111), foram utilizados instrumentos como guiões de observação, registos pessoais e notas de campo, destinados, sobretudo, a apreender a informação que não é possível registar em áudio nem de outro modo. Como estratégias de recolha de dados, privilegiaram-se a pesquisa documental e o trabalho de consulta e de exploração de texto. Foi ainda empregue a observação *in loco*, tendo sido efetuadas duas visitas ao Nordeste Transmontano, uma em dezembro de 2012 e outra em agosto de 2013. Nestas visitas, que demoraram vários dias, foi possível interagir com as populações, partilhar o seu modo de vida, observar como pensavam e se comportavam, e ouvir o que diziam. Houve, por isso, ocasião para nos adentrarmos com maior profundidade nos hábitos, costumes e tradições.

Como complemento da observação, optou-se pela realização de inquéritos por entrevista, aplicando entrevistas centradas, e portanto, semiestruturadas (Fontana & Frey, 1994). Foi previamente elaborado um guião para cada grupo de entrevistados, o que perfaz três Guiões de Entrevista. Tendo sofrido algumas reformulações, a sua versão final pode ser consultada nos Anexos (Anexo 1). Escolheu-se este tipo de entrevista uma vez que se procura a qualidade das respostas dadas, mais do que o volume de informação, e também, porque se pretende um modelo fluido o suficiente para explorar vários aspetos complementares, mas razoavelmente rígido para que não se perca o fio condutor da investigação. Foi, ainda, efetuado um pré-teste, visando aferir a pertinência e a adequação das questões.

A investigação qualitativa passou a ganhar relevância à medida que se tomou consciência que o paradigma positivista e a análise quantitativa não permitiam o estudo

da subjetividade que subjaz ao comportamento e à atividade das pessoas e das organizações (Sousa & Batista, 2011:56). A abordagem qualitativa consegue entender a espessura, o inesperado, o “contexto” como meio de compreensão da realidade, interessando-se não apenas pelos resultados mas também pelo processo, sendo um meio de investigação que permite mais abertura e envolvimento por parte do investigador (Flick et al., 2000:3,5), e por esse motivo, alguns cuidados têm de ser observados para que não se coloque em causa a validade do trabalho de investigação. A análise de dados seguiu um paradigma qualitativo.

VIII.2 – Condução de Entrevistas e Caracterização dos Entrevistados

Como foi referido, optou-se pela realização de inquéritos por entrevista. As entrevistas foram gravadas em áudio e preenchidas em suporte papel. Realizaram-se em dois momentos distintos, respetivamente, dezembro de 2012 e agosto de 2013. O facto de a autora desta dissertação se encontrar a residir na ilha da Madeira condicionou a possibilidade de contactos menos espaçados e mais frequentes.

As entrevistas compreenderam três núcleos diferentes de pessoas, incluindo três elementos da população nas localidades de Vimioso, Miranda do Douro e Atenor, onde a *Tomelo* exerce boa parte da sua atividade, os três sócios-gerentes da *Tomelo* e três órgãos de poder local, nomeadamente, o Presidente da Junta de Freguesia de Atenor, o Presidente da Câmara de Vimioso e um legítimo candidato à Presidência da Câmara de Miranda do Douro, uma vez que, apesar de, na primeira visita à região, o Presidente da Câmara em exercício se ter mostrado recetivo e disponível para ser entrevistado, num segundo momento, já em agosto de 2013, declinou o que tinha ficado acordado, alegando que receava que a entrevista pudesse “prejudicar a sua (re) candidatura” à Câmara Municipal. Excetuando os sócios da *Tomelo*, era condição que os entrevistados residissem na região há mais de 15 anos e que conhecessem o projeto *Tomelo*. As entrevistas foram precedidas de um pré-teste a um elemento da *Tomelo*, outro a um elemento do poder local, e um terceiro a um elemento da população, permitindo alguns acertos relativamente ao modelo inicial dos Guiões. Além disso, realizou-se ainda uma entrevista livre à Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino (AEPGA), que não obedeceu aos guiões descritos, uma vez que não contribuiu diretamente para o

estudo, mas revestiu-se de indiscutível importância para o conhecimento da Raça Asinina Mirandesa, suas características e relevância no contexto do Nordeste Transmontano. No Anexo 3, é possível ler-se um excerto dessa entrevista.

VIII.2.1 – Responsáveis da *Tomelo*

Os responsáveis da *Tomelo*, ou seja, os três sócios gerentes podem caracterizar-se do seguinte modo: dois elementos do sexo masculino e um do sexo feminino, com 37,42 e 46 anos, com formação superior (Engenharia do Ambiente, Arquitetura e Biologia), tendo já vivido e trabalhado fora da região, nomeadamente, em outras zonas do Nordeste Transmontano, em Braga, no Porto e em Espanha. Exercem ou já exerceram outras atividades em áreas como o ambiente, a área empresarial e agrícola e a arquitetura.

A designação para efeito de análise de conteúdo das entrevistas será a seguinte:

- **TL1** - Masculino, 37 anos, estudante de engenharia do ambiente, *Tomelo*
- **TL2** - Feminino, 42 anos, bióloga, *Tomelo*
- **TL3** - Masculino, 46 anos, arquiteto, *Tomelo*

VIII.2.2 – Órgãos do Poder Local (Câmara Municipal e Junta de Freguesia)

A caracterização dos órgãos do poder local é mais heterogénea e compreende, como se disse, o Presidente da Junta de Freguesia de Atenor, um candidato à Câmara Municipal de Miranda do Douro e o Presidente da Câmara de Vimioso (em exercício aquando da condução das entrevistas), com 32, 53 e 62 anos de idade. As habilitações académicas incluem o 12º ano, uma licenciatura em Gestão Financeira e uma licenciatura em Economia. À pergunta se já tinha vivido e/ou trabalhado em outro local, as respostas foram todas afirmativas, nomeadamente, em Bragança, em Lisboa, assim como, em África, América e outros países europeus. Exercem ou já exerceram outras atividades, como trabalhos na área da construção civil, técnico de segurança social e economista.

A designação para efeito de análise de conteúdo das entrevistas será a seguinte:

-**PL1** - Masculino, 32 anos, Presidente da Junta de Freguesia de Atenor

-**PL2**- Masculino, 53 anos, candidato (à data) à CMMD

- **PL3** - Masculino, 62 anos, Presidente da Câmara Municipal de Vimioso

VIII.2.3 – População (amostra)

Dado o carácter exploratório da pesquisa, as entrevistas foram conduzidas a um número restrito da população. Procurou-se, por isso, encontrar um grupo que fosse o mais heterogéneo possível, uma vez que, mesmo não sendo aplicado qualquer tipo de critério estatístico de representatividade, se dá conta da heterogeneidade das suas características. Assim, as entrevistadas são senhoras, com 40, 42 e 52 anos de idade, com habilitações académicas ao nível do 1º ciclo (antiga 4ª classe), 12 ano e licenciatura em Animação e Produção Artística. Uma das entrevistadas nunca viveu nem trabalhou em outro local, mas as outras duas referiram ter trabalhado no Porto e em Bragança. As ocupações profissionais são muito distintas: uma das entrevistadas é operária fabril, outra é proprietária de uma loja e a terceira é assistente técnica.

A designação para efeito de análise de conteúdo das entrevistas será a seguinte:

- **PP1** - Feminino, 40 anos, 12º ano, proprietária de loja

- **PP2** - Feminino, 42 anos, licenciatura, assistente técnica

- **PP3** - Feminino, 52 anos, 1º ciclo (4ª classe), operária fabril.

A Tabela 1 estabelece a caracterização dos entrevistados:

Tabela 1 – Caracterização socioprofissional dos entrevistados

Entrevistados	Idade	Sexo	N. Escolaridade	Profissão	Residência
TL1	37	M	Est. Engenharia do Ambiente	Empresário	Atenor
TL2	42	F	Licenciatura em Biologia	Bióloga/Empresária	Atenor
TL3	46	M	Licenciatura em Arquitetura	Arquiteto/Empresário	Porto
PL1	32	M	12º Ano	Construção Civil/Presidente da J.F. de Atenor	Atenor
PL2	53	M	Licenciatura em Economia	Economista/Candidato à CMMD	Miranda do Douro

PL3	62	M	Licenciatura em Gestão Financeira	Técnico de Segurança Social/Presidente da CMV	Santulhão
PP1	40	F	12º Ano	Atividade Comercial	Miranda do Douro
PP2	42	F	Licenciatura em Animação e Produção Artística	Assistente Técnica	Vimioso
PP3	52	F	1º Ciclo	Operária Fabril (tanoeira)	Atenor

Fonte: Entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo

VIII.3- Análise de Conteúdo

A informação reunida, decorrente da observação e da aplicação dos instrumentos de recolha, foi analisada com recurso à análise de conteúdo. A análise de conteúdo assume bastante importância na investigação. Embora, conforme referem Carmo & Ferreira (2008:269), certos autores prefiram a análise que se dirige para uma perspectiva de quantificação, ela pode (e deve) ir mais além. Coutinho (2011:193), com base em Krippenford (1980) e Meyers (1997), salienta que o investigador busca estruturas e regularidades nos dados, fazendo inferências com base nessas regularidades. Refere, também, que é usual destacarem-se dois tipos de análise de conteúdo: um que se fundamenta no recurso a categorias pré-definidas, e outro em que essas categorias são delimitadas posteriormente, assumindo um carácter sobretudo exploratório.

Para Bardin, (1977) a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos (...) em constante aperfeiçoamento que se aplicam a «discursos» (...) extremamente diversificados (...) Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (...).” (Bardin, 1977:9) Um pouco mais adiante, esclarece que “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (...) A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).” (Bardin, 1977:3)

Para além do gravador de voz, de esferográfica e papel para anotar, bem como, do computador pessoal e da máquina fotográfica, não houve recurso a mais nenhum

meio que permitisse facilitar o processo de análise de conteúdo das entrevistas, no presente estudo.

As gravações das entrevistas foram escutadas, procedendo-se depois à sua transcrição literal num ficheiro de *word*. Em seguida, as transcrições foram lidas várias vezes e usaram-se duas cores, uma para sinalizar a informação mais relevante e diretamente relacionada com as dimensões do estudo (a amarelo), e outra, a informação complementar (a roxo). A leitura possibilitou completar alguns indicadores previamente definidos, em articulação com as questões e os assuntos abordados nos Guiões de Entrevista. Destacam-se assim:

- 1- Conhecimento da *Tomelo*.
 - 1.1 - Como?
 - 1.2 – Conceção sobre a *Tomelo* - O que é?
- 2- Conhecimento e caracterização dos princípios orientadores da *Tomelo*.
- 3- Conhecimento das atividades da *Tomelo*.
- 4- Articulação com o poder local, as instituições e a população – Existe?
Com qual/quais deste/s intervenientes/s?
- 5- Perceção da felicidade/bem-estar/sustentabilidade.
- 6- Valor, relevância e importância da felicidade/bem-estar/sustentabilidade – No dia-a-dia? No trabalho? Na relação com os outros?
- 7- Perceção da relação da felicidade/bem-estar/sustentabilidade com o património material e imaterial do Nordeste Transmontano – Tem mais felicidade/bem-estar/sustentabilidade por viver no Nordeste Transmontano?
- 8- Articulação entre a *Tomelo* e a felicidade/bem-estar/sustentabilidade.
 - 8.1-A compatibilização da vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação das espécies, dos saberes e práticas traz felicidade/bem-estar/sustentabilidade.
 - 8.2-A criação de emprego por parte da *Tomelo* traz felicidade/bem-estar/sustentabilidade.
 - 8.3-Um melhor conhecimento da região, suas características e produtos por parte da *Tomelo* traz felicidade/bem-estar/sustentabilidade?

9-Articulação entre os três eixos – felicidade, bem-estar e sustentabilidade relacionam-se? Algum destes eixos é mais importante? A *Tomelo* contribui para algum deles ou para todos?

Tendo em conta os indicadores, delinearão-se em seguida um conjunto de categorias e subcategorias, presentes na Grelha de Análise de Conteúdo que figura nos Anexos como Anexo 2. Esta grelha expressa, por um lado, a informação decorrente das questões que emanaram das entrevistas, e por outro, aspetos que surgiram espontaneamente nas respostas dos entrevistados, e que pela sua pertinência e riqueza, incluímos no estudo.

VIII.3.1 – Codificação e Categorias de Análise

Por ser mais aberta e menos rígida, a análise qualitativa gera um grande volume de informação descritiva que tem de ser devidamente organizada e reduzida, no sentido de se proceder à correta descrição e interpretação do que se pretende estudar. Deste modo, o processo de codificação permite ir ao âmago dos dados e retirar de lá o que é verdadeiramente significativo, considerando o que se pretende investigar (Coutinho, 2011:192). As categorias ajudam neste processo, podendo ser delineadas *a priori*, *a posteriori* (Carmo & Ferreira, 2008:273) ou, eventualmente, recorrendo a ambas as situações. Em todo o caso, “o investigador procura padrões de pensamento, ou comportamento, palavras, frases, ou seja regularidades nos dados que justifiquem uma categorização.” (Coutinho, 2011:192).

As categorias selecionadas para este estudo tiveram em consideração os objetivos do mesmo e as hipóteses investigativas, repetindo-se a cada um dos três eixos – felicidade, bem-estar e sustentabilidade – para permitir posterior análise comparativa das respostas. As categorias são:

A) Conceção sobre a *Tomelo*

Pretende-se, com esta categoria, compreender a que é que os entrevistados associam a *Tomelo*. Se sublinham o facto de ser uma empresa, um projeto de ecodesenvolvimento, uma “associação” de defesa do “Burro Mirandês”, se personificam a *Tomelo* nos sócios, etc.

B) Fontes de conhecimento sobre a Tomelo

Esta categoria procura averiguar de que modo os sujeitos tomaram conhecimento da *Tomelo* e das suas iniciativas, analisando-se a multiplicidade de meios e de contextos de interação.

C) Referência e caracterização dos princípios da Tomelo

Através desta categoria, quer aferir-se o sentido, o significado e a interpretação dos princípios que norteiam e estão na base do trabalho e iniciativas da *Tomelo*, bem como, se esses princípios são ou não percebidos pelos entrevistados.

D) Referência às atividades da Tomelo

Esta categoria destina-se a traduzir o conhecimento que os entrevistados têm dos produtos, das iniciativas e das atividades desenvolvidas pela *Tomelo* desde a sua constituição.

E) Referência à articulação com o poder local, as instituições e a população

Esta categoria afere se os entrevistados consideram, ou não, que existe um trabalho de articulação entre a *Tomelo* o poder local, as instituições e a população em geral, como se processa essa articulação, e quais os resultados que daí advêm.

F) Referência ao funcionamento da Tomelo

Por intermédio desta categoria, pretende-se que os entrevistados refiram se existe algum aspeto ou alguns aspetos que gostassem de ver incluído no trabalho da *Tomelo* e qual/quais.

G) Conceções de felicidade/bem-estar/sustentabilidade

Esta categoria tem por objetivo diagnosticar a pluralidade e multiplicidade de conceções acerca da felicidade, do bem-estar e da sustentabilidade, não só entre indivíduos, mas também dentro dos eixos selecionados.

H) Valor, relevância e importância da felicidade/bem-estar/sustentabilidade

Esta categoria afere se a felicidade/bem-estar/sustentabilidade têm relevância e importância, ou não, e a que níveis, para os entrevistados, no seu dia-a-dia, no trabalho e na relação com os outros, assim como, para o poder local, as

instituições e as empresas da região. E ainda, se o facto de viverem no Nordeste Transmontano interfere de algum modo na perceção e na vivência da felicidade/bem-estar/sustentabilidade.

I) Relação entre a perceção da felicidade/bem-estar/sustentabilidade com o património material e imaterial da região

Com esta categoria pretende articular-se a perceção que os entrevistados têm da Felicidade/bem-estar/sustentabilidade com a preservação dos saberes, das práticas, das espécies autóctones, do património natural e cultural do Nordeste Transmontano.

J) Articulação entre a *Tomelo* e a felicidade/bem-estar/sustentabilidade

Através desta categoria, procurou averiguar-se se a articulação entre a vertente empresarial da *Tomelo* com as preocupações éticas que advoga, assim como, o seu trabalho na preservação das espécies autóctones, dos saberes e práticas locais, a aposta na revitalização da zona, na criação de emprego que possa travar o êxodo dos jovens e um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, seus produtos e cultura, poderão trazer felicidade/bem-estar/sustentabilidade. Importa igualmente saber se a *Tomelo* o faz.

L) Relação entre felicidade, bem-estar e sustentabilidade

A presente categoria averigua se existe articulação e/ou interdependência entre os três eixos ou pilares da investigação – felicidade, bem-estar, sustentabilidade. Pretende-se, ainda, que os entrevistados refiram se consideram que algum dos eixos é preponderante em relação aos outros, e que mencionem espontaneamente se já tinham refletido acerca deles.

M) Alterações relativamente às conceções, perceções e representações iniciais

O objetivo desta categoria é aferir o impacto das entrevistas nas conceções, perceções e representações que os entrevistados inicialmente possuíam, relativamente às problemáticas abordadas.

Recordam-se aqui as hipóteses investigativas que norteiam este estudo, e às quais se pretende dar resposta, reunindo e analisando os dados, e refletindo sobre eles,

em articulação com o que nos propomos demonstrar e com a orientação que demos à fundamentação teórica.

- i) Embora as respostas possam diferir, em certa medida, relativamente ao que os sujeitos consideram ser a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade, existe uma visão comum que partilham, por viverem no Nordeste Transmontano.
- ii) A valorização dos saberes e práticas ancestrais e locais, das representações e das racionalidades leigas permitem a continuidade de tradições, modos de fazer e de elementos culturais de grande relevância, fomentando o envolvimento social e o sentido de identidade e de pertença, o que contribui para a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade.
- iii) É possível criar projetos que compatibilizam a rentabilidade com a sustentabilidade nas suas diversas vertentes e com o bem-estar e a felicidade dos indivíduos e das populações, ajudando a dar respostas a problemas originados pelo desemprego, a desertificação e o êxodo para as zonas urbanas.

Capítulo IX – Resultados

Importa referir que seguimos apenas um dos caminhos possíveis e que outras vias de exploração e de análise são igualmente legítimas. Guiou-nos, sobretudo, a preocupação de compreender como as conceções, as perceções e o modo como os indivíduos criam representações da realidade estão intimamente ligados ao seu contexto concreto, ao seu passado cultural, aos saberes e às práticas, bem como, a formas de racionalidade que não se deixam aprisionar por modelos normativos e exteriormente impostos.

IX.1 – Conhecimento sobre a *Tomelo*: conceção, caracterização, princípios e atividade

Relativamente ao modo como os entrevistados concebem e percebem a *Tomelo*, as respostas divergiram, consoante o ponto de vista dos participantes e a sua

relação com o projeto. Os sócios salientam o facto de ser uma empresa à qual está associado um projeto de ecodesenvolvimento e de preservação, esclarecendo, ainda, a escolha do nome:

“A Tomelo é uma empresa (...) de ecodesenvolvimento que se iniciou em 2006 (...) É constituída pelo sócio Oriolus pelos sócios “Leque de Ideias” e Jorge Lira (...) Mas, basicamente, a Tomelo é constituída por nós Oriolus e Jorge Lira (...). A gerência é nossa: minha, da Bárbara e do Jorge (...). Quando constituímos a empresa, procurámos vários nomes ligados ou plantas, ou a qualquer coisa natural e depois lembrámo-nos de ‘rosmaninho’, mas já havia. Olha, e – até fui eu que sugeri- e o nome Tomelo? É o que se chama ‘lá para cima’ ao rosmaninho, e não havia. Então, vai ficar o nome Tomelo por uma razão: porque tem a ver com o natural e tem a ver com a região.” (TL1)

“A Tomelo é uma empresa de ecodesenvolvimento, com preocupações a vários níveis.” (TL2)

“A Tomelo é um projeto de ecodesenvolvimento sob a forma de uma empresa, que iniciou a sua atividade no final de 2005, início de 2006.” (TL3)

Há quem associe a *Tomelo* à preservação do “Burro Mirandês” e à criação de projetos inovadores e sustentáveis, que possam atrair novos mercados:

“Bom, a Tomelo...eh...eh...não tenho um conhecimento profundo porque é que a Tomelo existe, (...) terá muito a ver, também, com a própria sustentabilidade da raça ...da raça, eh...da raça do ‘Burro Mirandês’ (...) também com...com...com...hum....se calhar, a sustentabilidade e o acreditar de...de novas formas, novos projetos e novos nichos de mercado.” (PL1)

E quem, mais do que a empresa, se interesse pelo projeto subjacente:

“Eu conheço esta atividade (...), tenho acompanhado esta atividade desde fevereiro mais...mais em concreto, não é? (...) Ultimamente, interessei-me, também... pelo projeto em si, sim.” (PL2)

Outros, destacam sobretudo a confecção dos sabonetes, aludindo a atividades que a *Tomelo* pretende vir a desenvolver no futuro:

“Eh...eu sei que a Tomelo existe para vender os sabonetes; não sei mais nada.” (PP2)

“Ora bem, a empresa Tomelo é uma empresa que já existe há bastante tempo, pelo menos de nome. A atividade eh...tem vindo a ser desenvolvida através dos sabonetes e tal. A ideia era construir uma destilaria de perfumes em Vimioso, mas eh...eh...ainda não aconteceu (...) agora está a ter viabilidade nalgumas ações que estão a fazer... e estão-se a instalar em várias áreas (...) até lhes cedi um terreno na Zona Industrial (de Vimioso) para montarem lá um...ehhh...ehhh...uma destilaria de perfumes.” (PL3)

E há quem personifique a *Tomelo*, identificando-a com os seus sócios:

“É assim, olhe, eh...portanto, eu sou amiga da Bárbara, da sócia...de uma das sócias gerentes.” (PP1)

“Oh, foi através deles (Bárbara e José). Vieram para aqui eles ‘a’ viverem e depois aqui explicaram o que iam ‘a’ fazer.” (PP3)

Quando questionados acerca da referência e caracterização dos princípios orientadores da *Tomelo*, os entrevistados deram respostas muito diversas. Os sócios centraram-se na recuperação de recursos que estavam desaproveitados, na preservação das espécies autóctones e no bem-estar animal, assim como, na manutenção da sustentabilidade, na criação de parcerias, de valor(es) e de emprego. Explicam, ainda, exaustivamente, a importância do gado asinino no equilíbrio ecológico da região e na continuação de tradições e costumes ancestrais, acrescentando que o “burro” tem sido muito valorizado nos últimos anos, em detrimento do cavalo, usualmente considerado um animal mais nobre:

“O objetivo da empresa é recuperar, ao fim e ao cabo, recursos que estão desaproveitados, nomeadamente, a agricultura, por exemplo (...). Encontrarmos no meio rural a sustentabilidade (...), contribuir para a salvaguarda da raça asinina de Miranda (...). Temos

aqui cerca de 2ha, e os burros andam livres, completamente soltos, mas ao todo, temos cerca de 40 ha de terreno, entre terreno particular e arrendado (...). Portanto, a nossa ideia é termos números de burras que consigamos explorar de uma forma sustentável, sem que ponhamos em causa o bem-estar animal. Se isto fosse uma exploração em regime intensivo (...) não teríamos aqui só 11 burras (...). Produzir leite tem outra particularidade: não produzem todo o ano leite; só produzem quando estão paridas (...); nós só começamos a tirar o leite passados 3 ou meses das crias nascerem (...); é fundamental que as crias estejam bem, a nível de saúde (...). As burras são ordenhadas 3 vezes por dia, e à noite, juntam-se as crias outra vez com as mães (...). Os machos, vendemo-los sempre (...). As fêmeas servem, nalguns casos, para aumentar os efetivos ou substituir algum animal (...). 17 ou 18 anos, é o que pode durar, em média (um burro). Há outro pormenor, também: nós temos os animais de modo a que consigamos tirar apenas o leite que necessitamos (...)

Neste momento, os burros ainda são procurados, e sobretudo as fêmeas têm um preço interessante, mas nada garante que daqui a 7 ou 8 anos não haja excedente e falta de procura, e depois deparamo-nos com um problema: o que fazemos aos animais? Vamos abatê-los? Nem pensar (...). Normalmente, compramos leite a quem tem 1 ou 2 burras e obedecem a uma série de regras. Acabam por utilizar o animal na agricultura, na horta, a lavrar a vinha...técnicas tradicionais de agricultura. E, ao fim e ao cabo, estamos a conservar uma raça, mas a manter as tradições, também (...); não estamos só a conservar a raça em si, é tudo o que está associado: quer a nível cultural, quer a nível biológico (...). Depois, no lameiro, sem estes animais, as vacas, sem as ovelhas...tudo o que é lameiro tradicional acaba por desaparecer (...). São estas tradições que ainda se mantêm porque, de certa forma, o burro ainda é rentável.”

(TL1)

“Eu acho que, de uma maneira geral, será criar projetos sustentáveis, principalmente aqui, na região do Nordeste Transmontano, de forma a preservar, quer os recursos naturais, quer a cultura, as tradições e de maneira a tentar fixar aqui as pessoas, ou seja, contrariar a desertificação que se tem vindo a sentir nesta zona. Isso como? Criando postos de trabalho e emprego. Tentar fixar aqui as pessoas (...), principalmente, de duas formas: uma, através da criação de emprego ligado a essas formas de usos ancestrais, às tradições. Estou a falar, por exemplo, do projeto com o qual temos agora uma parceria nos sabonetes de lã. É um projeto que pretende exatamente preservar todas as tradições, todos os saberes relacionados com a utilização da lã, desde a tosquia até à confeção, à fiação da lã, de maneira manual, de maneira artesanal. Chama-se Lhana, é o projeto Lhana (...), ligado um pouco a tentar preservar as

cultura e os recursos naturais daqui, principalmente, do Nordeste, está a criação de emprego, não é? Ou seja, criando qualidade de vida para as populações locais; contribuindo para isso e... e ligar a sustentabilidade aos projetos, (...) que sejam projetos ecologicamente sustentáveis, principalmente, ambientalmente sustentáveis.” (TL2)

“Ecodesenvolvimento. Encontrar valores, eh...formas de criar valor, em...em...de forma inovadora, em recursos anteriormente não explorados.” (TL3)

Um dos sócios destacou a importância que os projetos de pequena e média dimensão podem ter para a economia do País, uma vez que, não podendo competir em termos de quantidades, é possível criar produtos únicos e de excepcional qualidade, para os quais há um mercado crescente:

“Vários projetos pequenos – médios, espalhados pelo País, acho que sim, e acho que esse é que deveria ser, realmente, o futuro, não é? Porque Portugal não tem capacidade para estar a competir em termos de quantidades nem de preços com outros países europeus (...). A única possibilidade é exatamente, apostar na qualidade em produtos autóctones, cultivados de forma tradicional...ehhh...pronto, atribuir essa genuinidade, digamos, que não existe em relação a outros produtos produzidos em massa, não é? (...). Por exemplo, em termos também de agricultura biológica, pecuária biológica, produção biológica no fundo, que é, neste momento, já muito procurado por outros países da Europa (...). O mel. Existe agora um projeto em Vimioso (...); é a empresa Bioapis, e, no outro dia, estavam a dizer que exportaram enormes quantidades para a China (...). É tudo mel biológico.” (TL2)

A Tomelo é entendida, por um dos entrevistados, como exemplo de empreendedorismo e motivo para que as pessoas queiram fixar-se numa região onde há décadas se assiste ao êxodo para as grandes cidades e para o estrangeiro:

“...Uma zona em que as pessoas não acreditavam que seria possível e a Tomelo e o projeto da Tomelo veio-me trazer a mim, enquanto Presidente de Junta eh...força para eu conseguir argumentar junto de pessoas com quem eu eh...quero vir a trabalhar no futuro, com quem eu...eh...faço questão que se fixem na minha aldeia eh...veio fazer com que eu tivesse outros argumentos para as poder convencer, para (...) se poderem fixar aqui e perceberem que

aqui, realmente, existe potencial e a única coisa que nós precisamos é de ter ideias e ter pessoas novas, com vontade...com algum empreendedorismo.” (PL1)

Outro participante destaca, não a primazia do lucro, mas a necessidade de manter viva uma herança cultural extremamente rica e diversa:

“Eu acho que foi gente de boa vontade invadida por esse magnetismo (...). Eu acho que foi essencialmente isso (...). Eu tenho a impressão que não é nenhuma gente que quer montar uma atividade económica rentável, mas que tentou perceber o que é que podia fazer com a herança cultural intacta que receberam não é?” (PL2)

Ainda outro, adverte que não se deve desaproveitar quem pode ser e trazer mais-valias:

“Temos de aproveitar os nossos recursos e temos de aproveitar as pessoas que, efetivamente, entendem que podem vir a dar uma mais-valia ao nosso concelho.” (PL3)

Há quem conceba os sabonetes de leite de burra da *Tomelo* como *ex-libris* da região e “materialização” da sua identidade:

“Quando montei o projeto (loja), uma das coisas que tinha que ser era por aqui os sabonetes de leite de burra, porque acho que é uma coisa, acho que preserva muito a parte, portanto, da nossa identidade. Sempre tive uma ligação muito grande com os nossos burrinhos, não é? Uma das minhas tias tem 6 burrinhas e...e, precisamente, tem grande rendimento com o aproveitamento do leite.” (PP1)

Contrariamente, uma das pessoas interrogadas referiu que as atividades da *Tomelo* não se fazem acompanhar por informação suficiente acerca dos princípios e dos valores defendidos pela empresa de ecodesenvolvimento:

“A primeira vez que eu ouvi falar da Tomelo foi no ‘Sons e Ruralidades’, que quem promove é a AEPGA (Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, situada em Atenor) e a ALDEIA (associação com sede em Vimioso, que tem em vista o desenvolvimento sustentável, a conservação da natureza e a preservação da cultura e tradições dos meios

rurais). ‘Eles’ tinham uma barraquinha onde vendiam os sabonetes (...). Não houve um...uma sessão de esclarecimento, não houve... não houve nada...não houve um panfleto, não houve (...) que identificasse o projeto, que falasse sobre ele...” (PP2)

No limite, houve quem não soubesse responder:

“Isso agora não lhe posso explicar, porque a mim não me explicaram isso.” (PP3)

As percepções relativamente às atividades da *Tomelo*, sejam as em curso ou os projetos em embrião, também não geraram consenso. Foi visível, como seria expectável, uma maior clareza nas respostas dos sócios, que são unânimes em afirmar que é preciso ir “crescendo devagarinho”, de modo pensado e sem pretender lucros rápidos:

“A Tomelo tem aqui uma casa em Atenor, a sede é em Separicos. (...) Recuperámo-la e temos um lote de terreno na zona Industrial de Vimioso que vai ser o sítio onde vamos construir a fábrica dos sabonetes e a destilaria de óleos essenciais (...). Porque a nossa ideia é construir a destilaria de forma a que possamos integrar nos sabonetes, óleos essenciais de plantas aromáticas da região (lavanda, esteva, etc.). E, é outro objetivo também, conseguirmos produzir um sabonete completamente biológico (...). Também temos um espaço arrendado no Porto, que funciona como armazém e temos a loja.” (TL1)

“Desenvolver outros (projetos). Estamos agora também a pensar desenvolver aqui em Atenor uma queijaria tradicional, principalmente com leite de cabra, para queijo de cabra... Para não se perder (...). Viam-se muitas cabradas, muita gente com cabras (...) e neste momento já quase não se veem. Veem-se ovelhas, mas cabras já se veem muito pouco (...). E as cabras são muito importantes por causa da conservação da natureza; as ovelhas não comem o mato, as cabras limpam o mato. Isso é muito importante, exatamente, para tentar prevenir os fogos florestais (...). Queremos produzir algo que está neste momento em falta e que há procura para esse tipo de tipo produto. O abandono das cabras, penso que tem principalmente a ver com o envelhecimento da população local (...). Manter a loja; não sabemos se abrir mais alguma (...), tentar em Lisboa, talvez (...). Temos previsto abrir aqui um pequeno ponto de venda, aqui em Atenor. Pronto, adquirimos já aqui um palheiro que queremos recuperar e fazer uma pequena lojinha (...). Quando abirmos aqui a queijaria, será mais um funcionário, mais

um posto de trabalho que iremos criar...Pronto, se abirmos a unidade para os sabonetes, também. Serão, pelo menos, mais três postos de trabalho...É ir crescendo devagarinho...

(TL2)

“Já desenvolveu iniciativas no sentido da criação e proposta do Parque Ibérico Natureza e Aventura de Vimioso, destilação de óleos essenciais, criação de uma linha de cosmética para aproveitamento de leite de burra para preservação da ‘Raça Asinina Mirandesa’, basicamente.”

(TL3)

Dois entrevistados destacaram o papel das atividades da *Tomelo* na valorização do “Burro de Miranda”, na recuperação do património do Planalto Mirandês, incluindo a fauna e a flora, mas enfatizaram o facto de a ação da *Tomelo* contribuir para que a população mais jovem acredite nas potencialidades da região:

“Tudo o que é associado à...à preservação do ‘Burro’ e a presença que ‘eles’ estão a ter na maior parte...e os eventos que estão a celebrar e na atração que as pessoas estão a ter a esta...a esta aldeia (Atenor), não é?”

(PL2)

“Bom, algumas iniciativas que a Tomelo está...para já, é... hum... está a contribuir de uma forma muito significativa para a preservação do burro e valorização do ‘Burro de Miranda’, para a recuperação, também, do património, eh... não só da freguesia, mas também do próprio Planalto; para a valorização hum...da fauna e flora também existente nesta região e também, para a recuperação do acreditar por parte das pessoas mais jovens nesta região.”

(PL1)

Outro entrevistado aponta as parecerias que têm sido levadas a cabo:

“Pronto, e eu estava a olhar ...ehhh...para os sabonetes, para a destilaria de perfumes (...). Na altura, estávamos para fazer uma parceria com o Parque Ambiental (...).”

(PL3)

Há quem sublinhe o facto de a *Tomelo* estar a internacionalizar-se:

“Sei que ‘eles’ têm...que agora já têm uma loja no Porto e que exportam para França, para a Espanha, para... ‘prontos’, para vários países, já. Inclusive, para Portugal.” (PP1)

Por outro lado, foi também referido que a *Tomelo* deveria apostar mais na divulgação, não dos produtos, mas das razões pelos quais foram criados e pela “filosofia” subjacente ao projeto e à empresa:

“Eu, quando leio a parte de trás do sabonete, onde tem o esclarecimento de como é o fabrico do sabonete, eu gostava de saber onde se fabrica, como se fabrica, e porquê (...). Nós sabemos que o sabonete existe, sabemos que tem lá como produto essencial do fabrico do sabonete o leite da burra, do resto não sabemos mais nada.” (PP2)

Por fim, houve quem soubesse dizer o que fazem a “Bárbara” e o “Zé”, mas sem conseguir apontar os princípios orientadores da *Tomelo*. Esta entrevistada partilhou, também, um relato extremamente terno da sua própria experiência de vida, a partir do qual é visível um apego forte à vida rural e aos animais. Não resistimos a transcrever um excerto desse relato:

“‘Eles’ trabalham na agricultura (...); têm os animais e trabalham na agricultura. Agora, para lhe explicar, minha senhora, nem sei o que faz a Bárbara, nem o Zé. O Zé, antes, era (...), um ‘coiso’ dos animais, da proteção dos animais, ou assim (...). E ela também deve ser bióloga ou sei lá (...). Fazem eles parte da Associação de...da organização, para organizar as festas. Eles, o Moisés...(Presidente da Junta de Freguesia de Atenor) E eu também já fiz parte disso e quero voltar a fazer parte disso porque eu era a padeira (risos). Fazia o pão... Eu trabalho numa fábrica em Palaçoulo, numa tanoaria (...) vai fazer 8 anos ...e, antes disso, tive cabras, fui cabreira muitos anos (12 ou 13 anos, já nem me lembra, sequer); depois disso ainda fui boeira, tive vacas (...). Quer que lhe diga, minha senhora? Uma vez, nasceram 22 cabritos num dia, nasceram 22. Cansei-me muito a trazer cabritos ‘pra’ casa. O meu ‘home’ lá no campo com eles e eu com ‘umas’ alforges às costas (...). Não se pode deixar juntar quando nascem, não se podem deixar juntar os animaizinhos uns com os outros (...). Eu preocupava-me sempre (...) pois, eram a minha vida. Era quem me dava o sustento, os animais (...). Tinham, tinham (carinho pelos donos), e conheciam-nos, conheciam.” (PP3)

IX.1.1. – Referência à Articulação com o Poder Local, as Instituições e a População

Quando questionados se a *Tomelo* trabalhava em articulação com o poder local, as instituições e a população, as respostas não foram unânimes. Os sócios da *Tomelo* destacam o apoio do Presidente da Junta de Atenor e Presidente da Câmara de Vimioso (à altura), mas não do Presidente da Câmara de Miranda do Douro:

“Sim, sim, sim. É assim, no início, a Tomelo foi pioneira disso (...), não havia mais nenhuma empresa em Portugal que fizesse sabonetes com...com leite de burra (...). Mas, relativamente à receptividade do poder local (...), aqui na aldeia desde o início até agora tem sido impecável (...). Nós comprámos uma casa numa pequena aldeia do concelho de Vimioso e...pela forma inteligente como a Câmara geriu e está a gerir a...a Zona Industrial, eh...isso fez, de facto, com que nós tivéssemos sido atraídos para lá uma vez que o terreno (...) para implementação de...de unidades de transformação, não é dado porque de forma legal não o podem dar (...). Isso faz com que cative alguns investidores para a região (...). Neste momento, temos o projeto da unidade de transformação aprovado (...), só falta mesmo financiamento para que consigamos avançar (...).” (TL1)

“Sim, sim, sim. Nós, aqui, temos o apoio da Junta de Freguesia (...). Agora, a nível de Câmaras, (...) penso que até agora não houve nenhum apoio por parte de Miranda; Vimioso, sim, sempre estiveram bastante disponíveis (...). Estão bastante interessados em que a gente desenvolva lá o projeto dos sabonetes e da destilaria (...). Mesmo a parte da destilaria, tem como objetivos tentar, por um lado, dar algum valor às terras que estão abandonadas aqui, que estão com mato, ou seja, os proprietários, poderão obter algum rendimento dessas terras, e por outro lado, ajudar no controlo e proteção dos fogos florestais (...). Há o recurso às pessoas, por exemplo, às pessoas mais antigas, às pessoas que detêm (...) saberes (...) porque estão muito ligadas à terra (...). Mas, temos muito essa experiência (...) com associações de aqui, a Associação Aldeia, que trabalha muito com tradições e saberes locais e, pronto, temos realmente contacto com as pessoas e sabemos muito, mas mesmo em relação às burras, os animais com que trabalhamos atualmente, também vamos procurar muita da sabedoria às pessoas daqui, não é, que nos dizem coisas que nos fogem, digamos, do saber científico (...); esses saberes, que são muito próprios desta região, e muito genuínos (...). Ao início, é difícil. As pessoas não (...) creditam muito no tipo de projetos que a gente começa a desenvolver. Eu acho que, depois, com o tempo, vão-se habituando e vão começando a acreditar e isso também lhes faz abrir um bocadinho os olhos e ver que há outras alternativas...” (TL2)

“Eh...sim, de alguma maneira existe, ou existiu, sim (com a) Câmara de Vimioso e Junta de Freguesia de Atenor.” (TL3)

Três entrevistados fizeram notar que o apoio dado à *Tomelo* surge porque o poder local, as instituições e a população se reveem no projeto e, de algum modo, o trabalho da *Tomelo* trouxe tolerância e reconhecimento:

“Sim, há com o poder local e com as populações também existe. Eu acho que (...) o trabalho da Tomelo é...é muito vasto. Nós falámos que...o seu...o seu, eh...o seu bolo, a tranche maior está na preservação do ‘Burro de Miranda’, mas também, na preservação da cultura, na identidade das pessoas, porque as pessoas mais antigas olham para o projeto Tomelo e também, eh...eh...revêem-se.” (PL1)

“Se quer que lhe diga, se não houvesse aqui alguma tolerância e alguma ajuda e tal, eu tenho a impressão que ‘eles’ não conseguiam fazer ‘aquilo’ até onde chegaram, não é? E portanto, alguma aceitação terá que haver necessariamente, porque se não, não tinham chegado onde chegaram (...). Temos que dar os parabéns às duas partes, não é? A quem chega, que se soube integrar e afirmar, e depois aos que estavam cá, que os soubera receber (...). Agora, também há, de facto, a afirmação por parte ‘deles’ e a garantia que estão a fazer um bom trabalho e que permitiram e provocaram essa tolerância.” (PL2)

“Essas associações, designadamente a Tomelo, têm criado uma ligação com todos, as pessoas aqui do concelho, que inicialmente poderia não se pensar que chegavam ao ponto a que chegaram. As pessoas hoje eh...já gostam de ver essas atividades. Se calhar, inicialmente havia alguma dúvida, porque eram pessoas estranhas ao concelho.” (PL3)

Contudo, duas participantes mostraram desconhecimento relativamente a este trabalho de articulação:

“É assim, o arquiteto Jorge Lira, quando veio promover...quando fundou a empresa da Tomelo, ele fez vários projetos cá (...); um projeto que era o Parque Ibérico, onde também está incluído o arquiteto Jorge Lira, e...mais do que isto, não se sabe. Pelo menos, eu.” (PP2)

“ Não sei. Eu, isso agora não sei.” (PP3)

IX.2 - Concepções e Percepções de Felicidade

A generalidade dos entrevistados considerou ser muito difícil concretizar e verbalizar o que é para si a felicidade, mais do que em relação ao bem-estar e à sustentabilidade, sentindo-se até, desconcertados por ter de fazê-lo. Sublinham o “sentir-se bem” consigo e com os demais, especialmente os familiares e pessoas próximas, vivendo num local com o qual se identificam:

“Eu acho que é uma pergunta extremamente difícil, mas (...) acho que desde que estejamos bem connosco e com os ‘próximos’, acho que isso será o que representa a felicidade (...). Sim, acho que é um sentimento que a pessoa tem (...). Ai, desculpa ser assim, mas a pergunta é...é difícilima (rindo).” (TL1)

“A felicidade é estarmos nesta vida da melhor forma. Eh...vivermos para a família, vivermos para os nossos vizinhos, para a população e que todo esteja contente com ‘ele’ próprio e contente com todos nós.” (PL3)

Uma entrevistada salienta o facto de nunca ter pensado acerca do assunto:

“Agora, foi difícil (risos). Sei lá o que é que é para mim a felicidade... Nunca refleti sobre isso, o que é que é para mim a felicidade. Eu acho que sou feliz, a viver aqui neste sítio (...). Para mim, a felicidade é isso, é viver num sítio que se gosta, onde uma pessoa se encontra bem, com as pessoas de quem gosta...” (TL2)

Aos fatores supra citados, acresce, também, o “ter saúde”:

“A felicidade para mim? Olhe, é estar bem eu e ‘à’ minha família. Estarmos todos bem, com saúde. Isso é a felicidade, para mim.” (PP3)

O carácter subjetivo da felicidade e a sua relação com experiências agradáveis e compensatórias:

“Ui, é tão subjetivo! (...). É estranho, mas para mim a felicidade é quando acordo de manhã e vejo o sorriso dos meus filhos; isso para mim é a felicidade.” (PP2)

Há, ainda, quem considere ser filosoficamente impossível responder ao que seja a felicidade, pelo facto de ser um conceito, de certa forma, volátil, e que sofre alterações ao longo da vida dos indivíduos, por ser condicionado por uma série de fatores e de variáveis:

“Isso, em termos filosóficos é praticamente impossível de responder porque depende, em cada momento da vida, de um conjunto muito grande de condicionantes. Por exemplo, a felicidade pode ser, para mim, hoje, estar aqui a apanhar sol, mas amanhã pode ser ter sucesso profissional (...). Eh...quer dizer, acho que essa pergunta não tem resposta. (...). Não é um conceito definido (...), não é um conceito eh...imutável.” (TL3)

Um dos participantes destaca a felicidade como resultado do “dever cumprido” relativamente às responsabilidades sociais para com os cidadãos, em particular, os mais vulneráveis, associando-a, também, às potencialidades da região:

“Bom, para mim a felicidade é hum...é sentir, por exemplo, que os idosos da minha aldeia andam de ‘cabeça erguida’, se reveem eh... em grande parte das atividades que são feitas na aldeia, em grande parte dos projetos que são desenvolvidos nesta aldeia. A felicidade é ver aqueles miúdos que estão a viver, por várias razões, no Porto e em Lisboa, eh...escreverem no facebook ‘esta é a terra dos meus pais’ (...), a felicidade é ver que há imensa gente que se quer fixar nestas pequenas aldeias e a felicidade é eh...que há imensa gente que vê potencial nestas pequenas aldeias.” (PL1)

Outro entrevistado enfatizou a felicidade como objetivo estrutural de vida:

“Nós vivemos para quê? Para sermos felizes, não é? Bom, e aí, aí cada um sabe defini-la, não é? Não é fácil; não é um conceito fácil, não é? (...). Felicidade é aquilo que nós procuramos e que tem, essencialmente, a ver com o nosso objetivo de vida. Se nós não procurarmos ser felizes, não andamos a fazer nada, não é?” (PL2)

Uma interlocutora estabeleceu a ligação entre a felicidade e o bem-estar, embora considere não serem conceitos redutíveis entre si, reforçando, ainda, o papel do conforto material:

“Acho que é uma componente de bem-estar. Mas não se confundem. Por exemplo, uma pessoa é feliz quando tem ehh...uma família, um marido, gosta do marido, gosta da filha, por exemplo (risos), e que está bem na vida, não é? Pronto, eles distinguem-se, não é? A parte da felicidade é mais a parte do ‘folclore’ (...). É ser feliz, é estar bem (...). A saúde... e...depois, ‘prontos’, o dinheiro ajuda na felicidade.” (PP1)

Com estes dados, construiu-se a Tabela 2, que dá conta da pluralidade das conceções e perceções de felicidade:

Tabela 2 – Conceções e perceções de felicidade

Conceções e perceções de felicidade	TL1	TL2	TL3	PL1	PL2	PL3	PP1	PP2	PP3
É muito difícil de definir	X	X			X				
Nunca refletiu sobre isso		X							
É estarmos bem connosco e com os outros, sobretudo, com a família e os amigos, e num lugar aprazível	X	X				X			
É impossível responder a isso porque a felicidade é um conceito mutável			X						
É uma componente do bem-estar							X		
É ter saúde									X
É objetivo de vida					X				
É um conceito subjetivo e ligado a experiências compensatórias								X	
É consequência do cumprimento dos nossos deveres sociais				X					

Fonte: entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo

IX.3 – Valor, Relevância e Importância da Felicidade

IX.3.1 – A Importância da Felicidade no Dia-a-Dia, no Trabalho e na Relação com os Outros

Todos os entrevistados consideraram que a felicidade é um elemento extremamente importante, quer no seu dia-a-dia, quer no trabalho, quer nas relações sociais que mantêm, constituindo-se como fator de equilíbrio e motor vital:

“Sim. Aliás, eu acho que a felicidade deve ser importante para toda a gente (...). Se nós nos sentimos felizes, tudo o resto, quer ao nível de trabalho, quer ao nível de relação humana, quer relativamente à...à...à interação pessoal, é evidente que essa relação, eh... é muito mais agradável, é muito mais saudável (...); se não nos sentirmos felizes, isso...acho que não existe nada, não faz sentido, até...eu até diria que não faz sentido a vida, não é?” (TL1)

“Sim, no dia-a-dia (...). Com a maneira com que uma pessoa faz atividades, não é? No trabalho, sim, também. Com, eh...com os resultados que a gente obtém, não é? Com...não sei, isso é difícil responder (...). Se uma pessoa se encontra num estado de felicidade, vai desenvolver o trabalho muito melhor do que...do que se não estiver (...). Na relação com os outros (...), se uma pessoa estiver feliz, interage mais, por um lado, não é? Porque se estiver infeliz, se calhar, isola-se mais e...e não interage tanto com as outras pessoas, eh...e essa interação acaba por ser mais positiva, também.” (TL2)

“É das coisas mais importantes que nós temos, é a felicidade (...). Eh...sem a felicidade, não era possível, de facto, nós eh...conseguirmos ter mais realizações (...). Acho que é importante para tudo, não é? No dia-a-dia, de facto, se nós não formos felizes, nós não conseguimos rir, nós não conseguimos ser simpáticos, nós não conseguimos ser amorosos...a felicidade é o mais importante que há (...). Esta felicidade tem que existir para poder haver esse tal bom relacionamento com toda a gente.” (PL3)

“Claro que sim (...). Ora, no dia-a-dia a minha felicidade...eu sei lá...olhe, eu estou feliz com aquilo que faço. Trabalho naquilo que gosto, com muito esforço, mas... sinto-me feliz com aquilo que faço. É assim, com os meus clientes, com os meus fornecedores, olhe, com... 'prontos', com o global de pessoas que aparecem aqui, que a gente lida o dia-a-dia com eles (...). É assim, eu acho que sou uma pessoa que...o meu cliente é amigo, não é, e o meu

fornecedor também é amigo (...); não sei, acho que tento ter sempre um bom diálogo com as pessoas. Acho que é um bom ponto de partida para que as coisas funcionem.” (PP1)

“No meu dia-a-dia, em tudo. O que me faz vir trabalhar de manhã, é o sorriso dos meus filhos, é o que me faz vir trabalhar de manhã, para lhes dar de comer no final do dia (...). No trabalho (...), ai, também. Se eu não estiver feliz, aqui nada funciona bem, tenho a certeza absoluta (risos). Os meus colegas eram capazes de testemunhar uma coisa dessas (...). Se eu não estiver feliz, o que está à minha volta não consegue estar feliz comigo, de certeza absoluta.” (PP2)

“Eu acho que sim. Se uma pessoa...se uma pessoa for feliz, se ‘andiver’ feliz com a vida, tudo vai bem, não é? Agora, se não for feliz, como se costuma ‘a’ dizer, vai tudo para trás, desanda tudo (...). No trabalho (...), sim. Então, se tiver...se me der bem com os colegas (...), e a gente dá-se tudo bem, vai tudo bem (...). Porque, se eu estiver ali ao pé de uma pessoa, se me der bem com ela, estou a conversar com ela e estou feliz, não é? Agora, se passo ao pé de uma pessoa, se não falo com ela, já não me sinto bem. E talvez, ela, estando ao pé de mim, não falando comigo, também não se deve sentir bem.” (PP3)

Um entrevistado referiu que, para si, a felicidade no dia-a-dia se traduz maioritariamente em bem-estar:

“Com certeza que sim; se não, não andava o mundo inteiro à procura dela, não é? (...). Traduz-se, pragmaticamente, em bem-estar, poucas preocupações, pouco stress, não ter doenças (...). Aliás, se calhar é sobretudo bem-estar (...). No trabalho (...), desde que consiga realizar as minhas ideias e que elas tenham algum sucesso, acho que isso já é um veículo de felicidade (...). Bom, basicamente...desde que encontremos paz e alguma harmonia nas ideias...Não é que o confronto seja necessariamente uma coisa má, ou o desacordo necessariamente uma coisa má, porque às vezes é dos desacordos que nascem as grandes construções, mas normalmente, são momentos...menos felizes do que os outros (...).” (TL3)

Para um participante, a felicidade é “a base para tudo”, e sente-se feliz no dia-a-dia por ter proporcionado aos habitantes da sua localidade, qualidade de vida e conforto,

permitindo a projeção da aldeia no exterior através da promoção cultural, dos produtos autóctones e dos saberes ancestrais:

“A felicidade é a base para tudo (...). Uma das preocupações que eu tive, mal cheguei a esta aldeia, foi criar algumas condições para que as pessoas se sentissem bem, que era eh...um espaço, um café...onde as pessoas sentissem orgulho desse espaço (...) depois, dar projeção a esta aldeia (...), ir buscar a cultura, ir buscar os saberes das pessoas mais antigas e com esses saberes, projetar esta aldeia. Isso deu-me felicidade (...), muito importante para eu continuar a produzir, para as empresas e os projetos continuarem a vingar (...). Bom, eu trabalho numa empresa na área do pladur e das monomassas (...). Sinto que existe muito para dar a nível político, da minha parte, e então percebi que era fundamental o equilíbrio entre a vida profissional e o trabalho que eu tinha, e a política. Tive de arranjar um trabalho que....que me cansasse a nível físico, mas que me libertasse a nível psicológico.” (PL1)

A felicidade no dia-a-dia como decorrência de um tempo bem aproveitado, que “valeu a pena”:

“É chegar ao fim do dia, respirar fundo e dizer: ‘valeu a pena’, valeu, e se valeu, foi um dia feliz.” (PL2)

O mesmo entrevistado menciona que a felicidade no trabalho decorre do cumprimento dos objetivos estabelecidos ...

“É o cumprimento de objetivos, necessariamente. (...). Eu venho de várias culturas empresariais, de várias atividades (...), o meu trabalho é essencialmente o cumprimento de objetivos, que estabelecemos para o trabalho (...). Os trabalhadores existem para serem produtivos e terem resultados, e enquanto tiverem valor acrescentado, vão fazer sentido. Quando isso não for alcançado, começa a haver aquilo que é, eh...a conflitualidade e o excesso, não é?” (PL2)

... e que a felicidade na relação com os outros se deve pautar pela tolerância e o respeito:

“Sobretudo, em termos de tolerância. Nós temos défices de...de intolerância muito grandes, não é? E, a felicidade com os outros é, sobretudo, termos uma capacidade de reconhecimento eh...por sermos tolerantes, não é? Exigentes, mas tolerantes.” (PL2)

IX.3.2 – Articulação entre a Felicidade e o Nordeste Transmontano

Todos os participantes admitiram ser substancialmente mais felizes por viverem no Nordeste Transmontano, mesmo os que não são naturais da região, ou os que sendo, viveram muitos anos fora, justificando-se com as questões culturais, as relações humanas, as características da paisagem e as compensações decorrentes da atividade profissional:

“De facto, eu sinto-me muito feliz e ainda bem que vim para aqui, porque (...) já vivi noutros sítios em que me senti feliz, mas de facto, o grau – se é que existe um grau, se é que existe um nível, uma escala de medição de felicidade – é evidente que (...) sinto-me bem e sinto-me feliz. E...claro que o Nordeste Transmontano, não só por aquilo que faço, mas pelo aspeto paisagístico, pela relação humana, eh...tudo isso contribui para a felicidade. Claro que é fantástico, o Planalto Mirandês.” (TL1)

“Sim, foi uma opção minha vir para cá, não é? O que me fez vir para aqui morar e...foi realmente todo este meio, o meio rural e o meio natural daqui que é extremamente valioso e diferente de tudo o resto. Aqui, uma pessoa anda, não tem paredes (...). Há uma sensação de liberdade e de espaço que não há numa cidade ou mesmo em zonas rurais mais próximas da cidade (...). As pessoas (...) são muito simpáticas, acolhedoras, abrem-nos as portas de casa, convidam-nos a entrar, oferecem-nos coisas e também é muito agradável sentir isso.” (TL2)

“Eu acho que eh...nesta região, em Trás-os-Montes e nestas pequenas aldeias, se respira felicidade (...). Se as pessoas chegarem aqui e pararem e respirarem cada parede, cada casa, cada miúdo, cada idoso; se respirarem tudo isso, dão por si pessoas a sorrir, dão por si pessoas muito felizes (...). É óbvio que eu já vivi em grandes cidades, tive a felicidade de conhecer alguns países a nível da Europa e pelo mundo fora, eh...e...não seria um homem feliz como sou aqui.” (PL1)

“Declaradamente, sim. Claramente, sim. Eu busquei, na minha vida profissional, a oportunidade de voltar (...). Vou dizer uma coisa complicada, mas nas minhas viagens sempre disse que, se voltasse ‘deitado’, queria ir para Miranda, se voltasse de pé, que me deixassem decidir, não é? (...). Faz parte da minha felicidade voltar ao sítio das minhas raízes, sim.”

(PL2)

“Eu aqui na minha terra estou melhor do que lá ‘fora’”. (PP3)

Um entrevistado admitiu que se sente mais feliz por viver no Nordeste Transmontano, embora confessando que, se a pergunta lhe fosse feita há anos atrás, a resposta seria, provavelmente, diferente pois estaria em outra da sua vida e “tudo tem o seu tempo”:

“Ao longo da nossa vida temos várias fases; por vezes entendemos que seríamos mais felizes a viver numa zona onde ‘é que’ há mais gente, numa zona litoral; mais tarde, se calhar, pensamos que era melhor viver noutra zona em que houvesse mais calma (...). Portanto, tudo tem o seu tempo. Eu, quando era jovem, se calhar, ehhh...a minha felicidade era conviver com outros jovens; se calhar, era mais um pouco de barulho, (...) um pouco de vida. Na minha idade e a alguns anos a esta parte, sinto-me feliz na minha terra porque, de facto, é uma terra que tem qualidade de vida, que não falta nada.” (PL3)

Houve quem tivesse destacado explicitamente o papel das raízes:

“Se calhar aqui estou melhor porque tenho a minha família perto, não é? Tenho as minhas raízes perto. É mais por isso.” (PP1)

E quem colocasse a tónica da felicidade no facto de estar junto dos entes queridos, mais do que viver em determinado local:

“É assim, sou mais feliz por viver aqui porque os meus filhos foram mais felizes porque cresceram aqui (...). Eu, viver, vivia em qualquer lado.” (PP2)

A sintetização dos dados permitiu a elaboração da Tabela 3:

Tabela 3 – Articulação entre a felicidade e o Nordeste Transmontano

Articulação entre a felicidade e o Nordeste Transmontano	TL1	TL2	TL3	PL1	PL2	PL3	PP1	PP2	PP3
É mais feliz por viver no Nordeste Transmontano	X	X	X	X	X	X	X	X	X
O meio rural e natural do Nordeste Transmontano é diferente de tudo o resto, pela sensação de espaço e de liberdade		X							

As pessoas, a paisagem, os costumes tornam Trás-os-Montes uma região apelativa	X	X							
É o sítio das raízes					X		X		
É mais feliz em Trás-os-Montes porque tem a família consigo								X	

Fonte: entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo

IX.3.3 – A Importância da Felicidade para o Poder Local, as Instituições e as Empresas

Neste ponto, as opiniões divergiram consideravelmente. Relativamente à importância da felicidade para o poder local, algumas respostas distinguiram o interesse do Presidente da Junta de Freguesia e o do Presidente da Câmara Municipal, crendo, no entanto, que o assunto deveria ser prioritário para todo o poder local:

“Sim, sim (...). A felicidade (...) vem também da recetividade das pessoas; se as pessoas tiverem...não estiverem felizes com o poder local, é evidente que vão repelir o poder autárquico.” (TL1)

“Deveria ser. Agora, não me parece que...eh...quer dizer, depende do poder local, lá está, não é? A nível...porque a nível de uma freguesia, digamos, o poder local conhece melhor as pessoas do que a nível, se calhar, da autarquia, e...e se calhar é um ponto mais importante do que a nível autárquico, não é? Mas, eh...se calhar, deveria ser mais do que o que é, mas acho que sim, pelo menos aqui em Atenor que é a realidade com que a gente contacta no dia-a-dia, eh... eu penso que a felicidade das pessoas é importante para esta Junta de Freguesia, sim.”

(TL2)

“É importantíssimo; claro que sim (...). A felicidade é fundamental, e aquilo que nós tentamos aqui, como poder local, é tentar que essa felicidade chegue ao máximo de gente possível...criando iniciativas para os mais novos, para os mais idosos, fazendo com que toda a gente se sinta o mais feliz possível.” (PL1)

”Se o poder local não se preocupar com a felicidade dos munícipes, não vale a pena (...). É que não vale mesmo a pena. É que andamos todos a enganar-nos, literalmente (...). Obviamente que esta felicidade não pode ser alcançada a todo o custo, porque há restrições (...). Temos de continuar a voltar aos ideais, não é? E se isto é um ideal, que fique ali e que seja, de facto, um objetivo permanente.” (PL2)

“É aquilo que eu disse, a felicidade é aquilo que nos dá alento para continuar a nossa caminhada, e portanto, as pessoas têm de ser felizes para ajudar, colaborar eh...para dar as suas ideias...” (PL3)

“Acho que sim. Acho não, ‘prontos’, tenho a certeza que... eu sei de algumas situações que há casos que estão a passar algumas dificuldades e sei que, por exemplo, o próprio Presidente da Câmara eh...vai lá e ‘desce’, ‘desce’ ao nível das pessoas para conversar com elas e arranjar soluções (...). Sente-se mais proximidade.” (PP1)

“Sem sombra de dúvida (...). É assim, é mais difícil governar ou gerir uma localidade infeliz do que uma que esteja feliz, acho eu.” (PP2)

“Olhe, o Presidente aqui da aldeia, sim, agora o de Miranda não posso dizer, que não tenho conhecimento.” (PP3)

Houve quem referisse que, em teoria, o poder local preocupa-se com a felicidade dos munícipes, mas por vezes, isso não se traduz na prática:

“Na teoria, sim. Em qualquer sítio do mundo, em teoria, sim (...). Depois, na prática, tenho dúvidas sobre isso (...). No que diz respeito a Vimioso, sim, com certeza, atendendo à honestidade intelectual e à salubridade mental dos atuais responsáveis pela Câmara, que são pessoas notórias e dignas de menção. Já no caso de Miranda do Douro, diria que isso não tem qualquer espécie de importância, porque os objetivos pessoais são outros.” (TL3)

No que diz respeito às instituições e às empresas, é visível maior discordância nas opiniões:

“Sim, eu...se não é, devia ser, mas eu penso que é (...). Ehhh...no acaso das associações (...), estou-me a lembrar agora desta (a de Atenor) e é evidente é importante que para a Associação, a Associação Cultural e Recreativa (Desportiva) de Atenor (...) que os cidadãos se sintam bem (...). Para as empresas, é evidente...porque isto é tudo, repara, eh...se pensarmos na conjuntura atual, a felicidade é muito importante, porque se as pessoas não se sentirem felizes, não saem de casa, não se relacionam, não gastam, não compram.” (TL1)

“(Em relação às instituições) sim, eh...quer dizer, muito dentro da área com que trabalham, mas eh...mas penso que sim (...). (Mas) se calhar para a maior parte das empresas, não. Não se preocupam tanto com isso, não é? Eh...depende do tipo de empresa, dos objetivos que tenha, do tipo de atuação que tenha, não é?” (TL2)

“Bom...eh...o problema é que eu conheço mal o tecido empresarial da zona, até porque ele, praticamente, é inexistente. Mas, diria que isso não é um aspeto relevante para a maioria das empresas. As empresas que eu conheço por lá, têm objetivos...empresariais.” (TL3)

“(Relativamente às empresas) é óbvio que sim. (...). Nós estamos a falar da Tomelo, e com a Tomelo, por exemplo, temos aqui uma atividade que é a ‘Ronda das Adegas’, onde desde o mais pequeno ao mais idoso (...) se sentem noutra mundo nesses três dias (...) aqui. Sentem-se muito presentes em cada atividade que é feita.” (PL1)

“Tudo é...é um ‘bolo’, se as coisas não estiverem a funcionar, o ‘bolo’ desfaz-se e isso não é bom.” (PP2)

IX.4 – Relação entre a Perceção da Felicidade, a Identidade e o Património Material e Imaterial da Região

A totalidade dos entrevistados considerou que a preservação do património material e imaterial, como os saberes, as práticas, as espécies autóctones, em suma, todo o património natural, cultural e linguístico do Nordeste Transmontano, contribuía ativamente para a felicidade dos habitantes locais. As razões invocadas prendem-se com traços identitários extremamente vinculados, dos quais se tem um orgulho incessante, bem

como, uma estreita ligação à terra, às gentes e aos costumes, o que contribuiu para a criação de um nicho social e cultural distinto e sem par no resto do país. Um passado que se replica a cada dia, na maneira de pensar, nas percepções, nas representações, nas atividades e nos gestos:

“Sim. Claro que sim (...). Quando um povo perde a identidade, eu acho que isso é muito mau (...). Digo-te, o que poderia aumentar o meu grau de felicidade era conseguir duas coisas muito...podem ser muito simples, mas uma delas era saber falar mirandês, outra era saber tocar gaita-de-foles (...). E, de facto, quando se fala em gaita- de -foles, quando se fala em mirandês, quando se fala em...em...em Planalto Mirandês, quando se fala em pauliteiros, eh...tudo isto é património, tudo isto é identificação de...de um povo, é identificação de...de pessoas (...). Pelo facto de estarmos num local em que temos uma identidade, dá-nos... felicidade.” (TL1)

“Sim, as pessoas gostam de sentir que o seu património é preservado, a sua identidade (...). A verdade é que, pelo menos a nível das aldeias, as pessoas ainda vivem muito isoladas, não é...ehhh...e se não fossem, realmente estas atividades, estas associações e empresas que acabassem por trazer e atrair para aqui pessoas de fora, de visita, ou pessoas que vêm para aqui morar, mesmo temporariamente, digamos, as pessoas sempre ficam muito isoladas e...se calhar por estarem habituadas a isso, gostam muito de receber, e contactar e falar com as pessoas. É uma grande mais-valia para elas, eu acho (...). Nós, aqui (em Atenor), somos cerca de 80 pessoas (...) e funciona mesmo como uma família.” (TL2)

“Sim, absolutamente (...). Eh...por uma questão tão humana e comezinha quanto o...o manter. Quando não existe, inventar e construir uma identidade. As pessoas precisam de uma identidade ou de encontrarem...de se identificar numa ‘alcateia’ (risos). E...quando essa ‘alcateia’ não existe, inventam-na. Ali (no Nordeste Transmontano), não é preciso inventar porque ela já existe.” (TL3)

“Bom, eu acho que a nossa cultura, os nossos saberes, a nossa língua eh...é tudo aquilo que nós temos. Portanto...é aquilo que nos faz ser atenorenses, que nos faz ser mirandeses, que nos faz ser do Planalto, que nos faz ser diferentes de todos os outros. Portanto,

nós devemos tudo à nossa cultura (...), às nossas raízes eh...e não nos podemos, de forma alguma, desligar dessas raízes, dessa cultura, do nosso passado.” (PL1)

“Eu...eu nessa resposta não tenho dúvida nenhuma. Claro que traz. Claramente. Traz (felicidade). Repare uma coisa: se nós chegamos aos dias de hoje com a preservação desta identidade, ela só é possível, só foi possível porque trouxe a felicidade a alguém. Caso contrário, já se tinha extinguido, não é?” (PL2)

“Eh...eu penso que sim, que traz felicidade. O Parque Ambiental (de Vimioso) foi criado para esse sentido. Nós estamos a pensar fazer lá pão, nos fornos tradicionais eh...fazer lá o fumeiro, fazer lá todas as atividades que existiam, no Parque Ambiental, a intenção é essa, tudo o resto que existe no concelho, é preservar o máximo possível.” (PL3)

“Sim, porque por exemplo, é...é assim, é a nossa cultura, é a nossa língua, não é? (...) Eu tenho clientes que chegam aqui ‘ah, olhe, mas nós vimos ali...isto é inadmissível, vimos ali escrito em espanhol não sei o quê uma placa...calle.’ Eu disse: ‘não’ ‘rue, rue’. ‘Isso é mirandês’. ‘E então a sr^a sabe falar mirandês?’ ‘Ah, um «catchico», e tal (...). Isto é importante, porque é a definição de um...do nosso território, não é? E, por exemplo, em relação ao burro, ah...por exemplo, quando se faz agora ‘O Burro e o Gaitero’, ah...as pessoas ficam super felizes nas aldeias (...) porque é uma forma de verem outras pessoas, de conhecerem pessoas novas, de dialogarem...” (PP1)

“Bem, é assim, eu não posso falar do mirandês. Eu sou de Vimioso e em Vimioso não se fala mirandês, eh...que para ‘eles’ é importante, é (...). Sim, a preservação das espécies, tudo (...). O ‘Burro Mirandês’ estava a acabar e...mesmo para o agricultor é importante (...). Para nós, a preservação das tradições, a preservação do ‘Burro Mirandês’, a tradição da língua mirandesa, que é importante, é. Pelo menos, fala-se do nosso distrito e já não é mau.” (PP2)

“Sim (...). Porque a gente anda sempre mais alegre ouvindo assim as tradições daqui da nossa terra, porque as conhecemos. E ‘num’ nas deixando acabar, é tudo melhor.” (PP3)

Contudo, um dos entrevistados destaca, ainda, a necessidade de esta preservação da natureza e da cultura dever também traduzir-se em retorno económico:

“Tem que haver também desenvolvimento económico (...). Penso que não se pode viver...de certa forma, só com raças autóctones. Às vezes, eh...terão de se fazer determinadas...determinadas, eh...investimentos que podem vir a prejudicar um pouco a preservação da natureza, mas temos que fazer o equilíbrio.” (PL3)

IX.5 – Articulação entre a Tomelo e a Felicidade

IX.5.1- Compatibilização da Vertente Empresarial com as Preocupações Éticas, a Preservação de Espécies Autóctones, dos Saberes e das Práticas Locais

Quando se perguntou se os entrevistados consideravam que, se a Tomelo conseguisse compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação das espécies autóctones, dos saberes e das práticas locais, isso poderia contribuir para trazer felicidade à região, as respostas foram perentórias e unânimes. Os sócios da Tomelo sublinharam a necessidade de se crescer economicamente, mas de modo sustentável e ético, a partir dos elementos identitários singulares de um povo e de uma região:

“Sim, sim, sim. Aliás, eu posso dar-te exemplos disso: repara, eh...nós estamos envolvidos noutra projeto que é o projeto Lhana (...), da lã de ovelha (...). O objetivo do projeto Lhana é...é a valorização da...da...da pastorícia, é a valorização da profissão do...do pastor, que está completamente esquecida. O preço da lã é ridículo e essas pessoas que vivem desse recurso sentem a...a sua matéria-prima (...) novamente valorizada, e isso está a contribuir para a felicidade dessas pessoas e para a preservação de raças (...) autóctones, porque parte da lã é de ovelhas ‘Churra Galega Mirandesa’. E é evidente que este projeto, o projeto Lhana, a que a Tomelo se...agregou, tende a preservar não só uma raça autóctone, mas também, ofícios tradicionais (...). Eu acho que este modelo (empresarial da Tomelo) não dá dinheiro num curto espaço de tempo, de facto não dá, mas se pensarmos numa exploração intensiva... num curto espaço de tempo, ganharíamos muito dinheiro, mas a médio e longo prazo, estaríamos a dar ‘um tiro no pé’. Ora, ao estar a preservar essa raça autóctone, está-se a preservar a identidade quer do povo, quer de...de uma profissão (...). Se nós queremos dar viabilidade e continuidade a este projeto, faz todo o sentido que o passo seja de uma forma bem coerente, seja de uma forma bastante sólida, para que não tenhamos surpresas desagradáveis. E isso só acontece quando este

movimento, esta evolução é consistente. É lenta, mas consistente (...). Numa exploração agrícola em regime intensivo (...) veem os animais como algo que está para dar dinheiro, e mais nada. Repara, eu chego aqui e conheço-as a todas (às burras) pelo nome. Todas, todas! Numa exploração em regime intensivo, querem lá saber.” (TL1)

“ Sim, de certa forma, sim, pode contribuir para a felicidade das pessoas, não é? A verdade é que as pessoas, os locais, gostam quando se...quando se defende algo daqui, quando se trabalha em prol de algo que também é deles, não é?” (TL2)

“Pelo menos, tentamos. Eu acho que as pessoas, ali na região, pelo menos, identificam-se com isso (...). Pode contribuir para a felicidade de toda a gente, inclusivamente a dos promotores da Tomelo (...). O que não é, é uma fórmula que, obrigatoriamente, conduza ao sucesso e à viabilidade da empresa, mas isso é que nós estamos a testar (...). Eu acho absolutamente que são compatíveis (as preocupações éticas e empresariais). O que temos é que o demonstrar e esse tem sido o nosso esforço nos últimos anos.” (TL3)

“Claro quer sim. Pode contribuir porque eh...estas....eu costumo dizer que, principalmente as pessoas antigas, eh...não perderam a ligação às raízes, têm-na bem presente no seu dia-a-dia, essa ligação e esse conhecimento, e portanto, quando existe uma empresa, quando existe uma atividade que vai procurar essas raízes, essas pessoas, como é óbvio, sentem-se felizes (...).” (PL1)

“Sem sombra de dúvida. É juntar o útil ao agradável (...) é a sabedoria e o produto num só.” (PP2)

Um entrevistado destacou a necessidade de usar os recursos, os saberes e as práticas, mas sem os adulterar. Saber inovar sem perverter:

“Exatamente. Se pega nesses valores todos, não é? O ‘Burro Mirandês’ é um valor da terra, não é? Se ‘eles’...continuam a preservar esses valores sem os adulterar...Coisa diferente é provocarem alguma evolução, não é? (...) Se ‘eles’ mantêm essa própria identidade cultural, claramente ‘eles’ são...são um contributo essencial (...). Neste momento, estamos numa

encruzilhada de atividade económica, temos que perceber bem como é que se mantém o dinamismo (...). Nos dias de hoje, os valores do património, da cultura, da...da língua (...) são mais-valias que podem eh...contribuir decisivamente para o desenvolvimento da atividade económica no concelho. Saibamos nós ‘empacotar’ tudo isto e oferecê-lo devidamente.”

(PL2)

Um outro, salientou antecipadamente a importância de criar investimentos que tragam mais-valias, como postos de trabalho e a aproximação das famílias:

“Sim, porque (...) colabora connosco, colabora com a população e está aqui para, no fundo, fazer determinados investimentos que podem vir a criar postos de trabalho (...). Felizmente, nós não temos desemprego, mas infelizmente, porque as pessoas têm saído para fora (...). Eu penso que nós, os mais idosos, tendo cá os nossos filhos, seremos mais felizes.”

(PL3)

Uma entrevistada focou a riqueza cultural que se pode aportar ao seu concelho e à região:

Claro que sim. (...). É assim, porque tudo é o nome de Miranda, é uma imagem de marca que se cria aqui e é...é um ponto de visita que...que se ouve me todo o país: ‘olha, estou de férias, vamos a Miranda’. Eu acho que Miranda, propriamente em si, também tem, a parte linguística, a parte do burro (...), a parte gastronómica muito rica, e em termos de turismo (...), a Sé, a paisagem...é assim, é tudo muito acolhedor (...). Se a Tomelo divulgar, é só riqueza cultural, aqui para o concelho.”

(PP1)

Uma última entrevistada referiu a extraordinária dinamização da sua aldeia, a partir do momento em que a *Tomelo* aí se instalou:

“Antes estávamos aqui ‘desertos’ e não havia ninguém, e agora há sempre aqui pessoas na aldeia, sempre. Vem gente cá visitar-nos e tudo isso (...). E à Bárbara aqui, a minha vizinha, também, vem sempre muita gente aqui a casa dela (...). Porque esta mocidade de agora, esta gente nova já não conhece nada. E eles vão ‘a’ buscar o que já estava perdido, o que estava esquecido, não é, e voltam a avivar as coisas. Os novos ficam mais...satisfeitos em ver o que era antigamente.”

(PP3)

Quando questionados acerca do facto de a *Tomelo* conseguir ou não a mencionada compatibilização, as respostas foram maioritariamente afirmativas:

“Sim, aliás, é sempre...é sempre um dos objetivos (...) naquilo que tentamos de fazer, aproveitar recursos, eh...endógenos, mas que, eh...conseguimos sempre, eh...valorizar não só as pessoas que se associam, mas também todo o património.” (TL1)

“Sim, a Tomelo faz isso eh...e tenta encontrar nessa prática uma viabilidade financeira, porque sem isso não existe a empresa, não é? E sem empresa, não existe projeto.” (TL2)

“A Tomelo já o faz, sem dúvida nenhuma que o faz. Eu não estou é habilitado a dizer-lhes (...) que as receitas são maiores que as despesas e ‘eles’ têm resultados (...). Tudo isto faz muito sentido se ‘eles’ tiverem a noção de que tudo isto poder ser feito simultaneamente e ser rentável.” (PL2)

“Faz, faz (...). Por exemplo, no ‘Burro e no Gaiteiro’ (...), a ‘Ronda das Adegas’ que também é uma vertente cultural, que é, é feito pela Tomelo em parceria com a...a Junta de Freguesia de Atenor (...). E ‘eles’ fazem, lá na aldeia, muitas atividades, (...) levam produtos da região, (...) e depois, as pessoas acabam sempre por visitar o concelho praticamente todo.” (PP1)

Contudo, uma entrevistada mostrou desconhecimento a este respeito:

“Até o pode fazer...eu não sei. A mim nunca me chegou isso.” (PP3)

IX.5.2 – Articulação entre a Atividade da *Tomelo*, a Criação de Emprego, a Revitalização da Região e a Fixação das Gerações Jovens

Neste ponto, pretendeu averiguar-se se a *Tomelo* ajudasse a criar mais empregos, a revitalizar e dinamizar a região, permitindo a fixação dos jovens, isso poderia trazer mais felicidade. As respostas dadas foram no sentido de uma invariável aquiescência:

“Isso é...Claro que sim, (...) que de facto, contribui para...porque repara, diretamente estamos a dar trabalho a algumas pessoas, indiretamente também já o estamos a fazer (...). A Tomelo eh...tem a sede cá em cima, em Trás-os-Montes, estava a expedir...a fazer expedição

de mercadoria a partir do Porto; neste momento, estamos a deslocar para cá para que a mais-valia fique na região (...). As embalagens dos nossos sabonetes são feitas na região, o design é feito cá, os autocolantes que colamos nos nossos produtos são feitos cá...eh... a 4km ou 3km, em Palaçoulo. Portanto, isso também contribui para a felicidade dessas pessoas, porque estamos a proporcionar-lhes trabalho, não é?” (TL1)

“Sim. Claro que se criar emprego, se ajudar a fixar aqui pessoas, jovens daqui ou trazer pessoas de fora para aqui, contrariando, digamos, o envelhecimento aqui das populações, a desertificação do meio rural, isso acaba por contribuir para a felicidade da população local.” (TL2)

“Eh...com certeza. As pessoas não têm que se desenraizar, e portanto, eh...quem não quer ser desenraizado, porque há pessoas que nascem num local e o mais que querem é sair dele, como é evidente (...). E portanto, quem não tiver que sair, por virtude de encontrar a sua ocupação profissional junto da Tomelo, certamente que se vai sentir feliz por isso, e do nosso ponto de vista, pois certamente, teremos agrado em contribuir para que isso seja possível, não é?” (TL3)

“Sim. Eh...basta vermos (...), eu se lhe perguntar ‘acha que o nosso país é um país feliz ou é um país infeliz?’ É um país infeliz, não é? (...), Porque...eh...não existe esperança, não existe trabalho (...). Se a Tomelo desempenhar um trabalho que...que...que realize os anseios profissionais dos nossos jovens, é óbvio que temos uma comunidade feliz, porque temos uma comunidade realizada.” (PL1)

“Sim, claro. Porque as famílias podem ficar juntas. (...). Os jovens acabam por ter de sair para fora daqui, porque não têm postos de trabalho aqui; nós também temos tido o cuidado de tentar arranjar postos de trabalho, por isso criámos aqui algumas... alguns atrativos para os jovens. Não tem sido o suficiente e muitos têm saído: saem os meus filhos, saem os filhos dos meus amigos, enfim...” (PL3)

“Claro que sim (...). As pessoas, se tiverem, ehh... dentro das suas raízes, se tiverem um emprego, se ‘tiverem’ confortáveis com a vida, eh...tudo aumenta para que sejam felizes, não é?” (PP1)

“Ui...isso era ‘ouro sobre azul’. Nós, qualquer empresa que promova e incentive que os jovens fiquem na terra, era ‘ouro sobre azul’.” (PP2)

“Ai, isso então ainda era melhor. Além de sermos poucos, se criassem cá postos de trabalho, melhor era. Até poucos que trabalhamos já não íamos ‘a’ trabalhar mais lá fora, não é, já ficávamos na aldeia.” (PP3)

Um entrevistado concordou, mas acrescentou a viabilidade do ciclo económico como condição para a continuidade do projeto:

“Claramente! Repare uma coisa: a partir do momento em que você eh...tem, eh...uma associação destas tão tolerada numa aldeia como esta, Atenor, eh...já estão a contribuir para a felicidade, não é? Agora, eu vou dizer uma coisa que pode ser um bocadinho chocante, tem que...tem que haver sempre aqui alguma ambição de rentabilidade (...). Porque depois a rentabilidade gera capacidade de investimento, que gera capacidade de investimento. Tudo isto, bem gerido dentro dos parâmetros, gera capacidade de inovação, eh...se gera capacidade de inovação, gera capacidade de diferenciação, se gera capacidade de diferenciação, gera diversificação dos produtos e maior oferta. Se existe maior oferta, existem mais consumidores, se existem mais consumidores, existe maior propagação dos valores da terra, maior atração, mais gente.” (PL2)

Quando se perguntou se a *Tomelo*, efetivamente, aposta na criação de emprego, na revitalização da região e na fixação das gerações mais novas, as respostas pautaram-se pela quase unanimidade:

“Sim, sim. Tenta fazê-lo.” (TL2)

“Faz. Com certeza.” (TL3)

“Sim. A Tomelo, neste momento, está a transferir eh...alguns postos de trabalho e está a criar mais postos de trabalho aqui nesta...nesta aldeia (Atenor).” (PL1)

“ Sim, direta ou indiretamente, ajuda. Por exemplo, eu se calhar, aqui com os sabonetes da Bárbara consigo, eu...eu, se calhar, rentabilizar mais um bocadinho a minha loja.” (PP1)

Ainda assim, há quem alegue não ter informações suficientes para dizer que a Tomelo o faz:

“Eu sei que a Tomelo tem três funcionários e os três funcionários são os gerentes (...). Eu não conheço mais ninguém.” (PP2)

IX.5.3 – Articulação entre a Atividade da Tomelo e um Melhor Conhecimento do Nordeste Transmontano, seus Produtos e Cultura

Os participantes concordaram que, se a Tomelo permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos e cultura, isso trará mais felicidade aos habitantes e à região. Os sócios da Tomelo admitiram que essa notoriedade também os faz mais felizes a si:

“É evidente que (...) cada vez que a Tomelo é alvo de alguma notícia, de algum, eh...é claro que a notícia proporciona sempre, eh...o surgimento de imagens da aldeia e a interação com a população eh...é evidente que isso...pelo menos, eu sinto-me feliz. Por aquilo que vejo, as pessoas também que ‘interagem’ nessas notícias, também se sentem felizes.” (TL1)

“Sim, acho que pode trazer. Não digo a toda a gente, porque a maior parte das pessoas não chega, sequer, a ter conhecimento disso, mas algumas pessoas, sim, que tenham acesso melhor a essa informação, poderá trazer alguma ‘pinguinha’ de felicidade (risos).” (TL2)

“Eh...com certeza. As pessoas não têm que se desenraizar (...), quem não quer ser desenraizado (...). E portanto, quem não tiver que sair por virtude de encontrar a sua ocupação profissional junto da Tomelo, certamente que se vai sentir feliz por isso (...). Teremos agrado em contribuir para que isso seja possível, não é?” (TL3)

“*Sim (...). Se há uma empresa (...) que (...) leva a nossa cultura, e que nos traz daí também alguns proveitos, é óbvio que esta comunidade será eh...feliz, claro que sim.*” (PL1)

“*Não tenho dúvida nenhuma (...). Claramente (...). Sim. Quando eu lhe disse que comecei a tomar conhecimento disto, pela presença que ‘eles’ têm nos meios de comunicação, claramente o faz, não é? Agora, podíamos discutir é se é da forma mais eficaz ou não é da forma mais eficaz, eh...isto é outra discussão. Agora, o certo é que ‘eles’ têm que ser premiados pelo facto de já ‘lá’ estarem, não é?*” (PL2)

“*É aquilo que eu digo, traz, porque pode trazer gente. Nós, como disse, temos infraestruturas, todas as infraestruturas que, no fundo, me parecem a mim que são necessárias.*” (PL3)

“*Sim, claro que sim! (...) É sempre bom ser conhecido, tem uma imagem de marca, uma referência, não é? Miranda é...ehhh...digamos que é um ponto de partida para que as pessoas visitem a terra, conheçam a gastronomia, conheçam a cultura; daí, se calhar, mais se vende, mais se compra, mais se movimenta o dinheiro e...e...depois, ‘prontos’, o dinheiro ajuda na felicidade, mais uma vez (risos).*” (PP1)

“*É assim, eu sei que ‘eles’ exportam bastante os sabonetes, não sei como os exportam. É assim, se quando ‘eles’ estiverem a vender o sabonete, se ‘ele’ com o sabonete conseguirem vender tudo o que envolve o Nordeste Transmontano, isso era ‘ouro sobre azul’.*” (PP2)

“*Então, não trazia? Trazia, sim senhora! (...). Olhe, porque temos...tínhamos ‘orgulhos’. Víamos aquelas coisas lá fora: ‘Olha, isto é da minha aldeia’.*” (PP3)

Todos os inquiridos à exceção de um pensa que a *Tomelo* faz essa divulgação do Nordeste Transmontano, dos seus produtos e cultura:

“*Sim, sem dúvida. Tenta fazê-lo sempre.*” (TL2)

“*Sim, sim, porque eles têm uma página na internet e...e ‘prontos’, sei que fazem sempre a referência ah...que o leite de burra é recolhido nas terras de Miranda.*” (PP1)

“Pelo que eu vejo quando ‘eles’ vendem o sabonete, por exemplo, eu vejo-os vender aqui no distrito, eu não vejo que ‘eles’ vendam isso (...). Não sei. Não posso dizer que o fazem. Se o fazem, eu não sei é como.” (PP2)

IX.6 - Concepções e Percepções de Bem-Estar

A generalidade das pessoas inquiridas considerara ser mais fácil responder ao que é para si o bem-estar do que a felicidade. Algumas estabeleceram a relação entre ambos os conceitos, considerando que existe uma série de variáveis diferentes na percepção do bem-estar. De qualquer modo, sobressai o “estar bem”, sentir-se ajustado ao meio envolvente e aos outros:

“O bem-estar é a conjugação de uma série de fatores, sobretudo, eh...é a integração no meio onde vivemos e...quando lhe agregamos a felicidade, eh... É estarmos bem, é sentirmos prazer de nos relacionarmos com...com as pessoas e com o meio onde estamos.”

(TL1)

A maior “facilidade” em dizer o que é o bem-estar advém do facto de ser “menos subjetivo” e “mutante”. É não ter “doenças” nem “carências”:

“Bem, isso é mais fácil de responder do que a felicidade (risos) O bem-estar é estar bem. Eh... a felicidade é um conceito filosófico, absolutamente. E, não só é um conceito filosófico, porquanto é mutante em cada pessoa, eh...e é mutante em cada momento, porque para a mesma pessoa em cada momento, pode ter significados diferentes (...). O bem-estar é muito mais simples de responder. O bem-estar é estar bem, é não estar mal. É não ter doenças, é não ter carências, é não ter preocupações.” (TL2)

Diferentemente, uma participante considerou ser difícil responder, e que, por um lado, o conceito de bem-estar é mais subjetivo do que o de felicidade, devido à panóplia de aspetos que lhe estão associados. Mas, reconheceu que o bem-estar está mais ligado à posse de bens materiais. Por outro lado, a felicidade torna-se num conceito mais subjetivo porquanto diz respeito a aspetos não materiais e portanto, mais pessoais:

“É complicado...É assim, quando perguntam o que é a felicidade e quando perguntam o que é o bem-estar, normalmente nós dizemos que é mais ou menos a mesma coisa;

não é. É assim, para mim o bem-estar (...) é ter trabalho, é...ter o meu salário no final do mês e é poder fazer uma compra...como é que eu hei de dizer...supérflua quando me apetece (...). Mas, e...é diferente, é muito diferente da felicidade, muito, muito (...), porque para mim o bem-estar é uma coisa, para o outro pode ser outra e, às vezes, o conceito de felicidade é quase para todos igual (...). É mais...é mais objetivo, é diferente. O bem-estar é mais relacionado com coisas materiais, é diferente, enquanto a felicidade, não; é mais subjetiva porque está ligada a coisas não materiais.” (PP2)

Para uma interveniente, esta questão pareceu superar em dificuldade as anteriores:

“Sei lá o que é o bem-estar (risos). É tão difícil de responder! Não sei (hesitação). É que, realmente, uma pessoa feliz, às vezes ainda se pergunta: ‘será que sou feliz, será que não sou feliz?’, agora, o bem-estar...será que...sei lá, o sentir-me bem (...). Não sei, lembro-me de...pronto, sentir-me bem, sentir-me realizada, eh...sei lá...sentir-me integrada numa população, aqui na aldeia, eh...um pouco isso.” (TL2)

Além de significar “sentir-se” bem, houve quem associasse o bem-estar à estabilidade laboral e às expectativas positivas em reação às potencialidades da região...

“Para mim, o bem-estar resume-se em três coisas: primeiro, eh...sentirmo-nos bem onde estamos, termos trabalho, eh...e a terceira, eh...sentirmos que esta...esta região onde estamos tem futuro.” (PL1)

...e à estabilidade económica e “qualidade de vida”:

“O bem-estar (...) olhe, se a gente tiver eh...um emprego, uma estabilidade económica boa (...). Aqui em Miranda, nós temos tudo perto; eu estou a cinco minutos do emprego, não é? Isso é que é qualidade de vida e é bem-estar.” (PP1)

Um dos participantes equiparou o bem-estar a uma forma de felicidade coletiva:

“Bom, eh...entre felicidade e bem-estar, ah... eu acho que há ali alguma...alguma...alguma...há ali pontos de interseção, não é? (...). Aquela diferença que me

ocorre é que quando a felicidade não é tanto individual mas é, eh...mais coletiva, então estamos a falar de bem-estar.” (PL2)

Outro, considerou que o bem-estar é uma procura diária, que contribui, também, para a felicidade:

“Pronto, para nós o bem-estar é aquilo que nos faz também felizes, (...) aquilo que nós procuramos no dia-a-dia, o nosso bem-estar.” (PL3)

O bem-estar como resultado do conforto do lar:

“Sei lá o que é que é o bem-estar. Olhe, o bem-estar é eu estar agora, assim bem instalada, bem sentada (risos).” (PP3)

A partir das informações obtidas, elaborou-se a Tabela 4:

Tabela 4 – Concepções e percepções de bem-estar

Concepções e percepções de bem-estar	TL1	TL2	TL3	PL1	PL2	PL3	PP1	PP2	PP3
É a conjugação de uma série de fatores	X								
É estarmos bem, relacionarmo-nos com os outros e com o meio envolvente de modo harmonioso	X	X		X					
É não ter doenças, nem carências, nem preocupações			X						
É ter emprego, salário e poder fazer uma “extravagância” de vez em quando				X			X	X	
É ter qualidade de vida							X		
É uma forma de felicidade coletiva					X				
É uma procura diária						X			

É usufruir do conforto do seu lar									X
É mais fácil responder ao que é o bem-estar do que a felicidade			X						
É mais difícil responder ao que é o bem-estar do que a felicidade		X							
Existe uma articulação entre a felicidade e o bem-estar					X	X			

Fonte: entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo

IX.7 – Valor, Relevância e Importância do Bem-Estar

IX.7.1 – A Importância do Bem-Estar no Dia-a-Dia, no Trabalho e na Relação com os Outros

Embora a um nível diferente e com menos “profundidade” do que em relação à felicidade, os entrevistados concordaram que o bem-estar é bastante importante no seu dia-a-dia, no seu trabalho e nas relações que mantêm:

“Sim, sim. É assim, porque se uma pessoa está bem com a vida, também não anda aqui a barafustar com ninguém, não é?” (PP1)

Houve, inclusivamente, quem apontasse o bem-estar como a base a partir da qual a felicidade é possível:

“Repara, o bem-estar provoca tudo o resto, se te sentires bem, sentes-te feliz; se te sentires feliz, eh...é porque estás bem...Sei lá, o bem-estar, olha ehhh...é poder estar aqui, debaixo...debaixo deste freixo (...).” (TL1)

“Ai, sem sombra de dúvida. Se não, uma pessoa não vive (...), se não estiver num estado de bem-estar, as preocupações são tantas que o conceito de felicidade não existe.”

(PP2)

E quem referisse que é “sentir-se aceite” e “sentir que se está a ajudar”:

“Sim, lá está; sei lá, no contacto no dia-a-dia, no contacto com as pessoas...uma pessoa sentir-se bem, sentir-se aceite, sentir que está a ajudar, que está...” (TL2)

E também, quem creia que teria mais bem-estar se tivesse menos preocupações:

“Sim, absolutamente (...). No meu dia-a-dia? Bom, gostava de ter mais bem-estar do que o que tenho (risos) (...). Menos preocupações.” (TL3)

Um dos entrevistados insistiu na relação entre o bem-estar e a felicidade, considerando que, se as pessoas não se sentirem bem, não poderão ser produtivas nem funcionais, nem conseguirão relacionar-se de modo saudável:

“Sim. O bem-estar e a felicidade andam de mãos dadas. Se a felicidade é importante, o bem-estar vem logo a seguir, e portanto, é importantíssimo para tudo. As pessoas, se não estiverem bem, não conseguem produzir, não se conseguem relacionar bem, não conseguem criar um ambiente eh...que proporcione coisas boas (...).” (PL1)

Para outro participante, o bem-estar diário deve traduzir preocupação com o próximo:

“Eu...eu...Se entendermos, então, o conceito de bem-estar do ponto de vista coletivo, eu acho que sempre me preocupei com o bem-estar das pessoas, não é? Sempre olhei para isto como...como uma causa, não é? Obviamente que tratei da minha vida pessoal e orientei-a mas sempre olhei para os outros. Eh...tenho formação católica e...eh...a palavra compaixão para mim...mas, sempre temos interesse em perceber que o ‘outro’ também está bem, não é?” (PL2)

O bem-estar no dia-a-dia passa por ter saúde, estar bem consigo e com os outros, mas também, sentir-se integrado no meio envolvente e ser útil à sociedade:

“É muito importante (...). Eh...o bem-estar é, de facto, não só a saúde, mas também sentirmo-nos bem no local onde ‘é que’ vivemos, eh...sentirmos que estamos realizados, sentir que, de facto, somos úteis à sociedade. É o bem-estar, o estar bem connosco próprios e estar bem com os outros.” (PL3)

“Sim, acho que sim (...). O meu bem-estar é uma pessoa estar com saúde, não ter dores. Eu acho que...se eu ‘andiver’ todo o dia a trabalhar, se não tiver dores, não tiver nada, já estou satisfeita.” (PP3)

Quanto à importância do bem-estar no trabalho e na relação com os outros, as respostas não diferem muito:

“Claro que sim. Se nós estivermos bem, eh...é evidente que o trabalho resulta muito melhor, não é? É natural que nos sintamos muito mais felizes, eh... e tudo o resto vem com ‘muito’ mais facilidade, com ‘muito’ mais rapidez...Temos mais prazer em fazer tudo, não é?” (TL1)

“O sentir que se está a contribuir com algo para as outras pessoas, que se está...eh (...) que se está a fazer algo que também é aceite pelas outras pessoas...” (TL2)

“É. Uma pessoa tem de se sentir bem; tem que sentir que, de facto, está...está a realizar-se, que está motivado e que está a fazer aquilo que é necessário fazer. Essa parte é importante (...). E também, o bem-estar é, quando, de facto, uma pessoa entende que está a ver bem uma determinada situação e consegue que eh...a pessoa com quem fala, lhe faça ver que a situação não é assim, e nós conseguirmos corrigir, ou pelo menos, alterar o nosso pensamento.” (PL3)

“Sim. É assim, se as pessoas sentirem que a gente os trata bem, que os acolhe bem e que se sentem bem acolhidos, já têm bem-estar, não é?” (PP1)

“Ah, o bem-estar é correr o trabalho bem. Estar a pessoa a trabalhar e o...o trabalho se for bem... assim, bem feito, que ‘le’ agrade ao patrão, já é o bem-estar (...). O bem-estar é, eh...conversarmos bem uns com os outros...” (PP3)

IX.7.2 – Articulação entre o Bem-Estar e o Nordeste Transmontano

Todos os inquiridos responderam que tinham incomparavelmente mais bem-estar por viverem no Nordeste Transmontano, porque se sentem melhor aí e porque têm um conjunto de condições, de recursos e de meios que não encontram em outros locais:

“Sim, sim. É claro que...era aquilo que dizia relativamente à felicidade, é...a resposta pode-se aplicar para o...para o bem-estar porque, eh...há uma canção, acho que é do Zeca Afonso, que explica precisamente isso, acho que nós nos sentimos...ou, deveríamos viver onde nos sentimos bem; o bem-estar é a conjugação desses fatores todos: felicidade, bem-estar...”

(TL1)

“Sim. Sim. Mas lá está... (risos). Eu, para mim, é um pouco como a felicidade.”

(TL2)

“Tenho mais bem-estar quando lá estou, sim.”

(TL3)

“Sim, eh...Claro que sim, claro que sim. Não me sentiria tão...tão...tão realizado e tão bem com esta...com esta noção de bem-estar se não estivesse na aldeia, nesta aldeia, mas também porque esta aldeia tem conseguido coisas importantíssimas e que nos têm proporcionado esse mesmo bem-estar (...). Não vejo onde poderia estar melhor ou mais feliz eh...noutro sítio qualquer, Porto, Lisboa, outra grande cidade. Não consigo...não consigo imaginar.”

(PL1)

“Desde o momento que tenha aqui o meu trabalhinho, ‘pra’ trabalhar, para ganhar o meu dinheirinho...tenho a minha hortinha ‘pra’ tratar, ‘pra’ colher os meus frutos para eu comer, já me sinto...aqui bem.”

(PP3)

O Nordeste Transmontano como espaço topofílico e feliz, ao qual se volta depois de uma vida repartida por outros lados:

“O meu nível de bem-estar vai ser condicionado por viver no Nordeste, porque eu quero ter aqui a vida que sempre desejei.”

(PL2)

A proximidade de “tudo” e a “tudo:

“Pronto, eu penso que o viver aqui no Nordeste, o viver em Santulhão, eh...o meu bem-estar é superior a ter que viver numa grande cidade, sim. Eh...isto porque uma pessoa se sente bem aqui e se calhar numa grande cidade, não se sentiria tão bem (...). A diferença de facto...do bem-estar é que estamos num local onde acabamos por ter tudo.” (PL3)

A serenidade do ambiente rural ou de uma cidade pequena, por oposição ao bulício das grandes urbes:

“Eu fui estudar para o Porto e ‘tive’ lá três meses e é assim, eu ‘tive’ lá um ano e meio, mas é assim, eu se tivesse três fins-de-semana sem vir a Miranda, para mim era matar-me porque...era doentio (...) é muito stressante a cidade, não é? (...). Também gosto da confusão, mas acho que... para mim, o bem-estar é em Miranda.” (PP1)

O melhor controlo dos gastos, que a proximidade torna possível:

Ah, sem sombra de dúvida, tenho mais (...). É assim, eu tenho uma vida muito mais...desafogada porque vivo aqui, sem sombra de dúvida. Eu, noutra local, o ordenado que eu ganho não chegava para pagar a renda.” (PP2)

Os dados apresentados foram sintetizados na Tabela 5:

Tabela 5 – Articulação entre o bem-estar e o Nordeste Transmontano

Articulação entre o bem-estar e o Nordeste Transmontano	TL1	TL2	TL3	PL1	PL2	PL3	PP1	PP2	PP3
Tem mais bem-estar por viver no Nordeste Transmontano	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tal como em relação à felicidade, é viver num local onde é possível sentir-se bem	X	X							
É possível conseguir coisas importantes nas aldeias e pequenas vilas				X					

No Nordeste Transmontano a vida é mais calma, tudo é próximo e sem os problemas das grandes cidades				X			X	X	
É possível ter trabalho e um bom nível de vida aceitável, em Trás-os-Montes								X	X
É o sítio onde se pode praticar a agricultura de subsistência e ter produtos caseiros									X
É o lugar das raízes, onde se quer voltar					X				

Fonte: entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo.

IX.7.3 – A Importância do Bem-Estar para o Poder Local, as Instituições e as Empresas

No que se refere à importância do bem-estar para o poder local, as opiniões foram consensuais:

“Claro que sim, acho que é importante.” (TL1)

“Sim, claro que sim. Claro que sim.” (PL1)

“Mais uma vez, isso tem de ser um dado. Mais uma vez, eu acho que isso nem se responde, nem se discute, tem de ser um dado, tem de ser assim, não é?” (PL2)

“Claro que sim. É assim, se as pessoas estiverem em sintonia (...), se houver um bom diálogo entre a população e a Câmara, às vezes, há problemas que se podem resolver mais facilmente.” (PP1)

Indo mais longe, houve quem referisse que, se não promover o bem-estar da população, o poder acabará por carecer de apoios e de votos:

“Ai, é. Sem sombra de dúvida. Sem o bem-estar, ‘eles’ não tem o voto.” (PP2)

Um dos participantes sublinhou a necessidade de cumprimento das responsabilidades sociais por parte do poder local, para que se possa travar o êxodo da região:

“É muito importante (...) que as pessoas se sintam bem, que estejam bem ehhh...para continuarem a querer estar aqui e não querer fugir daqui (...). Nós, com a parte social, também temos cuidado; as nossas crianças aqui têm tudo, desde transporte, alimentação, damos-lhes tudo (...). E mesmo as pessoas de...de alguma idade, a recuperação das casas, eh...fazer-lhes casa de banho (...), também nunca esquecemos tudo isso (...). Nós temos eh...ehhh, aqueles valores a que temos direito na ‘Operação Norte’ (Programa Operacional da Região do Norte).” (PL3)

Uma entrevistada concluiu que ao poder local interessará mais o bem-estar dos cidadãos do que propriamente a felicidade:

“Sim, eu...eu...agora, raciocinando um pouco melhor sobre isso, o bem-estar também pode passar, digamos, por as pessoas sentirem que têm condições, boas condições para viver, condições de saúde, de educação...e...e, se calhar, isso são algumas das questões que...pronto, que preocupam ou para as quais trabalha o poder local, digamos. Por isso, em relação a isso, acho que ‘lhes’ preocupa mais o bem-estar da população do que a felicidade.” (TL2)

Diferentemente, um dos participantes advertiu que era necessário identificar bem a que poder local se está a fazer referência:

“Eu, pessoalmente, entendo a região como um todo, embora ela esteja administrativamente dividida. Eh...na divisão administrativa ‘Vimioso’, sim. Penso que, efetivamente, essa é uma preocupação. Na divisão administrativa ‘Miranda’ (do Douro), penso que não, porque é gerida por gente hipócrita, com objetivos pessoais que transcendem, eh...os interesses da população (...). Aquilo é...vamos lá a ver, não é um ato de servir, é um ato de servir-se, é um negócio, um objetivo de vida, e por isso, eh...Mas isso não é só em Miranda do Douro, é o nosso país em geral.” (TL3)

O poder local mais atento parece ser aquele com quem se estabelecem relações de maior proximidade:

“Aqui, o Presidente da Junta... sim. O Presidente de Miranda (...), não sei se se preocupa com as pessoas das aldeias, nem da cidade, nem de nada. Isso não lhe posso dizer nada.” (PP3)

As respostas quanto ao interesse das instituições e das empresas pelo bem-estar da população local denotam um pouco menos consenso:

“Ehhh...é claro que o bem-estar é importante para as...as entidades locais e essas entidades locais proporcionam precisamente isso (...). De facto, se há um...bem-estar material, é evidente que o resto também vem por acréscimo, porque se as pessoas estão...têm...têm...estão bem materialmente, acabam por investir, gastar. É evidente que é importante para as empresas, é óbvio.” (TL1)

“Sim, absolutamente. Sim, absolutamente. Oh, porque se vê pessoas empenhadas em encontrar soluções para pessoas com problemas, porque se vê movimentos de ordem cultural ou de ordem solidária (...), por exemplo, enfermeiras para atender pessoas de 3ª idade que não se podem mover ou sair de casa, porque há toda uma série de iniciativas que visam, justamente, suprir aquilo que o poder municipal devia fazer e não faz (...). Não será uma empresa rentável, não produzirá aquilo que deveria produzir (...); no geral (...), eu acho que para todas é necessário o bem-estar.” (TL3)

“Sim. É assim, porque olhe, se os residentes ‘tiverem’ bem, se tiverem emprego, pagam as suas continhas, eh...por exemplo, às Finanças, à Segurança social (...).” (PP2)

“Há...há organizações que têm mais vocação e outras têm menos vocação, não é? Se falarmos nas Instituições de Solidariedade Social, ‘eles’ terão mais vocação agora, todas as empresas, todas as entidades da atividade económica, têm de ter isso como objetivo. Claramente. E se não têm, eh...alguma coisa se passa (...).” (PL2)

O mesmo participante nota que, partindo do princípio que o bem-estar é equivalente à felicidade coletiva, se as empresas não o promoverem, não serão viáveis nem autossustentáveis:

“Quer dizer, o que diferencia e que é a base da nossa discussão aqui, da conversa, a felicidade mais do ponto de vista individual e o bem-estar mais, felicidade do ponto de vista coletivo. Estas empresas têm de buscar isso, se não são erradas, não se autossustentam e têm de se ir embora (...). E veja, hoje está de moda a proteção meio-ambiental e tudo...todo o impacto social que uma empresa tem na região tem de ser cumprido, não é?” (PL2)

No entanto, alguns vão mais longe e creem que para as empresas, o lucro é a principal motivação:

“Pois, aí volto a dizer que tenho as minhas dúvidas. Porque empresas são empresas. Os interesses que movem as empresas, por vezes são distintos ou antagónicos em relação aos interesses das pessoas, porque as empresas sobretudo têm de ter eh...resultados financeiros; se não deixam de ser empresas, não é?” (TL3)

“Sim...algumas (empresas). Mas, acho que, nesse sentido, as pessoas aqui é cada um por si e é assim um bocado ‘ah, eu pago-lhe o salário’ e...não há assim muita...” (PP2)

Ainda assim, uma participante não é tão perentória:

“Oh, pois, as empresas o que quererão é ganhar dinheiro (...) mas, se não se preocupassem, não davam emprego às pessoas, não é? (...). Porque há empresas que são...são familiares, tem lá muitos familiares a trabalhar, e ainda metem pessoas das aldeias.” (PP3)

Também aqui, houve quem diferenciasse o interesse pelo bem-estar do interesse pela felicidade:

“Sim, também (...). Por exemplo, pensando em (...) os Centros de Dia, os lares de terceira idade (...) também se preocupam mais com o bem-estar das pessoas (...) do que propriamente com a felicidade, não é? (...) O estado de felicidade das pessoas (...) é uma coisa mais própria, mais genuína, mais...tem a ver mais com emoções e com...,é mais pessoal. Da parte das associações, a mesma coisa (...). A associação

Lérica...Lérias, de música tradicional (...) está a criar um pouco condições para as crianças, para os jovens aprenderem a tocar os instrumentos tradicionais (...). E mesmo com a Associação 'dos burros', a AEPGA (Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino), não é, ao tratar dos animais das pessoas, ao dar algum apoio aos criadores, e isso. Nesse sentido, acho que sim (...). (Em relação às empresas), talvez um pouco, mas mais (...) na parte de criação de emprego, condições de trabalho, condições para a fixação das...de pessoas vindas de fora (...). Em relação à felicidade, de...por causa da divulgação da cultura, das tradições, das raças (...), aí, parece-me mais, se calhar, que influencia a nível da felicidade (...) do que do bem-estar.” (TL2)

IX.8 – Relação entre a Perceção do Bem-Estar, a Identidade e o Património Material e Imaterial da Região

Tal como sucedeu no caso da felicidade, também aqui pretendeu averiguar-se se a preservação dos saberes, das práticas, das espécies autóctones e de todo o património natural e cultural do Nordeste Transmontano poderia aportar mais bem-estar para os habitantes locais, e em que medida. As respostas foram todas afirmativas, embora as razões apontadas pudessem divergir:

“Sim (...), porque repara, quando nos sentimos bem, isso provoca-nos um...isso é bem-estar, não é?” (TL1)

A partilha da identidade e do património gera maior abertura ao exterior, possível pela interação com quem vem visitar, conhecer e aprender:

“Traz, claro. Se isso tudo for promovido fora da localidade, fora do nosso distrito, as pessoas acabam por vir querer conhecer tanto a cultura como a tradição. Tudo isto traz movimento a uma localidade, traz outros conhecimentos a uma localidade, e isso vai ajudar, sem sombra de dúvida, no bem-estar da localidade.” (PP2)

E ajuda a que as gerações mais novas possam reconhecer-se nessa identidade e nesse património, desejando perpetuá-lo:

“Sim. Isso não sei explicar (risos). Olhe, quando eu era miúda, e sou dali de uma aldeia pegada a Miranda do Douro (...), íamos as raparigas das aldeias ou outras pessoas a Miranda, logo diziam: «Olha, lá vem o ‘palhanre’, falando o ‘palhanre’», porque falávamos o mirandês (...). E a gente queria falar, eh ‘fidalgo’ quando íamos a Miranda, e não éramos capazes, em crianças (...). Só as pessoas das aldeias é que ‘falávamos’ o mirandês (...). Agora...agora, já encontram graça...agora, já os mais novos querem falar mas não sabem falar tão bem com’ os velhos. É (importante manter os saberes antigos). É para o bem-estar das pessoas e para dar conhecimento aos mais novos. “ (PP3)

Uma entrevistada pensa que, mais do que o bem-estar, está aqui em causa a felicidade:

“Eu não diria tanto bem-estar, diria mais felicidade (...). Porque as pessoas, ao tomarem conhecimento disso, se calhar, dá-lhes um bocadinho de orgulho, um bocadinho de felicidade, não é, saber que se está a transmitir essas coisas para fora, e para...o bem-estar, propriamente, acho que não.” (TL2)

Mas há, igualmente, quem conceba o sentido de identidade e o património material e imaterial do Nordeste Transmontano como “motor financeiro” que alimenta a região:

“Sim. Sim, claro (...). É possivelmente, ou pode ser possivelmente um dos grandes motores financeiros do concelho, independentemente das questões financeiras, por questões de identidade e por questões de orgulho próprio, de autonomia, de...enfim...daquilo que as pessoas são porque são, não é?” (TL3)

Pode, ainda, ser fonte de orgulho e reforço do sentido único de identidade, quer em termos individuais, quer coletivos:

“Traz com certeza absoluta! Eh...aquilo que nos...nos faz...aquilo que nos faz ser aquilo que nós somos hoje, é essa...é essa culturas, essa raízes, esse conhecimento, essa língua. Tudo. Ehhh...é tudo isso, basicamente; é a nossa cultura que nos faz ser tão sólidos, como nós, os Transmontanos e os Mirandeses, somos.” (PL1)

“Claro! Porque é a nossa terra e a nossa identidade, as nossas coisas, não é?” (PP1)

A vertente material e imaterial do património é também percebida como aquilo que “não tem preço”, embora deva ser rentabilizado para poder continuar a ser preservado:

“Claro que sim (...). Aqui há (...) a satisfação material e a satisfação imaterial, não é? É gratificante você chegar a uma aldeia e ser cumprimentado em...em mirandês, não é? E isso é uma satisfação que não tem valor, que não se mede, não se quantifica. Mas, claramente, sim, não é? Portanto, e agora, temos depois o outro componente, não é? Aquilo que você pode rentabilizar...eh (...). Qual é a atividade económica que pode desenvolver pelo facto de estar a promover uma língua e isso, ser rentável, do ponto de vista monetário. Sê-lo por via direta. Quer uma coisa quer a outra, claramente são valores que têm de ser preservados (...), acarinhados para o futuro, para alcançar estes dois objetivos, sim.” (PL2)

“Para preservar a língua, eh...para preservar determinadas raças, é necessário, também, eh...que haja gente, que haja receitas, estou a falar receitas financeiras, para poder, no fundo, haver uma ajuda para quem cá está, para quem trata disso, para quem cuida disso, para quem, de facto, eh...para as pessoas que...no fundo...dão...dão...e preservam a língua, e tudo o que efetivamente ainda existe, eh...num estado de natureza pura, não é?” (PL3)

IX.9 – Articulação entre a Tomelo e o Bem-Estar

IX.9.1 - Compatibilização da Vertente Empresarial, com as Preocupações Éticas, a Preservação de Espécies autóctones, dos Saberes e das Práticas Locais

À pergunta se os entrevistados consideravam que, caso a Tomelo consiga compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação das espécies autóctones, dos saberes e das práticas, isso se traduz num maior bem-estar para a região, as respostas revelaram um acordo quase total, à exceção de um parecer.

Houve quem tivesse destacado a questão da identidade:

“Eh...Promove o bem-estar, sim, e promove a conservação e tudo isso quando nós temos, eh...repara, o facto de termos raças, espécies autóctones de, eh...de...de termos uma identidade, isso provoca-nos bem-estar, sentimo-nos...” (TL1)

E quem apontasse a *Tomelo*, caso o consiga fazer, como exemplo a seguir por permitir a divulgação da região, a fixação de pessoas e a promoção dos valores identitários:

“Sim. Se a Tomelo o conseguir fazer vingar e tiver sucesso a médio prazo com esse tipo de práticas, vai primeiro, ser exemplo demonstrativo, quase de caráter único; segundo, ao atingir os seus objetivos, estará a fixar pessoas na região e a contribuir para preservar os valores dessa região e logo, a identidade, também.” (TL3)

“Claro que sim! Com a criação de postos de trabalho, com...com...com o divulgar e o levar para além fronteiras do nome Atenor, das pessoas de Atenor, de uma raça que é nossa, eh...e também, com...com...com a valorização do nosso património, da nossa cultura, da nossa língua, da nossa música, daquilo que nós temos, que a Tomelo valoriza. Isso é óbvio que vai trazer bem-estar nas diferentes áreas.” (PL1)

“É assim, promove (o bem estar), porque promove a região e faz com que, realmente, sintam que Miranda está no mapa. (Miranda) estava esquecida, e também, por falta de acessos. Sim, sim, porque (...) são pessoas que falam com as pessoas, eh...nas aldeias, sabem como é que as pessoas faziam antigamente. Até explicam como devem fazer agora (...).” (PP1)

“Claro! Porque é o património daqui.” (PL3)

Um entrevistado referiu mesmo que, se a *Tomelo* não contribuísse para a promoção do bem-estar, não seria possível manter-se na região. Indo mais longe, afirmou que os aspetos em questão são “produtos” que é necessário saber “empacotar” e vender, mas sem os adulterar. Isto terá, naturalmente, impacto na economia local e contribuirá para aumentar o bem-estar das populações afetadas:

“Eh...a partir do momento em que ‘eles’, eh...afetam a coletividade, já promovem o bem-estar, não é? Repare (...), se não aumentassem o bem-estar, não é, ‘eles’ não estavam aqui, não é? Claramente (...). Eh...eu vou dizer alguma coisa que pode chocar os intelectuais, mas isto são produtos, não é? São produtos. E os produtos têm de ser ‘empacotados’ e têm de ser vendidos, está a ver? Se alguém os preservar, se alguém os tratar, se alguém os cuidar, se

alguém tiver a noção que, dentro desses valores, sem os adulterar se pode inovar, então, nós temos aqui um produto que, diferenciado, vai entrar naquilo que é o ciclo económico, e certamente, terá impacto direto e indireto na economia e aumentará necessariamente o bem-estar.” (PL2)

Segundo uma participante, o *marketing* ligado à *Tomelo* é muito apelativo e com ele, pode ser veiculada toda uma panóplia de práticas, saberes e tradições, permitindo um bom retorno à região:

“Sem sombra de dúvida (...). Ah...o marketing que ‘eles’ têm, que é realmente muito bom, se juntamente com esse marketing vai todo o saber de uma localidade, vai o peso das tradições de uma localidade, é normal que essa localidade venha a ganhar com isso. É normal porque existe sempre um retorno.” (PP2)

Dando um cunho muito pessoal à sua resposta, uma entrevistada admitiu que sim, porque conhece os sócios, são “boas pessoas” e “trazem movimento”:

Eu acho que sim (...). Olhe, não sei se...a sua pergunta nem sei se será aquilo que eu vou responder...Porque são bons vizinhos e dão-se bem com todas as pessoas (...). Porque traz (em) movimento!” (PP3)

Curiosamente, a opinião discordante vem da parte de um dos sócios da *Tomelo*, que admite que, mais do que o bem-estar, está em causa a promoção da felicidade:

“ Não. Acho que é mais para a felicidade (...). Não quer dizer que se não houvesse Tomelo a gente não estivesse aqui (...); mas por exemplo (...), aqui para Atenor vai vir mais um casal com filhos, quer dizer, no fundo, vai criar (...) condições para eles estarem aqui.” (TL2)

Dado o teor da informação recolhida, facilmente se conclui que, quando questionados se a *Tomelo* efetivamente compatibiliza a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação das espécies autóctones, dos saberes e das práticas, as respostas tenham sido quase todas de anuência, embora com algumas *nuances*:

“De facto, a Tomelo promove precisamente isso.” (TL1)

Há quem considere que, para o alcançar, a *Tomelo* terá de conseguir ter sucesso a médio prazo...

“Mas, para isso é preciso que tenha sucesso a médio prazo.” (TL3)

... E acompanhar as flutuações do ciclo económico, apostando na inovação e na reinvenção:

“Faz, exatamente. E eu acho que ‘eles’ têm de ser premiados (...). Eu...eu gostava que ‘eles’ percebessem que, na Economia não podem parar, não é? Na Economia, a maturidade dos produtos...quer dizer, você percebe que um produto é muito procurado, depois tem uma fase de estabilidade e depois tem uma fase de crescimento. Mas, a fase de estabilidade pode ter inflexões, não é? ‘Eles’ têm de ter sempre a noção (...) que é preciso sempre novas formas de apresentar as coisas, porque o mercado assim o exige, e saibam ‘eles’ inovar, reapresentar, reinventar e então, certamente vão ter sucesso (...) naquilo que querem fazer, não é?” (PL2)

Tal como se disse, uma das réplicas acaba por dar uma maior ênfase à felicidade:

“Faz, mas mais a felicidade.” (TL2)

E noutra, a entrevistada tem reservas que a *Tomelo* o faça:

“Não sei se o faz.” (PP2)

IX.9.2 – Articulação entre a Atividade da *Tomelo*, a Criação de Emprego, a Revitalização da Região e a Fixação das Gerações Jovens

Neste ponto, pretendeu averiguar-se se a *Tomelo* ajudasse a criar mais empregos, a revitalizar e dinamizar a região, permitindo a fixação dos jovens, isso poderia trazer mais bem-estar à região. Como aconteceu com o eixo da felicidade, as respostas dirigiram-se na totalidade para a aquiescência:

“Claro que sim. Porque contribuem para a economia da região, para a criação de emprego e para a fixação de pessoas.” (TL1)

“Sim, claro que sim. Claro que sim.”

(PL1)

“Pois, ajuda (...) desde que criem postos de trabalho e que ‘estejam’ cá, vai ajudar. Vai ajudar porque este concelho precisa de ter mais gente para viver e poder...poder...eh...com essa gente, criar uma dinâmica para ajudar em determinadas situações que só com essa dinâmica é que se consegue (...). É óbvio. Porque as pessoas têm trabalho e se sentem melhor.”

(PL3)

“Sim, claro que sim. Porque é desenvolvimento para a região, é emprego.”

(PP1)

“Ah, sim. Porque se ‘eles’ criam aqui emprego para as pessoas, é muito melhor, ‘de’ criar emprego na aldeia de que uma pessoa ir ‘lá fora’. Tanta gente vai daqui ‘pra’ Miranda, vai daqui ‘pro’ Mogadouro; ‘pra’ onde calha.”

(PP3)

À falta de capacidade competitiva, devido à localização mais privilegiada de outras empresas, é, contudo, possível apostar na genuinidade e na singularidade da região, conservando bem essa riqueza para não ser adulterada:

“Claramente, não é? (...). Veja a situação atual da...da economia, eh...do concelho. Nós (...) não temos muita (...) capacidade competitiva relativamente à localização de outras empresas. Nós temos... temos algumas capacidades que, provavelmente, podem ser exploradas, mas de uma forma imediata, esses são os produtos que nós temos, são genuínos, conhecemo-los bem, podemos trabalhá-los, podemos inovar, podemos empacotá-los e vender e estão aqui disponíveis, não é? Agora, temos que fazer isso sempre de uma forma muito profissional, muito estruturada, porque não podemos permitir que aquilo que recebemos de herança, de séculos, de um momento para o outro seja adulterado.”

(PL2)

Todavia, uma participante concordou que o bem-estar seria sobretudo dos jovens que não teriam necessidade de ver-se na iminência de ter de sair da sua terra natal:

“O bem-estar para esses jovens em si, não é? Para o resto da população, nem tanto, acho.”

(TL2)

Uma das respostas centra-se na mais-valia económica, uma vez que, se não saírem os mais novos, não terão de desenraizar-se, e mais impostos podem ser pagos na região:

“Sim, com certeza. Menos pessoas que saem, menos famílias separadas, menos pessoas desenraizadas, maior poder económico na região, mais impostos pagos na região, etc.”

(TL3)

No entender de uma entrevistada, a *Tomelo* é uma empresa com potencial e com uma boa máquina de *marketing*, mas não está virada para o empreendedorismo, ou pelo menos, não de uma forma ativa, porque “não se vê crescer”, e isso “prejudica a localidade” (Vimioso):

“Sem sombra de dúvida. Era ‘ouro sobre azul’ (...). Tudo, tudo, tudo o que possa fazer com que os jovens fiquem no interior do país...é ‘ouro sobre azul’ (...). Mas, uma zona assim não tem emprego (...). Por exemplo, a Tomelo é uma empresa com potencial. O problema é que essa empresa não está virada para o empreendedorismo, o que prejudica a localidade (...), porque não a vemos crescer (...). Nota-se, nota-se o marketing, nota-se a expansão do produto, não o empreendedorismo a nível local, isso não se nota.”

(PP2)

Quando se perguntou se a *Tomelo*, efetivamente, aposta na criação de emprego, na revitalização da região e na fixação das gerações mais novas, as respostas pautaram-se pela quase unanimidade.

“A Tomelo tenta fazê-lo. Exatamente.”

(TL3)

“Claramente o sabe fazer, claramente o tem feito eh...e eu espero que...isso é um bom desafio para ‘eles’, não é Têm de se reinventar sistematicamente porque os produtos não podem...não se...não sobrevivem permanentemente no mercado.”

(PL2)

“Sei, sim. Sei, porque ‘eles’ estão envolvidos em alguns projetos e...e ‘prontos’ têm criado alguns empregos.”

(PP1)

Na sequência do que já tinha mencionado, uma entrevistada acaba por confessar:

“ *Não sei. Não conheço.* ” (PP2)

Opinião diferente desta outra:

“ *Não sei, mas acho que sim.* ” (PP3)

IX.9.3 – Articulação entre a Atividade da *Tomelo* e um Melhor Conhecimento do Nordeste Transmontano, seus Produtos e Cultura

Mais uma vez, seguindo a senda das questões para o eixo da felicidade, também no que concerne ao eixo do bem-estar se quis saber se os entrevistados consideravam que, no caso de a *Tomelo* contribuir para um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos e da sua cultura, isso traria maior bem-estar à região. De novo, a quase totalidade das respostas foi entusiasticamente afirmativa, pelas mais-valias e dinamismo que tal pode aportar:

“ *Sem dúvida. Promovem-se os produtos e a região que lhes dá origem, e muitas pessoas a vão querer visitar. Isto claro que traz dinamismo, interesse e mais-valias, sem dúvida.* ” (TL1)

“ *sim!* ” (PL1)

“ *Claro, porque virá mais gente. As pessoas que cá estão terão...terão, porventura, mais receitas e...e...e, no fundo, eh...ajuda a que esta gente tenha mais atividade, não é?* ” (PL3)

Pode, inclusivamente, funcionar como mecanismo de *marketing*:

“ *Claramente, não é? Repare (...), se isso acontecer, você tem aí um veículo de comunicação grátis, não é? E portanto, dentro de um plano de marketing, é um elemento essencial de divulgação.* ” (PL2)

“ *Sim. Porque é assim, permite que, realmente, venham mais pessoas e que cada vez seja mais conhecida Miranda e...e...e ‘prontos’, haja mais...mais emprego, também.* ” (PP1)

“ *Sem sombra de dúvida.* ” (PP2)

Embora haja que prevenir a sobre-exploração e o turismo em excesso:

“*Sim. Absolutamente! Eh...correndo, embora, sempre o risco que é que a promoção do excesso da visitação possa destruir alguma coisa, mas estamos muito longe disso. Mas, sim, com certeza, a região precisa de ser conhecida, divulgada e canalizada quanto aos seus produtos em termos comerciais. Absolutamente.*” (TL3)

Uma entrevistada pareceu, inclusivamente, esquecer-se que estávamos a questioná-la acerca do bem-estar e não já da felicidade, embora isso possa denotar, mais uma vez, como os dois termos aparecem frequentemente relacionados:

“*Traz...Como ‘le’ hei de dizer? Se ‘lá fora’ souberem o que se passa aqui na aldeia, pois as pessoas d’ aqui, da aldeia...a aldeia fica feliz em saber que o que está a acontecer aqui é visto ‘lá fora’. Pois...*” (PP3)

Reiterando a sua opinião, um dos sócios da *Tomelo* acredita que, também neste ponto, mais do que o bem-estar, está em questão a felicidade:

“ *Não, felicidade.* ” (TL2)

Posto isto, foi perguntado se a *Tomelo* efetivamente contribuía para um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos e da sua cultura. As respostas foram maioritariamente afirmativas:

“*Sim. Sim.*” (TL2)

“ *Sim, sim. Claro.* ” (TL3)

“ *Claramente o faz, não é? Claramente o faz (...). Basta só a presença ‘deles’ em meios de comunicação para atraírem a atenção de quem os vê para...para a terra, e ciar apetência para ser visitada.* ” (PL2)

“Sim. De uma forma direta ou indireta, contribui.” (PP1)

Mas, uma entrevistada confessou que não sabe:

“ Não sei.” (PP2)

Já outra participante, pensa que sim, e aproveita para contar de que modo ela própria ganhou notoriedade a partir de atividades promovidas com a colaboração da *Tomelo*:

“Eu acho que sim (...). Agora, eu como já fiz aí na ‘Ronda das Adegas’, já fui entrevistada, já fui à televisão, já fui tudo...eu fiquei toda contente (...). Eu estava aqui, tão ‘tranquila’, a fazer o meu pão e tudo, quando chegam: ‘Olha, vi-te no Canadá; olha, vi-te na Alemanha’, os meus familiares, fiquei toda contente.” (PP3)

IX.10 - Conceções e Perceções de Sustentabilidade

Neste ponto, as réplicas dividiram-se entre os participantes que possuíam noções mais “alargadas” de sustentabilidade, os que a reconhecem maioritariamente sob a perspetiva do pilar económico, e os que, inicialmente, confessaram não possuir conhecimentos a este respeito.

Duas respostas fazem referência à sustentabilidade como a capacidade de explorar os recursos sem os sobre-explorar, o que permite a sua continuação no tempo:

“Sustentabilidade é a capacidade que temos para aproveitar um recurso usufruindo dele, mas preservando-o dando-lhe continuidade, nunca o destruir.” (TL1)

“A sustentabilidade...é (...) criar condições para perdurar ao longo do tempo. Eu acho...pronto, pela minha formação e isso (...), o que me vem primeiro à cabeça é a sustentabilidade ambiental, o ser sustentável a nível ambiental (...), trabalhar de forma a que não se esgotem os recursos, para se conseguir que...que a atividade, ou o projeto, o que seja, possa continuar ao longo do tempo. Agora, claro que para uma empresa, é...é igualmente importante a sustentabilidade económica.” (TL2)

Um entrevistado crê que o conceito de sustentabilidade é um pouco como o de felicidade, na medida em que em si mesmos não “dizem nada”. Só fazem sentido quando aplicados a algo. Mais, se atendermos ao princípio da entropia, tal como é usado na Termodinâmica, então caminhamos inclusivamente para a insustentabilidade e a desordem, sendo que as únicas opções disponíveis são retardar esse inevitável processo de entropia:

“Bem, aí é um pouco como a felicidade. A sustentabilidade em si própria não quer dizer nada. A gente, quando fala de sustentabilidade, tem que dizer sustentabilidade aplicada a alguma coisa (...). A médio prazo, sabemos que a entropia é um princípio físico que não falha. Portanto, caminhamos sempre para a insustentabilidade. De uma forma filosófica, a sustentabilidade não existe. O que podemos é adotar medidas par retardar o processo de entropia que é, justamente, aquilo que nós estamos a fazer.” (TL3)

A insuficiência e redutibilidade da exclusividade do aspeto económico na compreensão da sustentabilidade:

“Bom, quando ouço ‘sustentabilidade’, aquilo que me leva logo é a nível financeiro (...). Se uma empresa é sustentável...se se mantém ou se não se mantém. Mas, é claro que a sustentabilidade é muito mais...é muito mais abrangente do que a parte financeira. É na questão social, na questão cultural...” (PL1)

“Eu...estou a buscar um conceito que não seja estritamente económico, não é? Porque isso, às vezes, pode chocar. A sustentabilidade é a sua capacidade de sobrevivência. É...alguma coisa é sustentável quando sobrevive, não é? Hoje, os condicionamentos no exercício de uma atividade obrigam-na a ter lateralidade, ou seja, a ter uma visão periférica grande, porque não é só necessário ser rentável, não é? É preciso ser protetora do meio ambiente, de preservar, cuidar dos colaboradores, estar conforme a lei, eh...eh...Portanto, hoje (...), para sobreviver, para ser autossustentável, tem que eh...respeitar todos estes condicionalismos, se não, não consegue.” (PL2)

“Claro (que a sustentabilidade é importante). A sustentabilidade é uma ‘balança’ com três pratos e que todos devem estar ao mesmo nível. Mas, prevalece o financeiro. É terrível dizê-lo, mas é verdade.” (PP2)

A articulação entre a sustentabilidade, a capacidade de autonomia e a autossuficiência:

“Pois, para mim a sustentabilidade é, nós, concelho de Vimioso...conseguir criar condições para ser autónomo e poder com as receitas que existem no nosso concelho, viver sem ter que...sem ter que recorrer a terceiros. Ou seja, o nosso concelho ter o suficiente para a população se sentir aqui feliz.” (PL3)

Uma entrevistada considerou dever dar-se especial atenção à distribuição da riqueza, de subsídios e ajudas sociais, além de pensar ser importante uma boa gestão dos recursos naturais:

“É importante porque é importante preservar a natureza como uma parte ‘componente’ da sustentabilidade, não é? Tentar retirar recursos naturais e fazer deles sustento, não é? Mas, sem... ‘prontos’, sem que se estraguem as coisas (...). Depois, a questão, com exemplos da sustentabilidade social. É Muito importante, mesmo (...). Há pessoas que, se calhar, andam num bom Mercedes e, depois, sabe Deus, não é? Mas, também acho que, estar a tirar a...a...quem ganha 400 euros, estarem a fazer-lhe pagar uma taxa de 9 euros cada vez que vai às urgências, é injusto, não é? E depois, sei lá, estarem ali algumas pessoas a ganhar, no fundo, o Rendimento Mínimo Garantido e não fazerem ‘nenhum’...” (PP1)

Já outra participante, além de considerar ter sido fundamental apostar na preservação do “Burro de Miranda”, lamenta o facto de vários serviços públicos - como os de saúde - terem sido deslocalizados. Das suas palavras transparece a noção de que o equilíbrio é conseguir garantir o suficiente para suprir as necessidades básicas, ou como diz, “ganhar de manhã para gastar à noite”:

“É, sim senhora (...). Oh, o ‘Burro de Miranda’ já estava...como é que se diz, em ‘extinção’, que...voltou a vir o burro desde que veio para aqui a Associação (AEPGA) (...). Isso não, isso que não venham, por amor de Deus! (estragar e poluir a aldeia). Oh, acabar com o hospital...o hospital já acabaram. O que é bom já fugiu daqui (...). Nós somos pobres, mas como vamos ganhando de manhã e ‘comê-lo’ à noite, já nos sentimos felizes (...). Agora, se não tivermos nada, já a gente anda mais preocupada...” (PP3)

A partir da informação reunida elaborou-se a Tabela 6:

Tabela 6 – Concepções e percepções de sustentabilidade

Concepções e percepções de sustentabilidade	TL1	TL2	TL3	PL1	PL2	PL3	PP1	PP2	PP3
É a capacidade de aproveitar os recursos sem os destruir, permitindo que perdurem	X	X							
Para as empresas, é importante a viabilidade económica		X							
Mas, é redutor conceber a sustentabilidade apenas na perspectiva económica, sendo fundamentais os pilares ambiental e social				X	X		X	X	
Os conceitos de felicidade e sustentabilidade são em si mesmos, vazios, porque têm de ser aplicados a algo			X						
Atendendo ao princípio da entropia, caminhamos para a insustentabilidade e a desordem, podendo apenas tentar retardá-las			X						
Existe uma articulação entre sustentabilidade, autonomia e autossuficiência						X			
É proteger as espécies em risco e apostar na preservação ambiental									X
É garantir a satisfação das necessidades básicas									X

Fonte: entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo

IX.11 – Valor, Relevância e Importância da Sustentabilidade

IX.11.1 – A Importância da Sustentabilidade no Dia-a-Dia, no Trabalho e na Relação com os Outros

Quando questionados acerca do valor que a sustentabilidade possa ter e da importância e relevância no dia-a-dia, no trabalho e nas relações com os outros, todos os entrevistados anuíram. Ainda assim, é possível confirmar, quando confrontados com a sua própria realidade individual e social, os vários matizes que a sustentabilidade assume para estes sujeitos:

No que diz respeito à vivência diária, houve quem destacasse a necessidade de gestos decorrentes de uma consciência ecológica ativa:

“Sim. Independentemente do que queremos dar continuidade, sustentabilidade, penso que no meu dia-dia a sustentabilidade de um recurso passa por preservá-lo, assim a reciclagem e a reutilização estão sempre presente nos meus atos.” (TL1)

“(...) Está tudo muito interligado, não é? Ou seja, no dia-a-dia é importante. É importante manter as relações com as pessoas, com a família e com amigos (...). Claro que está sempre presente a sustentabilidade ambiental, eh...todas essas questões, não é? Com a reciclagem, com tudo - são tudo preocupações - com a poupança de energia, com tudo...são preocupações que nós temos, um pouco também pela nossa formação.” (TL2)

Todavia, a vertente económica parece sobressair, devido “aos tempos que correm”:

Sim, eu tenho que equilibrar as contas lá em casa. (risos) Lá vamos nós para o financeiro (...). (Não é só isso), é tudo. Por exemplo, nós lá em casa temos a sustentabilidade do trabalho de casa, cada um tem o seu (...), e eh...temos a sustentabilidade do ambiente, preocupamo-nos; fazemos a nossa separação do lixo, eh...e sem sombra de dúvida, a económica prevalece, sem sombra de dúvida, porque nos dias que correm, tem de prevalecer essa.” (PP2)

A preocupação em retardar o inevitável:

“Se a nossa ideia, antes de mais, antes de sermos seres humanos, somos seres vivos, e a ideia de qualquer ser vivo é morrer o mais tarde possível, normalmente, não é?” (TL3)

Um entrevistado sublinhou a necessidade de os projetos que possam surgir, estarem em harmonia com o que já existe:

“É assim, eh...eh...existe essa preocupação da Tomelo, do poder local, visto que...em tudo aquilo que nós aqui temos tem um potencial, algumas áreas estão exploradas e outras não estão. Portanto, nós nunca podemos permitir que um projeto eh...vá destruir a possibilidade de outro nascer (...), chocar com outra área, outra vertente. Portanto, existe essa preocupação de, eh...viver...cada projeto viver em harmonia (...) com tudo o resto e com essa sustentabilidade.” (PL1)

Outro participante considerou a sustentabilidade um fator preponderante para a viabilidade de uma atividade ou projeto, entendendo-a principalmente como autossustentabilidade. Apontou, ainda, que estas temáticas deveriam ser objeto de um estudo mais aprofundado por parte das escolas:

“Hoje, é um dado. Não vale a pena nós entrarmos e embarcar no exercício de uma atividade se não pensarmos que ela é sustentável. Porque se não, morre (...) Mesmo isto, é bom que o poder público perceba isto, não é? Definitivamente. E não embarque em projetos que não sejam sustentáveis, porque, caso contrário, têm de fechar. Nós, no concelho, temos bem essa experiência, não é? (...) Os consumidores são racionais, tendencialmente, os trabalhadores também têm de ser autossustentáveis, não é? E têm de contribuir para uma causa (...), um organismo, uma organização que autossustente (...). Nós temos de perceber isto em definitivo (...). Isto tem de se aprender nas escolas o mais rapidamente possível.” (PL2)

Analogamente, outra opinião reitera a capacidade de autonomia e de autossuficiência e revela como, por vezes, projetos destinados a melhorar determinadas infraestruturas e com preocupações ambientais, podem colidir:

“Muito importante. Para nos sentirmos, também, bem connosco próprios e dizer ‘nós não precisamos de ninguém; nós até ajudamos, se for necessário’ (...). A nossa preocupação tem sido essa (...). Nós devemos continuar a preservar tudo o que temos de bom, eh...mas, não podemos esquecer que temos que criar algumas receitas (...). É difícil, mas tem que se ter algum

cuidado porque há sempre alguém eh...em termos de ambiente, que entende que pode prejudicar, eh...o que nós temos aqui, a biodiversidade. Eu penso que isso não acontece, antes pelo contrário, o que prejudica a biodiversidade é eh...não haver condições no nosso concelho para determinados investimentos.” (PL3)

Ainda em relação à sustentabilidade entendida como autossuficiência:

“Sim. Ah, é assim, eu se...se eu tiver o meu rendimento e se for autossuficiente, é perfeito, não é?” (PP1)

De novo, a importância de conservar e preservar, tendo em conta as gerações futuras:

É. É, sim senhora (importante). ‘Pra’ ter tudo...como é que se diz... ‘pra’ preservar as coisas, aquilo que é nosso e aquilo que os antepassados nos deixaram (...). Conservar o...o que é nosso, para os que hão de vir ‘por’ trás.” (PP3)

Relativamente ao papel da sustentabilidade no trabalho e na relação com os outros, são evidentes a preocupação e o cuidado em utilizar moderadamente os recursos, reutilizar, reciclar e “não estragar”. Essa preocupação em cuidar e fazer perdurar, deve estender-se, também, às relações sociais:

“Sim. No meu trabalho um dos exemplos passa por reutilizar aquilo que posso, ex.: folhas de papel, embrulhos, fios que resultam dos fardos de palha, etc., etc., etc. (...). Na relação com os outros, sim. Mostrando-lhes que a permanência de um determinado recurso faz-se pela utilização conscienciosa do mesmo.” (TL1)

“Pronto, nós tentamos sempre criar projetos e desenvolver ideias que têm alguma sustentabilidade ambiental e...e a questão, por exemplo, dos sabonetes e dos produtos com leite de burra, é um exemplo disso não é? Porque nos preocupa toda a parte eh...de tentar não transformar ‘isto’ numa mega produção (...). Eu acho que (...) é preciso tentar trabalhar sempre as...as relações e as interações pessoais, de forma a garantir que essas relações perdurem, também; que sejam sustentáveis.” (TL2)

“Se não houver cuidado seja lá com o que for, tudo acaba, não é? É importante, quer dizer, se eu tiver uma coisa para vender, já é bem ‘pra’ mim. Agora...estragar, como se costuma ‘a’ dizer, aqui costumamos ‘a’ dizer: ‘olha, está a estragar aquilo que está feito’, isso não. Isso é mau.” (PP3)

A sustentabilidade como fator associado à criação de receitas e de postos de trabalho:

“Sim, mas ligando a sustentabilidade à criação de receitas e de postos de trabalho.” (PL3)

E como elemento de viabilidade de um empreendimento ou negócio e do equilíbrio familiar:

“Sim, sim. Por exemplo, o meu negócio, tenho de fazer com que ele seja sustentável, nem que eu venha para aqui, aliás, como venho, sábados e domingos, não é? E que não tenha folgas, não me importo (...). Eu gosto de ver as pessoas que me rodeiam bem, não é? Também gosto de saber que elas têm uma casa, possam comer, possam dar aos filhos.” (PP1)

Segundo um dos sócios da *Tomelo*, o respeito por um quadro de valores fundamentais é um imperativo, e contrariamente a algumas críticas anteriormente tecidas, admite que consegue fazer passar a mensagem do projeto “com muita facilidade”, mas os produtos devem ser de excelente qualidade:

“Bem, no nosso trabalho, nós identificámos um quadro de valores importantes que tem a ver com valores éticos, morais, filosóficos, económicos, e procuramos conjugar isso tudo (...). Eu consigo passar a mensagem do nosso projeto, com muita facilidade, às pessoas (...), ou aos revendedores (...) que depois a passam ao público. Mas, vou-lhe dar um exemplo: quando eu tenho os nossos produtos à venda numa loja, eh...no aeroporto de Lisboa, eh... é muito difícil fazer passar a mensagem, numa primeira fase, ao passageiro que passa e que compra por impulso (...). Mas, mais do que a densidade cultural do produto, o que passa e que tem que passar é a qualidade do produto. O produto tem que ser muito bom.” (TL3)

Um entrevistado voltou a frisar a ideia de sustentabilidade como autossustentabilidade, e crê que deve ser dada atenção aos vários ciclos que se formam a

partir da realidade política e económica, no sentido de se evitarem, no futuro, os desastres do presente:

“Claramente! Em toda a minha atividade (...). Eu, agora no meu trabalho, (...) digo que é preciso investir fortemente em projetos sustentáveis (...). As pessoas têm de perceber que os ciclos económicos são diferentes dos ciclos políticos, e os políticos têm de perceber que o ciclo económico é vital, não é? E respeitá-lo é vital. Portanto, e preciso perceber que, se há (...) um projeto, primeiro ele tem de ser autossustentável (...). Porque, se não, temos esses défices monstruosos que estamos a passar para gerações futuras e estamos a deixar o país em condições um pouco piores do que aquelas que nos deixaram a nós (...). Temos de ter respeito, também, pela felicidade e pelo bem-estar das gerações futuras, que é uma coisa de que nós não falamos, não é?” (PL2)

Por outro lado, uma participante confessa que já pensou menos nestas temáticas, e que agora se preocupa mais. Ainda assim, “não é coisa que ocupe muito tempo”, a não ser, a insistência em pequenos gestos de poupança e uma vincada preocupação com as questões sociais. Destaca, ainda, o facto de a vida em pequenas comunidades conduzir ao “funcionamento em cadeia” no que respeita às dinâmicas associadas às relações sociais:

“Já pensei menos, agora penso mais (...). Mas, não, não é uma coisa que me ocupe muito o tempo (...). Nós, aqui, trabalhamos com metas (...). Eu não vou estar com a preocupação do que vou gastar hoje ou do que vou gastar amanhã; lá haverá alguém que se preocupe com isso, não sou eu. Na parte da sustentabilidade, na parte de... vamos gastar menos papel se podemos gastar mais, aí sim, sou capaz de me preocupar com isso (...). Na parte social, somos todos. Todos (...). O facto de vivermos, se calhar, numa localidade pequenina, funciona num círculo (...). Conhecemo-nos todos (...), então, acabamos por funcionar todos em cadeia.” (PP2)

A consciência da interdependência que se estabelece entre os três eixos em estudo:

“Sim, mas é um bocadinho mais difícil. É um bocadinho mais difícil (no trabalho), até porque as pessoas ainda têm uma mentalidade eh... muito fechada nessas áreas (...). Nós não conseguimos eh... ter bem-estar se não tivermos sustentabilidade. Portanto, as três

coisas...eu há bocado dizia que o bem-estar e a felicidade andavam de mãos dadas, mas a sustentabilidade terá de andar 'ali', também.” (PL1)

IX.11.2 – Articulação entre a Sustentabilidade e o Nordeste Transmontano

Quando se perguntou se os entrevistados consideravam que existia uma relação entre a sustentabilidade e o facto de viverem no Nordeste Transmontano, as respostas foram heterogéneas e muito menos concordantes do que as referentes à mesma questão nos outros dois eixos. Deste modo, enquanto quatro participantes, entre eles, dois sócios da *Tomelo*, confessaram ser mais felizes e terem mais bem-estar no Nordeste Transmontano, não julgam ter aí mais sustentabilidade, já que pensam que esta poderia ser promovida em qualquer outro lugar. Outra razão apontada foi a que as despesas correntes a pagar não iriam diferir muito:

“Não, Porque a sustentabilidade é algo que todos nós podemos promover independentemente do local onde estejamos.” (TL1)

“Não, acho que não.” (TL2)

“Oh, não (...). Se fosse noutra parte do país, eu tinha que pagar na mesma a renda, os impostos, não é? Portanto, seja aqui seja noutro lado, agente tem que...Se calhar, acabava por ter mais, mais despesas.” (PP1)

“Não, de maneira nenhuma. Era igual (se vivesse em outro sítio).” (PP2)

Discordando dos outros dois sócios, o terceiro sócio da *Tomelo* considera que, apesar das vicissitudes, de algumas opções com as quais não concorda e da conjuntura política atual, a *Tomelo*, enquanto empresa, é mais sustentável por localizar-se no Nordeste Transmontano:

“Sim, a empresa, a empresa. Sim, de alguma maneira, é mais caro, e mais longínquo, e mais difícil (...), tudo e mais alguma coisa eh...O poder central agora, construiu um autoestrada para as pessoas se virem embora, porque constrói uma autoestrada e no momento seguinte,

fecha maternidades, fecha tribunais, fecha hospitais, fecha finanças, fecha os serviços todos. Portanto, isto, no fundo, é convidar as pessoas a virem-se embora, de uma forma confortável e sem muitas curvas...” (TL3)

Mais alguns participantes admitem que, efetivamente existe uma relação direta entre a sustentabilidade e o facto de viverem no Nordeste Transmontano, embora, em certos casos, lhes tenha sido incutida, desde cedo, a ideia que as grandes oportunidades estavam “fora”:

“Claro que tenho uma vida mais sustentável por viver aqui.” (PL1)

“A nossa educação, se calhar, foi uma educação em que, eh...podíamos pensar que, saindo daqui se podia ganhar mais dinheiro (...), mas isso é tudo mentira. Acho que, vivendo aqui, o que conta é a nossa forma de estar, a nossa forma de ser, e pronto. É a nossa felicidade, a nossa calma de viver aqui, e portanto, acho que o dinheiro não conta.” (PL3)

“Se calhar, tenho mais (...). Porque já estou habituada.” (PP3)

Uma nova insistência na perspetiva de sustentabilidade enquanto autossustentabilidade:

“Se tivermos uma perspetiva eh... pessoal (...), voltei quando (...) garanti um nível de autossustentabilidade (...) que me permitisse assumir o risco de voltar; em termos individuais. Em termos coletivos, eu acho que sim, que tenho enraizada uma cultura de autossustentabilidade que me permite estar, ehh (...) no Nordeste.” (PL2)

Com base na informação recolhida elaborou-se a Tabela 7:

Tabela 7 – Articulação entre a sustentabilidade e o Nordeste Transmontano

Articulação entre a sustentabilidade e o Nordeste Transmontano	TL1	TL2	TL3	PL1	PL2	PL3	PP1	PP2	PP3
Tem mais sustentabilidade por viver no Nordeste Transmontano			X	X	X	X			X

FELICIDADE, BEM-ESTAR E SUSTENTABILIDADE: REPRESENTAÇÕES E RACIONALIDADES NUMA
COMUNIDADE DO NORDESTE TRANSMONTANO

Sim, enquanto empresa			X						
Sim, porque é o sítio a que está acostumada									X
Sim, apesar de ter tido uma educação que considerava que as boas oportunidades estavam “fora”						X			
Sim, mas a sustentabilidade é entendida como autossustentabilidade					X				
Não tem mais sustentabilidade por viver no Nordeste Transmontano	X	X					X	X	
Não, porque a sustentabilidade pode promover-se onde quer que se esteja	X								
Não, porque em todo o lado existem despesas correntes para pagar							X		

Fonte: entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo

IX.11.3 – A Importância da Sustentabilidade para o Poder Local, as Instituições e as Empresas

A maioria dos entrevistados acredita que o poder local se preocupa com as questões relativas à sustentabilidade. No entanto, mais uma vez, sentiram a necessidade de diferenciar as várias instâncias do poder local, admitindo que as preocupações se prendem, maioritariamente, com a sustentabilidade económica:

“Deveria ser, mas pela forma leviana que se gasta dinheiro no município de Miranda do Douro em recursos que depois não são utilizados, a sustentabilidade aqui não se aplica e não se lhe dá a relevância que este tema merece.” (TL1)

“Económica, de certeza que sim. Ambiental, não me parece que seja uma grande preocupação.” (TL2)

“Volto a dizer, depende do poder local de que estamos a falar. Se me falar no concelho de Vimioso, sim. Se me falar no Concelho de Mogadouro, até às últimas eleições, que agora não sei o que vai acontecer, sim também. Miranda do Douro, eh...é um assunto completamente distinto, infelizmente.” (TL3)

“É importantíssimo, é importantíssimo. E é isso que eu disse, eh...que me esforcei por tentar criar receitas para que, eh...o nosso concelho fosse sustentável.” (PL3)

“Claro! É assim, a social ‘é-lhes’ importante, ‘é-lhes’ importante porque ‘eles’ mesmos têm que equilibrar (...). Claro que temos os muito ricos, isso sem sombra de dúvida, mas não temos os muito pobres, porque ‘eles’ não deixam que isso aconteça (...). Nós, numa localidade pequena não precisamos de metro, não precisamos de táxi, não precisamos de... então, é preciso pouco para fazermos essa...essa...esse equilíbrio na sustentabilidade social, na económica,...é...é...é fácil para o poder local manter o equilíbrio da ‘balança’.” (PP2)

“Olhe, é como eu lhe disse já; este Presidente (da Junta de Freguesia de Atenor) não pode ser melhor ‘pra’ aldeia... mas às vezes as pessoas... não ‘fazemos’ o que ele manda (risos).” (PP3)

Uma entrevistada realçou a preocupação do poder local com o assunto, mas admitiu existirem, presentemente, entraves à sua ação:

“Eu acho que se preocupam, mas ‘eles’, neste momento, também estão condicionados nessa parte, porque não podem abrir trabalhos, ou seja, postos de trabalho, não é?” (PP1)

Sendo parte integrante do poder local, um dos participantes destacou as iniciativas voltadas para o desenvolvimento e a formação, levadas a cabo com a sua colaboração, e o estabelecimento de algumas parcerias estratégicas:

“É óbvio que é importantíssimo. Porque não adianta nós eh...criarmos uma ideia se essa ideia não for sustentável (...). Criou-se o projeto ‘Empreendedorismo Feminino’, que tem três entidades envolvidas: uma é a ACDA (Associação Cultural e Desportiva de Atenor), foi a promotora (...); depois temos também a APFEL, que é uma empresa de...de “consultadoria” e

formação, e temos ehhh...o CIG, que é Cidadania e Igualdade de Género (...). Cada uma ao seu nível, trabalhou de forma a que fosse aprovado um projeto do Fundo Social Europeu que visava criar a igualdade no mundo empresarial entre as mulheres e os homens (...) Neste momento, temos 12 (...) mulheres que vão avançar com projetos (...). Para além de as termos financiado – entre aspas – com eh...muito boa formação, ‘vamos-lhes’ dar um apoio financeiro de cerca de 6000 euros, para que elas possam criar condições para esse negócio arrancar. Primeiro, é importante as pessoas estarem bem formadas (...) e depois, aí sim, é que esse apoio financeiro eh...poderá vir.” (PL1)

A (autos)sustentabilidade como forma de combater a dependência de subsídios e de ajudas externas:

“Se não for um dado, não vale a pena (...). Alguém que pense que pode continuar a gerir uma Autarquia sem pensar na autossustentabilidade das atividades, está errado (...). Não é possível continuarmos a ter um poder local eternamente a sub-si-diar atividades; ‘eles’ têm de arranjar a maneira de se ‘autossustentabilizar’, ser autossustentáveis e têm que ter a autossustentabilidade como objetivo.” (PL2)

No que diz respeito às instituições e às empresas, as opiniões foram menos consensuais, havendo quem não pensasse o mesmo em ambos os casos:

Quanto às instituições:

“Não. Se fizermos uma breve análise às instituições que nos rodeiam, vemos que a falta de coerência na utilização e gasto desmesurado sem regras fazem com que a sustentabilidade dessas mesmas instituições esteja sempre em causa.” (TL1)

E, quanto às empresas:

“Sim. O meu exemplo, se esgotar os recursos que sustentam a minha empresa, acabarei por fali-la. Ou seja, a preservação e a continuidade das burras é algo que está sempre presente.” (TL1)

Contudo, foi possível encontrar paralelismos:

" Sim, acho que sim. Acho que todas as instituições, eh...têm que trabalhar (...) para conseguir perdurar e (...) terem projetos que se prolonguem ao longo dos tempos, se não, no fundo estão a ditar a sua extinção, não é? Claro que, no sentido geral, sustentabilidade económica de certeza; social eh...depende do tipo de empresas, não é? Poderá haver algumas que tenham mais essa componente social mais desenvolvida (...). A sustentabilidade ambiental, também depende, não é? Há empresas que não se preocupam nada com a sustentabilidade ambiental." (TL2)

"Sim, para todas (as instituições). Mas umas preocupam-se mais com isso do que outras (...) Sim, é importante para as empresas. Embora que, para algumas, a parte...a parte financeira seja mais importante (...). Existem algumas empresas em que já existe alguma preocupação com essa sustentabilidade e com esse equilíbrio, eh...mas, mas que ainda não atingem níveis desejáveis, que todos nós pretendemos." (PL1)

"Têm que se preocupar com isso (as instituições e as empresas), porque senão, eh...têm que se preocupar, senão não conseguem sobreviver." (PL3)

"Ele, o Presidente da Junta (de Atenor), já tem cá, como é que hei de dizer...uma enfermeira (...). Acho que agora está ligado à Associação, não sei (...). Foi...foi um projeto que ele fez, chamam- 'le' o projeto Laços (...). Vem cá a enfermeira, e assim às pessoas de mais idade, eh... 'mide-le' a tensão, leva-os ao médico...pronto, e faz o que...o que precisam (...). Ah, pois, (tem de ir-se) daqui a Sendim...daqui a Mogadouro, que agora as urgências são 'no' Mogadouro (...). As empresas, oh, haverá as que se preocupam; outras não." (PP3)

IX.12 – Relação entre a Perceção da Sustentabilidade, a Identidade e o Património Material e Imaterial da Região

Seguindo a linha de questões elaboradas para os eixos da felicidade e do bem-estar, pretendeu averiguar-se, neste ponto, se a preservação dos saberes, das práticas, das espécies autóctones e de todo o património natural e cultural do Nordeste Transmontano poderia aportar mais sustentabilidade aos habitantes e à região, e em que medida. As respostas dadas foram todas afirmativas, mas com a ênfase colocada em aspetos diferentes.

A importância de explorar esse patrimônio de modo responsável, com cuidado, coerência e equilíbrio...

“Sim. Todo este patrimônio se for bem explorado, com coerência, com regra e equilíbrio, e fundamentalmente com responsabilidade global, acabaremos por viver dele.”

(TL1)

...para que perdure e se torne “sustentável”:

“Eu acho que, que a Tomelo, ao contribuir para a promoção, para a divulgação de...de todos essas...a cultura, as tradições, a raça, acho que está a contribuir para...para que tudo isso seja sustentável, para que isso perdure ao longo do tempo, não é? Para que não caia no esquecimento, para que se continue...”

(TL2)

“Sim, absolutamente, pelas razões que já referi.”

(TL3)

O benefício de preservar o patrimônio e as raízes, porque são a base do que possa vir a desenvolver-se:

“Traz mesmo! Nós, se há coisa que temos aqui eh...com muito valor, é a nossa língua, a nossa cultura, são as nossas raízes (...). É essa a base para tudo aquilo que nós possamos desenvolver aqui, e será sempre com esse conhecimento que nós conseguimos ser bons ou maus em cada...em cada projeto que desenvolvemos.”

(PL1)

Um entrevistado reforça a ideia de autossustentabilidade agregada ao patrimônio material e imaterial da região. Entende-a como “independência” e capacidade de sobrevivência, possível apenas caso se opte pela preservação de valores como o língua e a cultura, bem como, a aptidão para se autogovernar. Todavia, adverte que tem de haver cuidado na proteção desse passado e na inovação que se faz dele no presente e no futuro, porque “as coisas não são imóveis” e é fundamental “aceitar a inovação, a diferenciação e a evolução”, mas é necessário “fazê-lo bem”:

“A sustentabilidade da região, eu interpreto-a aqui um bocadinho com a sua própria independência, não é? Independência na preservação dos seus valores, eh...na sua capacidade de autogovernança. Eh...claramente, nos dias de hoje, o patrimônio, a língua, a cultura, são valores (...) que serão essenciais, fatores primeiros da preservação da autossustentabilidade da

região e do concelho (...). A capacidade de sobrevivência, os valores que temos, o património que herdamos, vai depender muito da forma como tratarmos estes valores (...). Portanto, temos de ter muito cuidado na preservação (...) porque as coisas não são imóveis. Tem que aceitar a inovação, a diferenciação, a evolução; tem que aceitar o processo. Eh...e aqui temos que o fazer bem, não é?” (PL2)

Novamente, o reforço da necessidade de conservar e de preservar, mas apresentando alternativas:

“As coisas estão diferentes e eu entendo (...) que, eh... a forma de produção também seja outra, não é? Hoje, nós temos de produzir, porque a forma como o faziam os meus pais eh...não era sustentável.” (PL3)

Uma entrevistada pensa que a manutenção e a divulgação do património material e imaterial da região poderão trazer mais visitantes e, conseqüentemente, melhorar a economia local:

“Sim. Porque é assim, quanto mais as pessoas visitarem Miranda, por causa do... destes ‘inventos’, da promoção que ‘eles’ fazem nos meios de comunicação...é assim, fazem com que venham mais pessoas, que se gaste mais dinheiro em Miranda, que se façam mais compras.” (PP1)

Outra entrevistada, mais cautelosa, considera que este é ainda um “filão de ouro” que não foi ainda devidamente explorado, e que traria benefícios para a sustentabilidade da região, quer em termos ambientais, quer sociais, quer económicos:

“Eu acho que...esse é um ‘filão de ouro’ que ainda não foi descoberto, que (...) ainda não foi potenciado (...), porque eu acho que são tão raras (...) as localidades que têm isto tudo que nós temos, que...se fosse dinamizado, se fosse dado a conhecer (...), acho que vinha ajudar em todos os aspetos, em todos. Quer na sustentabilidade económica, quer na social, quer na ambiental.” (PP2)

As observações feitas por uma participante denotam que o Nordeste Transmontano e o Planalto Mirandês estão povoados por áreas de extrema riqueza e diversidade, mas com diferenças marcantes em nichos geográficos próximos -

frequentemente, no mesmo concelho – gerando hábitos, representações, usos e tradições bastante peculiares e característicos:

“Eu acho que sim (...). Porque...eh...algumas tradições aqui da região (...), umas conheço, outras não. Como falou disso dos caretos, eu isso não conheço nada. Nós, aqui na aldeia (Atenor) não temos nada disso; não há pauliteiros, não há nada.” (PP3)

IX.13 – Articulação entre a *Tomelo* e a Sustentabilidade

IX.13.1- Compatibilização da Vertente Empresarial, com as Preocupações Éticas, a Preservação de Espécies Autóctones, dos Saberes e das Práticas Locais

Quando se perguntou se os entrevistados consideravam que, caso a *Tomelo* consiga compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação das espécies autóctones, dos saberes e das práticas, isso se traduz em mais sustentabilidade para a região, as respostas foram todas, inequivocamente, afirmativas.

Um dos sócios da *Tomelo* destacou que a “sustentabilidade de um recurso passa por lhes darmos novas configurações”, também no mundo rural, contribuindo não só para a valorização dos próprios os produtos, mas de todo um modo de vida e de saber fazer, a eles associado:

“Sim. A sustentabilidade de um recurso muitas vezes passa por lhes darmos novas configurações (...); valoriza-se não só o produto, mas tudo aquilo que o envolve, dando a ganhar também à região (...). Que consigamos retirar do meio rural tudo aquilo que necessitamos para...para viver, e aquilo que a gente tira, que perdure (...). O leite das burras faz com que não estejamos só a preservar uma raça, ou seja, estamos a ajudar o nosso posto de trabalho, a dar trabalho direta e indiretamente a outras pessoas, mas também estamos, eh...eh...a conservar eh...património natural e (...) património paisagístico (...). A nível de etnografia, por exemplo, de comportamento humano, isso mantêm-se pelo facto de...de...de as burras também estarem presentes e o facto de lhes estarmos a dar outro valor (...). Os proprietários sentem ainda que...que vale a pena ter animais (...) e, nalguns casos, conseguem num ano até...juntar 1500 a 2000€ (...) de ganho.” (TL1)

A *Tomelo* como veículo de salvaguarda da identidade regional, das espécies autóctones, das tradições e da cultura, que são, afinal, a sua razão de existir:

“Sim. Ah, e a Tomelo porque faz isso, não é? E ao fazer isso, está a contribuir para a sustentabilidade da região (...). Através dessa promoção, não é? De não deixar esquecer todas essas tradições, cultura, ao promover uma raça, que é característica de uma região (...), está no fundo a promover a sua sustentabilidade.” (TL2)

“Na medida em que a Tomelo tem uma atividade económica centrada na preservação de espécies, de identidades, de práticas, e portanto, se elas desaparecerem, a Tomelo perde a sua razão de existir (...). É esse o objetivo da Tomelo. Penso que sim.” (TL3)

A importância que as atividades da *Tomelo* têm ou podem vir a ter na região, e a sua articulação com outras iniciativas, projetos e organismos locais:

“Sim, claro que sim (...). Ajuda a promover a sustentabilidade da raça autóctone porque valoriza ehhhh...essa raça, ehhhh...com a venda dos sabonetes (...), ajuda à sustentabilidade na área social porque apoia projetos como o projeto ‘Laços’, de apoio ao domicílio aos nossos idosos (...). E ajuda a promover também a sustentabilidade a nível de fauna e flora porque apoia projetos como a anilhagem, a preservação do lobo, ehhh...e a nível do património, também, porque, ehhh... faz com que as pessoas se fixem na aldeia, as pessoas recuperem as casas antigas e que estavam num grau avançado de...de degradação. Portanto, é uma empresa com fortes preocupações a nível de sustentabilidade.” (PL1)

“Ajuda, também. Em todos os aspetos, a forma de...de ‘eles’ colaborarem connosco, de colaborar com as instituições, a forma de criar condições aos que, eventualmente, possam vir a trabalhar ou estejam a trabalhar; isso também é importante.” (PL3)

“Sim, porque (...) ‘eles’, por exemplo, através do projeto dos sabonetes... já existem agora outros projetos, como por exemplo, o projeto do tratamento da lã churra mirandesa, não é? E que, depois, já se faz o exfoliante...ou seja, já é uma cadeia de pessoas que poderão vir a trabalhar no ciclo da lã.” (PP1)

“À região, toda ela. Ai...é assim (...), existe sempre a lei da procura e da oferta. Se ‘eles’ venderem muitos sabonetes, ‘eles’ vão precisar de mais aromas, se vão precisar de mais

aromas, é preciso fazer o cultivo, se é preciso fazer o cultivo, é preciso gente para cultivar, é preciso depois gente para recolher, é preciso gente para fazer a secagem; tudo isto envolve. Se envolve a nível financeiro, vai envolver a nível social, que vai envolver (...) a nível ambiental, porque as coisas têm que ser equilibradas. E isso, então, era 'ouro sobre azul'. (PP2)

"Ajuda, ajuda (...). Eu não tenho forno e vou fazer o pão, que amanhã há uma festa, assim, lá em cima, da Associação, jantar dos sócios e pediram que eu cozesse o pão para lá, e de manhã, vou fazer o pão em casa dela (Bárbara). E já é bom, porque eles podiam ir 'a' comprar o pão à padaria, não é? Mas, o meu, como é caseiro, 'prefirem' o caseiro e 'pra' mim, soa bem." (PP3)

Um entrevistado conclui dedutivamente que, se a Tomelo ajuda, pelas mesmas razões, a promover a felicidade e o bem-estar, também o fará em relação à sustentabilidade:

"Vou chegar lá pela dedução: se 'eles' conseguem aumentar o bem-estar e promover a felicidade, estão no caminho certo para garantir a sua aut...sobrevivência, no significado que eu dei à sustentabilidade (...). Claramente, sim." (PL2)

Quando questionados se, efetivamente, a Tomelo o faz, ou seja, se consegue compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas e a preservação das espécies autóctones, dos saberes e das práticas locais, as respostas não se distanciaram, apesar de uma entrevistada ter admitido o seu desconhecimento nesta matéria:

"Fá-lo. Absolutamente!" (TL3)

"Claramente o faz, não é? Por dedução, mais uma vez, não é?" (PL2)

"Pois, não sei." (PP2)

Embora concordando que a Tomelo o faz, este participante ressalva que é ainda de forma algo incipiente:

“Sim, tem tentado. Estão a fazê-lo, mas dentro da atividade que eu já disse. Penso que é uma atividade ainda diminuta no nosso concelho, não é?” (PL3)

IX.13.2 – Articulação entre a Atividade da Tomelo, a Criação de Emprego, a Revitalização da Região e a Fixação das Gerações Jovens

Tendo sido perguntado aos participantes que, se a Tomelo ajudasse a criar mais empregos, a revitalizar e dinamizar a região, permitindo aos jovens fixar-se, isso poderia aportar mais sustentabilidade, as respostas foram de uma completa anuência, como já tinha sucedido nos eixos relativos à felicidade e ao bem-estar. Aliás, no decurso das entrevistas, foi notória a inquietação pelas poucas oportunidades de emprego que a região oferece e a angústia gerada pelo êxodo rural, em particular dos mais novos, sendo os projetos de desenvolvimento local e de empreendedorismo responsável, muito bem-vindos:

“Sim. Absolutamente (...). Mas, porque é que a Tomelo tem sede em Vimioso? Bem, a Tomelo tem sede em Vimioso na aldeia mais pequena de Vimioso, que é Serapicos, que é uma aldeia em que moram 30 pessoas. Cada vez que nós nos reunimos (...), a população da aldeia aumenta 10% (...). E, por iniciativa e por responsabilidade da Tomelo, neste momento há, na aldeia de Atenor, três crianças com menos de 6 anos e há dois anos não havia.” (TL3)

Sim (...). Aqui já não há jovens, não há ninguém, a mocidade, jovens, não há (...). Olhe, durante o ano, devia ‘de’ haver a gente e as crianças que estão agora (agosto) cá (...). Pois as crianças é que dão alegria.” (PP3)

“Traz, traz. Porque as pessoas fixam-se.” (PL3)

“Sim. Se nós conseguirmos ter pessoas...eh...empreendedoras (...), com capacidade de produzir (...) ideias, de pôr em prática projetos interessantes, se nós conseguirmos isso, temos uma aldeia com muito potencial. Portanto (...), o segredo está em nós conseguirmos fixar os nossos jovens e atrair outros jovens com valor para esta aldeia (...). Eu acho que (...) é uma questão de inteligência.” (PL1)

“A todos os níveis, a todos os níveis. Ai, ficavam os três ‘pratinhos’ iguais (risos).”

(PP2)

Defendendo por princípio certos valores, a *Tomelo* procura assegurar que os seus colaboradores também os adotem e apliquem:

“Sim, penso que a criação de novos postos de trabalho impediria o êxodo rural. Neste momento, a Tomelo contribui para o regresso de mais uma família para a região, que acabou por também seleccionar Atenor para viver. Em todas as iniciativas que a Tomelo se vê envolvida, a sustentabilidade é algo que está sempre presente, e assim, o comportamento dos seus colaboradores passa pela aplicação dos mesmos valores.”

(TL1)

Um dos sócios da *Tomelo* refere que, neste aspeto, a empresa ajuda, especialmente, a promover a sustentabilidade social:

“Sim, sim. Mais aí nessa parte ligada à sustentabilidade social, não é? Mas... para conseguir fixar aqui pessoas, criar emprego, mantê-las aqui, ou...evitar a sua saída daqui, não é? Acho que sim, que está a contribuir para que ‘isto’ perdure.”

(TL2)

No entanto, houve quem salientasse que, se a *Tomelo* consegue contribuir para o desenvolvimento de um aldeia tão pequenina como Atenor, isso trará repercussões a todo o concelho, e até, ao distrito:

“Claramente! Eh... uma vez entendida como é a capacidade de sobrevivência ‘deles’, vão contribuir para a capacidade de sobrevivência de entes maiores, como por exemplo, o concelho, eh...e até o distrito. Portanto, uma vez que ‘eles’ contribuem para o ‘micro’, também vão contribuir para o ‘macro’, não é?”

(PL2)

A possibilidade de aproveitamento dos recursos e a produção de riqueza:

“Sim. Claro que sim. Porque...é assim...quanto mais população houver e mais envolvida em trabalhos locais, mais sustento há, não é? E mais, mais riqueza se produz. Se calhar, mais recursos são aproveitados.”

(PP1)

As respostas à pergunta se a *Tomelo*, de facto, aposta na criação de emprego, na revitalização da região e na fixação das gerações mais novas, foram quase todas afirmativas, existindo, ainda assim, duas entrevistadas com algumas reservas:

“*Sim.*” (TL1)

“*Claro!*” (TL3)

“*Faz, claramente! Por dedução...*” (PL2)

“*Penso que sim.*” (PL3)

“*Eu acho que sim. Não sei.*” (PP3)

“*É complicado. Mas...não sei, que ‘eles’ deveriam fazer alguma coisa, deveriam, mas não faço a mais pálida ideia por onde é que ‘eles’ deveriam começar.*” (PP2)

IX.13.3 – Articulação entre a Atividade da *Tomelo* e um Melhor Conhecimento do Nordeste Transmontano, seus Produtos e Cultura

Como ocorreu com os eixos da felicidade e do bem-estar, também no que concerne ao eixo da sustentabilidade se quis saber se os entrevistados consideravam que se a *Tomelo* contribuir para um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos e da sua cultura, isso se traduz em maior sustentabilidade para a região. Repetindo os resultados dos dois eixos já analisados, também aqui as respostas foram todas concordantes.

Sublinhou-se a promoção da região como impulso para novos modos de conceber, produzir e vender os produtos locais, potenciadora de um maior afluxo de visitantes, geradora de riqueza e de autossuficiência, e instrumento para a fixação da população:

“Sim. Pelo facto de estarmos a promover a região, estamos a dar continuidade a que os seus habitantes permaneçam. Isto é resultado do fluxo de visitantes, podendo dar outras configurações a recursos que não estão convenientemente explorados, dando-lhes sustentabilidade, uma vez que acabam por viver dos mesmos.” (TL1)

“Claro que sim. Porque está...acho que está, lá está, a também a contribuir para a sustentabilidade económica da região, ao promover os seus produtos (...), coisas que são produzidas aqui (...). Portanto, se as promover ‘lá fora’, as pessoas vão comparar, vão adquirir, vão procurar, não é? Ou seja, de certa forma, vai-se contribuir (...) para que essas coisas continuem.” (TL2)

“Bem, por todas as razões, incluindo a razão financeira, porque se criarmos condições para que aquilo que se faz bem na região possa ser vendido, no mínimo, isso vai gerar também, fluxos financeiros, vai gerar emprego (...), maior fixação de pessoas, etc..” (TL3)

“Sim, porque, à partida, irá aumentar os postos de trabalho, à partida irá aumentar eh...a visibilidade eh...desta freguesia, das pessoas que trabalham nessa...na empresa, dos produtos, da valorização da nossa raça, de uma série de coisas.” (PL1)

“Sim. Traz sustentabilidade, porque dinamiza a região e traz rentabilidade.” (PL3)

“Sim, claro que sim (...). ‘Eles’ têm bons projetos, boas ideias, e têm sempre a componente preservação da natureza (...), e sei que, por exemplo, os estrangeiros: alemães, franceses, gostam deste tipo de pessoas, que sejam empreendedoras (...) e tudo isto traz riqueza para a região.” (PP1)

“Sem sombra de dúvida. É assim, nós mostrarmos as nossas lindas paisagens é lindo, mas se pudermos mostrar o que podemos fazer com elas, era fantástico.” (PP2)

“Ah, pois traz, que mais pessoas vêm cá à aldeia visitar. Se vem cá ‘a’ visitar a aldeia sempre vão trazendo algum benefício à aldeia, sempre comprarão alguma coisa e já é bem ‘prá’ aldeia.” (PP3)

A autossustentabilidade e a atitude de recompra, no âmbito do ciclo económico, potenciadas pelo trabalho e pelas iniciativas da *Tomelo*:

“Olhe, eu não tenho dúvida nenhuma que, se um Nórdico visitar uma terra nossa e vir que ela está bem preservada, tem uma atitude de ‘recompra’, ou seja, vai propagar o nome, a terra e vai provocar o sentido da recompra. Se nós tivermos lixeiras à entrada das aldeias e um casal de Nórdicos a visitar-nos, ele vai mudar de opinião e não vai provocar a atitude de recompra (...). Se estamos a criar uma atitude de recompra, estamos a ser autossustentáveis, não é? Mais uma vez (...), o ciclo económico (...). Portanto, a partir do momento em que ‘eles’ se apresentam com esses valores nos meios de comunicação nacionais e internacionais, estão a provocar uma atitude de recompra e a atrair – uma variável fundamental para este concelho, atrair gente para ao concelho. Porque tudo isto faz sentido se houver gente e se houver gente que compre, que se interesse (...). Caso contrário, o ciclo económico não funciona; quebra.”

(PL2)

Em seguida, foi perguntado se a *Tomelo* deveras contribuía para um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, bem como dos seus produtos e da sua cultura. Uma resposta revelou desconhecimento, mas as restantes foram todas de aquiescência, embora se entenda que a conjuntura política e económica atual não é favorável para este tipo de projetos e de investimentos:

“Sim, com certeza. Tanto quanto possível.” (TL1)

“Claramente, sim!” (PL2)

“Acho que sim, que ‘eles’ estão a tentar tudo por tudo, mas pronto, sabe que...eh...nesta década que passou, e ainda estamos nessa situação, é uma situação de grande crise quer local, quer nacional, quer mundial.” (PL3)

“Faz, faz (...). Continuo a dizer, direta ou indiretamente, porque eu sei que ‘eles’ têm muitos conhecimentos e são pessoas muito dinâmicas. Eu sei que (...) o marido da Bárbara, o Zé, já foi a alguns países há pouco tempo, e promoveu Miranda nesses países.” (PP1)

“Não faço ideia.” (PP2)

IX.14 - Articulação e/ou Interdependência dos Três Eixos: Felicidade, Bem-Estar e Sustentabilidade

A este respeito, procurou saber-se se os participantes consideravam, ou não, existir articulação e/ou interdependência entre os três eixos em análise, e se algum deles se revestiria de maior preponderância e porquê. O resultado foi um leque rico e variado de respostas, unânimes em admitir que os eixos da felicidade, do bem-estar e da sustentabilidade se articulam, podendo ser interdependentes, embora essa unanimidade já não tenha sido possível quando se perguntou se algum dos eixos sobressaía em relação ao/s restante/s. Ficou, igualmente, patente que alguns entrevistados foram, ao longo da entrevista, construindo mentalmente ilações e pontes entre as várias noções, temáticas e problemas apresentados:

“Penso que sim (que se articulam). Não. Para mim há uma perfeita harmonia, portanto, nenhum dos eixos se destaca. É engraçado, que nunca...acho que nunca ninguém parou para pensar nessas perguntas: felicidade, bem-estar...” (TL1)

“Sim, existe articulação e interdependência (...). Estão as três ao mesmo nível e em percentagens iguais (...). A felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade são fundamentais e para quem pretende desenvolver projetos, quer a nível político, quer a nível profissional, quer...eh...Se assim não o fizer, ehhh...as coisas não serão tão duradouras e tão satisfatórias como se tiver esses três aspetos em conta.” (PL1)

“Tudo isto está muito interligado, não é? Felicidade, bem-estar e agora, autossustentabilidade (...). Por acaso, foi uma espécie de armadilha que me fez ir pensando nos conceitos enquanto respondia. Claramente, a felicidade, no ponto de vista individual, também a podemos ver no coletivo. Mas, se a virmos na...no coletivo, já temos o conceito de bem-estar,

eh...bom...e hoje, mais, eh...tudo isto, quer a felicidade quer o bem-estar estão diretamente, eh...ligados à autossustentabilidade (...). Nós temos que ser felizes, temos que provocar o bem-estar e temos que ser autossustentáveis, se não, não há atitude de recompra.” (PL2)

“Existe. Sem esses, eh...três, eh...não há...Acho que estão interligados (...). Não existe hierarquia. São os três importantes.” (PL3)

“Sim, claro que sim. Porque (...) se as pessoas tiverem um bom nível de vida (...), se tiverem eh...eh...digamos que os seus rendimentos, o seu dia-a-dia em perfeita sintonia, contribui para ser feliz e para o bem-estar social e familiar (...). Os três eixos... é assim, eu acho que (...) se compõem uns com os outros, não é? Digamos que é uma ‘bola de neve’ (...), porque, se eu não estiver... do que é que me serve ter a sustentabilidade se eu não tenho felicidade, ou se não tenho saúde, não é?” (PP1)

A supremacia da felicidade sobre o bem-estar e a sustentabilidade:

“Sim. Acho que a felicidade articula-se com o bem-estar, é uma parte importante para o bem-estar, eh...e para a sustentabilidade também, pelo menos (...) a nível social, digamos. Se uma pessoa não se sente bem, não é feliz...não tem sustentabilidade (risos). Acho que a felicidade é mais importante (...). Lá está, eu acho que é por...por ser um estado emocional e, se calhar, a base, também (...), que faça parte da base dos outros dois.” (TL2)

“Há, sem sombra de dúvida. Todas ‘elas’. É assim, a felicidade... eu tenho um conceito muito próprio, não é, mas os meus filhos não são felizes se não tiverem bem-estar em casa e se não tivermos em conta a sustentabilidade (...). Para mim, a felicidade tem uma importância acima das outras duas (...); é o que eu lhe digo, é o sorriso dos meus filhos pela manhã...”

(PP2)

A supremacia do bem-estar sobre a felicidade e a sustentabilidade:

“ Sim, absolutamente que se articulam. É evidente que sim, não é? Pelo menos, nas nossas pessoas (...). Eh...eu diria que, se tivesse que pôr uma pirâmide, e tivesse que pôr um topo, acho que qualquer um de nós escolheria o bem-estar (...) mas, no fundo, são três polos do mesmo significado, para todos os efeitos.” (TL3)

“Sim, está tudo ligado (...). A saúde é mais importante. Se a gente tiver saúde, tem tudo, como se costuma ‘a’ dizer. Se não tem saúde, já não tem nada.” (PP3)

Capítulo X – Discussão

Como se aludiu na fundamentação teórica deste estudo, ao longo do tempo, a razão instrumental e modelos científicos, económicos, tecnológicos e axiológicos rígidos foram ganhando terreno em detrimento das experiências não racionalizáveis, das práticas e dos saberes ancestrais, assim como, das racionalidades leigas. Estes pontos de vista não “formais”, pertencentes ao “outro lado da linha” (Sousa Santos, 2007), tanto quanto observámos, revestem-se de uma considerável importância no Nordeste Transmontano, um “nicho” à parte, onde é possível encontrar ainda o “mundo da vida” (Husserl, 1936; Habermas, 1984, 1987), através da perpetuação de aspetos culturais, etnográficos e linguísticos cujas origens se perdem no tempo e que acompanham os indivíduos na sua vivência diária, apesar da “invasão” de influências externas, que os meios de comunicação e a globalização potenciam.

No Nordeste Transmontano e no Planalto Mirandês, é possível, em pleno século XXI, mesmo para quem aí não “pertence”, experienciar um magnetismo muito especial, como dizia um dos entrevistados (PL2), uma força telúrica que nos detém e nos força à contemplação e à comunhão, resultado das idiosincrasias das suas gentes, das suas paisagens, das suas espécies autóctones, do sentimento de que tudo está em acordo e em equilíbrio, ainda que se trate de um equilíbrio precário, que por isso tem de ser cautelosamente vigiado e protegido, como tão bem notaram vários entrevistados.

Adicionalmente, há um vincado reconhecimento e uma pronta adesão aos projetos que apostem na conservação e na preservação das espécies, dos saberes, das práticas, dos ofícios, das tradições, usos e costumes, que de outro modo, acabariam por cair em esquecimento, com o desaparecimento dos anciãos e a partida das novas gerações para as grandes cidades e para o estrangeiro. Por isso, a *Tomelo* ganhou um espaço próprio e um estatuto assumido, ainda que os sócios não sejam naturais do Nordeste Transmontano. São, igualmente, muito bem vistas as parcerias e as iniciativas levadas a cabo com outras associações e/ou organismos locais.

Pôde ainda comprovar-se que, como se aludiu na fundamentação teórica, “existe uma preocupação social com o fenómeno da felicidade” (Dantas, 2008:3) na região, que se assume como preponderante sobretudo para os indivíduos, no seu dia-a-dia, no seu trabalho e nas relações sociais que mantêm, mas também para as instituições, as empresas e o poder local, embora, por vezes, mais em teoria do que na prática (TL3).

Conquanto as questões relativas à felicidade sejam de carácter marcadamente subjetivo, em que estão presentes variáveis como as mudanças históricas, as características dos indivíduos, a sua personalidade, a educação que receberam, o seu estrato social, e até as várias fases da vida em que se encontram (PL3), foi possível descobrir aspetos comuns nas conceções e perceções de felicidade dos entrevistados, que se relacionam em grande parte com o seu sentido de identidade e de pertença a uma região e a todo um contexto que assumem como seu, e que, de algum modo, os define inexoravelmente.

Ainda que se tenha aludido à acumulação de riqueza material e à prosperidade como contributos para a felicidade (Oishi et al., 2013:8), os participantes, na sua totalidade, consideraram outros aspetos, como o estar bem consigo e com os demais, sobretudo, a família e os amigos, no local onde se sentem pertencer, fazer o que se gosta, e até, ter saúde. Subjaz ao discurso sobre a felicidade a noção de um estado emocional positivo, que permite o equilíbrio vivencial e que pode ser, inclusivamente, uma meta e um objetivo de vida. Verifica-se, pois, um consenso quanto ao facto de uma vida feliz ser uma vida com significado, em que os sujeitos coabitam pacificamente consigo e com os demais e entendem que têm um lugar no mundo (Ricard, 2007).

Apesar de o bem-estar ter sido associado à felicidade e, conseqüentemente, ao bem-estar subjetivo, os participantes encontraram diferenças, caracterizando-o, por exemplo, como sendo a felicidade elevada ao plano coletivo (PL2), ou constatando que se trata de um conceito mais “objetivo” (PP2), efetivamente ligado a padrões como a qualidade de vida (PP1), o conforto e a estabilidade laboral e económica (Gregory et al. 2009). De qualquer modo, sobressai a ideia que o bem-estar é já resultado do equilíbrio de uma série complexa de fatores onde se destacam a saúde, a ausência de grandes preocupações ou elementos desestabilizadores, em suma, um conjunto de aspetos de natureza física, mental e social (WHO, 1946). Tal como sucedeu com o eixo da

felicidade, os entrevistados consideraram o bem-estar muito importante na sua vida, no seu trabalho e, conseqüentemente, nas suas relações sociais.

O entendimento que certos participantes revelaram ter do que é a sustentabilidade denota o modo ambíguo como o conceito é muitas vezes usado, seja por se privilegiar a vertente económica (PP2), seja porque é um termo que se popularizou nos últimos anos, empregando-se em muitas ocasiões para significar a viabilidade que um projeto ou uma empresa tem para perdurar no tempo (PL2, PP1). De qualquer modo, no cômputo geral, os entrevistados focaram os três pilares ou vertentes da sustentabilidade, a vertente ambiental (TL1, TL2, PP1, PP3), a vertente social (PL1, PL3, PP1) e a vertente económica (TL2, TL3, PL1, PL2, PL3, PP2). Pelas suas respostas, infere-se que não acreditam que a perda de capital natural possa ser compensada com a criação de outras formas de capital, rejeitando assim, as assunções da sustentabilidade fraca.

Em decorrência das questões relativas à sustentabilidade, foi várias vezes sublinhada, em particular pelos sócios da *Tomelo* (TL1, TL2), a necessidade de ir crescendo devagar, de modo responsável e com base em princípios éticos inalienáveis, remando contra a maré da macroeconomia e da ideia de um crescimento infinito e ilimitado. Esta postura corrobora a que foi assumida pela *United Nations World Commission on Environment and Development* (WCED), no Relatório Brundtland (WCED, 1987), relativamente à urgência do desenvolvimento sustentável e de este dever responder às necessidades do presente sem comprometer os recursos do Planeta nem as gerações futuras. Acentuaram-se, por diversas vezes, as enormes diferenças entre o *modus operandi* da *Tomelo* e o de uma qualquer exploração intensiva, ainda que, tratando-se de uma empresa, obviamente, se busque também o lucro.

Pelo que foi possível apurar, a *Tomelo* esforça-se por fomentar tanto a sustentabilidade ambiental, ajudando à preservação das espécies autóctones e do equilíbrio ecológico, como a sustentabilidade social, através da criação de emprego, da valorização das profissões tradicionais, do trabalho articulado com a população e com outros projetos e com o poder local. Conseqüentemente, fomentará também a sustentabilidade económica, tornando a região apelativa para visitantes e investidores e criando riqueza. Isto permitirá reduzir assimetrias (Sousa Santos, 1997, 1998/1999,

2007), autonomizar os indivíduos, aproveitar os seus conhecimentos e capacitá-los. Fortalecer, como se disse nos capítulos I e V, o *empowerment* dos indivíduos e dos grupos, em especial, a nível local e regional (UNSD, 1992; UNDP, 2012a; UNDESA, 2013), o que terá como resultado uma cidadania mais ativa, participativa e dinâmica, e a proliferação de valores como o trabalho cooperativo, a solidariedade e a valorização do património material e imaterial enquanto elemento constituinte da identidade.

Capítulo XI – Considerações Finais

Para concluir, importa reiterar que este é um trabalho em aberto, não apenas porque não se esgota nas formas de abordagem escolhidas, mas pela profusão de informação recolhida, pela riqueza de conteúdos e pelas várias possibilidades de análise que se oferecem.

A realização deste estudo proporcionou uma enorme satisfação, conduzindo-nos à compreensão e à exploração “arqueológica” de noções e conceitos que, muito embora quotidianamente utilizados, e até encorajados, carecem frequentemente de uma perspetivação mais objetiva e científica. Ainda assim, a multiplicidade e diversidade de indicadores e de índices de felicidade, de bem-estar e de sustentabilidade, bem como, o considerável volume de literatura produzida, denotam a relevância que estes eixos têm vindo a assumir para os indivíduos, as sociedades, as instituições e os governos.

Na área geográfica que serviu de recorte ao estudo, por meio da interação, da observação direta e da informação recolhida através das entrevistas efetuadas, foi possível constatar que, mesmo admitindo não ter ainda procedido à reflexão sobre as temáticas e problemas apresentados, ou tendo refletido de modo muito superficial, os participantes consideram unanimemente a felicidade e o bem-estar, mas também a sustentabilidade, eixos estruturais essenciais à sua vida, ao seu trabalho e às relações que mantêm com o meio envolvente e com os outros. Ficou igualmente patente, um sentido de identidade muito vincado, motivo de orgulho e de diferenciação. Em consequência, assiste-se a uma ligação umbilical à terra, aos usos, aos costumes, às tradições, às práticas e aos saberes ancestrais, mas vivos, pulsantes e perpetuados em mil gestos diários.

Por isso, quando uma empresa como a *Tomelo* se instala numa região, habituada durante muito tempo ao isolamento e ao distanciamento, tem de saber imiscuir-se nesse reduto social e cultural e aproveitar o abundante património material e imaterial disponível. Tem de fazê-lo bem para que o ceticismo inicial possa dar lugar, primeiro à concessão, depois à confiança e, por fim, ao desejo de participação, de ser parte integrante do projeto. Se, além disso, a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano no exterior, dos seus recursos e produtos, se ajudar a trazer visitantes, a revitalizar saberes quase perdidos e a minimizar o endémico problema da falta de emprego e do êxodo rural, será certamente acolhida como uma importante mais-valia. Não obstante pela análise de conteúdo das entrevistas parecer que a *Tomelo* efetivamente o faz, algumas reticências ou desconhecimento, que também transpareceram dessa informação, levam à conclusão que os canais de comunicação e de divulgação exigem aperfeiçoamento por parte da empresa.

Porém, como se disse, é também inequívoca a fragilidade inerente a todo este património e contexto ímpares, visível pela tensão entre a necessidade de conservação e de preservação, e a importância de fazê-lo de modo inteligente e inovador mas sem subverter, sem cair em degeneração, em desvirtuamento. Neste sentido, apostar em projetos de desenvolvimento local bem estruturados e exequíveis e num crescimento pausado, consciente e ético, pode significar a sobrevivência, a revigoração e a perdurabilidade, ou, inversamente, o progressivo esquecimento, a perda irreparável.

Capítulo XII – Limitações e Trabalhos futuros

As limitações decorrem, naturalmente, de condicionalismos inerentes ao tipo de estudo – dissertação de mestrado, - com consequentes restrições de espaço e de enfoque. Por outro lado, a distância física e as contingências daí decorrentes tornaram impossível realizar mais visitas a Trás-os-Montes do que as já mencionadas.

Simultaneamente, tratando-se de um estudo qualitativo, interessou analisar em profundidade, mais do que em quantidade, tendo-se optado por um número relativamente limitado de entrevistas.

No futuro, gostaríamos de proceder à aplicação do Índice do Planeta Feliz à área geográfica em apreço nesta investigação. A escolha relaciona-se com a escassez de

índices e/ou indicadores que incluam explicitamente a felicidade, não obstante versarem sobre a sustentabilidade e/ ou o bem-estar. Pareceu-nos que o índice FIB, apesar do esforço para descentrar a atenção dada ao PIB como indicador de progresso humano, pelo seu contexto, estrutura e metodologia, se adequaria melhor a um país não europeu. Todavia, o exemplo butanês tem sido inspirador. Será interessante comparar os resultados (pouco animadores) já obtidos por Portugal no relatório de 2012 do Índice do Planeta Feliz (IPF) com os que possamos encontrar a um nível local, no Nordeste Transmontano.

Simultaneamente, as comparações entre países tão singulares em termos culturais, políticos, sociais e económicos - 151, no relatório de 2012 do IPF- é sinal de uma tendência - a de considerar globalmente fatores que podem interferir com o bem-estar, a sustentabilidade e a felicidade dos seres humanos em geral, - mas suscitam outras questões. Geert Hofstede (1980, 2001) é o pioneiro da pesquisa intercultural comparativa e destaca várias dimensões ou nichos no interior das culturas. Deste modo, culturas diferentes gerarão, evidentemente, “programações” diferentes nos indivíduos, “formatando-os” consoante as referências e os valores transmitidos.

A par das idiosincrasias de cada país, que moldam as mundivisões, as atitudes e os comportamentos, a globalização funciona como movimento gerador de confluências, de alianças e de homogeneização. A necessidade de estudar o “todo” é assim transportada, também, para as diversas ciências e para o meio académico. Portanto, descortinar a dinâmica que se estabelece, mas igualmente as possíveis dificuldades entre o Norte e o Sul (Sousa Santos, 2007, 2008; Meneses & Sousa Santos, 2010), ou entre o global e o nacional, regional ou local é fundamental para o trabalho dos governos, das organizações e das empresas (Hofstede, 1991), ou simplesmente, dos investigadores, na criação de formas de racionalidade integradoras e inclusivas.

BIBLIOGRAFIA

- AHMAD, N. M. bin (2011), The Economic Globalisation and its Threat to Human Rights, *International Journal of Business and Social Science*, Vol.2, nº19, outubro de 2011, pp.273-280. Disponível em http://www.ijbssnet.com/journals/Vol_2_No_19_Special_Issue_October_2011/33.pdf. Consultado a 20-03-2013.
- ALMEIDA, J.F. de (2007) Velhos e Novos Aspetos da Epistemologia das Ciências Sociais, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº55, pp.11-24. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n55/n55a02.pdf>. Consultado a 06-07-2013.
- ALVES, F. (2011), A Doença Mental Nem Sempre é Doença: Racionalidades leigas sobre saúde e doença mental, Biblioteca das Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento. ISBN: 978-972-36-1133-5.
- AMANTE, M.F. (coord.) (2011), Identidade Nacional: Entre o Discurso e a Prática, Porto, Fronteira do Caos Editores e CEPES. ISBN CEPES: 978-989-8434-10-4. ISBN Fronteira do Caos: 978-989-8070-82-1.
- ANAND, S.; SEN, A. (1994), Human Development Index: Methodology and Measurement, Human Development Report Office, Occasional Papers, Nova Iorque. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1994/papers/oc12.pdf>. Consultado a 05-01-2013.
- ANAND, S.; SEM, A. (2000), Human Development and Economic Sustainability, *World Development*, vol.28, nº12, pp.2029-2049. Disponível em <http://www2.econ.iastate.edu/classes/tsc220/hallam/Readings/AnandSenHumanDevelopmentEconomicSustainability.pdf>. Consultado a 11-01-2013.
- ARENDT, H. (1958) [2001], A Condição Humana, Lisboa, Relógio D'Água. ISBN: 972-708-637-3.
- ARISTÓTELES (2004), Ética a Nicómaco, Lisboa, Quetzal, ISBN: 9789725646229.
- ARISTÓTELES (2005), Ética a Eudemo, Lisboa, Tribuna da História. ISBN: 972-8799-37-3.

- BAGOLIN, I.P.; COMIM, F.V. (2008), Human Development Index (HDI) and its family of indexes: an evolving critical revue, *Revista de Economia*, V.34, nº2 (ano 32), editora UFPR, maio/agosto de 2008, pp. 7-28. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/12293/8511>. Consultado a 05-01-2013.
- BARDIN, L. (1977) [2002] *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70. ISBN: 972-44-0898-1.
- BAUDRILLARD, J. (1995), *A Ilusão do Fim ou a Greve dos Acontecimentos*, Lisboa, Terramar, ISBN: 9789727101009.
- BAUDRILLARD, J. (2003), *The Violence of the Global*. Tradução de François Debrix. Disponível em http://www.ctheory.net/articles.aspx?id=385#_edn1. Consultado a 19-03-2013.
- BAUMAN, Z. (1992), *Intimations of Postmodernity*, London, Routledge. ISBN: 0-415-06750-2.
- BAUMAN, Z. (2009), *Europa Líquida-Entrevista de Giuliano Battiston*, Funchal, Nova Delphi. ISBN: 978-989-8407-99-3.
- BECKER, G.S. (1964), *Human Capital: a Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*, Chicago, University of Chicago, 3ª ed. 1993. ISBN: 9780226041209.
- BERKES; F.; FOLKE, C. (1992) *A Systems Perspective on the Interrelations Between Natural Human, Man-Made and Cultural Capital*, *Ecologic Economics*, 5, pp.1-8. Disponível em <http://www.jayhanson.us/page117.htm>. Consultado a 09-01-2013.
- BELLEN, H.M. Van, (2005), *Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa*, Rio de Janeiro, FGV Editora. ISBN: 85-225-0506-3.
- BENTHAM, J., (1781) [2009], *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*, UK, SCM Press. ISBN: 9780334041740.
- BOFF, L. (2003), *Ética e Moral: a busca de fundamentos*, Petrópolis, RJ, Editora Vozes. ISBN: 853262917-2.

-BOFF, L. (2012), Economia Verde vs Economia Solidária, in LeonardoBoff.com, 04-06-2012. Disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com/2012/06/04/economia-verde-verus-economia-solidaria/>. Consultado a 24-02-2013.

-BOURDIEU, P. (1977), Sur le Pouvoir Symbolique, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 32, nº3, pp. 405-411. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1977_num_32_3_293828. Consultado a 20-06-2013.

-BOURDIEU, P. (1979), La Distinction, Critique Sociale du Jugement, Col. Le Sens Commun, Paris, Les Editions de Minuit. ISBN: 9782707302755

-BOURDIEU, P. (1987), Choses Dites, Col. Le Sens Commun, Paris, Les Editions de Minuit. ISBN: 9782707311221

-BOURDIEU, P. (1989), Social Space and Symbolic Power, *Sociological Theory*, vol.7, nº1 (spring 1989), pp 14-25. Disponível em <http://www.soc.ucsb.edu/ct/pages/JWM/Syllabi/Bourdieu/SocSpaceSPowr.pdf>. Consultado a 23-06-2013)

-BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (2001), NewLiberal Speak: notes on the new planetary vulgate, *Radical Phylosophy 105*, janeiro/fevereiro de 2001, pp.2-5. Disponível em <http://loicwacquant.net/assets/Papers/NEOLIBERALNEWSPEAK.pdf>. Consultado a 25-03-2013.

-BRANCO, M.C.; CARVALHO, M.L.S.; REGO, C. (eds) (2006), Economia com Compromisso- Ensaio em Memória de José Dias Sena, Edição Centro de Estudos e Gestão Avançada em Gestão CEFAG da Universidade de Évora, ISBN: 972-778-092-X.

-BREUNING, L.G. (2011), Nature Gave us Four Kinds of Happiness, in *Psychology Today*, 06 de julho de 2011. Disponível em <http://www.psychologytoday.com/blog/your-neurochemical-self/201107/nature-gave-us-four-kinds-happiness>. Consultado a 27-02-2013.

-BURKERT, W.; GIRARD, R.; SMITH, J.Z., Violent Origins: Ritual Killing and Cultural Formation, California, Stanford University Press. ISBN: 0-8047-1518-1.

- CABRAL, M.V.; SILVA, F. C. da; SARAIVA, T. (org.) (2008), *Cidade & Cidadania. Governação Urbana e Participação Cidadã em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. ISBN: 978-972-671-230-5.
- CAMACHO, L.A; CAMPBELL, C.; CROCKER, D.A.; CURLO, E.; DALY, H.E.; DIAMOND, E.; GOODLAND, R.; HAMMOND, A.L.; KEYFITZ, LANE, R.E.; LICHTENBERG, J.; LINDEN, T.; LUBAN, D.; NASH, J.A.; NUSSBAUM, M.C.; POGGE, T.W.; SAGOFF, M.; SCHOR, J.B.; SCHUDSON, M.; SEGAL, J.M.; SEN, A.; STUDLER, A.; WACHTEL, P.L.; WAGGONER, P.E.; WASSERMAN, D.; WILBER, C.K. (1998), *The Ethics of Consumption: The good life, justice and global stewardship*, Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, Inc. ISBN: 0-8476-8495-4.
- CARMO, H.; FERREIRA, M.M. (2008), *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem*, 2ª ed, Lisboa, Universidade Aberta. ISBN: 978-972-674-231-9.
- CHOSSUDOVSKY, M. (2003), *A Globalização da Pobreza e a Nova Ordem Mundial*, Lisboa, Editorial Caminho, ISBN: 9789722115827.
- CLAMOTE, T.C. (2011), *Que Saberes, em que Diálogo(s), nas Trajectórias de Representação Regulatória das Associações de Doentes? e-cadernos CES*, 11, pp.79-103. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos11/II%20-%20Telmo%20Costa%20Clamote.pdf>. Consultado a 26-07-2013.
- COLEMAN, J.S. (1988), *Social Capital in the Creation of Human Capital*, *The American Journal of Sociology*, vol.94, Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure, The University of Chicago Press, pp.S-95 a S120. Disponível em http://onemvweb.com/sources/sources/social_capital.pdf. Consultado a 09-01-2013.
- COMISSÃO EUROPEIA (2007), *Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2007-2013*. Disponível em http://www.poctep.eu/index.php?modulo=presentacion&id_area=18. Consultado a 14-04-2014.
- COMISSÃO EUROPEIA (2014), *Programa Operativo de Cooperación Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020 – Versión Provisional, CPC*

(Consultores de Políticas Comunitarias), 10 de março de 2014. Disponível em http://www.poctep.eu/index.php?modulo=presentacion&id_area=24. Consultado a 14-04-2014.

-COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (2008), On the Sustainable Consumption and Production and Sustainable Industrial Policy: Action Plan, Bruxelas, 16 de julho de 2008. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0397:FIN:en:PDF>. Consultado a 21-02-2013.

-COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES (2009), Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee of the Regions – Mainstreaming sustainable development into the EU policies: 2009 Review of the European Union Strategy for Sustainable Development. Bruxelas, 24 julho de 2009. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0400:FIN:en:PDF>. Consultado a 03-04-2013.

-CONGRESSO CONTINENTAL DOS EUA (1776), Declaration of Independence, 04 de julho de 1776. Disponível em <http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/r?ammem/bdsdcc:@field%28DOCID+@lit%28bdsdcc02101%29%29>. Consultado a 10-02-2013.

-CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2006), Reapreciação da Estratégia da UE para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) –Nova Estratégia, 26 de junho de 2006. Disponível em www.observatorio.pt/download.php?id=682. Consultado a 03-04-2013.

-CORREIA, V. (1916), *Terra Portuguesa* II, pp.112-134. Disponível em http://www.miradadodouro.com.pt/tradicoes/rocas_enfeitadas.htm. Consultado a 10-05-2013.

-COSTANZA, R.; DALY, H. E. (1992), Natural Capital and Sustainable Development, *Conservation Biology*, Vol.6, nº1 (mar. 1992), pp.37-46. Disponível em <http://biology.duke.edu/wilson/EcoSysServices/papers/CostanzaDaly1992.pdf>. Consultado a 09-01-2013.

- COSTANZA, R.; D'ARGE, R.; GROOT, R.de; FARBER, S.; GRASSO, M.; HANNON, B.; LIMBURG, K.; NAEEM, S.; O'NEILL, R.V.; PARUELO, J.; RASKIN, R.G.; SUTTON, P.; VAN DER BELT, M.; (1997), The Value of the World's Ecosystem Services and Natural Capital, *Nature*, Vol. 387, 15 de maio de 1997, pp.253-260. Disponível em http://www.esd.ornl.gov/benefits_conference/nature_paper.pdf. Consultado a 27-01-2013.
- COUTINHO, C.P.; CHAVES, J.H. (2002), O Estudo de Caso na Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal, *Revista Portuguesa de Educação*, 15 (1), Universidade do Minho, pp.221-243. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/492>. Consultado a 10-07-2013.
- COUTINHO, C.P. (2011), Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática, Lisboa, Almedina. ISBN: 978-972-40-4487-3.
- CUCHE, D. (1999), A Noção de Cultura nas Ciências Sociais, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração. ISBN: 85-86259-59-4.
- DALH, R. (2001) Sobre a Democracia, Fundação Universidade de Brasília. ISBN: 85-230-0621-4.
- DALY, H. E.; COBB, J.B. (1989) [1991], For the Common Good: redirecting the economy toward community, the environment and a sustainable future, 2ª edição atualizada, Boston, Beacon Press. ISBN: 978-0807047057.
- DALY, H.E.; TOWNSEND, K.N. (1993) Valuing the Earth: Economics, Ecology, Ethics, Massachusetts, The MIT Press. ISBN: 0-262-54068-1.
- DANTAS, A.R. (2008), Que Vida Viver? Uma Análise Sociológica da Felicidade, in VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: saberes e práticas, Área Temática: Identidades, valores e modos de vida, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25-28 de junho de 2008. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/531.pdf>. Consultado a 27-02-2013.
- DELEUZE, G. (2005), Foucault, Lisboa, Edições 70. ISBN: 9789724412450
- DERRIDA, J. (1967), De la Grammatologie, Collection Critique, Paris, Les Editions de Minuit. ISBN: 9782707300126

- DESCARTES, R. (1641) [1992], *Meditações sobre a Filosofia Primeira*, Coimbra, Edições Almedina, ISBN: 9789724002965
- DIAS, S. (2009), *Crescimento Económico, Sustentabilidade e Desenvolvimento: o caso de Portugal*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente.
- DIENER, E.; OISHI, S. & LUCAS, R. E.(2002), *Subjective Well-being: the science of happiness and life satisfaction*, Oxford Handbook of Positive Psychology, 2ª edição, Oxford e Nova York, Oxford University Press. ISBN: 978-0-19-518724-3.
- DIETZ, S.; NEUMAYER, E. (2006) in Lawn Philip ed., *Some Constructive Criticisms of the Index of Sustainable Economic Welfare*, Sustainable Development Indicators in Ecological Economics. Current Issues in Ecological Economics, Cheltenham (Reino Unido) e Massachusetts (EUA), Edward Elgar Publishing Limited. ISBN:978 1 84542 099 4.
- DOLAN, P.; PEASGOOD, T.; DIXON, A.; KNIGHT, M.; PHILLIPS, D.; TSUCHIYA, A.; WHITE, M. (2006), *Research on the Relationship Between Well-Being and Sustainable Development*, Final Report for Defra, Tanaka Business School, Imperial College London, Centre for Well Being in Public Policy, University of Sheffield. Disponível em http://www.stopstanstedexpansion.com/documents/SSE18_Appendix_11.pdf. Consultado a 27-02-2013.
- DURKHEIM, E. (1893) [1997], *The Division of Labor in Society*, Nova Iorque, The Free Press. ISBN: 0-684-83638-6.
- DURKHEIM, E. (1895) [2004], *As Regras do Método Sociológico*, 9ª edição, Lisboa, Editorial Presença. ISBN: 972-23-1429-7
- EMMETT, R.B. edição (2010), *The Elgar Companion to the Chicago School of Economics*, Cheltenham (Reino Unido) e Massachusetts (EUA), Edward Elgar Publishing Limited. ISBN: 978 1 84064 874 4.
- ERIKSON, E. H. (1968) *Identity: Youth and Crisis*, Nova Iorque, W.W. Norton & Company Inc.. ISBN: 0-393-31144-9.

- ESTANQUE, E. (2006), A Questão Social e a Democracia no Início do Século XXI. *Revista Finiserra*. CES Faculdade de Economia da Universidade. de Coimbra. Vol. 55-56-57, Lisboa, pp.77-99. Disponível em <http://www.slideshare.net/ElisioE/t11-a-questao-social-sec-xxi>. Consultado_a 20-02-2013.
- EVERETT, G.; WILKS, A. (1999), The World Bank´s Genuine Savings Indicator: a Useful Measure of Sustainability? Bretton Woods Project – Working to reform the World Bank and IMF, outubro de 1999. Disponível em <http://www.brettonwoodsproject.org/topic/environment/gensavings.pdf>. Consultado a 16-01-2013.
- FARBER, D.A. (2011), Law, Sustainability and the Pursuit of Happiness, Berkeley program in Law and Economics, Working Paper Series. Disponível em <http://escholarship.org/uc/item/6289107q>. Consultado a 28-02-2013.
- FERRAZ, R.B.; TAVARES, H.; ZILBERMAN, M. L. (2007), Felicidade: uma revisão, *Revista de Psiquiatria Clínica*, vol.34, nº5, pp.234-242. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832007000500005. Consultado a 27-02-2013.
- FERREIRA, V. (1959) [2010], Aparição, Lisboa, Quetzal. ISBN: 9789725648186.
- FERREIRA, V. (1989), Análisis del Proceso de Creación y su Contexto (A través de un cuestionario de Perfecto-E. Cuadrado a Vergílio Ferreira), *Anthropos*, Revista de documentación científica de la cultura, nº 101, Barcelona.
- FERREIRA, V. (1981), Um Escritor Apresenta-se, Lisboa, INCM. ISBN: 9789722703208.
- FERREIRA, V. (1992) [2013], Pensar, Lisboa, Quetzal. ISBN: 9789897220906.
- FERREIRA, V. (2001), Escrever, 2ª ed, edição de Hélder Godinho, Lisboa, Bertrand editora. ISBN: 972-25-1205-6.
- FERREIRA, S.A.F.P. (2012), Classe, Cultura e Língua nas Terras de Miranda: um estudo sociológico sobre a produção e a crise de reprodução da cultura e língua mirandesas, in VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade, Crise e Reconfigurações, FL/FPCE da Universidade do Porto, 19-22 de junho de 2012.

Disponível em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0028_ed.pdf.

Consultado a 20-06-2013.

-FLICK, U.; KARDORFF, E. Von; STEINKE, I. (2000) [2004], *A Companion to Qualitative Research*, Glasgow, Sage Publications. ISBN: 0 7619 7375 3.

-FONTANA, A.; FREY, J. (1994), *Interviewing: the Art of Science* in *The Handbook of Qualitative Research*, Thousand Oaks, Sage Publications, pp.361-376. Disponível em <http://jan.ucc.nau.edu/~pms/cj355/readings/fontana%26frey.pdf>. Consultado a 10-07-2013.

-FOUCAULT, M. (1966) *Les Mots et les Choses*, Paris, Gallimard. ISBN: 2070224848.

-FOUCAULT, M. (1969), *L'Archéologie du Savoir*, Paris, Gallimard. ISBN: 2-07-026999X.

-FOUCAULT, M. (1977), "Pouvoir et Savoir" in *Dits et Ecrits 1976-1979*, Tomo III, 1994,[2001] Paris, Gallimard. ISBN: 2070739880.

-FOUCAULT, M. (1980), "Entretien avec Michel Foucault", in *Dits et Ecrits 1976-1988*, Tomo II, 1994, [2001] Paris, Gallimard. ISBN: 2070762904.

-FOUCAULT, M. (1982), "Le Sujet et le Pouvoir", in *Dits et Ecrits 1980-1988*, Tomo IV, 1994 [2001], Paris, Gallimard. ISBN: 2070739899.

-FOUCAULT, M. (2011), *Leçons Sur la Volonté de Savoir. Cours au Collège de France 1970-71 suivi de La Savoir d'Oedipe*, Hautes Etudes, Paris, Gallimard. ISBN: 9782020860246

-FREUD, S. (1899) [2001], *A Interpretação dos Sonhos*, Rio de Janeiro, Imago, Edição Comemorativa 100 anos, ISBN: 9788531206856.

-FREUD, S. (1930) [2008], *O Mal-Estar na Civilização*, Lisboa, Relógio d'Água. ISBN: 9789727089529.

-FRIEDMAN, M. (1966), *The Methodology of Positive Economics*, *Essays in Positive Economics*, Chicago, University of Chicago Press, pp.3-16, 30-43. Disponível em <http://www.ppge.ufrgs.br/giacomo/arquivos/eco02036/friedman-1966.pdf>. Consultado a 23-01-2013.

- FRYNAS, J.G.; PEGG, S. (ed.) (2003), *Transnational Corporations and Human Rights*, Nova York, Palgrave MacMillan. ISBN: 0-333-98799-3.
- FUKUYAMA, F. (2000), *Social Capital and Civil Society*, IMF Working Paper WP/00/74, IMF Institute, International Monetary Fund, abril de 2000. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=879582. Consultado a 09-01-2013.
- GFN – Global Footprint Network (2012), *National Footprint Accounts 2011 edition*, Oakland. Disponível em http://www.footprintnetwork.org/images/uploads/NFA_2011_Edition.pdf. Consultado a 04-11-2012.
- GIDDENS, A. (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Califórnia, Standford University Press. ISBN: 0-8047-1944-6.
- GIDDENS, A. (2000), *Dualidade da Estrutura: agência e estrutura*, Oeiras, Celta Editora. ISBN: 972-774-0634.
- GIDDENS, A. (2002), *Modernidade e Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. ISBN: 85-7110-669-X
- GIDDENS, A. (2006), *O Mundo na Era da Globalização*, 6ª edição, Lisboa, Editorial Presença. ISBN: 972-23-2573-6.
- GIDDENS, A. (2007), *Europe in the Global Age*, Cambridge, Polity Press. ISBN:0-7456-4011-7.
- GIRARD, R. (1972), *La Violence et le Sacré*, Paris, Grasset. ISBN: 2012788971.
- GIRARD, R. (2008), *Anorexie et Désir Mimétique*, Paris, Editions de L'Herne. ISBN: 2-85197-863-2.
- GIRARD, R. (2010), *La Théorie Mimétique: de l'apprentissage a l'apocalypse*, Paris, Presses Universitaires de France. ISBN: 978-2-13-057072-1.
- GREGORY, D.; JONHSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M.; WHATMORE, S. (2009), *The Dictionary of Human Geography*, 5ª edição, West Sussex (Reino Unido), Wiley-Blackwell. ISBN: 978-1-4051-3287-9
- GRINDE, B. (2012), *The Biology of Happiness*, Springer. ISBN: 978-94-007-4392-2.

- GUTÉS, M.C. (1996), The Concept of Weak Sustainability, *Ecological Economics*, 17, Department d'Economia i Història Econòmica, Universitat Autònoma de Barcelona, pp.147-156. Disponível em http://www.researchgate.net/publication/222583715_The_concept_of_weak_sustainability. Consultado a 11-01-2013.
- HABERMAS, J. (1984), The Theory of Communicative Action, Vol.1, Reason and Rationalization of Society, Boston, Beacon Press. ISBN: 978-0-8070-1507-0.
- HABERMAS, J. (1987), The Theory of Communicative Action, Vol.2, Lifeworld and System: a Critique of Functionalist Reason, Boston, Beacon Press. ISBN: 0-8070-1401-X.
- HARTWICK, J.M. (1977), Intergenerational Equity and the Investing of Rents from Exhaustible Resources, *The American Economic Review*, vol. 67, nº5, dezembro de 1977, pp.972-974. Disponível em <http://www.econ.yale.edu/~nordhaus/Resources/hartwick.pdf>. Consultado a 23-01-2013.
- HEINRICH BÖLL STIFTUNG (2009), Toward a Transatlantic Green New Deal: Tackling the Climate and Economic Crisis, Publication Series on Ecology, volume 3, Bruxelas, Worldwatch Institute para a Heinrich Böll Foundation. Disponível em http://www.za.boell.org/downloads/green_new_deal.pdf. Consultado a 24-02-2013.
- HERSKOVITS, M.J. (1948), Man and his Works: The science of cultural anthropology, Nova Iorque, A.A. Knopf.
- HERSKOVITS, M.J. (1955), Cultural Anthropology, Nova Iorque, A.A. Knopf.
- HOFSTEDE, G. (1980), Culture's Consequences: International differences in work-related values, Beverly Hills, CA, Sage Publications. ISBN: 0-8039-1444-X.
- HOFSTEDE, G. (1991) [1997], Cultures and Organizations: software of the mind, Nova Iorque, McGraw-Hill. ISBN: 0-07-029307-4.
- HOFSTEDE, G. (2001), Culture's Consequences: Comparing values, behaviors, institutions and organizations across nations, 2ª edição, Thousand Oaks, CA, Sage Publications. ISBN: 0-8039-7324-1.

- HUNTINGTON, S.P. (1993) *The Clash of Civilizations*, *Foreign Affairs*, Verão de 1993, pp.22-49. Disponível em <http://edvardas.home.mruni.eu/wp-content/uploads/2008/10/huntington.pdf>. Consultado a 25-05-2013.
- HUNTINGTON, S. P (1996) *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Nova Iorque, Simon & Shuster. ISBN: 0-684-84441-9.
- HUSSERL, E. (1936) [1970], *The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology*, Illinois, EUA, Northwestern University Press. ISBN: 0-8101-0458-X.
- IOM (International Organization for Migration) (2009), *Migration, Environment and Climate Change: Assessing the evidence*, Genebra, Suíça. ISBN: 978-92-9068-454-1.
- IUCN; UNEP; WWF (1980), *World Conservation Strategy, Living Resource Conservation for Sustainable Development*, Gland, Suíça. ISBN: 2-88032-104-2.
- JODELET, D. (2001), *As Representações Sociais*, D. Jodelet (org.), Lilian Ulup (trad.), Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- JONES, V. (2008), *The Green Collar Economy: how one solution can fix our two biggest problems*, Nova Iorque, Harper Collins Publishers. ISBN: 978-0-06-165075-8.
- JUNG, K. (1928) [2011], *Eu e o Inconsciente*, Petrópolis, Editora Vozes, ISBN: 8532604196.
- JÚNIOR, A.P.M. (2007), *Indicadores Ambientais e Recursos Hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. ISBN: 8528612465.
- KANT, I. (1785) [2010], *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Lisboa, Edições 70. ISBN: 9789724415376.
- KJELL, O. (2011), *Sustainable Well-Being: A Potential Synergy Between Sustainability and Well-Being Research*, *Review of General Psychology*, vol. 15, nº3, pp.255-266, American Psychology Association. Consultado a 28-02-2013.
- KOCH, W. (2012), *Is the USA moving Toward a “Happiness Index”?*, *USA Today*, 08 de julho de 2012. Disponível em <http://usatoday30.usatoday.com/news/health/wellness/story/2012-06-20/gross-national-happiness/56669830/1>. Consultado a 20-01-2013.

- KRINGELBACH, M.L. (2006), Searching the Brain for Happiness, in *BBC News*, 02 de maio de 2006. Disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/happiness_formula/4880272.stm. Consultado a 27-02-2013.
- LAHIRE, B. (2002), *Homem Plural: Os Determinantes da Ação*, Petrópolis, Editora Vozes. ISBN: 85.326.2739-0.
- LIPOVETSKY, G. (1989), *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio D'Água. ISBN: 9789727083824.
- LIPOVETSKY, G. (2010), *A Felicidade Paradoxal*, Lisboa, Edições 70, ISBN: 9789724413549.
- LIPOVETSKY, G. (2010 a), *O Crepúsculo do Dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*, Lisboa, D. Quixote. ISBN: 978-972-20-4068-6.
- LIPOVETSKY, G. (2010b) *O Império do Efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas*, Lisboa, D. Quixote. ISBN: 9789722041430.
- LIPOVETSKY, G. (2011), *Os Tempos Hipermodernos*, Lisboa, Edições 70, ISBN: 9789724416335.
- LORENZ, E.N. (1963), Deterministic Nonperiodic Flow, *Journal of the Atmospheric Sciences*, vol. 20, março de 1963, pp.130-141. Disponível em http://atoc.colorado.edu/~dcn/ATOC7500_old/members/Reading/Lorenz_JAS_1963a.pdf. Consultado a 11-02-2013.
- LU, L.; GILMOUR, R. (2004), Culture and Conceptions of Happiness: Individual Oriented and Social Oriented SWB, *Journal of Happiness Studies*, 5, p.269-291. Disponível em <http://web.ba.ntu.edu.tw/luolu/Culture%20and%20conceptions%20of%20happiness%20Individual%20oriented%20and%20social%20oriented%20SWB.pdf>. Consultado a 16-01-2014
- MARINOFF, L. (2001) *Mais Platão, menos Prozac*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Record. ISBN: 85-01-05848-3.

- MARTINEZ-ALIER, J. (2002), *Environmentalism of the Poor – A study of ecological conflicts and valuation*, Cheltenham (Reino Unido) e Massachusetts (EUA), Edward Elgar Publishing Limited. ISBN: 9781840649093.
- MARX, K. (1867) [1985], *O Capital, Crítica da Economia Política, Vol.1, Livro Primeiro, O processo de Produção do Capital, Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII)*, São Paulo, Editora Nova Cultural Ltda. ISBN: 85-351-0831-9.
- MARX, K; ENGELS, F. (1848) [1999], *Communist Manifesto*, NY, St Martin´s Press, ISBN: 9780312157111
- MAX-NEEF, M. (1995), *Economic Growth and Quality of Life: a threshold hypothesis*, *Ecological Economics*, nº15, pp.115-118. Disponível em http://www.max-neef.cl/download/Max_Neef_Economic_growth_and_quality_of_life.pdf. Consultado a 16-01-2013.
- McGILLIVRAY, M.(1991), *The Human Development Index: Yet Another Redundant Composite Development Indicator?*, *World Development*, Vol. 19, nº10, pp.1461-1468. Disponível em <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Mc-Gillivray-1991.pdf>. Consultado a 06-01-2013.
- McNAMEE, S. & GERGEN, K. J. (1992), *Therapy as Social Construction*, Londres, SAGE Publications Ltd. ISBN: 0-8039-8303-4.
- MELUCCI, A. (1989), *Nomads of the Present: Social movements and individual needs in contemporary society*, Filadélfia, EUA, Temple University Press. ISBN: 0877225990.
- MENESES, M. P.; S. SANTOS, B. (2010), *Epistemologias do Sul*, 2ª edição, Lisboa, Almedina. ISBN: 9789724043845.
- MILL, J. S. (1861) [1997], *El Utilitarismo*, Madrid, Alianza, ISBN: 9788420600543.
- MILLENIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT (2005), *Ecosystems and Human Well-Being: Synthesis*, World Resources Institute. Disponível em <http://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>. Consultado a 11-02-2013.

- MINAYO, M.C. de S. (2009), Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças, *Revista Brasileira de Educação Médica*, 33 (1 supl 1), pp. 83-91.
Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a09v33s1.pdf>. Consultado a 24-11-2012.
- MINCER, J. (1958), Investment in Human Capital and Personal Income Distribution, *The Journal of Political Economy*, Volume LXVI, nº4, agosto de 1958, pp.281-302.
Disponível em <http://www.jstor.org/discover/10.2307/1827422?uid=3738880&uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21101639693527>. Consultado a 09-01-2013.
- MINGIONE, E.; PUGLIESE, E. (1987), A Difícil Delimitação do «Urbano» e do «Rural»: Alguns exemplos e implicações teóricas, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº22, abril de 1987, pp.83-99. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/22/ Enzo%20Mingione,%20Enrico%20Pugliese%20-%20A%20Dificil%20Delimitacao%20do%20Urbano%20e%20do%20Rural.pdf>. Consultado a 12-04-2013.
- MOSCOVICI, S. (2000), Social Representations. Studies in Social Psychology, N.J., John Wiley and Sons, Lda. ISBN: 9780745622262
- NEF - New Economics Foundation (2012), The Happy Planet Report Index: 2012 Report, A global index of sustainable well-being. Disponível em <http://www.happyplanetindex.org/assets/happy-planet-index-report.pdf>. Consultado a 04-11-2012.
- NELSON, D. (2011, 02 de março), Bhutan's Gross National Happiness Index, *The Telegraph*. Disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/bhutan/8355028/Bhutans-Gross-National-Happiness-index.html#>. Consultado a 20-01-2013.
- NEUMAYER, E. (2004), Sustainability and Well-being Indicators, Research Paper nº 2004/23, United Nations University, WIDER – World Institute for Development Economics Research. Disponível em <http://www2.lse.ac.uk/geographyAndEnvironment/whosWho/profiles/neumayer/pdf/Sustainabilitywellbeingarticle.pdf>. Consultado a 20-11-2013.

-NEUMAYER, E. (2010), *Weak Versus Strong Sustainability – Exploring the Limits of Two Opposing Paradigms*, 3ª edição, Cheltenham (Reino Unido) e Massachusetts (EUA), Edward Elgar Publishing Limited. ISBN: 978-1-84844-873-5.

-NEUMAYER, E. (2011), *Sustainability and Inequality in Human development*, Human Development Research Paper 2011/04, UNDP (United Nations Development Programme), novembro de 2011. Disponível em http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/papers/HDRP_2011_04.pdf. Consultado a 20-11-2012.

-NUNES, A.J.A. (2011), *Uma Leitura Crítica da Atual Crise do Capitalismo*, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. ISBN: 9720032106051.

-O'BRIEN, C. (2005), *Planning for Sustainable Happiness: harmonizing our internal and external landscapes*. Comunicação no âmbito de *Rethinking Development -2nd International Conference on Gross National Happiness*, Nova Escócia, Canadá, junho de 2005. Disponível em <http://www.gpiatlantic.org/conference/papers/obrien.pdf>. Consultado a 27-02-2013.

-O'BRIEN, C. (2007), *Policies for Sustainable Happiness*. Comunicação no âmbito da *International Conference on "Policies for Happiness"*, Siena, Itália, 14-17 de junho de 2007. Disponível em <http://www3.unisi.it/eventi/happiness/curriculum/obrien.pdf>. Consultado a 27-02-2013.

-OCDE (2002), *Glossary in Key Terms in Evaluation and Results Based Management*. Disponível em <http://www.oecd.org/development/peerreviewsofdacmembers/2754804.pdf>. Consultado a 21-11-2012.

-OISHI, S.; GRAHAM, J.; KESEBIR, S.; GALINHA, I.C. (2013), *Concepts of Happiness Across Time and Cultures*, *Personality and Social Psychology Bulletin*, vol.39, nº5, maio 2013, pp.559-577. Disponível em <http://www-bcf.usc.edu/~jessegra/papers/OGKG.inpress.HappinessConcepts.PSPB.pdf>. Consultado a 16-01-2014.

-OPHI (Oxford Poverty and Human Development Initiative); UNDP (United Nations Development Programme) (2011), *Multidimensional Poverty Index 2011*. Disponível

em <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHI-MPI-Brief-2011.pdf>. Consultado a 16-02-2013.

-PACKTER, L. (1997), *Filosofia Clínica – Propedêutica*, Porto Alegre, AGE. Encarte da obra em http://www.filosofiaadistancia.com.br/Filosofia_Clnica_-_Propedeutica.pdf. Consultado a 10-02-2012.

-PATRÍCIO, T. (2012), *Trás-os-Montes*, Lisboa, Gradiva. ISBN: 978-898-616-478-2.

-PEARCE, D.; ATKINSON, G. (1998), The concept of sustainable development: An evaluation of its usefulness ten years after Brundtland, *Swiss Journal of Economics and Statistics*, vol.134 (3), pp. 251-269. Disponível em <http://www.sjes.ch/papers/1998-III-2.pdf>. Consultado a 17-01-2013.

-PETZOLD, H. (1971), *Philosophie Clinique, Thérapeutique Filosophique, Philopraxie*, aula inaugural da sua nomeação para o cargo de Professor no Instituto St Denis, Paris, Etablissement d'Enseignement Supérieur Libre des Sciences Théologique et Philosophique.

-PETZOLD, H. (2004), *Integrative Therapie, Modelle, Theorien & Methoden einer Shulenbergreifenden Psychotherapie, Band 1: Klinische Philosophie*, Paderborn, Junfermann. ISBN: 978-3873870666.

-PINTO, C.C.G. (2011), *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social, orientador científico: Professor Doutor Hermano de Almeida e Carmo, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4230>. Consultada a 20-06-2013.

-PINTO, C.B. (2013), *Museu, Comunidade e Património Cultural Imaterial: um estudo de caso – o Museu da Terra de Miranda*, *Midas*, 2, pp.1-15. Disponível em <http://midas.revues.org/210>. Consultado a 20-06-2013.

-PLATÃO (2005) *A República –ou Politeia*, Lisboa, Guimarães Editores, Coleção in Folio, ISBN: 9789726655046.

-PNUD (UNDP) (2010), *Human Development Report 20th Anniversary Edition, The Real Wealth of Nations: Pathways to Human Development*, Nova Iorque. ISBN: 9780230284456 90101.

- PNUD (UNDP) (2011), Human Development Report 2011, Sustainability and Equity: a Better Future for All, Nova Iorque. ISBN: 9780230363311.
- PNUD (UNDP) (2013), Human Development Report 2013 – The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World, Nova Iorque. ISBN: 78-92-1-126340-4.
- PNUD (UNDP) (2013a), Explanatory Note on 2013 HDR Composite Indices – Portugal. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/PRT.pdf>. Consultado a 10-06-2014.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2006), Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e Plano de Implementação, Dezembro de 2006. Disponível em http://www.dpp.pt/pt/ENDS2015/Documents/ENDS_2015-ParteI_Estrategia.pdf. Consultado a 03-04-2013.
- RAWLS, J. (1971) [2001], Uma Teoria da Justiça, Lisboa, Editorial Presença. ISBN: 9789722317153.
- REES, W. (1992), Ecological Footprints and Appropriated Carrying Capacity: what urban economics leaves out. *Environment and Urbanization*, volume nº 4, nº2, outubro 1992, pp. 121-130. Disponível em <http://eau.sagepub.com/content/4/2/121.full.pdf+html>. Consultado a 11-11-2012.
- RIBEIRO, R. (2008), O Consumo: uma Perspetiva Sociológica, in VI Congresso Português de Sociologia - Mundos Sociais: saberes e práticas, Área Temática: Identidades, valores e modos de vida, Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 25-28 de junho de 2008. Disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/105.pdf>. Consultado a 13-03-2013.
- RICARD, M. (2007), (reed.) Happiness: a guide to developing life's most important skill, Nova York, Little, Brown Company. ISBN: 978-0-316-16725-3.
- RICOEUR, P. (1993), Philosophie de la Volonté 1- Le volontaire et l'involontaire, Paris, Aubier Montaigne. ISBN: 2700731026.
- RICOEUR, P. (1995), Le Juste, Paris, Éditions Esprit. ISBN: 2-909210-16-2.
- RICOEUR, P. (1999), Lectures 1 – Autour du Politique, Paris, Seuil. ISBN: 2-02-036488-3.

- ROUSSEAU, J. J. (1755) [1999a], *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos das Desigualdades entre os Homens*, Lisboa, Didáctica Editora, ISBN: 9789726504290.
- ROUSSEAU, J.J., (1762) [1999b] *O Contrato Social*, Lisboa, Publicações Europa-América, ISBN: 9789721027398.
- RUBIN, B. (2010), *O Direito à Busca da Felicidade*, *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, RBDC nº 16, jul./dez. 2010, pp.35-49. Disponível em [http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-16/RBDC-16-035-Artigo Beatriz Rubin %28O Direito a Busca da Felicidade%29.pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-16/RBDC-16-035-Artigo%20Beatriz%20Rubin%20O%20Direito%20a%20Busca%20da%20Felicidade%29.pdf). Consultado a 24-02-2013.
- SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (2005), *Neoliberalism: a critical reader*, Londres, Pluto Press. ISBN: 0-7453-2298-0.
- SAAD, G. (2007), *The Evolutionary Basis of Consumption*, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers. ISBN: 0-8058-5150-X.
- SACHS, I. (1973) *Main Trends in Economics*, Winchester, Massachusetts Allen & Unwin. ISBN: 0043302254
- SACHS, I. (1980) *Stratégies de L'écodeveloppement*, Paris, De L'atelier Editions. ISBN 978-2708220492.
- SACHS, I. (1990), *Desarrollo sustentable, bio- industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas. Los casos de Índia y Brasil. Pensamiento Iberoamericano*, volume 46, pp.235-256. Consultado a 12-08-2012.
- SACHS, I. (2007), *Rumos à Ecosocioeconomia – Teoria e prática do desenvolvimento*, S. Paulo, Cortez Editora. ISBN: 9788524911538.
- SANDRONI, P. org. (1999), *Novíssimo Dicionário de Economia*, São Paulo, Editora Best Seller e Círculo do Livro. Disponível em <http://introducaoaeconomia.files.wordpress.com/2010/03/dicionario-de-economia-sandroni.pdf>. Consultado a 11-11-2012.
- SANTOS, F. D. (2012), *Alterações Globais – Os desafios e os riscos presentes e futuros*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN: 978-989-8424-55-6.

- SCHULTZ, T. (1962), O Valor Económico da Educação, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SCHULTZ, T. (1973), Capital Humano – Investimentos em Educação e Pesquisa, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- SELIGMAN, M.E.P.; CSIKSZNTMIHALYI, M. (2000), Positive Psychology: an introduction, *American Psychologist*, vol.55, nº1, janeiro de 2000, pp.5-14. Disponível em <http://www.ppc.sas.upenn.edu/ppintroarticle.pdf>. Consultado a 27-02-2013.
- SEN, A. (1978), Equality of What? *The Tanner Lecture on Human Values*, Stanford University, 22 de maio de 1978. Disponível em <http://www.uv.es/~mperezs/intpoleco/Lecturcomp/Distribucion%20Crecimiento/Sen%20Equality%20of%20what.pdf>. Consultado a 15-01-2013.
- SEN, A. (1987), On Ethics and Economics, Oxford, Blackwell Publishing. ISBN: 0-631-16401-4.
- SERRES, M. (1994), O Terceiro Instruído, Lisboa, Instituto Piaget. ISBN: 9789729295300.
- SILVA, R.B.C. da (2011), Valores e Felicidade no Século XXI: Um retrato sociológico dos portugueses em comparação europeia, Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Lisboa, ISCTE- IUL, maio de 2011. Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2948/1/Valores%20e%20Felicidade%20Rui%20Brites.pdf>. Consultado a 28-02-2013.
- SINGER, P. (2011) A vida que podemos salvar – Agir agora para pôr fim à pobreza no mundo. Lisboa, Gradiva, ISBN: 9789896164317.
- SMITH, A. (1776) [2009], The Wealth of Nations, Digireads. com Publishing. ISBN: 1-4209-3206-3.
- SOBRAL, A.; FREITAS, C.M. de; BARCELOS, C.; GURGEL, H.C.; PEDROSO, M. de M. (2011), Saúde Ambiental – Guia básico para a construção de indicadores, Série B – Textos Básicos de Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Brasília. ISBN: ISBN 978-85-334-1777-9.

-SOL *online*, (2012), Portugal pode vir a medir Felicidade Interna Bruta, 09 de maio de 2012. Disponível em http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=48887. Consultado a 20-01-2013.

-SOLOW, R. M. (1974), The Economics of Resources or the Resources of Economics, *The American Economic Review*, Vol. 64, nº2, maio de 1974, pp. 1-14. Disponível em http://nordhaus.econ.yale.edu/documents/Solow_Resources.pdf. Consultado a 23-01-2013.

-SOLOW, R.M. (1991), Sustainability, an Economist's Perspective, Conferência proferida no âmbito do 18º J. Seward Johnson Lecture to the Marine Policy Center, Woods Hole Oceanographic Institution, Woods Hole, Massachusetts, 14 de junho de 1991. Disponível em <http://www.owlnet.rice.edu/~econ480/notes/sustainability.pdf>. Consultado a 09-01-2013.

-SOROMENHO-MARQUES, V. (1993), O Problema da Decisão em Política do Ambiente, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº36, fevereiro de 1993, pp.27-40. Disponível em http://www.ces.uc.pt/rccs/rccs.php?id=492&id_lingua=2. Consultado a 13-01-2013.

-SOROMENHO-MARQUES, V. (1998), O Futuro Frágil: Os desafios da crise global do ambiente, Mem-Martins, Publicações Europa-América. ISBN: 972-1-04435-0.

-SOROMENHO-MARQUES, V. (2005), “Os Desafios da Crise Global e Social do Ambiente “ *in* Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável, Mem-Martins, Publicações Europa-América, pp.19-35. Disponível em <http://www.viriatosoromenho-marques.com/Imagens/PDFs/Desafios%20Crise%20%20Ambiental%202005.pdf>. Consultado a 01-04-2013.

-SOROMENHO-MARQUES, V. (coord.); VILAR, E.R. (prefácio), ELLIS, A.; LARSSON, A.; KING, Sir D.; LIPOVETSKY, G.; PORRIT, J.; SANTOS, J.L.; PACKARD, J.; MEHRA, M.; ARAÚJO, M.B.; SCHREURS, M.; DESAI, N.; AGUDO, P.A.; BARATA, P.M.; (2010), O Ambiente na Encruzilhada –Por um futuro sustentável, Lisboa, Coleção Gulbenkian Ambiente, Lisboa, Esfera do Caos. ISBN: 978-989-680-013-0.

-SOUSA, M.J.; BAPTISTA, C.S. (2011), Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios segundo Bolonha, 3ª ed, Lisboa, PACTOR. ISBN: 978-989-693-001-1.

-SOUSA SANTOS, B. (1996), A Queda do *Angelus Novus*: Para além da equação moderna entre raízes e opções, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 45, maio de 1996, pp.5-34. Disponível em

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/83_A%20queda%20do%20Angelus%20Novus_RCCS45.pdf. Consultado a 16-05-2013.

-SOUSA SANTOS, B. (1997), Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 48, junho de 1997, pp.11-32. Disponível em

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF. Consultado a 20-02-2013.

-SOUSA SANTOS, B. (1998/1999), O Todo é Igual a Cada Uma das Partes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, Novembro de 1998/Fevereiro de 1999, pp.5-14.

Disponível em

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/O_todo_e_igual_a_cada_uma_das_partes_RCCS52-53.PDF. Consultado a 19-06-2013.

-SOUSA SANTOS, B. (2001), Seis Razões Para Pensar, *Lua Nova*, nº 54, pp. 13-24.

Disponível em

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/ Porque%20pensar_Lua%20Nova_2001.pdf. Consultado a 05-06-2013.

-SOUSA SANTOS, B. (2002), Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 63, outubro de 2002, pp.237-280.

Disponível em

http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF. Consultado a 12-06-2013.

-SOUSA SANTOS, B. (2004a), O Fórum Social Mundial: Manual de Uso, Madison, dezembro de 2004. Disponível em

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>. Consultado a 10-06-2013.

-SOUSA SANTOS, B; NUNES, J.A. (2004b), Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal, *South European Society and Politics*, 9:2, pp.1-

15. Disponível em

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/159_Democracy%20Participation_SouthEuropean.pdf. Consultado a 26-06-2013.

-SOUSA SANTOS (2006), *Globalizations, Theory, Culture & Society*, nº23, TCS Centre, Nottingham Trent University, Sage Publication, pp.393-399. Disponível em http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Globalizations_Theory_Culture_and_Society_2006.PDF. Consultado a 20-03-2013.

-SOUSA SANTOS, B. (2007), Para Além do Pensamento Abissal: duas linhas globais a uma ecologia de saberes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, outubro de 2007, pp.3-46. Disponível em

http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/147_Para%20alem%20do%20pensamento%20abissal_RCCS78.pdf. Consultado a 20-02-2013.

-SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (2009), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Almedina. ISBN: 978-972-40-3738-7.

-STO. AGOSTINHO (397-400) [2000], Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, ISBN: 9789722710404.

-STOKHOLM ENVIRONMENT INSTITUTE (2009), Kate Scott (org), *A Literature Review on Sustainable Lifestyles and Recommendations for Further Research*. Estocolmo, Suécia. Disponível em

http://www.unep.fr/scp/marrakech/taskforces/pdf/sei_sustainable_lifestyles_evidence_report.pdf. Consultado a 22-03-2013.

-TORGA, M. (1941), *Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes)*, Coimbra, Atlântida.

-UL HAQ, M. (1996), *Reflections on Human Development*, Oxford University Press. ISBN: 9780195101935.

-UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs) (2013), *Empowering People for Social Change*, *DESA News*, vol. 17, nº2, fevereiro de 2013. Disponível em

<http://www.un.org/en/development/desa/newsletter/desanews/feature/2013/02/index.html#6046>. Consultado a 20-02-2013.

-UNSD (United Nations Sustainable Development), (1992), United Nations Conference on Environment & Development, Agenda 21, Rio de Janeiro, 3 a 14 de junho de 1992. Disponível em <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>.

Consultado a 01-11-2012.

-UNDP (United Nations Development Programme), (2012a), The Power of Local Action – Lessons from 10 years of the Equator Prize, Equator Initiative. Disponível em http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/environment-energy/ecosystems_and_biodiversity/local-action-for-sustainable-development-lessons-from-10-years1/. Consultado a 19-02-2013.

-UNDP (United Nations Development Programme), (2012b), The Millenium Development Goals Report: Gender Chart. Disponível em <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2012/GenderE.pdf>.

Consultado a 17-02-2013.

-UNEP (United Nations Environment Programme), (1972), Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment. Disponível em <http://www.unep.org/Documents/Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503>. Consultado a 27-10-2012.

-UNEP (United Nations Environment Programme), (2011), Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. Disponível em http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/ger_final_dec_2011/Green%20EconomyReport_Final_Dec2011.pdf. Consultado a 16-02-2013.

-UNESCO (2012), Youth and Skills: Putting Education to Work, EFA Global Monitoring Report. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002185/218569E.pdf>. Consultado a 17-02-2013.

-UN-HABITAT (United Nations Human Settlements Programme) (2012), State of the World's Cities 2012/2013 – Prosperity of Cities. Disponível em <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=3387>. Consultado a 20-03-2013.

- UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees), (2012), Protecting Refugees and the Role of UNHCR. Disponível em <http://www.unhcr.org/509a836e9.html>. Consultado a 17-02-2013.
- UNITED NATIONS (2000), Millennium Declaration, 08 de setembro de 2000. Disponível em <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.htm>. Consultado a 19-02-2013.
- UNITED NATIONS (2008), Declaration on the Rights of Indigenous Peoples. Disponível em http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_en.pdf. Consultado a 17-02-2013.
- UNITED NATIONS (2010), The Millennium Development Goals Report, UNSD. Disponível em <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/MDG%20Report%202010%20En%20r15%20-low%20res%2020100615%20-.pdf>. Consultado a 13-02-2013.
- UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY (2011), Resolução 65/309, de 25 de agosto. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/420/70/PDF/N1142070.pdf?OpenElement>. Consultado a 06-02-2013.
- UNITED NATIONS – DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (DESA) (2012) SEEA-Water, UNSD. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/envaccounting/seeaw/seeawaterwebversion.pdf>. Consultado a 16-02-2013.
- UNITED NATIONS (2013), The Millennium Development Goals Report 2013, Nova Iorque, junho de 2013. ISBN: 978-92-1-101284-2.
- URA, K; ALKIRE, S.; ZANGMO, T.; WANGDI, K.(2012), A Short Guide to Gross National Happiness Index, Thimphu (Butão), Centro de Estudos do Butão. ISBN: 978-99936-14-66-1.
- WACKERNAGEL, M. & REES, W. (1995), Our Ecological Footprint, Reducing human impact on the Earth, Philadelphia, New Society Publishers. ISBN: 9780865713123.

- WCED -World Comission on Environment and Development (1987) Our Common Future (“Brundtland Report”), transmitido à Assembleia Geral como anexo do documento A/42/427. Disponível em [http://conspect.nl/pdf/Our Common Future-Brundtland_Report_1987.pdf](http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf). Consultado a 01-11-2012.
- WEINREICH, P.; SAUDERSON, W. (ed.) (2003), *Analysing Identity: Cross- Cultural, Societal and Clinical Contexts*, East Sussex, Routledge. ISBN: 0-415-29897-0.
- WHO – World Health Organization, (1946), *Constitution of the World Health Organization*. Disponível em http://whqlibdoc.who.int/hist/official_records/constitution.pdf. Consultado a 11-02-2013.
- WHOQOL – World Health Organization Quality of Life (1997), *Measuring Quality of Life*, Programme on Mental Health. Disponível em http://www.who.int/mental_health/media/68.pdf. Consultado a 11-02-2013.
- WHO -World Health Organization (2012), *World Health Statistics 2012*. Disponível em http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/EN_WHS2012_Full.pdf. Consultado a 16-02-2013.
- WORLD BANK (2011), *Implementation of the World Bank’s Indigenous Peoples Policy: a learning review (FY 2006-2008)*. Disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTSAFEPOL/Resources/Indigenous_peoples_review_august_2011.pdf. Consultado a 17-02-2013.
- WORLD BANK (2012), *World Development Report 2013: Jobs*, World Bank. ISBN: 978-0-8213-9620-9.
- WWF (World Wide Fund for Nature), (2011), *The Energy Report: 100% renewable energy by 2050*, em colaboração com a Ecofys e com o OMA-AMO. Disponível em http://assets.wwf.org.uk/downloads/2011_02_02_the_energy_report_full.pdf. Consultado a 21-02-2013.
- YIN, R.K. (1994) [2003], *Case Study Research: Design and Methods*, 3ª ed., Califórnia, Sage Publications. ISBN: 0-7619-2553-8.

-ZAMBRANO, M. (1934) *Hacia un Saber sobre el Alma*, *Revista de Occidente*, ano XII, nº CXXXVIII, Madrid, dezembro de 1934.

-ZAMBRANO, M. (1945) [2000], *La Agonía de Europa*, Madrid, Trotta. ISBN: 978-84-8164-416-6.

-ZAMBRANO, M. (1955) [2007], *El Hombre y lo Divino*, Madrid, Fondo de Cultura Económica. ISBN: 9788437506074.

-ZAMBRANO, M. (1958) [1996] *Persona y Democracia*, Biblioteca de Ensayo, Madrid, Siruela. ISBN: 978-84-7844-314-7.

-ZAMBRANO, M. (1977) [1993] *Claros del Bosque*, Barcelona, Seix Barral, Biblioteca de Bolsillo. ISBN: 9788432230394.

-ZASNET-AECT; SPI (2013), *Plan Estratégico de Cooperación y Desarrollo Territorial - ZASNET 2020*, maio 2013. Disponível em http://www.zasnet-aect.eu/sites/default/files/documentos/zasnet_2020_es.pdf. Consultado a 05-07-2014.

NOTAS

i “We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness. – That to secure these rights, Governments are instituted among Men (...) whenever any form of Government becomes destructive of these ends, it is the Right of the People to alter or to abolish it (...)” (Congresso Continental dos EUA, 1776: s/p).

ii “The General Assembly, *bearing* in mind the purposes and principles of the United Nations (...) which include the promotion of the economic advancement and social progress of all peoples (...), *cognizant* that the happiness as a universal goal and aspiration embodies the spirit of the Millennium Development Goals, *recognizing* that the gross domestic product indicator by nature was not designed to and does not adequately reflect the happiness and well-being of people in a country, *conscious* that unsustainable patterns of production and consumption can impede sustainable development, and recognizing the need for a more inclusive, equitable and balanced approach to economic growth that promotes sustainable development, poverty eradication, happiness and well-being of all peoples, *acknowledging* the need to promote sustainable development and achieve the Millennium Development Goals: 1- *Invites* Members States to pursue the elaboration of additional measures that better capture the importance of the pursuit of happiness and well being (...); 2- *Invites* those Members States that have taken initiatives to develop new indicators and other initiatives, to share information thereon with the General-Secretary as a contribution to the United Nations development agenda, including the Millennium Goal; 3-*Welcomes* the offer of Bhutan to convene during the sixty-six session of the General Assembly a panel discussion on the theme of happiness and well-being; 4-*Invites* the General-Secretary to seek the views of Member States and relevant regional and international organizations on the pursuit of happiness and well-being and to communicate such views to the General Assembly (...)” (United Nations General Assembly, 2011:1-2).

iii “Agora há mais uma opção para as pessoas insatisfeitas ou resistentes à terapia psicológica e psiquiátrica: o aconselhamento filosófico (...) Na medida em que as instituições religiosas estabelecidas perdem cada vez mais a sua autoridade e que a psicologia e a psiquiatria excedem os limites da sua utilidade (...) muitas pessoas estão passando a dar-se conta de que a especialização filosófica abarca lógica, ética, valores, significado, racionalidade, tomada de decisão (...) e todas as vastas complexidades que caracterizam a vida humana.” (Marinoff, 2001:7).

iv “Other concepts such as freedom and happiness, are frequently related to measures of the quality of life that individuals and societies experience, although much work on happiness shows that – to the extent that it can be measured – it does not increase above a certain threshold income: people may be more content and live more comfortable lives with higher incomes, but they do not feel any happier” (Gregory et al.,2009:606-607).

v “Health is a state of complete physical, mental and social well-being and not only the merely absence of disease or infirmity. The enjoyment of the highest attainable standard of health is one of the fundamental rights of every human being without distinction of race, religion, political belief, economic or social condition (WHO, 1946:2).

vi “WHO defines Quality of Life as individual’s perception of their position in life in the context of the culture and value systems in which they live and in relation to their goals, expectations, standards and concerns (WHOQOL, 1997:1).

vii “For the purpose of attaining freedom in the world of nature, man must use knowledge to build, in collaboration with nature, a better environment. To defend and improve the human environment for present and future generations has become an imperative goal for mankind-a goal to be pursued

together with, and in harmony with, the established and fundamental goals of peace and of *worldwide economic and social development*” (sublinhado nosso) (UNEP, 1972).

viii “Humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. The concept of sustainable development does imply limits- not absolute limits but limitations imposed by the present state of technology and social organization on environmental resources and by the ability of the biosphere to absorb the effects of human activities But technology and social organization can be both managed and improved to make way for a new era of economic growth.” (WECD, 1987:15)

ix “You have to take into account, in thinking about sustainability, the resources that we use up and the resources that we leave behind, but also the sort of environment we leave behind including the built environment, including productive capacity (plant equipment) and including technological knowledge” (Solow, 1991:181).

x Para Marx (1867), na sua obra com o mesmo nome, o capital remete para o valor de troca na circulação das mercadorias, mais propriamente, o dinheiro. Dinheiro que por determinados processos, se transforma em capital, em valor em constante circulação e contínua valorização. Atualmente, a noção de capital é mais complexa, constituindo-se como um dos fatores de produção, representado em dinheiro, gerador de renda e formado pela riqueza. Contudo, “o capital também pode ser definido como todos os meios de produção que foram criados pelo trabalho e que são utilizados para a produção de outros bens (...) Os recursos naturais, como a terra, por exemplo, não são considerados capital (...) O que significa, num sistema capitalista, que o capital abrange os recursos usados na produção de bens e serviços destinados à venda, isto é, as mercadorias” (Sandroni, 1999:78).

xi “A minimum necessary condition for sustainability is the maintenance of the total natural capital stock at or above the current level. While a lower stock of natural capital may be sustainable, society can allow no further decline in natural capital given the large uncertainty and the dire consequences of guessing wrong” (Costanza & Daly, 1992:37).

xii “The services of ecological systems and the natural capital stocks that produce them are critical to the functioning of the Earth’s life-support system. They contribute to human welfare, both directly and indirectly, and therefore represent part of the total economic value of the planet” (Costanza et al., 1997:253).

xiii “(...) a Terra constitui um único sistema – o sistema terrestre – no qual a biosfera é um subsistema especialmente ativo e essencial para assegurar o actual estado de equilíbrio do planeta. Neste subsistema, as sociedades humanas, através das suas múltiplas e complexas atividades (...) interferem com o sistema terrestre de formas tão profundas, continuadas e extensas, que ameaçam os seus vários subsistemas e processos bióticos e abióticos, de que depende a sustentabilidade daquelas sociedades.” (Steffen, 2004 in Santos, 2012:23-24).

xiv “É necessário actuar com prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as imensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os actuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações.” (Nações Unidas, 2000:3).

xv “Over the past 50 years, humans have changed ecosystems more rapidly and extensively than in any comparable period of time in human history, largely to meet rapidly growing demands for food, fresh water, timber, fiber, and fuel. This has resulted in a substantial and largely irreversible loss in the diversity of life on Earth. The changes that have been made to ecosystems have contributed to substantial net gains in human well-being and economic development, but these gains have been

achieved at growing costs in the form of the degradation of many ecosystem services, increased risks of nonlinear changes, and the exacerbation of poverty for some groups of people.” (*Millenium Ecosystem Assessment*, 2005:1).

xvi “O mais inquietante (...) é a confirmação da extrema inércia do real estabelecido. Passar do diagnóstico teórico da crise ambiental à sua terapia concreta tem-se revelado uma operação tão morosa e complexa, que mesmo as melhores e mais fundamentadas boas vontades devem temer que até os mais rigorosos exercícios de lucidez corram o risco de não passar do umbral de uma luminosa, mas ineficaz, retórica da persuasão.” (Soromenho-Marques, 1993:28).

xvii “While cities have long been associated with employment, development and economic growth, hundreds of millions of children in the world’s urban areas are growing up amid scarcity and deprivation (...) The urban experience is all too often one of poverty and exclusion. About one third of the world’s urban population lives in slum conditions, and in Africa that proportion is greater than 60 percent.” (UNICEF, 2012:1).

xviii “(...) globalisation is generally presented as an inescapable, inexorable and benevolent process leading to greater competition, welfare improvements and the spread of democracy around the world. In reality, however (...) is merely the international face of neoliberalism: a worldwide strategy of accumulation and social discipline that doubles up as an imperialist project spearheaded by the alliance between the US ruling class and locally dominant capitalist coalitions.” (Saad-Filho & Johnston, 2005:2)

xix “Having been underpinned by the ideology of neoliberalism and market driven, globalisation is therefore devoid of any normative principle of justice and humanity. In aiming for the profit maximization, social and human rights responsibilities have sometimes been abandoned and sidelined.” (Ahmad, 2011:273).

xx “A fresh future is taking shape, with urban areas around the world becoming not just the dominant form of habitat for humankind, but also the engine-rooms of human development as a whole.” (UN-HABITAT, 2012:V).

xxi Vivemos num “mundo em que as distinções entre direita e esquerda, entre alta e baixa cultura, entre local e global, não possuem o significado que possuíam há apenas vinte ou trinta anos. Um mundo em que a verticalidade das relações hierárquicas, na família como na política, tem vindo a dar lugar à horizontalidade (por vezes enganadora, e certo) de relações mais igualitárias.” (Cabral et al., 2008:18).

xxii “A tecnologia que inunda o mundo de hoje, e a ciência que a serviu, não o invadem apenas na parte exterior do homem mas ainda nos seus domínios interiores. Assim, o que foi expulso não deixou apenas o vazio do que o preenchia, mas substituiu-o pelo que marcasse a sua presença. O mais assinalável dessa presença é por exemplo um computador. Mas será a obra transaccionável por um parafuso? (Vergílio Ferreira, 2001:18).

xxiii “O problema é: o que é o homem? Qual o seu destino? Que valores o podem orientar? Em nome de quê? Como situar-se no mundo de hoje em desorganização? Como reencontrar a harmonia de ser? Ora bem, está-se a ver que isto não cabe numa doutrina que se resume à conquista de um bocado de pão...” (Vergílio Ferreira, 1989:12).

xxiv “Measurement influences the decisions we make as governments and as individuals. (...) Aware of the public attention given to GDP growth rates, governments will do anything to ensure they are kept positive, with environmental consequences often seen to be of secondary importance. It can be easy to forget that, in reality, all of our prosperity rests fundamentally on the planet we all share.” (NEF, 2012: 5).

xxv “Gross national product (GNP) or gross domestic product (GDP) were originally created as indicators of total economic output for macroeconomic stabilization policy and were therefore not meant to be indicators of well-being. On the other hand, it is certainly true that policy makers, the media and the public alike seem to equate GNP/GDP with well-being. In international comparison as well, we tend to think of the countries with a high GNP/GDP as not only the rich, but also the well-off countries.” (Neumayer, 2004:2).

xxvi “Commonly used indicators such as the gross national product (GNP) and measurements of individual resource or pollution flows *do not provide adequate indications of sustainability*. (sublinhado nosso) Methods for assessing interactions between different sectorial environmental, demographic, social and developmental parameters are not sufficiently developed or applied. Indicators of sustainable development need to be developed to provide solid bases for decision-making at all levels and to contribute to a self-regulating sustainability of integrated environment and development systems.” (United Nations, 1992: 40).

xxvii “When there is inequality in the distribution of health, education and income, the HDI of an average person in a society is less than the aggregate HDI.” (PNUD, 2010:7).

xxviii “About 1.75 billion people in the 104 countries covered by the MPI – a third of their population – live in multidimensional poverty – that is, with at least 30 percent of the indicators reflecting acute deprivation in health, education and standard of living. This exceeds the estimated 1.44 billion people in those countries who live on \$1.25 a day or less (...) Sub-Saharan Africa has the highest incidence of multidimensional poverty.” (PNUD, 2010:8).

xxix “In its own way, the HDI can be seen as a combination of the previous approaches such as those inspired by the Utilitarianism (Economic Growth), Basic Needs (BN) and the Capability Approach (CA). In general terms, the HDI was the main instrument through which the Human Development (HD) approach became widely known.” (Bagolin & Comim, 2008:8).

xxx “[Some take issue with its construction and composition. Others suggest that it be expanded to include more dimensions, ranging from gender equity to biodiversity. Many concerns are valid. But the objective is not to build an assailable indicator of well-being - it is to redirect attention towards human centered development and to promote debate over how we advance the progress of societies” (PNUD, 2010:13).

xxxi “In arguing for sustainable human development, it appeals to the notion of ethical ‘universalism’ - an elementary demand for impartiality of claims - applied within and between generations.” (Anand & Sen, 2000:2029).

xxxii “The concept of natural capital can readily be linked to that of carrying capacity. Ecologists define carrying capacity as the population of a given species that can be supported indefinitely in a given habitat without permanently damaging the ecosystem upon which it depends. For human beings, carrying capacity can be interpreted as the maximum rate of resource consumption and waste discharge that can be sustained indefinitely in a given region without progressively impairing the functional integrity and productivity of relevant ecosystems.” (Rees, 1992: 125).

xxxiii “we were led to propose a “Threshold Hypothesis” stating that: for every society there seems to be a period in which economic growth (as conventionally measured) brings about an improvement in the quality of life, but only up to a point - the threshold point - beyond which, if there is more economic growth, quality of life may begin to deteriorate.” (Max Neef, 1995:117).

xxxiv “(...) we need new measures of progress. It is critical that these measures clearly reflect what we value – something the current approach fails to do. The Happy Planet Index (HPI) measures what matters.” (NEF, 2012:3).

xxxv “Bhutan’s GNH Index is a multidimensional measure and it is linked with a set of policy and programme screening tools so that it has practical applications.” (Ura et al., 2012:1).

xxxvi “Different people can be happy in spite of their disparate circumstances and the options for diversity must be wide. The GNH Index is meant to orient the people and the nation towards happiness, primarily by improving the conditions of not-yet-happy-people.” (Ura et al., 2012:1).

xxxvii “By structuralism or structuralist, I mean that there exist, within the social world itself and not only within symbolic systems (language, myths, etc), objective structures independent of the consciousness and will of agents, which are capable of guiding and constraining their practices or their representations. By constructivism, I mean that there is a twofold social genesis, on the one hand of the schemes and perception, though, and action which are constructive of what I call habitus, and on the other hand of social structures, and particularly of what I call fields and of groups, notably those we ordinarily call social classes (Bourdieu,1989:14).

xxxviii “(...) tensões entre teorias que privilegiam a unicidade, a homogeneidade do ator (de sua identidade, de sua relação com o mundo, de seu “ego”, de seu sistema de disposições) e as que nos descrevem uma fragmentação infinita de “egos”, de papéis, de experiências...”(Lahire,2002:10).

xxxix “Uma das características distintiva da modernidade, de fato, é a crescente interconexão entre os dois ‘extremos’ da extensão e da intencionalidade: influências globalizantes por um lado e disposições pessoais de outro (Giddens, 2002:9).

xl “A modernidade é uma ordem pós-tradicional, mas não uma ordem em que as certezas do hábito tenham sido substituídas pelas certezas do conhecimento racional.” (Giddens, 2002:10).

xli “As configurações sociológicas que vimos emergir ao longo da análise da literatura sobre o fenómeno da loucura e da doença mental atestam a irredutibilidade das racionalidades leigas ao quadro normativo de racionalidade e de regulação oficial institucionalizado.” (Alves, 2011:88).

xlii “Este saber popular, leigo, reporta-se à ordem social e cultural enquanto sistema integrado pluridimensional. Ele não só põe em contacto diferentes aspectos da vida como os transforma em interdependentes – nomeadamente, apresenta uma leitura integrada do sentido do mundo e dos fenómenos que nele decorrem, pondo em contacto os mundos mágico-religioso, sociopolítico, cultural, etc.” (Alves, 2011:92).

xliii “Em todas as relações sociais estão presentes as autopercepções dos sujeitos, as suas identidades, os significados dados ao mundo e a si mesmos. Da mesma maneira, o poder é intersubjetivo e implica sempre uma interação (...) Não existem sujeitos totalmente desprovidos de poder, nem sujeitos com poder absoluto, e talvez inda mais importante, o poder dos mais poderosos também depende dos menos poderosos.” (Pinto, 2011:40).

II- Tomelo.

- 1 – O que é a *Tomelo*? Quando iniciou a sua atividade?
- 2 – Quais são os princípios orientadores do projeto?
- 3 – Que iniciativas já desenvolveu ou está a desenvolver?
- 4 – Existe um trabalho de articulação entre a *Tomelo* e o poder local? As instituições? A população? Todos os intervenientes? Porquê?
- 5 – Há alguma coisa que gostasse de ver incluída no projeto e que não esteja, ainda? O quê?

III- Felicidade.

- 1 – O que é para si a felicidade?
 - 1.1 – Considera-a importante?
 - 1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?
 - 1.1.2 – No seu trabalho? Como?
 - 1.1.3- Na relação com os outros? Como?
 - 1.2–Considera que tem mais ou menos felicidade por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?
 - 1.3 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para o poder local? Porquê?
 - 1.4 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?
 - 1.5 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?
 - 1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies autóctones – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer felicidade aos habitantes locais? Porquê?
 - 1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover a felicidade? Como?
 - 1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação de espécies autóctones – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para a felicidade dos habitantes locais? Porquê?
 - 1.8.1- A *Tomelo* fá-lo?
 - 1.9 –Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para os ambientes urbanos e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento da felicidade? De que modo?
 - 1.9.1 – A *Tomelo* fá-lo?
- 2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais felicidade à região? Porquê?
 - 2.1- A *Tomelo* fá-lo?

4- Bem-Estar.

- 1 – O que é para si o bem-estar?
 - 1.1 – Considera-o importante?
 - 1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?
 - 1.1.2 – No seu trabalho? Como?
 - 1.1.3- Na relação com os outros? Como?
 - 1.2–Considera que tem mais ou menos bem-estar por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?
 - 1.3 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para o poder local? Porquê?
 - 1.4 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?

1.5 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?

1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies autóctones – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer bem-estar aos habitantes locais? Porquê?

1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover o bem-estar? Como?

1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação de espécies autóctones – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para o bem-estar dos habitantes locais? Porquê?

1.8.1- A *Tomelo* fá-lo?

1.9 – Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para os ambientes urbanos e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento do bem-estar? De que modo?

1.9.1 – A *Tomelo* fá-lo?

2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais bem-estar à região? Porquê?

2.1- A *Tomelo* fá-lo?

V- Sustentabilidade.

1 – O que é para si a sustentabilidade?

1.1 – Considera-a importante?

1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?

1.1.2 – No seu trabalho? Como?

1.1.3- Na relação com os outros? Como?

1.2–Considera que tem mais ou menos sustentabilidade por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?

1.3 – Pensa que a sustentabilidade é importante para o poder local? Porquê?

1.4 – Pensa que a sustentabilidade é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?

1.5 – Pensa que a sustentabilidade é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?

1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies autóctones – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer sustentabilidade à região? Porquê?

1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover a sustentabilidade? Como?

1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação de espécies autóctones – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para a sustentabilidade local? Porquê?

1.8.1- A *Tomelo* fá-lo?

1.9 –Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para os ambientes urbanos e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento da sustentabilidade? De que modo?

1.9.1 – A *Tomelo* fá-lo?

2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais sustentabilidade à região? Porquê?

2.1- A *Tomelo* fá-lo?

- 6.1- Há quanto tempo?
- 7- Freguesia e Concelho onde trabalha?
- 7.1- Há quanto tempo?
- 8 - Já viveu e trabalhou em outro lado? Onde?

II- Tomelo.

- 1 – Como tomou conhecimento da *Tomelo*?
- 2 – Sabe porque é que a *Tomelo* existe?
- 3 – É capaz de citar algumas iniciativas que a *Tomelo* tenha desenvolvido ou esteja a desenvolver?
- 4 – Pensa que existe um trabalho de articulação entre a *Tomelo* e o poder local? As instituições? A população? Todos os intervenientes? Porquê?
- 5 – Há alguma coisa que gostasse de ver incluída no projeto e que não esteja, ainda? O quê?

III- Felicidade.

- 1 – O que é para si a felicidade?
- 1.1 – Considera-a importante?
- 1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?
- 1.1.2 – No seu trabalho? Como?
- 1.1.3- Na relação com os outros? Como?
- 1.2-Considera que tem mais ou menos felicidade por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?
- 1.3 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para o poder local? Porquê?
- 1.4 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?
- 1.5 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?
- 1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies autóctones – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer felicidade aos habitantes locais? Porquê?
- 1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover a felicidade? Como?
- 1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação de espécies autóctones – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para a felicidade dos habitantes locais? Porquê?
- 1.8.1- Sabe se o faz?
- 1.9 –Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para os ambientes urbanos e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento da felicidade? De que modo?
- 1.9.1 – Sabe se o faz?
- 2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais felicidade à região? Porquê?
- 2.1- Sabe se o faz?

IV- Bem-Estar.

- 1 – O que é para si o bem-estar?
- 1.1 – Considera-o importante?
- 1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?
- 1.1.2 – No seu trabalho? Como?
- 1.1.3- Na relação com os outros? Como?

1.2– Considera que tem mais ou menos bem-estar por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?

1.3 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para o poder local? Porquê?

1.4 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?

1.5 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?

1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies autóctones – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer bem-estar aos habitantes locais? Porquê?

1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover o bem-estar? Como?

1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação de espécies autóctones – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para o bem-estar dos habitantes locais? Porquê?

1.8.1- Sabe se o faz?

1.9 – Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para os ambientes urbanos e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento do bem-estar? De que modo?

1.9.1 – Sabe se o faz?

2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais bem-estar à região? Porquê?

2.1- Sabe se o faz?

V- Sustentabilidade.

1 – O que é para si a sustentabilidade?

1.1 – Considera-a importante?

1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?

1.1.2 – No seu trabalho? Como?

1.1.3- Na relação com os outros? Como?

1.2– Considera que tem mais ou menos sustentabilidade por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?

1.3 – Pensa que a sustentabilidade é importante para o poder local? Porquê?

1.4 – Pensa que a sustentabilidade é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?

1.5 – Pensa que a sustentabilidade é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?

1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies autóctones – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer sustentabilidade à região? Porquê?

1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover a sustentabilidade? Como?

1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações éticas, a preservação de espécies autóctones – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para a sustentabilidade local? Porquê?

1.8.1- Sabe se o faz?

1.9 – Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para os ambientes urbanos e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento da sustentabilidade? De que modo?

1.9.1 – Sabe se o faz?

2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais sustentabilidade à região? Porquê?

2.1- Sabe se o faz?

VI-Felicidade, bem-estar e sustentabilidade

1 -Considera que existe uma articulação entre a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade?

1.1– Alguma destas dimensões é mais importante? Qual/Quais?

1.1.1- Porquê?

VII- Contributo.

1 – Deseja acrescentar mais alguma coisa ao seu testemunho?

Bem-haja pela sua colaboração.

Guião de Entrevista (população)

Esta entrevista insere-se no âmbito do Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação, da Universidade Aberta, com vista à obtenção do grau académico de Mestre. O estudo em curso relaciona três eixos - a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade - tendo por base um campo delimitado, o projeto *Tomelo*, Eco-Desenvolvimento Lda., situado na freguesia de Atenor, em Miranda do Douro, distrito de Bragança.

Os principais objetivos são:

- 7- Perceber o que os sujeitos entendem por felicidade, bem-estar e sustentabilidade, sua relevância para os próprios e as relações que mantêm, no contexto de uma área específica do Nordeste Transmontano (Atenor, Vimioso, Miranda do Douro).
- 8- Compreender se as práticas, as representações e os saberes contribuem para a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade, nomeadamente, através da preservação de espécies autóctones – como o “Burro de Miranda”, do aproveitamento de recursos e modos de fazer locais, da afirmação do sentido de identidade, e da possível criação de emprego pela divulgação do património local e regional.
- 9- Aferir se a *Tomelo*, através das suas atividades e iniciativas, ajuda a fomentar a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade, e de que modo o faz.

As entrevistas serão aplicadas a três núcleos distintos de pessoas: aos representantes da *Tomelo* (os três sócios), ao poder local (Presidente da Junta de Freguesia de Atenor, Presidente da Câmara de Vimioso e Presidente da Câmara de Miranda do Douro) e à população (um residente de cada uma das localidades apresentadas, há mais de 15 anos, que conheça o projeto *Tomelo*).

Esta entrevista é anónima, uma vez que nos interessa, sobretudo, a sua opinião e as informações que possa facultar-nos.

I - Identificação:

1- Sexo:

2- Data de Nascimento:

Idade:

- 3- Estudou até que ano?:
- 4- Em que trabalha?:
- 4.1- Há quanto tempo desenvolve essa atividade?
- 5- Número de pessoas do agregado familiar:
- 6- Freguesia e Concelho onde vive:
- 6.1- Há quanto tempo?
- 7- Freguesia e Concelho onde trabalha?
- 7.1- Há quanto tempo?
- 8 - Já viveu e trabalhou em outro lado? Onde?

II- Tomelo.

- 1 – Como tomou conhecimento da *Tomelo*?
- 2 – Sabe porque é que a *Tomelo* existe?
- 3 –É capaz de citar algumas iniciativas que a *Tomelo* tenha desenvolvido ou esteja a desenvolver?
- 4 – Pensa que existe um trabalho de articulação entre a *Tomelo* e o poder local? As instituições? A população? Todos os intervenientes? Porquê?
- 5 – Há alguma coisa que gostasse de ver incluída no projeto e que não esteja, ainda? O quê?

III- Felicidade.

- 1 – O que é para si a felicidade?
- 1.1 – Considera-a importante?
- 1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?
- 1.1.2 – No seu trabalho? Como?
- 1.1.3- Na relação com os outros? Como?
- 1.2–Considera que tem mais ou menos felicidade por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?
- 1.3 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para o poder local? Porquê?
- 1.4 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?
- 1.5 – Pensa que a felicidade dos residentes é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?
- 1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies naturais da região – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer felicidade aos habitantes locais? Porquê?
- 1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover a felicidade? Como?
- 1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações com o que está correto, a preservação de espécies naturais da região – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para a felicidade dos habitantes locais? Porquê?
- 1.8.1- Sabe se o faz?
- 1.9 –Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para as cidades e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento da felicidade? De que modo?
- 1.9.1 – Sabe se o faz?
- 2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais felicidade à região? Porquê?
- 2.1- Sabe se o faz?

IV- Bem-Estar.

1 – O que é para si o bem-estar?

1.1 – Considera-o importante?

1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?

1.1.2 – No seu trabalho? Como?

1.1.3- Na relação com os outros? Como?

1.2–Considera que tem mais ou menos bem-estar por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?

1.3 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para o poder local? Porquê?

1.4 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?

1.5 – Pensa que o bem-estar dos residentes é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?

1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies naturais da região – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer bem-estar aos habitantes locais? Porquê?

1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover o bem-estar? Como?

1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações com o que está correto, a preservação de espécies naturais da região – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para o bem-estar dos habitantes locais? Porquê?

1.8.1- Sabe se o faz?

1.9 – Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para as cidades e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento do bem-estar? De que modo?

1.9.1 – Sabe se o faz?

2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais bem-estar à região? Porquê?

2.1- Sabe se o faz?

V- Sustentabilidade.

1 – Pensa que é importante a sustentabilidade nos seus três aspectos fundamentais, isto é, a sustentabilidade ambiental, ou seja, o facto de as pessoas respeitarem a natureza, os recursos, como a água, os animais e a floresta, deixando-os também para as gerações que hão-de vir; a sustentabilidade social, por exemplo, não existirem acentuadas desigualdades sociais e as pessoas terem todas acesso à saúde e à educação, assim como, a sustentabilidade económica, que significa não haver pessoas com muito dinheiro e outras com dificuldades económicas e/ou desempregadas?

1.1 – Neste sentido, porque é que pensa que a sustentabilidade é importante?

1.1.1- No seu dia-a-dia? Como?

1.1.2 – No seu trabalho? Como?

1.1.3- Na relação com os outros? Como?

1.2–Considera que tem mais ou menos sustentabilidade por viver no Nordeste Transmontano? Porquê?

1.3 – Pensa que a sustentabilidade é importante para o poder local? Porquê?

1.4 – Pensa que a sustentabilidade é importante para as instituições? Qual/Quais? Porquê?

1.5 – Pensa que a sustentabilidade é importante para as empresas? Qual/Quais? Porquê?

1.6 – Na sua opinião, a preservação da língua, dos saberes, das práticas, das espécies naturais da região – como o “Burro de Miranda”; em suma, da identidade e do património natural e cultural do Nordeste Transmontano, pode trazer sustentabilidade à região? Porquê?

1.7- Na sua opinião, a *Tomelo* ajuda a promover a sustentabilidade? Como?

1.8 – Pensa que, se a *Tomelo*, compatibilizar a vertente empresarial com as preocupações com o que está correto, a preservação de espécies naturais da região – como o “Burro de Miranda” - e o recurso aos saberes, práticas e modos de fazer antigos e típicos desta zona, pode contribuir para a sustentabilidade local? Porquê?

1.8.1- Sabe se o faz?

1.9 – Considera que, se o trabalho e as iniciativas da *Tomelo* ajudarem a criar mais empregos, a travar a saída dos jovens para as cidades e revitalizar a região, isso se traduzirá num aumento da sustentabilidade? De que modo?

1.9.1 – Sabe se o faz?

2- Se a *Tomelo* permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, dos seus produtos, cultura e saberes no resto do país ou mesmo no estrangeiro, isso trará mais sustentabilidade à região? Porquê?

2.1- Sabe se o faz?

VI-Felicidade, bem-estar e sustentabilidade

1 -Considera que existe uma articulação entre a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade?

1.1– Alguma destas dimensões é mais importante? Qual/Quais?

1.1.1 -Porquê?

VII- Contributo.

1 – Deseja acrescentar mais alguma coisa ao seu testemunho?

Bem-haja pela sua colaboração.

Anexo 2

Grelha de Análise de Conteúdo – Entrevistas *Tomelo*, Poder Local e População

EIXOS/UNIDADES DE ANÁLISE	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADES DE REGISTO								
			TOMELO			PODER LOCAL			POPULAÇÃO		
			TL1	TL2	TL3	PL1	PL2	PL3	PP1	PP2	PP3
I - Conhecimento da <i>Tomelo</i>	Conceção sobre a <i>Tomelo</i>										
	Fontes do conhecimento sobre a <i>Tomelo</i>										
	Referência e caracterização dos princípios da <i>Tomelo</i> (sentido, significado, interpretação)										
	Referência às atividades da <i>Tomelo</i>										
	Referência à articulação com o poder local, as instituições e a população										
	Referências ao funcionamento da <i>Tomelo</i>	- Menção de aspetos que gostasse de ver incluídos no projeto									
I - Felicidade	Conceções de felicidade	-Pluralidade das conceções de felicidade									
	Valor, relevância e importância da felicidade	- Relevância da felicidade no dia-a-dia, no trabalho e na relação com os outros -Relação entre a felicidade e o facto de viver no Nordeste Transmontano -Importância da felicidade para o/a próprio/a -Para o poder local, as instituições e as empresas									
	Relação entre a perceção da felicidade, a identidade e o	-Afere se a preservação dos saberes, das práticas, das									

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIDADANIA AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO
 MCAP 6ª EDIÇÃO – 2011/2013 – UNIVERSIDADE ABERTA

	património material e imaterial	espécies autóctones, do património natural e cultural do Nordeste Transmontano traz felicidade aos habitantes locais e porquê									
	Articulação entre a <i>Tomelo</i> e a felicidade	-Considera que, se a <i>Tomelo</i> compatibilizar a vertente empresarial com preocupações éticas a preservação de espécies autóctones, dos saberes e práticas locais, isso trará felicidade à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz									
-Considera que, se a <i>Tomelo</i> ajudar a criar empregos, revitalizar a região e impedir a saída de jovens para fora, isso trará felicidade à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz											
Considera que, se a <i>Tomelo</i> permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, seus produtos e cultura, isso trará felicidade à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz											
II -Bem-Estar	Conceções de bem-estar	-Pluralidade das conceções de bem-estar									
	Valor, relevância e importância do bem-estar	-Relevância do bem-estar no dia-a-dia, no trabalho e na relação com os outros -Relação entre o bem-estar e o facto de viver no Nordeste Transmontano									

FELICIDADE, BEM-ESTAR E SUSTENTABILIDADE: REPRESENTAÇÕES E RACIONALIDADES NUMA COMUNIDADE DO NORDESTE TRANSMONTANO

		-Importância do bem-estar para o/a próprio/a -Para o poder local, as instituições e as empresas									
	Relação entre a percepção do bem-estar, a identidade e o património material e imaterial	-Afere se a preservação dos saberes, das práticas, das espécies autóctones, do património natural e cultural do Nordeste Transmontano traz bem-estar aos habitantes locais e porquê									
	Articulação entre a <i>Tomelo</i> e o bem-estar	-Considera que, se a <i>Tomelo</i> compatibilizar a vertente empresarial com preocupações éticas, a preservação das espécies autóctones, dos saberes e práticas, isso trará bem-estar à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz									
-Considera que, se a <i>Tomelo</i> ajudar a criar empregos, revitalizar a região e impedir a saída de jovens para fora, isso trará bem-estar à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz											
-Considera que, se a <i>Tomelo</i> permitir um melhor conhecimento do Nordeste Transmontano, seus produtos e cultura, isso trará bem-estar à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz											
IV - Sustentabilidade	Conceções de sustentabilidade	-Pluralidade das conceções de sustentabilidade									

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIDADANIA AMBIENTAL E PARTICIPAÇÃO
 MCAP 6ª EDIÇÃO – 2011/2013 – UNIVERSIDADE ABERTA

	Valor, relevância e importância da sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - Relevância da sustentabilidade no dia-a-dia, no trabalho e na relação com os outros -Relação entre a sustentabilidade e o facto de viver no Nordeste Transmontano -Importância da sustentabilidade para o/a próprio/a -Para o poder local, as instituições e as empresas 										
	Relação entre a perceção da sustentabilidade, a identidade e o património material e imaterial	<ul style="list-style-type: none"> -Afere se a preservação dos saberes, das práticas, das espécies autóctones, do património natural e cultural do Nordeste Transmontano traz sustentabilidade à região e porquê 										
	Articulação entre a <i>Tomelo</i> e a sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> -Considera que <i>Tomelo</i> compatibilizar a vertente empresarial com preocupações éticas a preservação de espécies autóctones, dos saberes e práticas locais, isso trará sustentabilidade à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz 										
		<ul style="list-style-type: none"> -Considera que, se a <i>Tomelo</i> ajudar a criar empregos, revitalizar a região e impedir a saída de jovens para fora, isso trará sustentabilidade à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz 										
		<ul style="list-style-type: none"> -Considera que, se a <i>Tomelo</i> permitir um melhor conhecimento do Nordeste 										

FELICIDADE, BEM-ESTAR E SUSTENTABILIDADE: REPRESENTAÇÕES E RACIONALIDADES NUMA COMUNIDADE DO NORDESTE TRANSMONTANO

		Transmontano, dos seus produtos e cultura, isso trará sustentabilidade à região -Sabe se a <i>Tomelo</i> o faz									
V – Articulação e/ou interdependência dos três eixos: felicidade, bem-estar e sustentabilidade	Relação entre felicidade, bem-estar e sustentabilidade	-Pensa que há uma relação entre a felicidade, o bem-estar e a sustentabilidade. -Refere algum destes três eixos como preponderante -Menciona espontaneamente se já tinha refletido acerca de algum destes três eixos, ou de todos									
VI – Alterações relativamente às conceções/perceções iniciais	Perceção espontânea do impacto da entrevista nas conceções e/ou perceções que os entrevistados inicialmente tinham	Refere espontaneamente se a entrevista veio potenciar ou alterar quaisquer conceções e/ou perceções iniciais acerca das temáticas abordadas									

Anexo 3

Excerto de entrevista com a AEPGA (Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino)

Realizada a 30 de dezembro de 2012, na aldeia de Pena Branca, Miranda do Douro.

P: Onde estamos?

R: (Dr.^a Joana Conceição) Estamos na aldeia de Pena Branca e aqui localiza-se o Centro de Acolhimento do Burro. É um projeto que tem também o apoio de um mecenas que é a *Donkey Sanctuary*, e neste local acolhemos burros ou que possam estar abandonados, ou que possam ser mal tratados, ou principalmente, e é o caso que se verifica com maior frequência, os criadores ou proprietários ficam demasiado idosos e perdem as capacidades para continuar a tratar dos seus animais. Então, chamam a Associação (AEPGA) que recolhe esses animais e mantem-nos aqui neste Centro, dando todo o apoio veterinário e todo o apoio para...para dar o melhor e bem-estar a todos os animais que aqui se encontram.

P: Então, funciona como um santuário, no fundo, de...de...dos burros?

R: (Dr.^a Joana Conceição) Sim, não é propriamente um santuário, é um local onde nós nos preocupamos, essencialmente, com o bem-estar dos animais. São animais que trabalharam já muito, e neste momento, o nosso principal objetivo, porque já são animais também bastante idosos, com idades superiores a 20 anos, eh...a principal preocupação é, realmente, o seu bem-estar e garantir todos os cuidados veterinários, alimentação, água e um espaço agradável para que eles também possam estar à vontade, façam as suas caminhadas, as suas descobertas, e tenham um final de vida tranquilo e seguro.

P: Qual é a idade média de um burro?

R: (Dr.^a Joana Conceição) Depende muito do tratamento que esses animais têm, depende muito das suas características, depende de muitos fatores, mas um burro poderá durar até aos seus 25-30 anos. Obviamente que há exceções, mesmo aqui no Centro, temos animais que já têm 31-32 anos, e também já soubemos de casos de animais que duraram até aos 40.

P: No total, quantos animais tem a Associação?

R: (Dr.^a Joana Conceição) Ora bem, aqui encontram-se cerca de 50 animais e no Centro de Valorização do Burro de Miranda, localizado em Atenor, temos cerca de 60 animais da raça. Aqui, neste momento, diferencia-se porque é um trabalho apoiado pela *Donkey Sanctuary*, como eu já disse, e é um trabalho que é apoiado pela Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino (AEPGA), mas é um trabalho que se diferencia, é uma associação que se define como Centro de Acolhimento do Burro.

P: A *Donkey Sanctuary* é de onde?

R: (Dr.^a Joana Conceição) É uma organização britânica.

P: Que cuidados necessitam os burros?

R: (Dr.^a Joana Conceição) Necessitam de cuidados a nível dentário, a nível dos cascos, a nível da condição corporal, porque muitas vezes, os animais chegam aqui ou muito magros ou muito gordos, e tentamos, realmente, dar uma dieta que seja adequada à sua idade e às suas maleitas, que muitos deles já chegam aqui com muitas maleitas, e partir daí temos que saber adaptar toda uma dieta, toda uma dinâmica diária em volta desse animal (...). Aqui, são muito diversificados, não há propriamente um “Burro de Miranda”; são várias variedades que estão reunidas, desde o “Burro Ruço”, ao “Burro Branco”, ao “Burro Castanho”...

P: Então, o que é a AEPGA, para além daquilo que podemos encontrar na *internet*, mais aprofundadamente?

R: (Dr. Miguel Nóvoa) A AEPGA surgiu em 2001, surgiu na altura, num contexto de um plano de desenvolvimento rural, associado ao Parque Natural do Douro Internacional. Há que dar o mérito ao grupo de trabalho que na altura trabalhava no Parque, que era bastante dinamizador e que tentou encontrar (...) um conjunto de mais-valias que pudessem cooperar com o Parque no desenvolvimento rural. Foi o caso dos burros, mas também foi o caso dos pombais, o caso também das ervas medicinais e...e aromáticas (...) No caso, a Associação surgiu num contexto de pessoas locais, ao qual foi direcionado um trabalho que, no fundo... Para quem cá vivia ou trabalhava, via realmente uma população de animais, uma cultura associada quer às vacas e às avelhas, mas também ao burro, e tratava-se, nessa altura, de tentar recolher o máximo de informação possível: histórica, eh...cultural, eh...mas depois, também de uma forma zootécnica, tentando eh...dar início ao primeiro registo zootécnico de uma raça, que

passava por tirar um conjunto de medidas, avaliar morfológicamente os animais, bem como, retratar tudo o que cá existia, e depois...Isto iniciou-se através de um estágio que foi desenvolvido pelo Parque Natural; um primeiro permitiu criar as linhas orientadoras daquilo que seria a raça em concreto, eh...e depois, em 2002 eu também realizei o meu estágio no Parque Natural do Douro Internacional, e talvez um pouco também por aquilo que encontrei e aquilo que, de alguma maneira, era muito rico, que era uma ligação forte das pessoas, naturalmente, a um animal que era o burro, e em muitos casos particulares, o “Burro de Miranda” (...), iniciou-se o passo para o registo zootécnico poder evoluir para o reconhecimento de uma raça, o que aconteceu em 2003, num processo final, e a criação do Livro Genealógico da Raça Asinina de Miranda, reconhecida pelo Ministério da Agricultura, pela Direção (na altura) de Serviços de Produção e Melhoramento Animal.

Por sua vez, após um longo processo, deu-se origem, também, a um reconhecimento da União Europeia e a concessão de uma pequena ajuda à manutenção – agora chama-se Proteção da Biodiversidade Doméstica – eh... que é um apoio...Convém dizer o valor que não é muito, são 170€ por ano para quem se comprometer a recuperar em linha pura um conjunto de animais, e esse processo terminou em 2007. Apenas. Ou seja, também não é graças aos subsídios, eh...que se está a proteger a raça (...). É um estímulo, uma motivação extra e fez parte de um contexto muito alargado e que não pode ser assim resumido de uma forma particular. A partir desse início em 2003, com o registo de todos os animais, deu-se um estímulo à criação, um estímulo à preservação, apesar das dificuldades que existiam na altura, e eram muitas, desde a desvalorização completa do burro, porque em 2002 ninguém falava do burro em Portugal.

Realmente, a AEPGA, a Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, decidiu um pouco, saltar umas barreiras que se prendiam somente com o ver um contexto racial e proteger uma raça, para se alargar a um contexto muito mais abrangente, em que o que interessava preservar e valorizar era a imagem do burro em geral. Foi dado esse primeiro passo no contexto geral, levando as pessoas a conhecer e a terem consciência da existência de uma população de burros muito típica e muito curiosa que vive no Nordeste Transmontano, que é o “Burro de Miranda”. Obviamente que todo o nosso passado é muito rico, associado aos burros e aos cavalos; convém não

esquecer que a nossa Coudelaria Nacional é mais velha que a Coudelaria Nacional de França, ou seja, há uma grande tradição associada quer aos equinos, quer aos burros, quer ao gado muar – os machos e as mulas que resultam do cruzamento entre burros e cavalos, e que, neste caso em particular do “Burro de Miranda”, é a origem e é o contexto histórico desta raça, ou seja, a “Burra de Miranda” servia para criar “machos burrenhos”, machos que (...) no passado, desde a Idade Média para a frente, mas especialmente numa fase intensa de agricultura, também com a conquista da América Latina, serviam como de animais de tração, e de trabalho e de carga (...) Essa produção de gado muar tinha um contexto económico comparável à indústria automóvel dos dias de hoje, não é? E então, realmente Miranda era uma região de produção de excelência de animais de qualidade: de burras, burros, mas principalmente, o que era o seu *ex libris* era a produção de “machos burrenhos”, porque infelizmente, em Portugal o contexto de produção de “mulas eguariças”, que eram mulas ...tanto pode ser macho como fêmea; macho ou mula...mas aquilo que era mais bem pago...a diferença entre uma *Renault 4L* e um *Land Rover*, essa era a diferença, um pouco isso. Então, filho de égua, preferiam as mulas, as “mulas eguariças”, havendo uma grande tradição na região da Companhia das Lezírias, Golegã, toda essa região. Em Portugal, era onde se produziam quase por excelência essas mulas; no resto do país, devido a um contexto cultural e histórico, o povo deveria usufruir apenas do “macho burrenho”. Utilizavam as burras para produzir o “macho burrenho”. Esse “macho burrenho” ou “mula burrenha” é estéril, daí que houve sempre um contexto de preservação de uma raça associada a uma utilização do gado muar. Sabemos que, uma burra poderá parir cinco, seis vezes, sete vezes durante a sua vida. Obviamente que, se calhar pode parir mais algumas, mas é uma média e, seguindo as leis do bem-estar animal que tanto existem agora, como existiam no passado, porque as pessoas antigas tinham mais naturalmente presentes estas noções de bem-estar animal...

P: De um modo intuitivo, não é?

R: (Dr. Miguel Nóvoa) De um modo intuitivo e de um modo muito ligado à natureza. Hoje em dia, essas noções devem ser incutidas de uma forma mais pedagógica, num regresso ao rural, numa aprendizagem que até, só falando com os antigos, é que se poderá preservar. E...para não dispersar, íamos no contexto histórico, a raça está muito ligada à produção do gado muar. Saíamos de Miranda tentando

eh...expor a importância do burro como uma espécie pecuária, mas principalmente uma espécie doméstica e associada ao trabalho (...). Hoje em dia, as pessoas venderam as vacas, venderam todos os animais e optam pelo burro para a pequena agricultura, que antes faziam com outros animais, as vacas ou as mulas, mas que hoje em dia, devido ao pequeno trabalho que desenvolvem, ir à horta e voltar, o burro serve-lhes perfeitamente. Mas, o burro, no passado, não desempenhou esta função; não era o burro que era utilizado para lavrar as batatas. O burro era utilizado para produzir machos e mulas, era utilizado pelas crianças para levar a merenda até aos pais que estavam a trabalhar nas ceifas, e era utilizado para ir buscar água, para ir buscar lenha, para ir com as vacas ao lameiro, e enquanto as vacas pastavam, as crianças brincavam com os burros, fazendo corridas, indo aqui e ali; e daí este forte contexto de relação entre homens e animais. As pessoas nasceram com os animais, verificaram neles um elo de ligação muito forte e um contexto de desenvolvimento saudável e foram mantendo essa cultura associada ao burro. E foi isso que nós tentámos promover.

Obviamente que ao sairmos de cá, e devido ao nosso contexto de jovens inovadores, fomos promovendo não só o uso tradicional, mas o uso na asinoterapia, por exemplo, o uso em pequenos passeios (...), em que o burro é uma companhia no passeio pela natureza. E, a descoberta do seu potencial como animal doméstico e a fácil domesticação que ele proporciona em comparação com o cavalo ou com o pônei, com o lama ou com o elefante, eh...faz dele um animal que pode, realmente, ter um potencial enorme. Felizmente, a sociedade portuguesa começando vinte anos ou trinta anos depois da francesa, vinte anos depois da espanhola, quarenta anos depois da inglesa, eh...reagiu muito facilmente porque as pessoas reveem-se muito no animal. Dependendo da região em que vivemos (...), o burro está muito presente, ou não. Por exemplo, nós minhotos, não, porque, eh...no Minho, a relação entre homem e animal era feita com as vacas, principalmente, e com algum cavalo, ou com algum macho (...). O Minho tinha poucos burros e poucas burras. Não é uma região como eh...o Ribatejo, que já “aumentava muito esses animais, especialmente, no gado muar ou a forte relação, também, do Algarve com os burros, e na região de Torres Vedras, e porquê? Porque é a região saloia; os saloios eram galegos que vieram como “escravos” para trabalhar para os lisboetas, e daí, era fácil de encontrar os passeios de burro na praia de Sinta, nos anos 70 (do séc. XX), tal como hoje em dia, vamos a Marrocos, vamos à Etiópia ou a

qualquer outro país, e os turistas também andam de burro. Ou seja, o contexto é sempre..., as coisas não mudam muito, não é? Há ciclos, não é? E vão-se alterando um pouco, e o burro participa ativamente nesse ciclo.

A Associação teve, realmente, não é, um...um...um papel fundamental na inovação desse contexto, em não deixar que o burro se tornasse mais um animal de Jardim Zoológico, mas que fosse visto como animal ligado à agricultura, visto como ligado a uma região em particular, o caso do “Burro de Miranda”, ligado às pessoas que vivem cá, eh...e fomos sempre inovando, também (...) fazer asinoterapia mas com formações sérias e metódicas e com um conceito muito grande, no sentido em que as pessoas não utilizassem as modas para promover... Felizmente, nesse contexto até está melhor do que o cavalo. O cavalo, neste momento, vive problemas mais sérios, não é? E mais, mais eh..., mais...mais difíceis, quer nos centros equestres, quer em todas estas notícias (de carne de cavalo em alimentos processados) e a sua desvalorização completa. No turismo, felizmente, também houve uma boa adesão por parte das pessoas à utilização do burro no seu contexto. Eh...obviamente que nós também iniciámos os passeios de burro fazendo um pouco a promoção desse uso como monta, e neste momento, fomos evoluindo e já não é o contexto de montarmos o burro, de o dominarmos, de o usarmos como mais uma ferramenta para nossa diversão, mas promover uma ligação entre o homem e o animal, que o burro é mais uma companhia para passear na natureza. Ou seja, tentamos, de alguma forma (...), ter o nosso pequeno papel na valorização do burro e na sua utilização (...). Vamos chegar aos dias de hoje e vamos tentar distinguir o trigo do joio, aquilo que poderá estar bem e o que poderá estar mal.

P: Não instrumentalizar o animal, não é? Ou seja, não servir para a agricultura apenas, ou para a diversão e entretenimento, mas haver uma ligação, não é, e respeito pelo animal, é isso?

R: (Dr.^a Joana Conceição) Eu também acrescentaria que nós somos uma associação que está a trabalhar com este animal há onze anos, e ao longo do nosso trabalho, e como o Miguel também já disse, há uma certa evolução no que concerne à nossa perspetiva relativamente a este animal, não é? À medida que vamos trabalhando com ele, vamos também descobrindo o seu temperamento. Realmente, é um animal que

“preza” por qualidades excepcionais no que concerne ao relacionamento com o ser humano. É um animal muito dócil, é um animal muito pachorrento, é um animal que, logo à partida, dá uma certa confiança, ao contrário do que dizem relativamente ao cavalo, mais “impestuoso”, mais nervoso e isso também atribui a este animal boas qualidades que geram uma certa facilidade para conseguir trabalhar connosco, seres humanos. E daí, que a Associação “preza” (...) por encontrar novos usos que se coadunam com a nossa sociedade atual e que façam deste animal um animal útil, mas ao mesmo tempo, “preza” também por preservar esse saber fazer e essa sabedoria popular e histórica que está associada ao burro e, principalmente, aqui neste território do Nordeste Transmontano, faz-nos pensar muitas vezes que é por aí que seja o caminho. Tudo isto é um ciclo. Nós damo-nos conta que a nossa vida é, realmente, um ciclo e nunca se saberá se este conhecimento associado ao burro, quer de trabalho, quer de transporte, quer de companhia, quer de ajuda ao homem, não poderá vir a ser útil num futuro (...) próximo, não é? E, nesse sentido, a Associação (...) “preza” por um projeto multidisciplinar, em que não só visa um objetivo associado ao burro, seja ele económico, pedagógico, cultural, ambiental, mas faz desse todo, dessa procura geral, mais abrangente, eh...engrandecer um projeto e engrandecer um animal que para nós é, realmente, virtuoso, no que concerne toda a sua história e aquilo que atualmente nos dá, porque nós, como associação, também prezamos a questão da terapia....No fundo, marca-se que tem de haver a presença de um terapeuta, que tem de haver a presença de um sociólogo, que tem de haver a presença de um monitor, que tem de haver a presença de uma série de pessoas, e no entanto, o próprio burro, ele por si só, é já um terapeuta (...). Quando estamos aborrecidos com determinadas vicissitudes no nosso trabalho, que por vezes não corre como nós esperamos, basta – e isto obviamente que depende de cada um –, basta ir ter com os animais e, logo à partida, pela sua paz, pela sua docilidade, há já o que eu chamo uma terapia de bem-estar, e noto isso quando recebemos pontualmente escolas, escolas com crianças que têm problemas de aprendizagem, necessidades especiais, em que há muito pouco que nós podemos fazer. O próprio animal, por si só, faz tudo, e isso é bastante gratificante. No início duvida-se, porque somos inexperientes e vamos aprendendo nas formações que vamos dando anualmente. Convidamos sempre um orador ou um profissional, ou uma pessoa experiente na área, vinda do estrangeiro, para que nos dê alguma formação na área da asinomediação e

asinoterapia, vamos tentando os poucos e poucos melhorar e explorar mais esta parte do burro, mas realmente, o animal por si só faz tudo (...).E nisto, quer dos passeios, quer das atividades que ao longo do ano vamos promovendo com o intuito, também, de promover a cultura da terra de Miranda, há também esse sentido, o prazer de estar com o animal. Muitas vezes, não é, eh...como é que eu hei-de dizer....eh...mostrar o fabrico tradicional do pão, o ciclo da lã, o ciclo da horta; muitas vezes, a promoção que se faz com as nossas atividades e o nosso trabalho com o “Burro de Miranda” é mesmo a presença do animal e o quanto a pessoa que nos visita pode usufruir da sua companhia e deleite, não é?

Depois, temos também o Programa de Educação Ambiental, que tem sido uma grande vitória. Já têm sido muitas escolas do litoral que se têm aventurado a vir até cá. No início, a rede de telemóvel é realmente um dos grandes obstáculos; as crianças chegam aqui e a primeira coisa que fazem é: “Não temos rede, não temos *internet!*”, toda uma série de bens que têm nas cidades (...). Realmente, é complicado, ainda hoje é complicado o nosso serviço de *internet*, e é uma das nossas grandes lutas, mas passados dois dias, um deles com o “Burro de Miranda”, e outro, na descoberta dos pombais tradicionais, acho que através de atividades lúdicas, acabam por aprender muito, quer sobre o território, quer sobre o burro, quer sobre os pombais tradicionais, e esse é o nosso grande objetivo, passar esse conhecimento que fomos adquirindo ao longo dos anos a estas crianças que poderão, num futuro... próximo, a médio prazo, virem “eles” a dar continuidade a este projeto e a não se deixar extinguir este animal e tudo o que lhe está associado (...).

P: Pelo que eu percebi, a Associação, também tendo o burro como mote, e especificamente o “Burro de Miranda”, acaba por trabalhar com outras espécies, nomeadamente, eh...portanto, os pombais, as pombas, não é?

R: (Dr^a Joana Conceição) Sim, há uma associação parceira, a *Palombar*. Sem dúvida alguma, há uma grande sinergia de esforços entre...entre ambas as associações porque também se regem por princípios comuns, não é? O desenvolvimento rural, de preservação da natureza, do preservar também...dos “saberes fazer”, não é? A *Palombar*, no que concerne à arquitetura, nós no que concerne ao maneio do burro e toda a sua ecologia, mas eh...a Associação tem também outros projetos associados à

biodiversidade e, neste momento, estamos a orientar ou a coordenar um projeto que tem a ver com a preservação da biodiversidade dos lameiros, de como o burro pode intervir nessa manutenção das pastagens, da palatabilidade das pastagens e de como existe um ecossistema muito importante que deve ser continuado, para que, realmente, a qualidade desses ecossistemas não acabe por desaparecer com o seu desuso...

(Dr. Miguel Nóvoa) Mas, aí convém também dizer que...desde 2004, nós, paralelamente ao “Burro de Miranda”, desenvolvemos este projeto do Centro de Acolhimento do Burro, o resgate de animais de idade e abandonados devido à falta de condições do seu dono, o que passa por doenças degenerativas, doenças de saúde e elevada idade. Ou seja, não se tratava de animais abandonados no meio do campo, ou na cidade, ou com maus tratos, não é? Isso em 2003, 2004. Aquela luta incessante pela valorização do burro dava-se num contexto de aproveitamento do seu fim de vida para o burro ser comprado a preços irrisórios e vendido para fins ilegais. Essas coisas continuam (...), mas devido ao nosso papel preponderante, e muito mais ativo na valorização do burro, e devido à recolha..., ou seja, as pessoas de idade, com uma ligação afetiva de mais de 25, 30, 35 anos ao animal, (...) seja a “Peca”, seja a “Sabugueira”, seja o “Palhaço”, seja qualquer um destes burros (...), encontraram uma solução para o problema que passava por não vender o animal ao desbarato (...). O que me faz mais feliz (...) foi ter feito este trabalho, que não é de resgate, mas de proporcionar soluções e demonstrar a minha preocupação “para” o verdadeiro contexto do bem-estar animal. Eu durmo todas as noites descansado porque sei que cumpro o meu papel (...). Houve um papel fundamental na valorização do animal enquanto espécie (...). O burro está tão querido e tão bem tratado pela sociedade em geral que estamos precisamente na década mais importante para que o burro possa definir a sua vida. É muito curioso ver na televisão, neste momento, os cavalos abandonados em Odemira e em Santiago do Cacém, os mais de 2700 cavalos que foram abatidos no matadouro, que os senhores que já não têm os meios para tratar dos animais, optam por vender para abate, enquanto isso não está a acontecer com o burro, *neste momento* (sublinhado). Nós, tendo um papel neutral e com uma visão que preferimos que seja mais...o mais estratégica possível para o burro, para o burro em si e não para um contexto económico, achamos que é precisamente o momento oportuno para se refletir sobre o contexto de conservação das raças, o futuro de uma raça, o futuro de uma

espécie, que acaba também por coincidir com o próprio pensamento da União Europeia, todo o Programa de Desenvolvimento Rural e o contexto de economia VS sustentabilidade. Porque o debate hoje em dia é: o que é a sustentabilidade? É um chavão tão grande que é utilizado...Até a BP é sustentável, ou a GALP, não é? Até os telemóveis são sustentáveis, mas ninguém diz que o lítio vem das montanhas na China, ou de onde seja, e do mal que provoca para que a Humanidade possa desenvolver o seu papel (...).